





DPMUNZ

2028



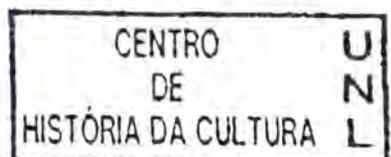
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA  
CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA  
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

PUBLICAÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LIVROS OU ARTIGOS):

1. J. S. da Silva Dias:
  - a) *Pombalismo e Teoria Política*, 1982;
  - b) *Pombalismo e Projecto Político*, 1983-1984;
  - c) *O Cânone Filosófico Conimbricense (1592-1606)*, 1985.
2. João F. de Almeida Policarpo, *Deveres de Estado e pensamento social n' «A Palavra». Uma interpretação*, 1982; *Os Círculos Católicos de Operários. Sentido e fontes de inspiração*, 1986.
3. Maria Luisa Braga, *A Inquisição na época de D. Nuno da Cunha de Ataíde e Melo (1707-1750)*, 1982-1983; *A polémica dos Terramotos em Portugal*, 1986.
4. Mário Sotto Mayor Cardia, *O pensamento filosófico do jovem Sérgio*, 1982.
5. Fernando Gil, *Um caso de inovação conceptual. A formação da teoria kantiana do espaço (1746-1768)*, 1983.
6. Manuel Maria Carrilho, *O empirismo analítico de Condillac*, 1983; *A «Ideologia» e a transmissão dos saberes*, 1986.
7. Piedade Braga Santos, *Actividade da Real Mesa Censória. Uma sondagem (1983)*.
8. João Sâagua, *O problema do fundamento nas «Investigações Lógicas» de Husserl*, 1983.
9. Graça Silva Dias, *O Pré-Deísmo. Esboço de uma interpretação*, 1983.
10. João Paulo Monteiro, *Ideologia e economia em Hobbes*, 1984.
11. José Esteves Pereira, *Kant e a «Resposta à pergunta: o que são as Luzes?»*, 1984; *Pensamento filosófico em Portugal. Conhecimento, Razão e Valores nos séculos XVIII e XIX*, 1986.
12. Luis Filipe Barreto, *O tratado da esfera de D. João de Castro*, 1984; *Introdução à sabedoria do Mar*, 1986.
13. Maria Luisa Couto Soares, *A linguagem como método nas Prelações Filosóficas de Silvestre Pinheiro Ferreira*, 1984.
14. Ana Maria P. Ferreira, *«Mare Clausum, Mare Liberum». Dimensão doutrinal de um foco de tensões políticas*, 1984.
15. Diogo Pires Aurélio, *O «Mos Geometricus» de Thomas Hobbes*, 1985; *A racionalidade do possível, de S. Tomás a Leibniz*, 1986.
16. António Marques, *A teoria da causalidade na terceira crítica de Kant*, 1986.
17. Zília Osório de Castro, *Constitucionalismo Vintista. Antecedentes e pressupostos*, 1986.
18. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *Razão e Maioridade. Séculos XVII e XVIII*, 1985; *Sete reflexões sobre o Marinheiro*, 1986.

PUBLICAÇÕES IMINENTES (1988):

1. Maria de Fátima Nunes, *O Liberalismo em Portugal. Ideários e Ciências. O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. 1 volume de 320 pp.
2. José Henrique R. Dias, *José Ferreira Borges. Política e Economia*. 1 volume de 460 pp.
3. Ana Maria Ferreira Pina, *De Rousseau ao Imaginário da «revolução» no discurso constitucional das cortes de 1820-1822*. 1 volume de 160 pp.
4. Maria Benedita Cardoso Câmara, *Francisco Soares Frando no período de 1804-1823. O pensamento crítico*. 1 volume de 380 pp. (previstas).
5. Zília Osório de Castro, *História Cultural e Política de um Vintista*. 2 volumes, no total de 800 pp. (previstas).



## TÍTULO

O Liberalismo Português. Ideários e Ciências. O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)

---

## AUTOR

Maria de Fátima Nunes

---

## EDIÇÃO

Instituto Nacional de Investigação Científica  
Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa  
Tiragem: 1000 exemplares

---

## CAPA

Arranjo gráfico de Mário Vaz  
«Déclaration des Droits de L'Homme e du Citoyen. Decretés par l'Assemblée Nationale dans les Séances des 20, 21, 23 et 26 aout 1789, acceptés par le Roi» (Musée Carnavalet, Paris)

---

## DISTRIBUIÇÃO

IMPRENSA NACIONAL — CASA DA MOEDA  
R. Marquês Sá da Bandeira, 16 — 1000 LISBOA

---

Dep. Legal N.º 20932/88

Copyright © Maria de Fátima Nunes

---

## COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

ARTIPOL — Artes Tipográficas, Lda.  
Aguada de Baixo — 3750 Águeda

---

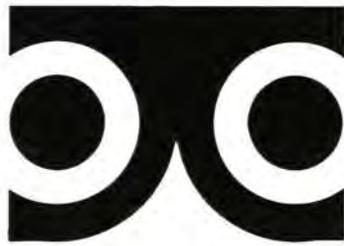
TRABALHO PREPARADO NO CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. DIRECÇÃO CIENTÍFICA DO PROF. J. S. DA SILVA DIAS
--

Cultura Moderna e Contemporânea - 1

# O Liberalismo Português: Ideários e Ciências

o universo de Marino Miguel  
Franzini (1800-1860)

Maria de Fátima Nunes



Instituto Nacional de Investigação Científica

Centro de História da Cultura da  
Universidade Nova de Lisboa

1988



## INTRODUÇÃO

Este trabalho, centrado na figura, quase enigmática e desconhecida, de Marino Miguel Franzini, visou lançar diferentes olhares sobre os referentes culturais, políticos e ideológicos que se cruzaram, e mediatizaram, nos horizontes da sociedade portuguesa oitocentista (\*).

Protagonista, observador, participante activo e dinâmico de vários meandros de um tempo substantivado — a implantação e construção do Liberalismo em Portugal. Franzini proporcionou-nos o privilégio de nos podermos confrontar com uma personalidade extremamente rica e versátil (apesar da sua aparente aridez...) e, simultaneamente, descobrir facetas ainda pouco exploradas nos domínios da historiografia liberal.

O signo de novidade, e descoberta, situa-se na articulação dos diferentes espaços de sociabilidade científica, que enquadraram a formação política, cultural e ideológica do nosso personagem; regista-se na percepção de um certo comportamento público de um (novo) perfil político — o homem do conhecimento rigoroso e racionalista, certo e científico, que desdenha de figuras retóricas ou de grandes tiradas eruditas. É nesse rigor que se desenha a originalidade da praxis e da teorização do político, que se cria uma nova hierarquia de valores, em que a condição existencial do cidadão e do quotidiano humano e prosaico, mimetista e anónimo, estão presentes, axiomatizados e equacionados em novos valores ético-políticos.

---

(\*) *O Liberalismo Português. Ideários e Ciências. O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)* serviu de base à nossa dissertação de Mestrado, em História Cultural e Política, intitulada «Marino Miguel Franzini — acção e pensamento». O texto que agora apresentamos sofreu algumas alterações e rectificações propostas pelos Professores Reis Torgal, Esteves Pereira e Silva Dias que, amavelmente, nos incentivaram a publicar o trabalho. A todos os nossos melhores agradecimentos, com uma atenção especial para o Mestre, e orientador, Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias.

E, quando o universo político-ideológico — na galáxia do Liberalismo — se conjuga com o universo racionalista e científico, sem mistérios e de um saber de Prometeu (recentemente) descoberto e libertado, surge uma nova dinâmica, uma nova visão da categoria *POLÍTICA*, accionada pela força do publicismo liberal, no sentido de (in)formar uma estrutura cultural colectiva, de rasgar o espaço mental existente. É quase com deslumbre que vemos conjugar, de um modo perfeito, regular e matemático, os levantamentos cartográficos com as alternativas orçamentais, ou com a nova divisão administrativa do país; as observações metereológicas com as contagens *statísticas* ou com a prática discursiva do poder, enquanto ministro da Fazenda ou Inspector da Real Fábrica de Cordoaria!

Assim, Marino Miguel Franzini constituiu um excelente pretexto para nos iniciarmos num outro modo de «fazer história», tendo consciência que aquilo que fabricámos medeia o passado e o presente (ou talvez presente e passado) e, nesse invisível, estranho, mas apaixonante processo de mediatização intervieram inúmeros factores. Repensar o que já se julgava aprendido; questionar o hoje e o ontem; recorrer a experiências anteriores, que foram lembradas e revividas, e, simultaneamente, ensaiar outras. Rasgaram-se horizontes, que apenas se encontravam esboçados; abriram-se novas perspectivas e hipóteses num vasto campo de trabalho: uma certa fatia da história do século XIX que, enigmaticamente, se perdeu no dobrar das décadas e do século...

Os esquecidos pela (e da) História, como Marino Miguel Franzini, aguardam-nos no silêncio misterioso dos Arquivos e Bibliotecas. A França (re)descobriu, recentemente, uma das suas gerações perdidas — os Ideólogos. E Portugal? Não teremos também nós uma, ou várias gerações de cujo rasto nem a memória se conhece? Porque não inverter o sentido habitual do discurso historiográfico e, agora consciente e deliberadamente, esquecer, por momentos, os grandes nomes e figuras paradigmáticas? Acreditamos que a nossa história oitocentista, com as paixões e violências geradas no, e pelo Liberalismo pode proporcionar, nesse sentido, um vasto, florescente e esplêndido domínio.

## I — MARINO MIGUEL FRANZINI

Da figura de Marino Miguel Franzini tínhamos dois níveis de leitura: o de hoje e o de ontem. O primeiro era extremamente exíguo, limitando-se a apontar algumas facetas lineares da sua figura: deputado, engenheiro militar, inspector da Cordoaria, estudioso das observações metereológicas...<sup>1</sup>. Voltámo-nos, então, para o passado, para

---

<sup>1</sup> É neste sentido que apontam todas as referências bibliográficas de Franzini, saldando-se por um conjunto de indicações muito genéricas. Cfr. *Dic-*

a imagem que Franzini havia criado na sua época, nos seus contemporâneos, na consciência colectiva do seu tempo histórico.

Foi deste pressuposto metodológico que pouco a pouco foi emergindo uma imagem muito mais rica e multifacetada. Da visão oitocentista surgiram duas grandes linhas de orientação: Franzini político e Franzini cientista.

Onde, e como, se foi efectuando a síntese dessas duas perspectivas, consubstanciadas numa mesma personalidade? Houve, então, a enorme premência de recuar no tempo, olhar para trás e procurar na juventude as raízes que pudessem abrir horizontes explicativos.

Tratava-se de, por momentos, desenrolar o filme da história regressivamente, partir em busca das origens, não por mitos ou fantasmas do infinito, mas porque uma determinada realidade histórica comporta sempre vários matizes do passado. Há sempre um imenso caudal de antecedentes, donde emergem vivências culturais, conflitos e latências político-ideológicas. Franzini, enquanto identidade e personalidade, comporta, nas suas diferentes atitudes e reacções, na evolução dos seus diferentes discursos, no formular de imaginários, dois vectores que não pudemos deixar fugir do nosso olhar.

O primeiro, o que diz respeito ao tempo e lugar da sua formação, entendida a diversos níveis, familiar, ideológica, cultural. O segundo vector, reporta-se às especificidades das variadas fases do palpitar da vivência histórica do nosso herói! Nelas descobrem-se ritmos de reacção e adequação distintos que, inevitavelmente, se prendem com as alterações de contexto, com as modificações conjunturais, a nível nacional e internacional.

A nosso ver, o inventar do quotidiano não é um acto isolado ou meramente ocasional, mas antes o renovar e o actualizar de antigas vivências, o trazer ao consciente sínteses do velho e do novo.

Por todo este corolário de justificações pareceu-nos fundamental e indispensável, no domínio da História das Ideias, traçar o «background» ideológico-cultural de Franzini. Teve-se, no entanto, a preocupação de correlacionar Espaço-Tempo-Cultura, porque a história do pensamento é globalizante e integrada, e não espartilhada por diferentes espaços sem comunicação entre si.

A abordagem ao tempo da aprendizagem de Franzini tem de ser enquadrada nos parâmetros da cultura europeia, por um lado, a fim de apurar quais os referentes ideológico-culturais em presença. Mas, por outro, é indispensável não perder de vista que esse processo se efectuou nos quadros mentais, ideológicos, políticos e culturais do Portugal de Antigo Regime, já em fase de declínio. É nesse espaço real, quando a ideologia liberal, ou liberalizante, é arredada para as margens, criando franjas de exclusão, que se opõem às elites

---

*cionário Bibliográfico (INOCÊNCIO) (vol. VI); Dicionário Popular Histórico Geographico (...), (PINHEIRO CHAGAS) (vol. 5); Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biográfico (...), (ESTEVES PEREIRA), vol. III.*

institucionalizadas e legitimadas pelo Poder, mas que acabam por funcionar como o espelho da sociedade global. E nessa imagem reflectida, figura a história das oposições e das resistências, que sempre emitem sinais de vivências e inquietações que, em última instância, se aplicam a toda a sociedade em bloco.

Nesta linha de pensamento, interessa, pois, saber em que direcção apontou o pensamento de Marino Miguel Franzini no Portugal pré-liberal. A resposta a esta questão constitui o fechar de um círculo, aberto com a imagem de qualidade e prestígio que a sociedade coeva dele produziu. E esse perfil de distinção pública teve, ou não, uma orientação político-ideológica?

## II — A IMAGEM CRIADA POR FRANZINI

Ao compulsar diferentes depoimentos que, sobre Franzini, o século passado produziu, verificamos que todos os discursos pronunciados apontam no sentido de lhe conferir uma imagem de competência, respeitabilidade e supremacia, na área do conhecimento e do saber humano. Dissecando a linha orientadora desse mesmo discurso, verificamos que ele vai desaguar nas águas do saber científico, enaltecendo-se as qualidades do «matemático eminente», do «observador atento», ou seja do homem da ciência e do saber experimental<sup>2</sup>.

É dentro destes parâmetros que se cria, em torno de Franzini, um signo de competência, que, como veremos, ultrapassou os nossos limites estritamente geográficos... Interessa aqui trazer os traços das diferentes tonalidades do imaginário que a sua figura suscitou, a que se deverá contrapor a leitura que o próprio Franzini fez da sua personalidade, para ver até que ponto assumiu, conscientemente, a carga de referentes que o seu tempo lhe incutiu.

No entanto, onde, e como, podemos enquadrar, num contexto histórico global, este relevo da ciência e do cientista, que conferem os atributos do saber, da perfectibilidade, da posse da verdade? Para apreendermos o total significado da desmontagem destes mo-

---

<sup>2</sup> Entre outros confrontar com JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterários e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Lisboa, tip. Academia das Sciencias, 1871-1889. Recentemente, a *Revista Militar*, n.º 11/12, Nov.-Dez. 1980 traça o perfil de Franzini, estabelecendo um inventário das suas actividades. JOSÉ MÁRTIRES DOS SANTOS, *O Centenário da Morte de Marino Miguel Franzini*, Lisboa, tip. «Ecos de Belém», 1961, coloca a questão nestes moldes — «Mas quem era Marino Miguel Franzini? Oficial de marinharia, matemático e homem de ciência, foi um político com muita notoriedade no século passado».

delos conceptuais, dirigimos a nossa atenção para o significado e estatuto que a Ciência — domínio do pensamento e da cultura — adquirira e polarizara no fechar de setecentos e no abrir de 1800<sup>3</sup>.

### 1. *Estatuto da Ciência*

Se folhearmos os manuais que habitualmente se utilizam para a história da ciência<sup>4</sup>, verificamos que os seus colaboradores usam um tipo de discurso que galvaniza e enaltece o século XVIII, como o século da razão e do progresso, que conduzem ao reconhecimento (por parte do homem e dos diferentes poderes institucionalizados como a Igreja e o Estado), do estatuto da ciência e da verdade científica. E, isto conduz-nos a dois problemas; perceber por que razão, no século XVIII, a ciência adquiriu um estatuto de supremacia, ao mesmo tempo que a historiografia, nos anos mais recentes, se debruçou sobre a história da ciência, dentro dos moldes de uma abordagem de sucessões cronológicas<sup>5</sup>.

Retornemos ao ponto essencial, ou seja que factores existiram que pudessem elevar a Ciência a um plano hierarquicamente superior? O conceito de «ciência», sob o ponto de vista epistemológico, designa um modo particular e privilegiado do conhecimento, transformando-se igualmente num símbolo que percorreu um longo caminho; cada momento histórico tem a sua ciência, ou seja, esse signo designa um espaço do saber, específico e limitado. O que num momento pode ser considerado intocável, porque carrega o valor de científico, pode ter sido acusado de feitiçaria ou bruxaria... Assim,

---

<sup>3</sup> A história da ciência e do conhecimento científico têm de ser interpretadas segundo uma perspectiva integrada, de história global. Assim, é necessário ter duas linhas complementares presentes. Uma, a que GEORGES GUSDORF aponta, no sentido de que a história do saber tem uma carga temporal e espacial, para onde convergem todas as perspectivas dominantes da inteligibilidade humana (*Les Sciences Humaines et la pensée occidentale I — de l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*, Paris, ed. Payot, 1977, p. 326). A outra é a que domina os trabalhos de MICHEL FOUCAULT, onde se demarca a necessidade de um novo olhar que presenteie as mutações dos discursos, as alterações de linguagem e a nova hierarquização do saber e do conhecimento humano que se efectuou na «época clássica». Cfr. com *Histoire de la Folie à l'âge Classique*, Paris, ed. Gallimard, 1972, e *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro, ed. Forense Universitária, 1977.

<sup>4</sup> Cfr. por exemplo com a *Histoire Générale des Sciences*, dirigida por RENÉ TATOON, onde CHARLES MORAZÉ, ao introduzir o século XVIII, o faz coincidir com a época do optimismo, da curiosidade intelectual que favoreceram a difusão da ciência, contribuindo, assim, para a aceleração do Progresso, (*Histoire Générale des Sciences*, vol. II, Paris, ed. P.U.F., 1969, p. 423).

<sup>5</sup> Para um maior aprofundamento desta última questão ver GEORGES CANGUILHEM, *Idéologie et Rationalité dans l'Histoire des Sciences de la Vie. Nouvelles études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, ed. J. Vrin, 1977, que nos lança em novos caminhos epistemológicos.

o significado de *ciência* depende de significantes históricos, do grau de abertura dos horizontes mentais e culturais de uma época.

No declinar de 700, este conceito tem uma enorme carga de empolgação. Na dicotomia que se estabeleceu entre Ciências/Artes reside a ponta do novelo que pretendemos desenrolar. Georges Gusdorf lança-nos na pista de que «on peut dater du second tiers du XVIIIème siècle la generalization en France, dans l'opinion éclairée, d'une sensibilité intellectuelle qui oppose les lettres et les sciences, en accordent aux sciences une priorité que l'enseignement leur refuse. Les lettres correspondent à un gaspillage de temps et d'intelligence; les sciences, grâce à leurs applications techniques, permettent d'améliorer les conditions d'existence de l'homme sur la terre»<sup>6</sup>.

Julgamos não ser ousado afirmar que este modelo cultural setecentista assenta na ideia chave de utilidade, aplicada ao real. As ciências podem, e devem, ultrapassar as resistências da Natureza, contribuindo para o melhoramento das condições de existência do Homem. Ciência, Natureza, Progresso são conceitos indissociáveis, que têm como plataforma comum um outro não menos importante — Técnica. Pelo uso dos seus meios é possível fazer emergir a faceta utilitarista e pragmática da ciência, que se vai exercer sobre as forças da Natureza. É através desse veículo que se concretiza o milagre da possibilidade de o homem se libertar das grilhetas do imponderável e do inatingível natural, podendo, em contrapartida, aproveitar essas mesmas forças em seu próprio benefício<sup>7</sup>.

Neste engendrar de ideias e de superação de etapas do espírito humano, cabe a dimensão da busca da perfectibilidade, que se procura então atingir. Condorcet surge como o seu grande porta-estandarte, e, simultaneamente, o paradigma dessa nova etapa do conhecimento. A sua obra mais notável, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, reflecte, em síntese, todo

---

<sup>6</sup> GEORGES GUSDORF, *De l'Histoire des Sciences à l'Histoire de la Pensée*, p. 29.

<sup>7</sup> Sobre este problema vejamos as perspectivas que DAVID S. LANDES abre na sua obra *L'Europe Technicienne ou le Prométhée Libéré. Revolution technique et libre essor industriel en Europe occidentale de 1750 à nos jours*, Paris, ed. Gallimard, 1975. — A escola de Francfort perspectiva-nos um outro olhar sobre o assunto: «Le savoir, qui est un pouvoir, ne connaît de limites ni dans l'esclavage auquel le créature est réduite, ni dans la complaisance à l'égard des maîtres de ce monde (...). La technique est l'essence même de ce savoir. Celui-ci ne vise pas la création de concepts et d'images, le bonheur de la connaissance, mais l'établissement d'une méthode, l'exploitation du travail des autres, la constitution d'un capital (...). Les hommes veulent apprendre de la nature comment l'utiliser, afin de la dominer plus complètement, elle et les hommes. C'est la seule chose qui compte. Sans égard pour elle-même, la Raison a anéanti jusqu'à la dernière trace sa conscience de soi. Seule une pensée qui se fait violence à elle-même a la dureté nécessaire à la destruction des mythes» (MAX HORKHEIMER, THEODOR W. ADORNO, *La Dialectique de la Raison*, Paris, ed. Gallimard, 1974, p. 22).

este discorrer e associação de conceitos, marcando um ponto alto no domínio da história das ideias. Ela abre a porta, não apenas para o momento presente, mas, muito especialmente, para o futuro, rasgando os caminhos da crença na ciência, visionando a esperança e a felicidade, projectando o homem para o devir histórico, no qual será possível desvendar facetas de um novo mundo inteligível.

## 2. Franzini — símbolo de competência

Em 1861 «O Diário de Lisboa» (folha oficial do governo), ao noticiar o desaparecimento de Franzini, empolga a faceta do homem de ciência, ao divulgar que, em «Lisboa — A morte ceifou mais uma vida ilustre. O sr. Marino Franzini foi ontem 30 de Novembro, arrebatado à ciência, que tanto prezava, e à pátria, que em tanto valor tinha os seus serviços (...); membro da Academia Real das Sciencias e de outras corporações científicas nacionais e estrangeiras»<sup>8</sup>.

Se o discurso oficial, na etapa derradeira da vida, conotava o perfil do extinto brigadeiro da real brigada da marinha com os domínios do saber científico, as referências de identificação, que pudemos constatar, apontam igualmente no mesmo sentido, esboçando uma silhueta que assenta na sabedoria, na justiça e na competência<sup>9</sup>.

Num ofício datado de 4 de Maio de 1812 afirma-se que «o major Marino Miguel Franzini, ainda que passou de capitão tenente da armada real para o posto que tem actualmente, é contudo um oficial de muitos conhecimentos militares, e o julgo em estado de satisfazer às comissões que lhe deram como oficial Engenheiro»<sup>10</sup>.

Saindo das referências de âmbito oficial, continuamos a topar com o mesmo conjunto de referentes, que levam penas oitocentistas a escreverem que «o mais antigo, curioso e constante metereológico português de que temos notícia é o senhor Franzini; é mais um serviço assinalado que a pátria deve a este sábio, a quem deve tantos outros como geógrafo, como estatístico, como ministro, que foi, da Coroa, integérrimo e ilustrado»<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> *Diário de Lisboa*, ano 1861, n.º 274, 2.ª série, 2 Dezembro, p. 5096.

<sup>9</sup> Não deixa de ser curiosa a nota encontrada na *Galeria das Senhoras na Câmara dos Senhores Deputados, ou as minhas observações*, por D.ª ANTONIA GERTUDES PUSICH, Lisboa, Typ. Borges, 1848, — «ainda não vi em Portugal (...) um ministro da Fazenda que fizesse milagres (...). Muito sábio, muito justo e providente foi o sr. Franzini» (*ob. cit.*, p. 7).

<sup>10</sup> Referenciado por CRISTOVÃO AIRES na *História Orgânica e Política do Exército Português*, vol. VII, «Engenheiros Portuguezes», Coimbra, ed. Imp. Universidade, 1913, pp. 417-418.

<sup>11</sup> J. CASTILHO, *Memórias de Castilho* (2.ª ed.), t. V, Coimbra, ed. Imp. Universidade, 1932, p. 149.

Do mesmo modo, a imagem de reputação funciona para fundamentar os princípios editoriais do *Jornal das Sciencias Médicas de Lisboa*<sup>12</sup> que anuncia a publicação dos trabalhos de Franzini do seguinte modo:

«Estamos certos, que os nossos leitores se lisongearão connosco de ver aqui publicado o mapa (...) de observações metereológicas (...). Escusamos de dizer alguma coisa sobre a sua exactidão por quanto o nome do sr. Marino Miguel Franzini, tão bem conhecido pelos seus interessantes trabalhos desta natureza e outros, é quanto basta para no-los garantir»<sup>13</sup>.

Dentro do espaço interno português é a imagem do homem da ciência que predomina e que lhe confere unanimidade de referências e admiração. Contudo, parece-nos igualmente importante, para caracterizar a simbologia da figura de Franzini num determinado espaço epocal, acentuar que esse conjunto de características ultrapassou os limites das nossas vigências culturais. No alvor de 1820 um dos «matemáticos mais importantes do mundo»<sup>14</sup> mereceu as seguintes palavras:

«Colonel de la brigada royale de marine et député aux Cortés. C'est un des Portugais plus adonnés à la statistique et aux sciences qui y on rapport (...); [il a eu] l'honneur d'être admis au nombres des candidats de l'Institut de France»<sup>15</sup>.

É também no sentido de assinalar o impacto que Franzini teve junto das instituições científicas estrangeiras que o *Investigador Portuguez em Inglaterra*, e o *Jornal de Coimbra* divulgam notícias relacionadas com os trabalhos cartográficos do major Franzini<sup>16</sup>. Este último insere nas suas páginas, com regozijo e manifesto orgulho, o «Extracto do Rapport feito na Academia Real das Sciencias, a 5 de Agosto de 1816», em Paris, sobre o *Roteiro das Costas de Portugal*. Constitui uma autêntica recensão crítica, e científica, ao trabalho de Franzini, no qual se salienta que «Tendo servido na

---

<sup>12</sup> *Jornal das Sciencias Médicas de Lisboa* foi o título que teve no início esta publicação, começada em Janeiro de 1835, para a qual se associaram os lentes da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Quando os seus fundadores se organizaram e fundaram a Sociedade das Sciencias Médicas (Maio 1835) o Jornal passou a denominar-se, do tomo III em diante, *Jornal da Sociedade das Sciencias Médicas*.

<sup>13</sup> *Jornal das Sciencias Médicas de Lisboa*, t. I, Jan. 1835, p. 177.

<sup>14</sup> Ref. de A. BALBI, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et de l'Algarve*, Paris, ed. Rey et Gravier, 1822, t. II, pp. CVI a CVIII. BALBI teve contactos pessoais com Franzini, a quem pediu vários elementos de teor estatístico, para elaborar o seu *Essai* (...).

<sup>15</sup> A. BALBI, *ob. ci.*, t. II, p. VCI.

<sup>16</sup> Dada a extensão das referências feitas, não as transcrevemos na íntegra, deixando apenas algumas considerações. Cfr. *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Out. 1814, pp. 651 e ss. e Dez. 1813, pp. 249 e ss.

Marinha Real o Autor esteve muitas vezes no caso de ver, e observar os desastres a que eram expostos os navios que demandam a terra ou os portos na costa de Portugal; tinha-se por isso convencido de quanto era importante para o serviço do Estado e do Comércio o melhoramento dos conhecimentos hidrográficos da costa deste reino»<sup>17</sup>.

Podemos, pois, constatar que Franzini é um símbolo reconhecido do «progresso», enquanto paradigma do utilitarismo da ciência, face às vivências reais de uma sociedade.

### 3. *Franzini «versus» Franzini*

Resta-nos aqui trazer o ponto de vista individual, ou seja de que forma Franzini consciencializa, ou não, a sua caracterização de personalidade com impacto numa consciência cultural colectiva. Em poucas palavras tentemos repescar alguns exemplos que nos dê o retrato de Franzini por ele próprio.

Nesta breve viagem aos recônditos do seu mundo interior, socorremo-nos dos papéis saídos da sua mão, quantas vezes rascunhos, emendados e re-escritos, em que se adivinha a necessidade de usar a palavra mais adequada, ou contundente, quando nos apercebemos da hesitação de um momento...

Os dois exemplos que aqui trazemos reflectem o poder de argumentação de Franzini, para atingir determinadas finalidades profissionais. Não é inocentemente que detectamos a preocupação de frisar qual a sua formação cultural, mesmo que se trate, apenas, de uma petição dirigida a uma entidade militar, a fim de obter passagem para o recém criado corpo de Engenheiros:

«Diz Marino Miguel Franzini, Capitão Tenente da Armada Real, que tendo-se aplicado com muita preferência aos Estudos Matemáticos, e aplicação deles às Ciências, e à Geografia, como o mostrou com a Carta reduzida de todo o Golfo Adriático que eleve teve a honra de oferecer a V.A.R. e com outros trabalhos geográficos de que tem sido encarregado pelo Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado, e sendo ultimamente pedido pelo Doutor Francisco António Ciera para cooperar nas grandes operações da Carta Geral do Reino; pede a V.A.R. se digne conceder-lhe a mercê da passagem que compete à sua patente para o Real Corpo de Engenheiros, mercê que já V.A.R. se dignou fazer a diversos oficiais do Real Corpo da Marinha»<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> *Jornal de Coimbra*, n.º LII, Parte I, 1817, p. 270.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Militar, Processo Individual — M. M. Franzini, Cx. 464, doc. s/d.

É importante fazer ressaltar que os motivos aqui apresentados, que assentam nos trabalhos já realizados, constituem o «leit-motiv» para a concretização de um pedido. Queremos com isto fazer salientar que por detrás da linguagem burocrática, e aparentemente rígida, de um requerimento se esconde um determinado discurso. Este, por sua vez, evidencia o grau de consciencialização assumida por parte do requerente, que sabe o que vale, mas conhece também o impacto que o seu trabalho tem para o exterior, para o olhar do «outro»<sup>19</sup>.

Este reconhecimento de competência assumida, e interiorizada, espelha-se claramente no pedido de promoção elaborado em 1819. Nele podemos detectar dois momentos.

O primeiro consubstancia-se no peso da reputação do nome:

«(...) O suplicante filho de um antigo criado de V. Magestade, que teve a incomparável honra de O servir por tantos anos no mais honroso dos Cargos, não tem deixado até ao presente de se esmerar (...)»<sup>20</sup>.

Trata-se de uma ilusão directa aos serviços prestados ao reino, por seu pai, como professor de vários estabelecimentos de ensino<sup>21</sup>, o matemático italiano Miguel Franzini.

Mas, o poder de argumentação de Marino Miguel Franzini vai, sobretudo, recair na sua própria personalidade, ao traçar um verdadeiro «curriculum-vitae»:

«O Suplicante conta já na Patente de Tenente Coronel a antiguidade de oito anos, em cujo intervalo tendo sido primeiro empregado na Direcção do Real Arquivo Militar, concluiu o Roteiro descritivo das Costas de Portugal, que junto às Cartas particulares das Costas e Portos do sobredito Reino, formam o completo trabalho hidrográfico de Portugal, produção que faltava à segurança da extensa navegação dos vassallos de V. Magestade, e dos Navios da Sua Real Armada, cujo trabalho foi recebido na Europa com a mais lisonjeira aprovação, sendo irrefragável prova os Ofícios do Ministro de V. Magestade em Paris, publicados por Ordem Superior na *Gazeta da Corte do Rio de Janeiro* de 17 de Agosto de 1816, e a honra que Sua Magestade o Imperador de Austria acaba de conceder ao suplicante, e cujo conhecimento já a este tempo terá sido posto

---

<sup>19</sup> Com esta expressão pretende-se designar a sociedade total, no sentido de entidade abstracta e colectiva, e que mediatiza a possibilidade de comunicação.

<sup>20</sup> Arquivo Geral da Marinha, Real Fábrica da Cordoaria, Cx. 182, doc. 4-9-1819.

<sup>21</sup> Miguel Franzini foi chamado a Portugal pelo Marquês de Pombal e leccionou no Colégio dos Nobres, na Universidade de Coimbra, após a reforma de 1777 e na Academia Real da Marinha.

na Augusta Presença de V. Magestade pelo Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha»<sup>22</sup>.

Das diferentes alusões feitas sobre, e por, Franzini podemos inferir que elas nos apontam unanimemente para uma determinada formação cultural, e numa segunda leitura, para uma formação ideológica. Houve um «background» específico, concreto e real, que produziu e moldou os alicerces do pensamento, e da acção, de Marino Miguel Franzini. A tarefa que neste momento nos propomos efectuar é uma extrapolação que nos permita enquadrar, enquanto tempo e espaço de formação, o perfil traçado. Ora, este caminho conduz-nos a reflectir sobre o Portugal do final do Antigo Regime e as suas instituições. Em primeiro lugar, objectivamente *onde*, e de que *modo*, era possível efectuar-se uma aprendizagem académica de que pudesse resultar o renome, e o prestígio, como o que esboçámos? E, em segundo lugar, que direcções pedagógicas, e científicas, se usaram, que vectores ideológicos existiam, ou inexistiram...?

---

<sup>22</sup> Arquivo Geral da Marinha, Real Fábrica da Cordoaria, Cx. 182, doc. 4-9-1819.



## PARTE I

### A — ESPAÇOS DE FORMAÇÃO CULTURAL E IDEOLÓGICA

«Franzini», «Major da Brigada Real da Marinha», «homem de ciência» e «deputado vintista» constituem códigos que carretam e veiculam um conjunto de referentes que se interpenetraram e que permitiram encetar uma viagem de digressão por vários espaços de (in)formação — o familiar, o académico, o científico e o político <sup>23</sup>.

O signo «Franzini» implica o recordar da importação portuguesa do iluminismo italiano; lembra o relevo das reformas pomalinas da Universidade; alude a um imaginário que desagua no estatuto simbólico que os nomes italianos possuíram e conquistaram em Portugal: Franzini, Vandelli, Ciera, Dolla Bella, Brunelli, Facciolati...

Por sua vez a alusão ao cargo de oficial da Marinha reporta-nos a um estabelecimento orgânico que se revitalizou numa fatia de tempo, e espaço, coincidente com o momento anterior. Referimo-nos a um dos ramos da instituição militar — a Marinha Real.

Mas, o potencial perfil de Marino Miguel Franzini moldou-se e formou-se, igualmente, a partir de outros espaços. Uma pequena incursão pela viragem do século XVIII para o XIX permitiu-nos, não só visualizar alguns dos vectores formativos e sociabilizantes que enquadraram a figura do «reputado Cientista», como também,

---

<sup>23</sup> Ao nível da comunicação e formas de difusão de linguagem e ideias seguimos algumas das pistas abertas por MICHEL FOUCAULT, *Les Mots et les Choses*, Paris, ed. Gallimard, 1974. Quanto ao inquérito/sondagem a realizar aos diferentes espaços envolventes da personagem Franzini demos particular atenção a GEORGES GUSDORF, *ob. cit.*, «L'inventaire des Espaces-Temps Culturels», pp. 286-301.

tomar contacto com um universo organizado, axiomático e sistematizado de uma fatia académica, mas também social, da realidade portuguesa.

Deste modo, foi possível compulsar os nomes de destaque da época, surgindo-nos uma perfeita coincidência de nomes e de personalidades. Saltando do espaço académico e escolar para os da sociabilidade científica deparamos, igualmente, com um mesmo universo de competência, de renome científico e de destaque social como pano de fundo.

De uma fatia desta sociabilidade de ponta, perfeccionista, reputada e distante, vai emergir um potencial planeta político, onde gravitam alguns dos nomes anteriormente encontrados e que pelos seus antecedentes formativos e culturais se posicionam face à «praxis política» de modo bem distante, e diferenciado, dos outros políticos da época, aqueles que de modo geral são conotados com o domínio e a facilidade da palavra, com os dons da oratória, com os artifícios e o malabarismo da retórica... mas, que por vezes, acabam por esquecer as realidades prosaicas do seu tempo vivencial.

## I — COMPONENTES DA SUA FORMAÇÃO

### 1. *O espaço familiar*

Os primeiros sinais de marca que aurelam a figura de Marino Miguel Franzini são oriundos do nome que possui. Por outro lado, temos de ter em conta o universo cultural que o rodeou desde o berço, bem assim como a possibilidade de contactar, pelo menos, com uma parte da «inteligencia» portuguesa.

Miguel Franzini foi um homem de renome, viajado, com uma formação científica aprofundada e específica — a matemática — que veio, decerto, a influenciar a orientação de estudos do filho.

O brasileiro Arlindo Camilo Monteiro, que compulsou, e analisou, a correspondência trocada entre Miguel Franzini e o seu compatriota Domingos Vandelli<sup>24</sup>, traça-nos as características do célebre matemático italiano e o seu ambiente vivencial:

---

<sup>24</sup> ARLINDO CAMILO MONTEIRO dedicou a sua atenção a aspectos relacionados com a vida portuguesa no século XVIII e sob essa directriz publicou o artigo intitulado *Aspectos Históricos da Vida Portuguesa, os Professores Doutores Miguel Franzini e Domingos Vandelli da Universidade de Coimbra, através de alguns inquéritos do Arquivo Nacional do Brasil* in «Revista do Arquivo Municipal», S. Paulo, 1949, vol. CXXIV, pp. 73-137. Este mesmo autor, no final do seu artigo diz conhecer a figura de Marino Miguel Franzini e «em homenagem a seu labor e probidade, redigi o estudo subordinado à epígrafe — *Oficial da Marinha e do Exército, Engenheiro Marino Miguel Franzini, Ministro da Justiça e da Fazenda no tempo de D. Maria II*» (art. cit., p. 137). Infelizmente foi-nos completamente impossível tomar contacto com este estudo.

«A breve correspondência do Dr. Miguel Franzini revela fino espírito de inalterável bom humor, alimentando nas inexauríveis fontes da cultura clássica, e com que saber, até mesmo nas horas de adversidade, como nas da Pátria invadida [Itália] e subjugada, comentar as figuras transitórias e os acontecimentos (...) a pena traça, com espontaneidade aspectos flagrantes, de período agitado das lutas e perturbações políticas da Europa e de que Portugal e a Espanha foram cenário sangrento.

A delicadeza e graça natural e discreta, aliadas aos recursos de improvisador de versos em língua francesa, de que se ufanava em Cartas de Montpellier (1797) explicam a simpatia e o prestígio que alcançou na Corte e entre os seus discípulos, no número dos quais inscreveu o Príncipe D. José e seu irmão, mais tarde D. João VI. Fora da roda palaciana atraía também a atenção, decerto das pessoas cultas e afáveis...»<sup>25</sup>.

Foi, pois, neste clima de abertura, e quase diríamos de eleição, que Marino Miguel Franzini ensaiou os seus primeiros passos. Se não podemos ser simplistas ao ponto de estabelecermos uma linearidade automática entre pai-filho, não devemos, porém, deixar fugir o peso que a herança de um nome, com as respectivas consequências, pode ter. O enquadramento familiar prendeu-se com o escolar, e a carreira de oficial da Armada pode ter sido aberta, e possibilitada, pelo facto de Marino Miguel ter sido filho de Franzini, lente de matemática.

## 2. O espaço académico e curricular

*Academia Real da Marinha — Academia dos Guardas Marinhas*

*A entrada de Franzini*

Os dados apurados sobre Franzini, permitiram-ns delinear algumas hipóteses sobre o seu «background» académico. Detectou-se que a sua vida profissional se iniciou em 1798, com 19 anos de idade. Nesse ano assentou praça, como primeiro tenente na Brigada Real<sup>26</sup>, fazendo em seguida as necessárias, e correspondentes, viagens marítimas, às quais já nos referimos a propósito do seu labor cartográfico.

---

<sup>25</sup> ARLINDO CAMILO MONTEIRO, *ob. cit.*, pp. 122-123.

<sup>26</sup> Arquivo Geral da Marinha, Brigada Real da Marinha, Cod. 484, fl. 3; Cod. 495, fl. 5. Estes livros da Brigada Real contêm o *curriculum* militar completo de Marino Miguel Franzini, tendo dado um contributo considerável para a descoberta de novas facetas. Fundamentalmente, permitiu-nos perceber como os elementos da Brigada Real se relacionavam com a Companhia dos Guardas Marinhas, uma vez que a primeira expressão constitui uma forma abreviada da *Brigada Real dos Guardas Marinhas*.

Este ponto de chegada colocou-nos na pista de que Franzini, ao ser oficial da Marinha, com 19 anos, tinha que forçosamente ter passado pelo ensino ministrado no âmbito da Academia da Marinha<sup>27</sup>. É também nesse sentido que o Alvará de 20-6-1796, de D. Maria I, nos esclarece acerca do processo institucional inerente à carreira de oficialato da Armada:

«Eu a Rainha faço saber aos que este Alvará virem, que havendo sido servida conceder pela minha carta de lei do primeiro de Abril do presente ano novos Estatutos para governo da Minha Real Academia dos Guardas Marinhas de cujo bem entendido método deve resultar o maior aproveitamento dos Alunos da mesma Real Academia (...) [determino] que todos os referidos discípulos, que tiverem completado o curso inteiro de Matemática, apresentando as atestações determinadas nos Estatutos dela, me possam requerer pelo meu Conselho de Almirantado para serem aceites nas Naus e Fragatas da Minha Armada Real, debaixo da denominação de voluntários da Real Academia da Marinha»<sup>28</sup>.

Estatutariamente a entrada para a Real Academia dos Guardas Marinhas poder-se-ia efectuar por três vias. O candidato, de 14 anos, de idade mínima, podia ser ou filho de oficial da Marinha, ou haver mostrado grande aplicação nos estudos secundários efectuados na Academia Real da Marinha, ou ser filho de fidalgo<sup>29</sup>. Marino Miguel Franzini por ser filho do lente Miguel Franzini, professor quer da Academia da Marinha, quer da dos Guardas Marinhas, podia, certamente, ter o ingresso assegurado. Mas, podia, igualmente, prestar provas de nobreza, uma vez que havia sido concedido a seu pai o título de fidalgo da Casa Real<sup>30</sup>.

De toda esta enumeração de dados parece-nos lícito afirmar que as raízes culturais e ideológicas de Franzini se deverão procurar no domínio da Academia da Marinha.

---

<sup>27</sup> Procurou-se afinadamente os livros de registo de matrículas ou de exames da Academia da Marinha, ou da Academia dos Guardas Marinhas; porém os esforços foram nulos, tendo sido dada informação pelo Almirante Salema Santos, director do Arquivo Geral da Marinha, que grande parte da documentação foi levada para o Brasil em 1807, quando das invasões francesas, e aí ainda permanece.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico Militar, Alvará de 20-6-1796, 3.<sup>a</sup> Divisão, 3.<sup>a</sup> Secção, Cx. 1, doc. 97.

<sup>29</sup> Arquivo Geral da Marinha, Brigada Real dos Guardas Marinhas, Cx. 140, doc. 1788 (?).

<sup>30</sup> Mais tarde, 1803 é também concedida a mesma honra a Franzini — filho. Cfr. Arquivo Histórico Militar, Processo Individual — M. M. Franzini, Cx. 464, doc. 6 de Dez. 1803.

Para abalizarmos a importância e o impacto desta instituição, destinada a dar uma formação específica aos futuros oficiais, é necessário ter em conta que o seu aparecimento se insere no cruzamento de dois vectores dinâmicos da sociedade portuguesa.

O primeiro, de foro interno, consiste na ampla reforma do ensino universitário, levada a cabo por Pombal. O segundo, vindo do exterior, prende-se com o avanço do saber científico, e sua institucionalização, em Inglaterra, em França e nos Estados americanos. É daí que soprarão os ventos de influência, quer quanto ao modelo escolar e funcional, quer no que se refere aos manuais e aos autores seguidos.

Voltando-se aos antecedentes culturais portugueses, recordemos que no século XVIII a matemática havia já dado o salto epistemológico do saber, consagrada e institucionalizada pela reforma pombalina que a considerou como disciplina fundamental para o desenvolvimento e progresso das instituições militares. São os próprios *Estatutos* que revelam o grau de consciência assumido:

«Por elas [matemáticas] se regulam as Épocas, e Medidas dos tempos; as situações Geográficas dos Lugares; as demarcações, e medições dos Terrenos; as manobras, e de rotas da Pilotagem; as operações tácticas da Campanha e da Marinha; as construções da Architectura Naval, Civil e Militar; as Máquinas, Fábricas, Artíficios, e Aparelhos que ajudam a fraqueza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossível às suas forças; e uma infinidade de outros subsídios, que ajudam, promovem, e aperfeiçoam vantajosamente um grande número de Artes úteis e necessárias ao Estado»<sup>31</sup>.

O aparecimento da Real Academia dos Guardas Marinhas inseriu-se na política marítima de Martinho de Mello e Castro, que tinha como objectivo a formação específica de oficiais da armada<sup>32</sup>. Datando a sua origem de 1783, verifica-se que, a partir daí, as referências bibliográficas e históricas, sobre o ensino na Marinha, se polarizam

---

<sup>31</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I Nosso Senhor pela Junta de providência literária (...)*, Coimbra, Regia Officina Typográfica, MDCCLXXII, pp. 211-212.

<sup>32</sup> A Academia Real da Marinha, criada por carta de lei de 5 de Agosto de 1779, funcionava como uma instituição alternativa, na qual a mocidade estudiosa de Lisboa podia ir tomar contacto com os princípios das ciências matemáticas e astronómicas, não possuindo, deste modo, o carácter exclusivo e específico de formar quadros para a Marinha Real. Era, a bem dizer, uma «faculdade de ciências matemáticas, puras e applicadas, cuja lição se fazia em curso de três anos» (VICENTE ALMEIDA D'EÇA, *Nota sobre os Estabelecimentos de Instrução naval em Portugal, principalmente sobre a escola naval*, Lisboa, ed. Imp. Nacional, 1892, p. 5).

exclusivamente em torno da Real Academia dos Guardas Marinhas. Vicente Almeida d'Eça, a este propósito comenta:

«Por isso diremos apenas que a existência das duas Academias (como nos próprios documentos da legislação coeva muitas vezes se usar dizer), uma a de marinha, antecessora da actual Escola Polytechnica, outra a dos guardas marinhas, antecessora da actual Escola Naval, essa coexistência produziu uma certa confusão em alguns escritores, que se têm ocupado deste assunto, tanto mais, que mesmo depois de organizada a segunda, continuaram a ser admitidos no corpo de oficiais da armada indivíduos habilitados com os estudos da primeira»<sup>33</sup>.

Das investigações efectuadas verificámos que a orientação de ensino dos lentes, comuns às duas Academias, eram coincidentes, estabelecendo-se um plano de equiparação, para a passagem da Real Academia de Marinha para a Companhia dos Guardas Marinhas, a fim de salvaguardar a qualidade científica e a competência dos futuros oficiais da Armada.

Ora, é à roda do conceito de competência científica, já anteriormente afluído, que nos parece pertinente levantar aqui alguns problemas inerentes às mediações existentes entre as áreas da *ciência*, da *política* e da *ideologia*.

Se partimos em busca dos antecedentes ideológico-culturais de Marino Miguel Franzini; se a sua imagem circula no âmbito do saber científico; se esse saber é adquirido no domínio de uma Academia Militar, então a componente ideológica deverá estar, com toda a certeza, vinculada à componente cultural/científica. Que hipóteses podemos nós colocar, que nos permitam relacioná-las, tradicionalmente tão afastadas uma da outra?

Recorrendo aos conceitos de *ideologia científica* e *ideologia dos cientistas* propostos por Georges Canguilhem<sup>34</sup>, percebemos como se pode aproximar diversificadamente ciência e ideologia/ideologia e ciência.

A ideologia científica comporta a aceitação, ou rejeição, de modelos científicos num espaço histórico determinado, aceitação que passa pela legitimação política e institucional. É deste modo que a ideologia científica cava um fosso entre *ciência* e *não ciência*. Mas, a tónica em vez de recair sobre o discurso emitido pode também sossobrar a vontade pessoalista do homem de ciência, o que conduz à explicitação da ideologia *dos* cientistas, que George Canguilhem define como «les idéologies que les savants engendrent par

---

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, pp. 6-7.

<sup>34</sup> GEORGES CANGUILHEM, *Idéologie et Rationalité dans l'histoire des sciences de la vie. Nouvelles études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1977.

les discours qu'ils tiennent pour thématiser leurs méthodes de recherche et de mise (en rapport avec l'object), par les discours qu'ils tiennent sur la place que la science occupe dans la culture, relativement aux autres formes de culture»<sup>35</sup>.

Somos assim levados a concluir que as ideologias dos cientistas são ideologias filosóficas que têm um campo de aplicabilidade muito alargado. Conceitos como Natureza, Experiência ou Progresso pertencem ao domínio da ideologia dos cientistas, uma vez que eles extravasam a restrita área das ciências<sup>36</sup>, constituindo «in extremis» princípios básicos da ideologia liberal.

Neste entrelinhar de ideias, o melhor exemplo do que se acabou de referir centra-se na existência do grupo dos *Ideólogos*<sup>37</sup>. São eles que, consciente e pragmaticamente, fazem a síntese entre a filosofia, a ciência e a ideologia. Arautos de uma «revolução cultural», eles são a sua consciência, assumindo-se com um projecto próprio, que consistia em tratar as ideias como fenómenos naturais, exprimindo a relação entre o homem e o seu meio. No entender de Canguilhem, positivistas «avant la lettre», liberais, anti-teológicos e anti-metafísicos.

Os Ideólogos, enquanto modelo operativo da cambiante ideológico-cultural, não podem ser menosprezados; pelo contrário, eles, enquanto personalidades, e pelo espírito de renovação que simbolizam, merecem aqui a nossa melhor atenção!

À luz destes pressupostos metodológicos e conceptuais podemos-nos interrogar acerca da configuração que o ensino das Academias da Real Marinha possuía<sup>38</sup>, de modo a se obter algum contributo para o esclarecimento dos possíveis meios de mediatização da ideologia pré-liberal, ou mesmo liberal, em Portugal.

Numa primeira análise, a da orgânica interna do plano curricular, verifica-se a preocupação de articular o saber teórico com a «praxis» e, simultaneamente, com a disciplina do corpo e do espírito, conseguido através dos exercícios práticos de embarque, ou com o tempo de aulas destinado ao exercício de esgrima, manejo de armas de mão, brancas e de fogo<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> G. CANGUILHEM, *ob. cit.*, p. 44.

<sup>36</sup> Por oposição repare-se que o conceito de molécula orgânica, ou teoria crepuscular, são do restrito âmbito da ciência e da ideologia científica.

<sup>37</sup> Cfr. SERGIO MORAVIA, *Il Pensiero degli Ideologues, Scienza e Filosofia in Francia, 1780-1815*, Firenze, La Nuova Italia Editrice, 1974, e GEORGES GUSDORF, *Les Sciences Humaines et la Pensée Occidentale, vol. VIII — la conscience révolutionnaire. Les Idéologues*, Paris, ed. Payot, 1978.

<sup>38</sup> Estamo-nos a referir quer à Academia Real da Marinha, quer à Real Academia dos Guardas Marinhas.

<sup>39</sup> Não cabe aqui fazer uma análise exaustiva acerca da orgânica interna e dos objectivos da Real Academia dos Guardas Marinhas; dada a ausência de estudos referentes a este assunto optámos por trazer algumas das conclusões que fomos extraindo da documentação estudada no Arquivo Geral da Marinha (Cx. 140-142).

A formação do oficialato da Marinha pautava-se por uma estreita e vigiada formação académica, orientada para a obtenção do rigor, da competência e da consequente respeitabilidade científica. Condições, aliás, que se julgavam indispensáveis para remodelar e desenvolver a Marinha Portuguesa, segundo os objectivos de Martinho de Mello e Castro. Esse «regenerar» de forças e alentos era enquadrado no espírito puramente militar, traduzido no saber técnico-naval, mas não descurava também o contexto mais global, ou seja a realidade portuguesa, como, mais adiante, teremos oportunidade de frisar.

Sob esta orientação é possível inserir os dois tipos de estruturas de ensino existentes. Uma de foro restrito e corporativo que era assegurada pela própria organização hierárquica da Marinha, visando, sem dúvida, a implementação da «arte das distribuições», da disciplina dos corpos e dos espíritos<sup>40</sup>. A outra via estava sob a responsabilidade do «elemento não militar», ou seja, cabia aos Mestres e Lentes, muitos deles oriundos da Universidade pós-pombalina, conferir e assegurar as capacidades intelectuais dos jovens académicos.

É sintomático, e revelador, deste espírito a relação dos quatro prémios pecuniários estabelecidos durante o curso, para além de nos esclarecerem, de um modo prático, sobre o seu conteúdo.

- «I Todo aquele que na Academia fizer um exame dos elementos de Artilharia, e Geometria e de Trigonometria Rectilínea e Curvilínea, e de Línguas Francesa e Inglesa, receberá, por mez além do seu soldo 1\$500 rs.
- II Aquele que o fizer do Tratado de Navegação e do Aparelho e seu uso na Prática de Manobra, e dos Princípios de Tática Naval, receberá cada mez além do seu soldo 3\$000 rs.
- III Aquele que o fizer da primeira e segunda secção de Algebra, de Construção e Princípios de Desenho, receberá igualmente 4\$000 rs.
- IV Aquele enfim que fizer o seu Exame no Cálculo Diferencial e Integral, Princípios Gerais de Mecânica e suas aplicações; Princípios de Architectura Naval e de Artilharia e sua Prática, receberá cada mez além do seu soldo 6\$000 rs»<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> No século XVIII o racionalismo atingiu também o foro militar e aí lastrou. A «arte das distribuições» como nos sugere FOUCAULT é disso um exemplo. Cfr. MICHEL FOUCAULT, *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*, Petrópolis, ed. Vozes, 1977, pp. 125-146.

<sup>41</sup> Arquivo Geral da Marinha, «Planos do Conde de S. Vicente para a Companhia dos Guardas Marinhas e sua Real Academia», Cx. 140, doc. 1788 (?).

O prémio, símbolo da competência e incentivo do labor, pautava a ascensão militar. Cada um deles era um degrau que se subia, uma etapa que era superada. Mas essas conquistas individuais, e personalizadas, requeriam apoios didácticos. Foi neste sentido que afanosamente se procurou o Catálogo da «Livreria» da Real Academia dos Guardas Marinhas, para através dos seus títulos poderemos tomar contacto com o saber aí administrado.

As invasões francesas, ao provocarem a fuga da corte portuguesa para o Brasil, arrastaram também a Companhia e a Academia dos Guardas Marinhas, tendo todo o material existente nas instalações do Arsenal embarcado rumo ao outro lado do Atlântico. Felizmente, para nós, que se fez, antes da partida, um inventário do material embarcado no qual figura a enumeração das obras que formavam a biblioteca da Academia<sup>42</sup>. Rol vastíssimo e desorganizado, mas que sucessivas re-leituras permitiram extrair algumas conclusões<sup>43</sup>.

Numa primeira sistematização de títulos e autores somos colocados perante seis grupos diferentes, que são sintomáticos de uma certa pedagogia de ensino e do contexto nacional, e europeu, que influenciou a criação e o crescimento da Academia.

*Um* — As obras gerais, de direcção colectiva ou publicadas sob os auspícios de instituições, que tinham essencialmente o carácter de obras de consulta. Referimo-nos, por um lado, aos instrumentos de trabalho indispensáveis à aprendizagem das línguas vivas, (como francês e inglês que eram obrigatórias), ou seja dicionários e gramáticas<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> «Inventário de tudo quanto pertence à Real Academia dos Guardas Marinhas e vai embarcar para o Rio de Janeiro em a charrua S. João Magnânimo por ordem do Exmo. Senhor Barão de Arruna, Almirante da Armada Real», A.G.M., Cx. 142, doc. 1807; para além das preciosas referências bibliográficas, este inventário enumera o imenso arsenal de instrumentos do observatório astronómico, das aulas de mecânica e navegação, etc. Ao todo, o material embarcado ocupou 31 caixotes («caixões»), sendo 8 deles destinados aos 417 títulos diferentes, de livros referenciados. Estes encontram-se na maior parte das vezes incorrectamente indicados, uma vez que às obras estrangeiras se deu uma transcrição fonética. Não nos é indicado o local de edição, a editora e o respectivo ano; os títulos são apenas alinhados ao longo de três colunas distintas: Autor, Título, N.º de Volumes.

<sup>43</sup> Poderá parecer um pouco deslocada a atenção excessiva dada a este inventário bibliográfico, mas a carga de novidade que o envolve pareceu-nos justificar uma explanação mais detalhada.

<sup>44</sup> Além da referência a gramáticas francesas e portuguesas, encontramos referências à existência de dicionários de francês-português, de francês, em 30 volumes, de espanhol-francês, português-italiano e italiano-português, português-inglês e inglês-português. É fundamental reparar que a aprendizagem de línguas, que não o latim, constitui uma quebra com a tradição, nomeadamente com a universitária, na qual as latinidades tinham um peso considerável. Mas, não se pode perder de vista as potencialidades pedagógicas criadas, ao permitir rasgar horizontes de conhecimento, possibilitando o acesso a outras vivências culturais, que não as portuguesas.

Dentro deste grupo genérico incluem-se ainda os dicionários *geográficos, históricos, diplomáticos e universais*, além daqueles que designaríamos, hoje, por técnicos, referentes exclusivamente à prática de marinharia.

*Dois* — A organização interna obedeceu a condicionamentos históricos, que determinaram uma certa orientação epistemológica do saber. O espaço e o tempo cultural reflectem-se na existência de obras que dizem respeito às reformas de ensino, atenção muito especial dada à reforma pombalina de 1772. É nesse sentido que, por exemplo, lado a lado com os *Estatutos da Real Academia dos Guardas Marinhas* deparamos com os *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Porém, há também um tempo cultural exterior aos limites nacionais, que fez sentir a sua presença através da referência, por exemplo, de *L'Ordonnance de la Marine*, de *Ordonnances et Réglements sur la Marine Française* ou dos dois volumes das *Ordenanzas de la Mariña*<sup>45</sup>.

*Três* — Os manuais portugueses constituem um outro núcleo, encabeçados pelas obras de Azevedo Fortes (*O Engenheiro Português, Lógica Racional*), e seguidas pelos manuais de Brotero (*Compêndio de Botânica, Princípios de Agricultura Filosófica*) ou dos de marinharia, de autoria de professores da Academia, como Limpo, por exemplo. É também de aqui enquadrar quer o *Regulamento do Exército* do conde de Lippe (a influência da nova disciplina militar...), quer os 10 volumes da *Recreação Filosófica* do Padre oratoriano Teodoro de Almeida.

*Quatro* — A história de Portugal, muito especialmente a das glórias marítimas, constitui um outro núcleo; nomes como João de Barros, Diogo Couto, Damião de Góis, aparecem referenciados com as respectivas obras<sup>46</sup>.

*Cinco* — O saber técnico-científico da ciência náutica consubstancia-se nos manuais específicos, quer nos referentes aos trabalhos práticos inerentes ao curriculum escolar (feitura de mapas e rotas, medições trigonométricas, tábuas náuticas e astronómicas), quer no saber militar, que teria como apoio fundamental o *Cours d'études au usage de l'École Royale Militaire*, em 46 volumes.

---

<sup>45</sup> Há como que uma tentativa de acompanhar as reformas da Marinha portuguesa com as alterações que outras «nações marítimas» produziam simultaneamente, caso da França revolucionária ou da Espanha de «La Ilustracion».

<sup>46</sup> A história, enquanto disciplina, adquiriu na segunda metade do século XVIII uma função eminentemente pedagógica: o passado conhece-se em função da construção de um presente, ponte de ligação para o futuro. É neste sentido que se pode estabelecer uma correlação entre história e reforma/renovação da Marinha portuguesa.

*Seis* — A formação técnica juntava-se uma componente de formação cultural mais alargada que permitisse moldar o perfil do oficial de Marinha ao sabor das tonalidades da produção do conhecimento humano da altura. Nesta directriz enquadra-se a bibliografia de divulgação, ligada às Academias, recém-criadas, e com objectivos inovadores<sup>47</sup>. Não é, pois, por simples acaso que encontramos referenciadas as *Memórias de Mathématique e Física da Real Academia das Sciencias de Lisboa* e da *Academia Real das Sciencias de Paris*, desdobrando-se em *Memoires, Histoire, Tables, Machines* e *Memoires de l'Institut*.

E, ainda como um complemento pedagógico-cultural a «Livreria» da Academia guardava títulos como *Pratica de Botanica en Hespañol* (9 vols.), *Essay sur les maladies, Code des Prises, Rapport sur la situation de l'École Polytechnique* ou *Histoire des progrès de la puissance d'Angleterre*.

Até aqui abordou-se o rico manancial do inventário sob um ponto de vista temático, sendo notório que este extravasava os domínios restritos das técnicas náuticas, procurando, antes, projectar a futura oficialidade portuguesa para uma realidade total e aberta, educando-a e sensibilizando-a, para um olhar inovador, capaz de gerar a transformação reformadora, quando necessário...

Se nos voltarmos para o universo dos Autores lidos, ensinados ou apenas referenciados, das orientações pedagógicas, culturais, e, porque não também ideológicas, essa ideia de capacidade de transformar surge-nos ainda mais reforçada.

Dos inúmeros nomes mencionados no inventário, procedeu-se a uma escolha que teve como suporte de referências a concepção de ciência do século XVIII, e os seus nomes mais representativos e paradigmáticos. Eles constituem também os expoentes dos objectivos científicos dessa época — o progresso e o modelo de perfectibilidade — mas também o perfil de um certo padrão cultural, avançado e inovador, que se concentrou emblematicamente no *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrés de l'Esprit Humain*, de Condorcet.

Deste modo, o conteúdo dos milhares de páginas que compunham a «livreria» da Academia dos Guardas Marinhas, encerrava um potencial imenso de ideias, ou melhor de «ciência das ideias». Nesse espaço destinado ao conhecimento, mas também à prática de objectivos pedagógicos, moldava-se o pensamento dos jovens alunos, delineando-se, conseqüentemente, possíveis modelos ideológico-culturais.

---

<sup>47</sup> Por detrás destas instituições está sempre subjacente uma ideologia que visa essencialmente os objectivos do bem e da utilidade pública. «La reunion en un même corps et dans un même lieu des hommes les plus éminents dans les sciences et les arts crée une instance nouvelle qui n'existait pas au temps des académies séparées» (GEORGES GUSDORF, *Les Idéologues*, p. 308).

Um pouco «avant la lettre», a Academia cumpria os desígnios que um dos arautos dos Ideólogos franceses, Destutt de Tracy, haveria, mais tarde, de proclamar:

«Jeunes gens, c'est à vous que je m'adresse; c'est pour vous seuls que j'écris. Je ne prétends point donner des leçons à ceux qui savent déjà beaucoup de choses, et les savent bien: je leur demanderai des lumières au lieu de leur en offrir (...). *Avoir des idées, les exprimer, les combiner, sont trois choses différents, mais étroitement liées entre elles.* Dans la moindre phrase, ces trois opérations se trouvent; elles sont si mêlées, elles s'exécutent si rapidement, elles se renouvellent tant de fois dans un jour, dans une heure, dans un moment, qu'il paraît d'abord fort difficile de débrouiller comment cela se passe en nous»<sup>48</sup>.

O espírito operativo de Destutt de Tracy encontrava-se bifurcado em dois aspectos na Academia dos Guardas Marinhas. Um, a nova visão científica setecentista, assente na filosofia natural e na síntese eclética do modelo e da razão newtoniana com a concepção jansenista e laica, inerentes ao Estado moderno. Outro, o contacto livresco com os Autores de ponta da época, que combinavam a ciência com a filosofia e a «práxis» política, na edificação de uma nova realidade, cujo modelo estava exactamente na ribalta do mundo de então: a França revolucionária.

Parece-nos importante estar-se consciente destes possíveis veículos, semi-directos, de influência, pois, não terá sido totalmente improdutivo que nomes destacados da «revolução cultural» francesa, segundo a expressão de Gusdorf, tivessem tido algum papel nos bancos de aprendizagem. D'Alembert, Condillac, Lacroix, Maupertuis, Carnot, Condorcet, Monge, Nollet, Laplace, Jacques Rohault, Clairaut eram alguns dos muitos que poderíamos aqui citar<sup>49</sup>.

Dentro da perspectiva ciência/ideologia que temos vindo a demarcar não estarão, ainda que submersos, ou apenas implícitos, objectivos marcadamente virados para a renovação da realidade? Em que medida é que o princípio de Condorcet de que «*L'espèce humaine doit-elle s'améliorer, soit par de nouvelles découvertes dans les sciences et dans les arts, et, par une conséquence nécessaire, dans*

---

<sup>48</sup> DESTUTT DE TRACY, *Éléments d'Idéologie, I: idéologie proprement dite (introduction et appendices par Henri Gouhier)*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1970, pp. 1 e 3 (sublinhado nosso).

<sup>49</sup> Para uma melhor visualização destes nomes-símbolos, cfr. JOANNA KITCHIN, *Un Journal «Philosophique»: La Décade (1794-1807)*, Paris, ed. Lettres Modernes, 1965; SERGIO MORAVIA, *ob. cit.*; DANIEL MORNET, *La Pensée Française au XVIII<sup>ème</sup> siècle*, Paris, ed. Armand Colin, 1969 e JACQUES ROGER, *Les Sciences de la Vie dans la Pensée Française du XVIII<sup>ème</sup> siècle. La génération des animaux de Descartes à l'Encyclopédie* (2.<sup>a</sup> ed.), Paris, ed. Armand Colin, 1971.

les moyens de bien-être particulier et de prospérité commune...»<sup>50</sup> não poderá estar subjacente ao modo como são «fabricados» os novos oficiais da Marinha Real Portuguesa?

Ainda dentro do âmbito das hipóteses, interrogamo-nos se não será o próprio princípio do «melhoramento da espécie humana» que subjaz às palavras de Marino Miguel Franzini, quando este pretende justificar a sua passagem da Marinha para o recém criado Real Corpo de Engenheiros (1803). Diz-nos ele que «(n)os intervalos dos meus embarques aproveitei-os na conclusão de uma carta geral do Golfo Adriático, carta que faltava inteiramente; depois do que me entretive em reunir debaixo de um mesmo ponto todas as observações e determinações que se tenham feito para a construção do Plano do Porto de Lisboa (...) e por fim me empreguei cooperando com o Coronel Dupuis<sup>51</sup> para a configuração e determinação final das Costas da Terra-Nova que se estão abrindo na Costa Geral do Oceano de que está encarregado do dito Coronel (...)»<sup>52</sup>.

Não serão ainda estes projectos um meio eficaz e directo de saber dar utilidade pública ao conhecimento adquirido, tornando as virtualidades científicas pragmáticas e eficientes?

Não será, também, o momento de abrir novas rotas explicativas para a formação, gestação, e emergência da ideologia liberal em Portugal? Tínhamos as vias da politização dos meandros maçónicos, da esfera de influência da Universidade, de alguns círculos intelectuais e boémios, ou do Exército, enquanto instituição corporativa. É importante, agora, voltar a atenção para outros horizontes. Geograficamente em Lisboa, e operativamente no novo olhar/interpretação que se torna indispensável prestar ao peso dos militares. Não ao nível da tomada de consciência interna, do grau de politização que adquiriram, por variados meios, mas olhar para o cenário que preparou o seu aparecimento nas andanças da vida política portuguesa — os antecedentes culturais e ideológicos, adquiridos nas instituições de ensino especificamente criadas, ou seja na própria expressão da época, nas «Reais Academias».

## II — OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE CIENTÍFICA

Consideramos como espaços de sociabilidade as instituições a que Franzini pertenceu, onde, periódica e regularmente, se reunia com outras pessoas, no sentido de discutirem e apresentarem pro-

---

<sup>50</sup> CONDORCET, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrés de l'Esprit Humain* (texte revu et présenté par O.H. Prior), Paris, ed. Librairie Philosophique J. Vrin, 1970 (sublinhado nosso).

<sup>51</sup> Oficial da Marinha francesa que se encontrava a efectuar o levantamento topográfico das costas da América do Norte francesa.

<sup>52</sup> Arquivo Histórico Militar, Processo Individual — M.M. Franzini, Cx. 464, doc. s/d.

jectos, que recaíam sobre diversos assuntos. Assim, a nossa atenção descerá até à *Sociedade Real Marítima, Militar e Geographica, para o desenho, gravura e impressão das cartas hidrographicas, geographicas e militares*, e à *Real Academia das Sciencias de Lisboa*, enquanto formas de sociabilidade científica<sup>53</sup>.

Que relações, formais ou informais, se estabeleciam entre os membros (sócios) destas sociedades enquadradas no espaço político-cultural institucionalizado ou permitido pelo poder?

Um rápido olhar lançado aos seus membros permite-nos, desde logo, vislumbrar uma espantosa coincidência entre os nomes ligados ao conhecimento científico, especialmente nas áreas da matemática, da física e da geografia, que afanosamente se desdobravam em múltiplos encontros e discussões científicas. Nestes estava inevitavelmente presente o factor da sociabilidade — o contacto de pessoas e ideias, encontros regulares de diferentes sensibilidades políticas e culturais, nos quais se (sobre)valorizavam os domínios, restritos, do conhecimento científico, do rigor e da competência da *Ciência* — signo quase mágico que abria as portas a uma certa elite social, aristocrata quer por nascença, quer por competência. Um micro-universo de sociabilidade formado pelos melhores homens que dedicavam o seu melhor tempo à *Ciência*!

Nos dois espaços de sociabilidade científica que estudámos, em íntima conexão antropológica com os espaços de formação académica da época, verificámos ser uma característica comum a convocação regular dos sócios, para apresentarem trabalhos que pudessem contribuir para o progresso da humanidade, em todos os seus variados domínios, como também para debater alguns dos problemas que atribulavam a sociedade portuguesa.

Em termos genéricos, podemos afirmar que estes espaços de sociabilidade funcionavam como centros agregadores de elites culturais de ponta, nos quais enquadrámos Marino Miguel Franzini.

---

<sup>53</sup> Cfr. MARCEL AGULHON que no seu trabalho sobre o aparecimento do Círculo em França, como forma inovadora da sociabilidade burguesa, nos aponta como antecedente a Academia francesa: «Le plus prestigieux des cercles d'aujourd'hui n'est-ce pas, d'une certaine façon, l'Académie française? Elle est en tous cas parmi les plus anciens» (*Le Cercle dans la France Bourgeoise 1810-1848. Études d'une mutation de sociabilité*, Paris, ed. Armand Colin, 1977, p. 19). Cfr. igualmente MARIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS, *Sobre os Intelectuais Portugueses no século XIX (do vintismo à regeneração)*, in «Para uma Sociologia da Cultura Portuguesa no Século XIX», pp. 93-135, ed. Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1983. É aqui aflorado o problema dos espaços sociológicos que (des)envolveram a *intelligentsia* portuguesa, «cuja actividade ideológica e política contribuiria para alargar a crise orgânica do «antigo regime», para cimentar o acesso da burguesia ao poder político e para dar expressão às pretensões das suas diferentes fracções» (p. 93). A propósito dos quadros referenciais que envolveram Franzini somos levados a pensar que esta sociabilidade científica viria a projectar nalguns dos seus sócios uma mutação de sensibilidade social, aparecendo, quando histórica e institucionalmente possível, a sociabilidade política.

## 1. *Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica*

Como ponte de ligação entre o espaço académico e o da sociabilidade científica, onde Franzini se movimentou, encontramos a *Sociedade real marítima, militar e geographica para o desenho, gravura e impressão de cartas hydrographicas, geográficas e militares*. Nela podemos encontrar duas das principais vias do prestígio e da reputação social da época, ou sejam, o rigor do conhecimento científico e o ponto de encontro regular, selecto, quase eleito e académico que conseguia selar várias amizades e círculos sociais, fazendo simultaneamente nascer, e despontar, os primeiros círculos de sociabilidade, ainda não (totalmente) política — uma sociabilidade de rigor e de prestígio, de competência, logo, científica.

A *Sociedade* nasce da confluência de vários vectores. Por um lado as exigências científicas do país, no domínio das cartas marítimas e topográficas, preconizadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>54</sup>, inserindo-se, assim, no espírito iluminista de reformar a Marinha, em plena consonância com o discurso pedagógico-científico de Martinho de Melo e Castro, ou com o do Lente da Academia da Marinha Dantas Pereira.

Sob um outro prisma, a *Sociedade* resultou também da aproximação de várias personalidades detentoras de uma cultura de ponta, renovada e inovadora, personalidades oriundas de outros espaços, científicos e/ou académicos, como o caso da Real Academia das Sciencias de Lisboa.

Registe-se igualmente a complementaridade existente, ao nível da vivência material e de recursos, entre a *Sociedade* e as instituições da época vocacionadas para a Ciência. Cite-se, a título de exemplo, os serviços prestados pelo laboratório da Casa da Moeda, pela oficina de Máquinas da Real Cordoaria, pela tipografia da Academia das Ciências, ou pela Universidade de Coimbra, através da presença dos seus lentes, ou pela cedência da Sala do Risco do Arsenal da Marinha.

Neste ambiente cultural, social e institucional, Marino Miguel Franzini destacou-se como um dos «brilhantes sócios», apresentando, periodicamente, como regulamentavam os Estatutos, os seus trabalhos, *Memórias* ou *Escritos*, de modo a se poderem concretizar os objectivos do Alvará de 1798<sup>55</sup>.

Se olharmos para o universo onomástico das personalidades existentes nesta sociabilidade científica, afinal a atmosfera envol-

---

<sup>54</sup> SILVESTRE RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos Scientificos*, vol. IV, pp. 158-59.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p. 163. Também nos *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Julho 1981) indica que o «brigadeiro Franzini» fazia parte desta Sociedade. Sobre os trabalhos efectuados e apresentados à Sociedade veja-se JOSÉ PEREIRA DANTAS, *Memória para a História do Grande Marquês de Pombal*, nota de rodapé n.º 57, pp. 57-59.

vente e referencial de Marino Franzini, verificamos, uma vez mais, a simultaneidade entre os nomes que encontramos na *Sociedade Real e Marítima* e os das outras instituições congéneres, afinal um universo em que gravitam vários planetas pertencentes a uma mesma galáxia... Entre eles destacamos, para além de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, alguns lentes de Coimbra, ou da Academia da Marinha como António Ciera, Francisco Stockler ou José Maria Dantas Pereira <sup>56</sup>.

Mas, procurando romper os círculos nacionais e fomentar a sociedade científica com o estrangeiro foi «pelo decreto de 6 de Novembro de 1800 permitido à *Sociedade Real Marítima* estabelecer uma correspondência literária e científica com os mais célebres astrónomos, sociedades e academias da Europa» <sup>57</sup>. Veja-se neste esforço de contacto e troca de informações uma tentativa de rasgar as fronteiras culturais do espaço científico, com projecção social e, talvez, com alguma matiz política, no sentido mais amplo do conceito de política.

Acontecimentos conjunturais vieram abalar e fazer entrar em ruptura estes sustentáculo cultural. As invasões francesas, ao fazerem precipitar para o Brasil mais de metade do reino, precipitaram também a estrutura material da *Sociedade*. Tudo foi embarcado para o Brasil, juntamente com os espólios referentes à Academia da Marinha ou dos Guardas-Marinhas, varrendo da nossa memória cultural as referências à *Sociedade*, aos seus instrumentos científicos, ao depósito bibliográfico e aos trabalhos apresentados pelos sócios. Apenas ficaram as pessoas, as personalidades que, de uma forma ou de outra, deixaram pistas ou trabalhos em aberto no âmbito da *Sociedade Real e Marítima*; tal foi o caso de Franzini; tal foi o caso muito especial de José Maria Dantas Pereira que, embora ignorado e esquecido pelo dobrar das décadas, produziu um apreciável, e importante, trabalho sobre alguns dos aspectos científicos da época, marcando um ambiente, colorindo uma vivência social e cultural <sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> Entre os nomes ilustres que pertenciam à *Sociedade* mencionem-se, igualmente os seguintes: António Teixeira Rebelo, coronel de artilharia, mais tarde director do Colegio Militar; José Monteiro da Rocha, vice-reitor da Universidade de Coimbra; Manuel Joaquim Coelho da Costa Vasconcelos Maia, lente de matemática na Universidade de Coimbra; Manuel Pedro de Melo, lente substituto da Academia Real dos Guardas Marinhas e, mais tarde, lente da faculdade de matemática na Universidade de Coimbra; Marquez de Marialva; Marquez de Niza; Pedro Folque, capitão engenheiro; Reinaldo Oudinot, coronel engenheiro que se destacou na ilha da Madeira pelos serviços aí prestados no domínio da engenharia. No mesmo rol de nomes que sobressaíram na época, ou viriam a salientar-se, podemos incluir os de Margiochi, Villela Barbosa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Paulo Ciera, José Carlos Mardel, etc. Cfr. SILVESTRE RIBEIRO, *ob. cit.*, pp. 162-164.

<sup>57</sup> SILVESTRE RIBEIRO, *ob. cit.*, p. 162.

<sup>58</sup> JOSÉ MARIA DANTAS PEREIRA DE ANDRADE (1772-1836) iniciou a sua carreira militar e científica na Armada. Em 1790 era já professor de Matemática na Academia da Companhia dos Guardas-Marinhas. Após as

## 2. *Real Academia das Sciencias de Lisboa*

Fundada à semelhança das suas congéneres europeias «deve-se-lhe em particular os princípios tecnológicos, ou conhecimentos das artes, e ofícios, de que se vão formando colecções imensas»<sup>59</sup>.

Sob o impulso de José Francisco Correia da Serra (abade Correia da Serra) e do Duque de Lafões<sup>60</sup> surge a *Real Academia das Sciencias de Lisboa* subdividida em três compartimentos do saber: o das Ciências Naturais, o das Ciências Exactas e o da Literatura, tendo à frente de cada figuras de primeiro plano da nossa estrutura cultural setecentista<sup>61</sup>.

Como objectivos propunha-se cultivar e aumentar as Letras e as Ciências em prol do Progresso, da Razão. Tendo ocupado vários locais na cidade de Lisboa, a Academia das Ciências constituiu um forte elemento polarizador da intelectualidade portuguesa, onde se cruzaram várias sensibilidades políticas, mas também, onde existiu

---

invasões francesas embarcou para o Brasil. Foi correspondente da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, promovido, depois, a sócio efectivo. Foi, igualmente, membro da Sociedade Filosófica de Filadélfia. Apesar dos seus inúmeros escritos, maioritariamente de carácter científico, versando temas de Marinha, de Matemática ou de Geografia, apontarem para a necessidade de reformar o país. Dantas Pereira sempre se manifestou contrário ao regime liberal constitucional, vindo a morrer no exílio, em Montpellier. Espírito científico moldado e formado no espaço cultural e institucional da reforma pombalina (aliás, Pombal é o grande universo das suas referências...). Dantas Pereira pelas posições políticas e pela abertura de espírito, e mentalidade, que mostrou para com os problemas reais e concretos enquadra-se na linha político-ideológica de José Acúrsio das Neves, por exemplo. Cfr. INOCÊNCIO DA SILVA, *Dicionário Bibliográfico*, vol. V, pp. 29-33. Cfr. igualmente JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, *Obras Completas*, Porto, Afrontamento, s/d.

<sup>59</sup> JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, *Variedades* [...], p. 49.

<sup>60</sup> Cfr. LUÍS REIS TORRAL, ISABEL NOBRE VARGUES. *A Revolução de 1820 e a instrução pública*, cap. referente à «Academia das Ciências — sua discussão nas Cortes», pp. 225 e ss., no qual se dá bastante relevo ao papel destes «intelectuais portugueses mais prestigiosos dos fins do século XVIII». Também na parte introdutória deste estudo é frisada a importância dos espaços científicos na sociedade pós-pombalina, a nível do ensino, que se estruturou num determinado perfil e suporte temporal dimensionado já à escala da Europa racionalista e da (nova) Ciência. «Pode, pois dizer-se [...] que o ensino no período mariano-joanino continua a pautar-se estruturalmente pelo modelo pombalino...» (p. 28). Importa-nos aqui salientar uma vez mais a concomitância temporal e nominativa que existe entre os espaços pedagógico-didácticos da época e os espaços de sociabilidade científica, alicerçada nos novos moldes epistemológicos do conhecimento científico.

<sup>61</sup> Cfr. a monografia feita por CRISTOVÃO AIRES, *Para a história da Academia das Sciencias de Lisboa*, Boletim da 2.<sup>a</sup> classe, vol. XII, 1917/18, Coimbra, 1920, pp. 789 e ss. Entre os nomes que igualmente encontramos noutros espaços, quer de sociabilidade, quer académicos, registam-se os nomes de Domingos Vandelli, P. Teodoro de Almeida, Miguel Franzini, Tenente General Bartholomeu da Costa, Dr. João António Dalla Bella, Francisco de Borja Garção Stockler, José Maria Dantas Pereira entre outros.

um forte elo de ligação entre todos os sócios: a abertura ao espírito racionalista, ao desenvolvimento técnico e científico.

Foi neste espaço de comunicação e de troca/discussão de ideias que também se movimentou e (in)formou Marino Franzini; sem dúvida um contributo mais a juntar aos demais vectores que facultaram a sua formação cultural, e política, no dealbar da sociedade oitocentista, recheada de ideais, projectos, sonhos e utopias.

Franzini entrou como sócio correspondente em 10-3-1813, passando a efectivo em 21-11-1821, para a classe das Ciências, chegando a desempenhar as funções de tesoureiro, em 1831, e a de presidente de classe em 1850<sup>62</sup>.

O seu primeiro trabalho apresentado foram as *Observações Meteorológicas, feitas na cidade de Lisboa, no ano de 1816 e 1817, acompanhadas de várias reflexões sobre o estudo e aplicação da Meteorologia, offerecidas à Real Academia das Sciencias*. E, relacionando com o enunciado dos princípios orientadores da Academia, é com grato sabor que Franzini, para além da inovação que propõe com as observações meteorológicas, se afadiga em descrever, técnica e minuciosamente, os instrumentos de que faz uso<sup>63</sup>. Anotemos o que diz sobre o barómetro:

«O Barómetro, construído por Nairne foi aqui aperfeiçoado pelo nosso insigne Haas<sup>64</sup>, o qual adicionou um flutuante para compensar as diferenças de nível no azougue da cisterna, fazendo que esta coincida sempre, por meio de um parafuso que aumenta ou diminui a capacidade daquela cisterna, com o zero da divisão, designada em polegadas inglesas»<sup>65</sup>.

O que nos parece significativo é que uma vez mais, neste espaço de sociabilidade científica, Franzini pugnou por dar o seu contributo individual, no que diz respeito a trabalho científico. Aliás, quando em 1854 a Academia é reestruturada foi considerado condição indispensável, para se conservar o título de sócio, dar-se «alguma prova, no intervalo de dois anos, de se ocupar de trabalhos científicos e académicos, publicados pela imprensa»<sup>66</sup>. Evidentemen-

---

<sup>62</sup> Cfr. PEDRO FRAGOSO DE MATOS, *Oficiais da Armada na Academia das Sciencias de Lisboa*, in «Anais do Clube Militar Naval», vol. CXI, Abril e Julho 1981, pp. 251-279 e *Marino Miguel Franzini (1779-1861)*, in «Revista Militar», n.º 11/12, Novembro/Dezembro 1980, p. 1049.

<sup>63</sup> O estudo referido foi publicado na *História e Memórias da Academia* Tomo V, parte I, 1817, pp. 92-109. «Os instrumentos de que faço uso estão colocados em uma das salas das casas da minha residência sita em S. Pedro de Alcântara, cuja frente é exposta perpendicularmente ao Nordeste, tendo perfeitamente desembaraçado o horizonte nos dois quadros Nordeste e Sudeste: o seu pavimento acha-se elevado sobre o nível do Tejo 33 braças, ou 72,6 metros» (p. 104).

<sup>64</sup> JACOB HAAS, «maquinista» da oficina de instrumentos matemáticos a funcionar na Real Fábrica da Cordoaria.

<sup>65</sup> *História e Memórias da Academia*, Tomo V, parte I, 1817, p. 104.

<sup>66</sup> *Memórias da Academia*, 1854, Tomo I, parte I, p. 1.

te que Marino Miguel Franzini viu o seu pedido aceite, e confirmado, nos quadros desta instituição científica.

### III — UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE POLÍTICA: A SOCIEDADE LITERÁRIA PATRIÓTICA DE LISBOA

Pretendemos ver nesta *Sociedade* o meio ideal para caracterizar um possível espaço de sociabilidade política<sup>67</sup>, em que Franzini se movimentou.

Instaurada em Janeiro de 1822, tinha como objectivo encaminhar a opinião pública a aceitar amplamente o sistema constitucional, como sistema de governação<sup>68</sup>. Papel pedagógico que é salientado pelo Prof. Silva Dias ao afirmar que «Estas sociedades eram um misto de centros de animação político-cultural, de formação de militantes liberais, e de intervenção 'unitária' nos acontecimentos que envolviam a segurança ou a reputação do regime vintista (...). Os estatutos mencionavam ainda a finalidade de dirigir a opinião pública, quer através de publicações, quer através de sessões de esclarecimento»<sup>69</sup>.

Dispondo de uma publicação própria, o *Jornal da Sociedade Literária Patriótica*<sup>70</sup> tinha, assim a Sociedade meios próprios para

---

<sup>67</sup> Um espaço de sociabilidade política, por onde passaram os ideários políticos do vintismo em íntima conexão com as vivências da época do Portugal Regenerado. É neste sentido que consideramos a *Sociedade Literária Patriótica de Lisboa* como um exemplo possível da «Société d'Arcueil», para a França revolucionária de 1799, de que nos fala MARCEL AGULHON. «La constitution d'une association en forme à partir d'un groupe de relations amicales et mondaines stabilisé par l'habitude, nous en retrouvons un exemple (...) avec l'histoire de la «Société d'Arcueil (...)» (M. AGULHON, *ob. cit.*, p. 20).

<sup>68</sup> Cfr. JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO, *ob. cit.*, vol. IV, pp. 128-134. No discurso da noite do primeiro aniversário da Sociedade o seu presidente, Desembargador Gravito, salientou que a «Sociedade, que tomou por objecto, e fim do seu estabelecimento o dirigir a opinião, e espírito público, a bem do sistema constitucional» (in *Astro da Lusitania*, n.º 4. 7 de Janeiro de 1823).

<sup>69</sup> J.S. DA SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, tomo II, Lisboa, I.N.I.C., 1980, p. 794.

<sup>70</sup> No final do tomo I encerra a lista dos sócios, onde se encontra o nome de Marino Miguel Franzini. Na advertência do n.º 1, tomo I é o público leitor informado do seguinte: «As matérias do contexto deste jornal serão divididas em cinco secções: 1 — artigos sobre os mais importantes assuntos políticos, em apoio do sistema constitucional; 2 — artigos de ciências e artes, comércio e indústria; 3 — variedades, debaixo de cujo título entrarão artigos de história, literatura e crítica, e poderá entrar o extracto de algumas sessões da sociedade, e alguns escritos ou memórias que a sociedade obtiver de seus membros, ou de outras pessoas, anónimos ou expressos os nomes dos seus autores, segundo lhes aprouver; 4 — as leis, decretos e portarias, por íntegra ou por extracto; 5 — notícias nacionais ou estrangeiras, em separado e com as convenientes anotações. Em suma, alternando os assuntos e percorrendo por todos em diferentes números, buscar-se-á abranger as ciências, as artes

difundir as suas ideias e, simultaneamente, projectar pareceres opinativos sobre a situação que o liberalismo vivia <sup>71</sup>. É, exactamente, neste aspecto que pensamos poder ver abertamente alguma influência sobre Franzini, uma vez que encontramos algumas tonalidades discursivas comuns entre as páginas do *Jornal da Sociedade* e as intervenções, ou textos, que Marino Miguel apresentou no Parlamento.

Na secção de Economia Política do referido *Jornal* <sup>72</sup> pode-se ler a propósito da dívida pública:

«Reconhecendo-se estas vantagens [do crédito público] e consolidando Portugal a sua dívida contra um juro módico para com os antigos credores, e o da lei para os modernos que com eles contractaram depois da nossa feliz regeneração, tais como os do comissariado, e outros que tanto cuidado têm dado ao soberano congresso: bem depressa verá merecer crédito a sua dívida, e diminuir o seu deficit anual» <sup>73</sup>.

Na sessão de 8 de Maio de 1822 discutia-se o problema da dívida pública, estando em análise um projecto referente à necessidade de contrair um empréstimo. Sobre este assunto irá Franzini tomar a palavra e dizer:

«Tendo ponderado os motivos expostos na discussão presente, parece-me de absoluta necessidade fazer-se o empréstimo, admitida a classificação ou diferença entre uma e outra dívida [velha e nova];

---

e as letras, por isso aproveitando as melhores obras de que houve notícia, umas vezes traduzindo, outras copiando, e muitas vezes extractando, ou oferecendo frutos de própria lavra».

<sup>71</sup> A *Sociedade* procurou manter diálogo aberto com outras Sociedades peninsulares, espanholas, de onde, periodicamente, ecoavam notícias, assim como incentivar a formação de outros espaços, regionais, de sociabilidade política no país. É o caso «do patriota *Funchalense*, n.º 77 de 30 de Março 1822 dando conta da instituição da *Sociedade Funchalense dos Amigos das Artes e Sciencias* (...) Todos sabemos os bens que tem resultado por parte de semelhantes instituições, e não ignoramos que as nações cultas hoje se honram com muitas sociedades iguais, que tendo começado como a nossa, avançarão progressivamente e chegarão a merecer as maiores considerações» (*Jornal da Sociedade Patriótica*, n.º 13, 28 Maio 1822, pp. 381-382). É com igual vigor que anuncia quer a formação da *Sociedade Patrótica de Alfandega da Fé*, em Trás-os-Montes, quer a *Sociedade Patriótica, promotora das Letras e Industria Nacional*, conforme os princípios da actual constituição, ou ainda a *Sociedade Literária Patriótica da Covilhã*. Um conjunto de espaços de sociabilidade política, regionalizados, que afinavam por um mesmo diapásão: redimensionar o país em termos de inovação e transformação; sondagem e debate dos problemas nacionais, num clima de possibilidade histórica aberta pela regeneração vintista, que impulsionou e congregou as opiniões, as ideias, os projectos e as utopias dos diferentes sócios destas sociedades políticas ou, se preferirmos, destes círculos politizados de 1820.

<sup>72</sup> *Jornal da Sociedade Literária Patriótica*, n.º 2, 19 de Abril de 1822, pp. 41-47.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

para que quando estas se consolidarem, se conceda menor juro à dívida antiga do que à moderna, visto que esta última foi contraída com indivíduos que forneceram os seus géneros para o serviço do Estado (...). Admitida a necessidade do empréstimo, é indispensável estabelecer-se um crédito equivalente ao juro que deve vencer, e à quota com que se deve fazer a amortização anual da sobredita dívida. Sem este arbítrio como será possível fazer face ao 'deficit' que apresentam este ano os recursos do Estado?»<sup>74</sup>.

No confronto destes dois textos é nítido o paralelismo de posições, face à necessidade de contrair um empréstimo para pagar a dívida pública, de a demarcar entre *velha* e *nova*, perante o critério de pagamento de juros diferentes, assim como a preocupação de fazer diminuir o *deficit*. O encadeamento, e a lógica discursiva, são exactamente os mesmos; a alteração das palavras, ou da ordem dos signos empregues não é suficiente para modificar a coerência interna das directrizes da mensagem difundida.

Se não podemos estabelecer relações simplistas, ou lineares, entre a *Sociedade* e Franzini, não devemos também deixar de salientar a possível mediatização, neste caso ao nível da problemática conjuntural, que este espaço de sociabilidade política teria exercido sobre o deputado, e o cidadão, Marino Miguel Franzini.

## B — AS VIRTUALIDADES DO PENSAMENTO DE FRANZINI NO PORTUGAL PRÉ-LIBERAL

Apetrechado com uma formação cultural-ideológica de feição pré-liberal, ou mesmo liberalizante, é no Portugal pós-invasões francesas que Franzini tem ocasião de demonstrar alguns dos princípios que pautavam o seu pensamento. Compulsando os escritos dessa época percebe-se o delinear, e o desenvolvimento, de um pensamento «inconformista», insatisfeito face à secular imutabilidade do «establishment»<sup>75</sup>.

Se necessário remodelar e fazer rejuvenescer as raízes onde assentam os sustentáculos da sociedade portuguesa, porque não fazê-lo?

É preciso, porém, ter em conta qual o espaço deixado livre para Franzini se poder movimentar e, como este o soube aproveitar. Se o nosso engenheiro militar não figura nem nos anais dos «mártires do liberalismo», nem nos círculos dos exilados políticos, é um

<sup>74</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 8 de Maio de 1822, vol. VIII, p. 87.

<sup>75</sup> Sob a proposta de C. HILL, procurar-se-á estabelecer aqui alguns dos princípios do «pensamento não conformista» («la pensée non conformiste») de Franzini, num tempo crítico e de excepção das vivências reais portuguesas, o que medeia a saída da Corte para o Brasil e o triunfo da Revolução Liberal de 1820. Cfr. *le Monde à l'Envers. Les idées radicales au cours de la Révolution anglaise*, Paris, ed. Payot, 1977.

facto que não deixou de constituir uma voz *viva, activa e operante* no período em que o poder político, de feição absolutista, se espartilhava entre os Governadores do Reino e Beresford, sob o olhar complacente da Corte nas longínquas terras do Rio de Janeiro.

No cenário da realidade palpitante e viva da sociedade portuguesa, atravessando difíceis momentos de existência e sobrevivência, Franzini soube demonstrar que a «consciência possível»<sup>76</sup> podia ser muito eficaz e operacional. São algumas das tonalidades do seu pensamento, enquanto modelo «máximo de adequação» (sem alteração alguma da sua essência) que aqui se trazem, com o intuito bem marcado de provar que nas primeiras Cortes, as Extraordinárias e Gerais da Nação Portuguesa, Franzini era uma personalidade que se filiava nos princípios da ideologia liberal.

### 1. *O Discurso dos Agravos Militares*

As funções que desempenhava como Engenheiro no Arquivo Militar provocaram-lhe algumas inquietações. Por detrás do discurso burocrático e, aparentemente, apenas científico esconde-se a desilusão e o descontentamento meramente pessoal, mas também abrangendo o «statu-quo» que então se viva.

Em 1811, lamenta-se amargamente de não ter recebido os «soldos» de Janeiro, Fevereiro, Abril e Maio<sup>77</sup>; mas, o tom das suas palavras torna-se muito mais acutilante no decorrer de 1812-1813. Vejam-se alguns passos da exposição que apresenta ao Marechal General do Exército português, na qual coloca um feixe enorme de problemas:

«Illmo. Amigo e Camarada:

Ontem de manhã tive a honra de falar ao Illmo. e Exmo. Sr. D. Miguel Pereira Forjaz o qual me recebeu com aquela rara afabilidade com que costuma sempre acolher as súplicas apoiadas na razão e justiça; porém o receio de ser importuno me impediu referir ao mesmo Exmo. Senhor as expressões benévolas dos Exmos. Snrs. Governadores do Reino (...) S.S. E.E. estão tão convencidos da importância dos meus trabalhos que não hesitarão um só instante em me segurarem dos seus bons ofícios para o Illmo. e Exmo. Sr. D. Miguel, assim de que o mesmo Senhor se digne fazer conhecer

---

<sup>76</sup> Cfr. LUCIEN GOLDMANN, «Consciência real e consciência possível. Consciência adequada e falsa consciência», in *Dialéctica e Ciências Humanas*, vol. I, Lisboa, ed. Presença, 1972, pp. 99-100.

<sup>77</sup> Petição apresentada em 27 de Junho de 1811, na qual Franzini frisa que os soldos que lhe devem (278\$675 rs.) são o único meio de subsistência que possui. Arquivo Histórico Militar, Processo Individual — M. M. Franzini, Cx. 464.

ao Exmo. Marechal General o quanto será agradável ao Governo que eu continue nos trabalhos que tenho empreendido, e que se não poderiam interromper sem a mais cruel dureza (...) S. Exa. D. Miguel Pereira Forjaz não ignora os graves sacrifícios que tenho feito para ver publicada a minha Carta Marítima, não me poupando a trabalhos, e avultadas despesas para o conseguir, e é *justamente no momento de colher o fruto das minhas fadigas, que me vejo ameaçado de ver frustradas todas as minhas esperanças*. A glória que resulta da aparição destas obras, recai em grande parte sobre o sábio Governo que as protegeu, e sobre toda a Nação, fazendo conhecer os honrosos e importantes trabalhos dos nossos compatriotas. Todos sabem quanto tem sido arguidos os Portuguezes pelo seu atrasamento na Geografia e Hidrografia, e eu não posso renunciar à honra de desmentir este mau conceito, qualquer que seja o sacrifício que de mim se exija. Nada mais desejo do que a liberdade de continuar nos importantes trabalhos do Arquivo Militar que renasce agora debaixo da luminosa influência do Illmo. e Exmo. Sr. D. Miguel, e eu me lisonieio que corresponderei dignamente aos sábios e utilíssimos projectos que o mesmo Snr. tem delineado (...).

Parece pois que tudo favorece o meu justíssimo pedido porém se fôr tão infeliz que o não possa conseguir, então rogo a V. S. me faça conhecer com a possível brevidade o final da resolução, a fim de poder pedir a tempo a minha demissão, e em circunstância que não seja desfavorável, evitando deste modo um inútil e cruel sacrifício dos meus trabalhos, da minha tranquilidade e dos meus mui limitados meios.

Rogo a V. Exa. queira perdoar este meu desafogo, lembrando-se que é este um dos preciosos prazeres que oferece a sincera amizade e esperando que não perdia ocasião de me recomendar à válida protecção de S. Exa. em cujas mãos está o libertar-me da cruel e inesperada alternativa em que me vejo (...)»<sup>78</sup>.

Repare-se, em primeiro lugar, que o discurso visa atingir a figura de Beresford «exmo. Marechal General» enquanto Franzini se coloca sob protecção da «razão e justiça» de D. Miguel Pereira Forjaz, e restantes Governadores do Reino. Deste modo, Franzini traz a lume as rivalidades de polarização dos dois poderes paralelos, então vigentes no continente que affectam os seus interesses pecuniários mas também o desenvolvimento do País.

Num segundo ponto, anote-se a preocupação de melhorar a imagem do país<sup>79</sup>, assim como aproveitar as suas potencialidades,

---

<sup>78</sup> Arquivo Histórico Militar, Processo Individual — M. M. Franzini, Cx. 464, doc. s/d.

<sup>79</sup> Num outro manuscrito, datado 17-2-1813 esta ideia volta a ser reforçada — «Foram sempre em todo o tempo, e entre todas as Nações apreciados e remunerados tão úteis trabalhos, muito principalmente sendo empreendidos espontaneamente por efeito de zelo. Assim aconteceu em Espanha,

uma vez que entravar ou desprezar os trabalhos que estavam em curso era um caso de traição, de falta de nacionalismo... e nós sabemos quanto este conceito era caro aos governadores do reino, na altura!

É, talvez, ainda à luz do que «era possível» dizer-se que tenhamos de compreender porque é a figura de Beresford o bode-expiatório da situação exposta. É o general inglês que se encontra à frente do nosso Exército, e era muito mais fácil concitar nele as queixas e os desabafos do que nalgum dos representantes do poder real. Assim, apresentar Beresford como anti-mito sebastiânico, era o caminho possível para se expressarem as «nuances» de uma realidade escura, sem que isso trouxesse grandes dissabores, aproveitando a divisão e rivalidade dos poderes existentes.

## 2. As «Instrucções Statisticas» por ordem do Principal Souza

As *instrucções statisticas que por ordem do excellentíssimo e reverendíssimo senhor Principal Souza Franzini* compilou, e organizou, mostra-nos até que ponto a colaboração dada à política dos governadores do reino estava eivada de propostas de mudança.

No enunciado dos objectivos deste trabalho pode ler-se: «Entre as diversas Sciencias úteis que ultimamente tem feito rápidos progressos, nas Nações cultas da Europa, a Economia Política é sem dúvida uma das mais importantes, tanto pela vastidão dos objectos, que abrange, como pela influência sobre o destino dos Povos (...). A Statistica é a parte da Economia Política que (...) não admite suposições, teorias, ou ainda menos probabilidades. A exactidão a mais escrupulosa, a verdade a mais severa a distinguem particularmente, e formam a base de todas as suas operações. Para assim dizer, descrever um Estado, como um hábil botânico descreve uma planta, dando a conhecer todos os seus caracteres, sem os alterar»<sup>80</sup>.

É, pois, a situação real do país que interessa conhecer, procedendo-se a uma meticolosa observação das suas estruturas económicas, sociais e culturais. O primado de que «só conhecendo se pode transformar» estava bem presente no pensamento de Franzini.

---

aos Chefes de Esquadra D. Vicente Tofiño, e D. José Espinosa, hoje Ministro da Marinha; em França ao Conde de Puisegur e ao Cavaleiro Fleurieux; em Inglaterra ao General Roy, ao Major Rennel e a muitos outros beneméritos oficiais que se têm dedicado a aperfeiçoar a Geografia e Hidrografia do seu próprio país e de que tanto proveito resulta ao Estado e principalmente à Navegação» (Arquivo Geral da Marinha, Marino Miguel Franzini, Cx. 628, doc. 17-2-1813).

<sup>80</sup> *Instrucções Statisticas que por ordem do Excellentíssimo e Reverendíssimo senhor Principal Souza* compilou M. M. FRANZINI, tenente coronel, agregado à Brigada Real da Marinha, em 1814, Lisboa, ed. impressão régia, 1815, p. 3.

Nele deparamos igualmente com a divulgada cartilha dos homens liberais do princípio da *Felicidade Pública*, que assenta na aposta da mudança, vinda da esfera do político, como alavanca detonadora da viragem. É nesse sentido que aponta o seu discurso, ao propor o conhecimento real e efectivo do país em momento de grave crise.

«Assim como um particular não pode melhorar os seus bens, e aumentar a sua riqueza, sem conhecer exactamente a extensão das suas terras, a qualidade do solo, as plantas que mais lhe convém, o melhor método de as cultivar, etc., também os Governos nunca poderão melhorar o estado de um país, e a condição dos seus habitantes, sem entrarem nos exames os mais extensos, e laboriosos desta natureza, a fim de conhecerem, e poderem remover os obstáculos, que se opõem à felicidade pública. Supondo pois que estas importantes indagações sejam expostas aos olhos de um *Governo sábio e benéfico*, debaixo de um ponto de vista metódico, e claro, seja-nos permitido perguntar se lhe será difícil conseguir o objecto final de todas as indagações; quero dizer à descoberta dos melhores meios de fazer prosperar a Nação, aumentando quanto fôr possível os cómodos, e felicidade dos indivíduos?»<sup>81</sup>.

Inconfundivelmente, Franzini navega nas águas do individualismo, da felicidade e da fruição de bens materiais. O aumento dos «cómodos e felicidade» constitui o princípio básico para uma solução de descontinuidade com o passado, não o modelo de ruptura brusca ou violenta, mas a viragem política qualitativa empreendida pelos «Governos sábios e benéficos» que têm à sua inteira disposição, e à sua ordem, nomes apetrechados cientificamente, como o de Marino Miguel Franzini... Porque «é por um nobre sentimento de patriotismo, e por um vivo desejo de coadjuvar para o bem do Estado, que o Administrador público se deve entregar às 'Indagações Statisticas' bem persuadido de que o primeiro dos seus deveres é estudar profundamente o território, que a autoridade do soberano confiou ao seu préstimo»<sup>82</sup>.

Esta proposta, subjacente ao discurso do «saber estatístico», terá como epílogo a concretização de um novo quotidiano, do qual ressoará a felicidade e prosperidade do Estado e da Nação — «*Não basta ter-se dito o que somos, é necessário também saber-se o que poderemos vir a ser, e a que grau de perfeição se pode aspirar*»<sup>83</sup>.

Nesta visão dinâmica da história Franzini quer arredar da nossa preocupante realidade o passado, o imutável, propondo para a sociedade portuguesa, em contrapartida, um variado e perfeito potencial *AMANHÃ*.

---

<sup>81</sup> *Idem*, pp. 4-5. (Sublinhado nosso).

<sup>82</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 13. (Sublinhado nosso).

### 3. *As Reflexões sobre o Regulamento do Exército, de 1816*

*As Reflexões sobre o Regulamento do Exército de Portugal* de 1816 podem parecer, à primeira vista, como assunto do estrito foro castrense. Porém, a advertência inicial alerta-nos, imediatamente, para a possível existência de «segundas intenções»:

«A Memória que actualmente se publica deve merecer alguma contemplação dos ilustres compatriotas do Autor, não pelo saber como que deveria ter sido tratado tão importante assunto, mas sim pela *época melindrosa em que este a escreveu, mostrando existirem bons Portugueses que ousavam tentar pelos meios permitidos, que a voz da verdade e da razão penetrasse até à Augusta presença do nosso amado Monarca o Senhor D. João VI*»<sup>84</sup>.

O facto, é que a ousadia perpetrada só veio a ser impressa e divulgada no ano de 1820, sintomaticamente após o 24 de Agosto...

Comparando qualitativamente a série de críticas e análises coevas a que a imprensa de oposição<sup>85</sup> deu larga divulgação, apercebemo-nos que o sentido dos discursos é bastante diferenciado. Franzini pega no Regulamento de Beresford como um pretexto para lhe imputar acérrimas críticas — o desconhecimento total da realidade portuguesa, por exemplo<sup>86</sup> — enquanto que as demais reflexões recaem no âmbito restrito do novo regulamento militar, recém chegado do Brasil.

Quer isto dizer que Franzini se coloca na perspectiva do cidadão objectivamente consciente, que vai, progressivamente, assistindo à activação da crise em curso. Assim sendo, as suas *Reflexões (...)* tomam um cariz global, assumindo foros de balanço de uma época, e de um país, que navega em agitadas e conturbadas águas.

Sem dúvida que o cerne das críticas são as normas de recrutamento previstas; mas não serão elas um ponto de partida para poder aflorar problemas bem mais gerais e profundos? O novo sistema de «recrutamento» ao ignorar, pura e simplesmente, a real situação das forças do país, vai agravá-las ainda mais dramaticamente. E, ao propor possíveis realidades, Franzini mais não está do que a envidar esforços no sentido de propor alterações de fundo, para a sociedade da época. Evidentemente que a orgânica do Exér-

---

<sup>84</sup> M. M. FRANZINI, *Reflexões sobre o actual regulamento do Exército de Portugal publicado em 1816 ou Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação (...)*, Lisboa, ed. imprensa régia, 1820. (Sublinhado nosso).

<sup>85</sup> Cfr. com o *Correio Braziliense*, Dez. 1816.

<sup>86</sup> «É hoje tão geralmente reconhecida a necessidade de se recolherem elementos Estatísticos para bem se administrarem os negócios públicos (...). Se a aplicação deste princípio fundamental é indispensável em todos os ramos da administração pública, e particular, ainda mais o é na repartição da guerra, pois trata exclusivamente do emprego dos homens mais preciosos da Sociedade, e da maior parte da renda pública» (M. M. FRANZINI, *ob. cit.*, p. 7).

cito está também aí presente, quanto mais não seja em jeito de pretexto. Mas, as suas palavras finais revelam bem que as preocupações do seu pensamento vão para outros quadrantes. É de facto relevante que pretenda concluir as *Reflexões* «Com algumas ideias relativas à organização do Exército, alterando o menos que for possível o actual sistema, os quais os nossos bons desejos nos parecem dignos de atenção»<sup>87</sup>.

A andança efectuada pelos escritos de Franzini, anteriores a 1820, teve como objectivo demonstrar que a sua formação ideológico-cultural possuía cambiantes liberais, que na altura apropriada haveriam de emergir. Ainda como meta interessava deixar claro que o deputado vintista, Marino Miguel Franzini, era convictamente liberal, e não um recém-chegado, ou aderente de véspera, das novas ideias que circulavam pelos caminhos deste país. Nas vésperas da Revolução o seu pensamento havia já, de facto, aderido à ideologia liberal. E queremos ver neste assinante e colaborador dos *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1818-1822)<sup>88</sup> o homem convicto, consciencializado ideológica e politicamente da necessidade, e urgência, de grandes mudanças no Portugal Velho.

Modelo(s) a seguir? O grau de consciencialização da prosperidades dos novos tempos europeus aliado às múltiplas virtualidades informativas dos *Annaes*<sup>89</sup>, por exemplo, decerto forjaram soluções e vias de materialização, que se viriam a concretizar no «labor de gabinete» das Comissões Parlamentares, e, nunca nos meandros da oratória ou da retórica.

---

<sup>87</sup> *Idem*, p. 25. (Sublinhado nosso).

<sup>88</sup> Sob direcção de FRANCISCO SOLANO CONSTÂNCIO, este periódico publicou-se semestralmente entre 1818-1822, em Paris, filiando-se nos princípios do ideal de regenerar Portugal. Cfr. MARIA LEONOR MACHADO DE SOUSA, *Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decénios do séc. XIX*, Lisboa, ed. Arcádia, 1979.

<sup>89</sup> Além dos artigos inseridos no periódico, cada volume continha no final, o *Catálogo das obras mais notáveis que se tem modernamente publicado* (França e Inglaterra), organizado em seis áreas temáticas: 1 — agricultura, economia rural, história natural, química e botânica; 2 — literatura e história; 3 — matemática, arte militar, geografia, topografia e desenho; 4 — medicina e cirurgia; 5 — política e viagens; 6 — obras impressas em países estrangeiros. Para além da possibilidade de conhecerem as novidades os seus assinantes dispunham ainda da vantagem de as possuírem, uma vez que «os redactores encarregam-se de remeter qualquer obra pelos preços anunciados, às pessoas que lha pedirem».



## PARTE II

### ITINERÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO

#### I — CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

Conhecida a imagem que Franzini foi capaz de criar na sociedade oitocentista, interessa-nos agora proceder à sua desdobragem, nas variadas facetas que a sua longa vida comportou. A apresentação institucional de Franzini, espartilhada por cargos e funções públicas, tem como objectivo essencial fornecer ao leitor as principais directrizes da extensa «matéria prima» que serviu para estruturarmos as diferentes etapas do nosso trabalho.

Fundamentalmente, podemos dizer de que se trata de fornecer um potencial índice temático, donde partirão as diferentes perspectivas de abordagem. Nele se encontra uma pequena caracterização individual de todos os cargos assumidos, assim como algumas referências aos problemas que se levantaram ao redor dessas actividades.

Numa segunda parte, reportar-nos-emos à apresentação dos trabalhos publicados por Franzini. Deste modo, podemos fornecer os elementos referenciais indispensáveis à boa compreensão do texto que projectámos, construimos e apresentamos.

#### 1. *Engenheiro Militar. Director do Arquivo Militar*

Quando por decreto de 19 de Abril de 1803 foi permitido a Marino Miguel Franzini passar de capitão tenente da Armada Real para o Real Corpo de Engenheiros<sup>1</sup>, encetava-se uma etapa na sua

---

<sup>1</sup> O Real Corpo de Engenheiros data de 1792, mas só em 1812 com a publicação do Regulamento provisional conheceu a engenharia militar uma

vida de homem público ao serviço do Estado, uma vez que se consideravam oficiais em serviço activo todos os oficiais engenheiros que se encontrassem ocupados no levantamento de Cartas Geográficas e Topográficas<sup>2</sup>.

No Arquivo Militar, onde Franzini se encontra a trabalhar desde 1806, pelo menos, guardavam-se todos os instrumentos e material necessários ao «reconhecimento de fronteiras, e de províncias; levantamento de Plantas particulares, Cartas Geográficas, e Topográficas; a configuração dos terrenos, Projectos, Planos e Memórias Militares<sup>3</sup>.

Depois de concluídos os trabalhos práticos, tudo seria minuciosamente guardado e catalogado, nada podendo sair do Real Arquivo, sem uma ordem expressa, e por escrito, do Ministro da Guerra<sup>4</sup>.

Foi exactamente nestes trabalhos que Franzini ocupou os seus primeiros anos, pois «tendo sido empregado o suplicante M.M.F. pelo actual Governo destes Reinos nos trabalhos do Real Arquivo Militar (...) mereceu o seu serviço a mais lisonjeira aprovação; e ao tempo que se ocupava em redigir uma Carta Geral do Reino, de que tanto se carece, e cujos trabalhos tem grandemente adiantado»<sup>5</sup>.

Deste modo, começando como oficial, funcionário do Arquivo, Franzini foi gradualmente subindo. Em 1824 é ordenado ao «*subdirector do Arquivo Militar, o coronel Marino Miguel Franzini* que ponha já tudo em arranjo, para amanhã 23 do corrente se dar princípio à mudança do dito Arquivo para as Casas que têm sido ocupadas pela Sociedade Promotora da Indústria...»<sup>6</sup>.

A reputação dos méritos de engenheiro militar projectou-se para além da própria existência do Arquivo, pois, após a sua extinção é Marino Miguel várias vezes convocado para avaliar do merecimento artístico dos desenhadores, para se poder formar o novo quadro técnico da remodelada repartição do Arquivo Militar<sup>7</sup>. A consagração da sua actividade vem simbolizada no texto seguinte:

«Sua Magestade, a Rainha, atendendo ao merecimento e reconhecida capacidade do Conselheiro Ministro e Secretário de Estado honorário Marino Miguel Franzini e bem assim a valiosos serviços

---

verdadeira definição concreta de objectivos. Cfr. ANTÓNIO SARMENTO DA FONSECA, *A Engenharia Militar Portuguesa no século XIX*, in «Revista de Engenharia Militar», Dez. 1900, pp. 530-532.

<sup>2</sup> Cfr. *Regulamento provisional do Real Corpo de Engenheiros*, Lisboa, ed. Imprensa Régia, 1812, pp. 9-11.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, pp. 18-19.

<sup>5</sup> Arquivo Geral da Marinha, Marino Miguel Franzini, Cx. 628, doc. 17-2-1813.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico Militar, Processo Individual, M. M. Franzini, Cx. 464, doc. 22 Novembro 1824. (Sublinhado nosso).

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, docs. 15 de Fevereiro 1850; 22 de Fevereiro de 1850.

que tem prestado no extinto Arquivo Militar, há por bem pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra nomeá-lo para servir em comissão como sub-director da repartição do Arquivo Militar, criada por decreto de 28 de Dezembro último»<sup>8</sup>.

Uma repartição que o ocupou por longos anos. Nela teve ocasião de ser útil ao Estado e à Nação através dos seus trabalhos, assim como lhe permitiu desempenhar outras funções públicas, nomeadamente a da Comissão de Estatística e Cadastro, que funcionava no mesmo local do Real Arquivo. Quase ousaríamos dizer de que se trata de um mesmo universo, espartilhado por vários satélites que se encontram ligados por finas teias de inteligibilidade e capacidades culturais e científicas.

## 2. *Presidente da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino*

A partir da Comissão de Estatística vão ser orientados todos os trabalhos estatísticos do reino, as divisões administrativas, assim como os levantamentos topográficos do país<sup>9</sup>.

O primeiro grande trabalho de vulto de Franzini foi o recenseamento de 1820, apresentado às Cortes em 1822 e reaproveitado,

---

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, doc. 3 Janeiro 1850.

<sup>9</sup> No Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas o acervo documental referente à Comissão de Estatística e Cadastro do Reino subdivide-se em 12 maços, que dizem respeito a todas as fases burocráticas a efectuar para proceder à concretização dos objectivos desta Comissão. 1 — Correspondência diversa, recebida do Real Corpo de Engenheiros, Ministério da Guerra, Intendência Geral da Polícia, Administração Geral do Correio, Estado General e Comissão encarregue da distribuição de socorros aos lavradores. 2 — Minutas de correspondência expedida para diversas autoridades. 3 — Portarias e ofícios recebidos da Secretaria do Estado dos Negócios do Reino. 4 — Correspondência recebida da Secretaria do Estado dos Negócios Eclesiásticos da Justiça. 5 — Ofícios recebidos de Administrações Gerais e Governos Cíveis. 6 — Mapas Estatísticos da população e seu movimento. 7 — Ofícios recebidos de autoridades concelhias. 8 — Mapa geral da divisão territorial, em distritos, comarcas e concelhos, com as freguesias respectivas e divisões militares. 9 — Representações sobre a divisão dos concelhos. 10 — Minutas de informações remetidas ao Ministério do Reino. 11 — Circulares recebidas do Ministério do Reino a comunicar a nomeação de ministro. 12 — Registro de pedidos acerca da limitação de concelhos. Evidentemente que não enveredámos pelo estudo monográfico desta plêiade de assuntos, por muito aliciantes que eles fossem, porque apenas nos interessou perceber qual o tipo de ocupação diária de Franzini, desde, pelo menos, 1820 até às proximidades de 1850; e encontra-se à cabeça desta comissão até 1846, ano em que o governo de Costa Cabral encarregou José de Ávila de organizar uma Comissão do Cadastro do Reino. Significativamente, quando em 1847 o mesmo José de Ávila elabora um Relatório sobre o assunto, vai endereçá-lo ao Ilmo. e Exmo. Sr. Marino Miguel Franzini, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Cfr. JOSÉ DE ÁVILA, *Relatório sobre o Cadastro (1848)* publicado no Boletim da «Direcção Geral das Contribuições e Impostos», Série A. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, 1963, n.º 51, Março, pp. 777-873.

quando publicou no *Almanach Portuguez* de 1826 o quadro geral da população do reino.

Mas, se os trabalhos que maior projecção lhe deram foram os referentes à população<sup>10</sup>, outros de primordial importância foram igualmente orientados sob o olhar científico de Franzini, ainda que o seu reconhecimento tenha permanecido olvidado nos anais da história.

As sucessivas, e várias, divisões administrativas que Portugal teve, ao longo do liberalismo, foram despachadas a partir do Arquivo Militar, local onde funcionava a Comissão. Aí afluíam também centenas e centenas de queixas e pedidos das povoações para serem incorporadas neste ou naquele concelho, ou estarem adstritas ao julgado a que anteriormente pertenciam.

Obra grande, mas anónima, que por si só não conseguia galvanizar proventos políticos ou irradiar entusiasmos oratórios, na classe política liberal. Contudo, tratava-se de um trabalho técnico ao serviço de uma causa política, e talvez não se conseguisse sustentar a imagem de mudança pretendida sem este tipo de apoios silenciosos, ou silenciados, efectuados na penumbra de gabinetes, ou na expedição, recolha e tratamento de inquéritos aos mais recônditos lugares do Reino.

Para nós, que pretendemos estudar a acção e o pensamento de Franzini, foi de grande utilidade contactar com o grande espólio de documentação deste seu cargo, porque nos permitiu perceber as funções técnicas que sempre caracterizaram a sua passagem pelo Parlamento. Consideramos que o trabalho desenvolvido ao longo dos anos por Franzini na Comissão de Estatística lhe permitiu tomar contacto com o país real, dimensionado à pequena escala. Receber ofícios e cartas das pequenas e longínquas povoações, ou dos centros mais populosos, permitiu-lhes uma articulação, e dimensionação, dos problemas a um nível diferente da maioria dos demais pensadores liberais portugueses.

## 2. *Inspector da Real Fábrica da Cordoaria*

Marino Miguel Franzini foi Inspector desta manufactura estatal por um longo período, que se dividiu, no tempo, do seguinte modo: 26 de Maio de 1818 a 26 de Agosto de 1831, e 16 de Agosto de 1833 a 25 de Abril de 1855<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Cfr. BALBI, *Varietés (...)*, pp. 75-93 e ALBERT SILBERT, *Le Portugal Méditerranéen (...)* vol. I, pp. 107-108.

<sup>11</sup> Cfr. JOSÉ MARTIRES DOS SANTOS, *A Cordoaria Nacional e a sua História (...)*, p. 51. Franzini foi afastado entre 1831 e 1833 por motivos políticos, uma vez que se manifestou contra o governo absolutista de D. Miguel. «Diz Marino Miguel Franzini, coronel graduado da Brigada Real da Marinha e Inspector da Cordoaria, que tendo sido reintegrado na adminis-

Do início da sua actividade diz-nos José Acú시오 das Neves o seguinte:

«O antigo estabelecimento da Junqueira ampliou-se a outros objectos por conta da Fazenda Real debaixo da *excelente ordem*, de que é devedora aos *bons administradores*, que tem tido, e em particular ao comendador Marino Miguel Franzini»<sup>12</sup>.

Podemos afirmar que a alma da Cordoaria, durante a primeira metade do século XIX, foi Franzini, não apenas pelo longo espaço de tempo que aí esteve como Inspector, tudo supervisionando e superintendendo, mas também pela acção que aí desenvolveu, patente em várias centenas de manuscritos referentes à Real Fábrica de Cordoaria<sup>13</sup>. Em 1820, do «seu Estabelecimento», dá-nos ele o seguinte parecer:

«Convém que antes de mencionar algumas destas causas (que originaram a decadência) se estabeleça o princípio fundamental de que a Cordoaria Nacional e Real não deve simplesmente considerar-se como uma manufactura pertencente ao Estado, mas sim como uma importante Oficina do Arsenal da Marinha, sem a qual seria impossível armar as esquadras que devem proteger a Marinha Mercante, e manter a honra da Bandeira Portuguesa»<sup>14</sup>. Para Marino Miguel esta enorme oficina do Arsenal da Marinha tinha de viver e desenvolver-se sob o signo de uma militância comprometida com a realidade regeneradora do Portugal pós 1820.

Significativamente, a entrada de Franzini para a Cordoaria conotou-se com uma nova dinâmica imposta. Tradicionalmente a figura do Inspector representava uma peça da hierarquia de oficina, que deveria coordenar os sucessivos degraus do saber produtivo<sup>15</sup>. Quando é nomeado para a Real Fábrica, cumulativamente com as funções de administrador, os objectivos a atingir cingiam-se a «dar todas as providências necessárias para esse fim [administração], ficando sujeitos ao Inspector o Mestre, o Contra-mestre e Officiais,

---

tração daquele Estabelecimento em 18 de Agosto pretérito passado [1833], do qual tinha sido injustamente privado pela bem fundada desconfiança do Governo usurpador...» (Arquivo Geral da Marinha, Marino Miguel Franzini, Cx. 628, doc. 10-4-1834).

<sup>12</sup> JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa* (...), p. 141.

<sup>13</sup> Referimo-nos à abundante documentação existente no Arquivo Geral da Marinha.

<sup>14</sup> M. M. FRANZINI, *Conta da Receita e Despeza da Real Cordoaria* (...), pp. 3-4.

<sup>15</sup> Cfr. JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, *Noções Históricas e Administrativas* (...). «O emprego dos Inspectores é um dos de maior importância na mesma fábrica [fábrica das sedas]. Do seu bom desempenho depende principalmente o bom regimen interior das diversas repartições, e a perfeição das manufacturas» (p. 138).

sem contudo se intrometer na administração e arrecadação da fazenda...»<sup>16</sup>.

O idoso almirante Pedro Mariz de Sousa Sarmiento havia assumido o desempenho do cargo como um zeloso funcionário, sem aspirações pessoais, ou razões de militância ideológica, contentando-se em ser uma correia de transmissão entre o Estado e uma das suas manufacturas<sup>17</sup>. Sucedeu-lhe Franzini, que se apresentou, desde início, como homem de reformas e remodelações, pretendendo criar um espaço suficientemente amplo, e liberto, para a sua actuação, sem ter que estar sempre dependente da máquina burocrática do poder central.

Digamos que, em traços largos, Franzini tinha um projecto pessoal, fruto da sua formação cultural, e opções ideológicas, para administrar e fazer funcionar o mundo manufactureiro que tinha sob a sua alçada institucional. As variantes desse projecto, os obstáculos, as lutas, empreendidas, surdas mas renhidas, ocuparam os 35 anos de poder, como Inspector. Delas nos ocuparemos em pormenor, quando nos confrontarmos com a sua prática discursiva do poder.

#### 4. O perfil do Deputado

Marino Miguel Franzini foi eleito deputado em três épocas do liberalismo: nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes de 1821/22; nas Cortes Legislativas de 1822/23 e nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de 1837/38<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Arquivo Geral da Marinha, Real Fábrica Cordoaria, Cx. 182, doc. 25-2-1802.

<sup>17</sup> Conhecedor dos assuntos de náutica e marinha, dedicou parte da sua vida ao estudo dos vários elementos que compõem um navio, tendo escrito sobre o assunto.

<sup>18</sup> O *Diccionario Bibliographico*, de INOCÊNCIO DA SILVA, bem assim como os autores que o seguiram, indicam-nos que Franzini foi depois em «várias outras legislaturas» deputado. Foi com base nesta pista que procurámos afincadamente o nome do deputado — Marino Miguel Franzini. A nossa atenção recaiu sobre as *Actas das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados*, num período compreendido entre 1838-1861. Utilizámos o seguinte critério: procurar o nome de Franzini nas listas de deputados eleitos pelos diferentes círculos eleitorais, bem assim como os substitutos; elaborámos de seguida a lista dos que tomaram assento no Parlamento, através de dois critérios complementares. O primeiro, registando as presenças: anotando os nomes dos que estavam desde o início; os que entravam a meio e os que faltavam. O segundo centrou-se no recurso às votações nominais, onde se assinalam os votos a favor, contra e abstenções. Depois de efectuarmos estas diferentes galerias parlamentares, para todas as legislaturas, o nome de Marino Miguel Franzini nunca nos apareceu referenciado. Concluimos, apoiados também nos elementos fornecidos pelas *Estatísticas e Biografias Parlamentares Portuguesas*, que Franzini apenas foi deputado nos três períodos por nós acima assinalados.

Tomou assento no primeiro Parlamento vintista como deputado substituto pela província da Estremadura, a 7 de Junho de 1821<sup>19</sup>. No período de 1821/22 foi membro da Comissão de Estatística<sup>20</sup> e da Comissão de Marinha<sup>21</sup>, da Comissão Especial do Exército<sup>22</sup> para «cuidar da reforma do Estado Maior e Repartições Civis do Exército», bem assim como da Comissão Especial para o Fornecimento do Exército<sup>23</sup>.

Nas Cortes legislativas 1822/23 foi Franzini eleito pela divisão de Tomar<sup>24</sup>, e desenvolveu actividades no âmbito da Comissão de Estatística<sup>25</sup> e da Marinha<sup>26</sup>.

Finalmente, nas Cortes Extraordinárias e Constituintes de 1837/38, Franzini entrou como deputado substituto pelo círculo de Viana do Castelo<sup>27</sup>. Neste Congresso setembrista foi Marino Miguel eleito

---

<sup>19</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão n.º 100, 8 de Junho 1821, vol. II, p. 1162.

<sup>20</sup> Juntamente com os deputados: Margiochi, Miranda e Travassos. Cfr. com *Diário das Cortes*, Sessão n.º 102, 10 de Junho 1821, vol. II, p. 1200.

<sup>21</sup> Com os deputados Ferreira Borges, Vasconcelos e Margiochi. Cfr. Sessão acima referida.

<sup>22</sup> Na sessão de 16 de Junho 1821 foi aprovada a proposta de Borges Carneiro para a criação de uma Comissão Especial para a Reforma do Exército, de que também faziam parte os seguintes deputados: Póvoas, Freire, Miranda, Feyo, Alves do Rio, Borges, Carvalho, Soares Franco e Xavier Monteiro.

<sup>23</sup> Desta Comissão faziam também parte Margiochi, Freire, Xavier Monteiro e Miranda. Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 22 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2373.

<sup>24</sup> Desta vez não foi deputado substituto Cfr. ANTÓNIO TAVARES ALBUQUERQUE, *Índice Alfabético e Remissivo dos Trabalhos Parlamentares (...)*, Tomo I.

<sup>25</sup> Os outros membros eram respectivamente os deputados Freire, Margiochi, Soares Franco e Travassos. Cfr. *Diário das Cortes*, 2.ª legislatura, Sessão 3 de Dezembro 1822, vol. I, p. 74.

<sup>26</sup> Faziam parte desta Comissão: Travassos, Villela e Margiochi. Cfr. *Diário das Cortes*, sessão referida.

<sup>27</sup> Cfr. Sessão 27 de Janeiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 25. 30 de Janeiro de 1837, p. 161. Anteriormente, havia sido Franzini eleito em Julho 1836, como deputado da oposição, pela Divisão Eleitoral da Estremadura. Cfr. SACUNTALA DE MIRANDA, *A Revolução de Setembro de 1836 — Geografia Eleitoral*, Lisboa, ed. Horizonte, 1982, p. 49. Cabe ainda aqui referenciar o problema havido com o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados, para o período 1837-1838*. Para nosso grande espanto os três volumes publicados pela Imprensa Nacional cobrem, apenas, uma parte do período parlamentar — 13 de Março a 19 de Maio 1837 e 27 de Setembro a 14 de Outubro 1837. Confrontando o calendário das sessões das Cortes Constituintes, publicado por ANTÓNIO TAVARES ALBUQUERQUE, *ob. cit.*, vol. III, verificamos que faltavam boa parte das sessões do ano de 1837, assim como de todas as de 1838, uma vez que estas não apareciam em nenhuma colecção do *Diário das Cortes*. O enigma deu bastante trabalho a resolver; o problema era obscuro, agravado por até hoje nunca ninguém se ter referido, ou notificado, que a Imprensa Nacional não havia feito publicar os Diários de todas as sessões setembristas. O *Diário do Governo* desta época inseria diariamente uma rubrica denominada «Diário das Cortes» onde se publicavam *excertos* ou *resumos* das intervenções feitas, e cobrindo de facto todo o período assi-

membro das Comissões de Marinha <sup>28</sup>, de Estatística <sup>29</sup> e da Fazenda <sup>30</sup>.

Durante estes três períodos parlamentares <sup>31</sup> destacou-se sempre Franzini pela sua discricção oratória, em flagrante contraste com os seus colegas deputados, bem assim por pautar o seu quotidiano parlamentar nos trabalhos de gabinete, que as Comissões a que pertencia exigiam, ou nalguns dos problemas em debate, pelos quais nutrisse vivo interesse e conhecimento. Nestes últimos incluímos as suas intervenções respeitantes às finanças e aos orçamentos de Estado, temas que sempre conseguiram polarizar-lhe a atenção. Deste modo, o seu comportamento saldou-se pela apresentação de relatórios, indicações, propostas, projectos leis, individuais ou colectivos, em que pugnava pela rápida e eficaz discussão, uma vez que, para Franzini, a economia do tempo da palavra era algo de sagrado, e que quase ninguém cumpria. Quantas vezes, não apresentou ele uma proposta à Mesa que terminava repetitivamente com o mesmo formulário?:

«... que se proceda à votação o mais rapidamente possível, para se não perder mais tempo» <sup>32</sup>.

Rapidamente, e traçando o seu perfil, diríamos que Marino Miguel Franzini foi o deputado da economia do tempo e da palavra,

---

nalado para o calendário parlamentar de que dispunhamos. Restava-nos comprovar e demonstrar que efectivamente a Imprensa Nacional não publicara as Sessões. O seu Arquivo e a Biblioteca em remodelações tornava impossível aí obter qualquer tipo de informação. A Biblioteca e o Arquivo da Assembleia da República também não possuíam os misteriosos *Diários*. Milagrosamente, e ao fim de alguns desesperantes meses, uma pequena nota de rodapé de JOSÉ DE ARRIAGA, na sua *Revolução de Setembro*, elucidou-nos do seguinte modo: «Na Biblioteca Nacional *faltam as sessões exactamente deste período interessante. O Diário do Governo* houve por bem eliminar as sessões do Congresso, as quais *não foram publicadas na sua totalidade*, e se acham ainda hoje incompletas, para se ocultar o que nelas se passou» (T. II, p. 339, sublinhado nosso). Era exactamente a confirmação de que tanto carecíamos, para fundamentar, bibliograficamente, aquilo que havíamos constatado através das incursões efectuadas em variadíssimos Arquivos e Bibliotecas.

<sup>28</sup> Desta Comissão faziam parte os seguintes deputados: Visconde de Bobadela, Visconde Pereira, Marquês de Loulé, Barão de Almargem e Barão de Faro e Silva Pereira. Cfr. Sessão de 15 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 54, 4 de Março 1837, p. 354.

<sup>29</sup> Na Comissão de Estatística encontravam-se também os deputados José Passos, José Vitorino Freire, Macário de Castro, Derramado, Barão Ribeiro de Sabrosa e Duarte Campos. Cfr. Sessão 3 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 32, 7 de Fevereiro 1837, p. 213.

<sup>30</sup> Para a Fazenda entraram também Alves do Rio, Faustino da Gama, Pinto Bastos Júnior, Conde da Taipa, Sá Nogueira e Braamcamp. Cfr. Sessão 27 de Janeiro 1837, in *O Nacional*, n.º 648, 28 de Janeiro 1837, p. 2089.

<sup>31</sup> Cfr., fundamentalmente, «*Paradigma das Revoluções*», em que se analisa o discurso do deputado Franzini.

<sup>32</sup> Esta atitude é visível nos três períodos em que foi deputado. Escusamo-nos de aqui apontar as muitas sessões em que é possível encontrar a afirmação, porque isso levar-nos-ia a prolongar exaustivamente a nossa incursão.

em que o discurso emitido, escrito ou oral, evidenciava sistematicamente um escol de ideários e preocupações, reflectindo uma visão sobre o Portugal em que vivia, e, simultaneamente, projectando luzes sobre um imaginário tempo a (re)construir. Um deputado liberal lacónico em palavras, mas rico em ideias e projectos.

##### 5. O Decreto de 13 de Julho de 1826...<sup>33</sup>

Pela leitura de um Decreto, datado de 13 de Julho de 1826, ficámos sabedores que Franzini fora convocado para trabalhar numa Comissão encarregue de organizar as providências necessárias para a convocação de Cortes, conjuntamente com Francisco Manoel Trigoso e José António de Faria de Carvalho<sup>34</sup>. Decerto que Franzini foi convocado pelos conhecimentos que possuía como Director da Comissão de Estatística do Reino. Porém, quando compulsámos o resultado final desta plausível Comissão de 1826<sup>35</sup> verificámos o seguinte: nem o nome de Franzini fazia parte das disposições finais para a realização das eleições, nem sequer havia qualquer Comissão... Um único nome nos aparece — Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato.

Intrigados, procurámos nas suas *Memórias* uma possível explicação e julgamos tê-la encontrado, através do discurso memorialista de Trigoso:

«Nada eu menos esperava do que este Aviso<sup>36</sup>, quando o recebi no dia 15, vindo no caminho de Lisboa para Loures. A última cláusula<sup>37</sup> dele livrava-me do trabalho de me escusar por ausente, e, considerando bem o caso, julguei que era mais barato ir de Loures a Lisboa uns poucos de dias para fazer uma lei de eleições de Deputados (que era ao que se reduzia o trabalho da Comissão) do que andar pelas Salas do Paço e por casa do Ministro de Estado para pedir uma escusa, que já me diziam que não me davam. Escrevi, pois ao Franzini no dia 16, por ser o primeiro nomeado no Decreto (...).

---

<sup>33</sup> Cfr. *Memórias* de FRANCISCO MANOEL TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, Coimbra, ed. Universidade, 1933, pp. 235-236.

<sup>34</sup> Cfr. *Gazeta de Lisboa*, n.º 166, 18 de Julho 1826, p. 664.

<sup>35</sup> *Gazeta de Lisboa*, n.º 186, 10 de Agosto 1826, p. 745, a parte oficial anunciava: «Tendo-se criado pelo Decreto de 13 de Julho do corrente ano, uma Comissão encarregada de organizar as Instruções necessárias para a convocação das Cortes Gerais; e tendo a dita Comissão feito subir à Minha Presença o resultado dos seus trabalhos: hei por bem ordenar, em nome de El-Rei, que para o sobredito fim se observem as seguintes Disposições...». Segue-se o texto elaborado por Trigoso, (pp. 745-749).

<sup>36</sup> Refere-se ao Decreto de 13 de Julho 1826.

<sup>37</sup> «El-Rei nosso Senhor (...) é servido Ordenar, que os Membros da dita Comissão se reúnam sem demora, nem escusa alguma, que não será admitida...» (*Gazeta de Lisboa*, data acima referida).

A resposta dele, pondo de parte as lisonjas, de que não havia que fazer caso, mostrou-me que muito melhor tinha feito de aceitar aquela incumbência, por mim próprio do que esperar fazê-lo por importunas solicitações»<sup>38</sup>.

Percebemos, claramente, que Franzini, alvo de «importuna solicitação», não fez qualquer caso do Aviso de 13 de Julho e que pura e simplesmente se recusou a participar nos trabalhos da Comissão, que, afinal, seria inexistente, visto que Trigoso, sozinho, tudo planeou e executou, pois como displicentemente afirma «trata-se apenas de fazer uma lei de eleições de Deputados...».

O que nos parece pertinente questionar é que Franzini estava dentro deste tipo de problemas, não só pelo trabalho desenvolvido na Comissão de Estatística do Reino, bem assim como pela divisão do país em círculos eleitorais, terminada em 1822. Porquê então a recusa? Incompatibilidades políticas com Trigoso? Excesso de afazeres?

## 6. *Ministro dos Negócios da Fazenda*

Foi Franzini Ministro da Fazenda, por curtos e rápidos espaços de tempo. Ministro da Fazenda de 22 de Agosto a 18 de Dezembro de 1847; Ministro da Justiça (interino) de 1 a 22 de Maio de 1851; Ministro da Fazenda (interino), de 1 a 22 de Maio de 1851 e efectivo de 23 de Maio a 5 de Agosto de 1851<sup>39</sup>.

Desde logo nos ressalta o seguinte: 1847 e 1851, as datas apontadas, sugerem-nos momentos extremamente difíceis na vivência política portuguesa. A primeira projecta-nos para o período pós Patuleia, assinada a Convenção do Gramido. 1851 conduz-nos até ao momento imediatamente a seguir à Regeneração, último dos golpes do Liberalismo.

Simultaneamente, somos confrontados com o escasso período em que Franzini ocupou as rédeas do poder, e interrogamo-nos sobre qual o espaço real de acção de que dispunha. Certamente muito pequeno, agravado por se tratar de períodos de excepção. Em 1847 e 1851, na precisa altura em que Marino Miguel é Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, segundo a terminologia da época, não há Parlamento. O Governo delibera autonomamente, mas pensando globalmente nas próximas eleições, a preparar e efectuar. Não terão sido estes diversos factores elementos altamente restritivos à realização de prováveis projectos de Franzini?

Por outro lado, interessa-nos pensar porque recaiu a escolha da mesma pasta, em dois períodos politicamente distintos, sobre uma mesma personalidade.

<sup>38</sup> *Memórias de F. M. TRIGOSO*, pp. 235-236.

<sup>39</sup> Informações recolhidas em *Notícia dos Ministros e Secretários de Estado do regime constitucional*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1871, p. 19.

O Marquês de Fronteira, a propósito do Ministério de 1847 adverte-nos que ele era globalmente tanto, ou mais, cabralista que o anterior «e só o Ministro da Fazenda, Franzini, era o indivíduo puro de um terceiro partido, não deste mundo, mas de um partido que existe porventura nos astros...»<sup>40</sup>.

Por seu lado o Conde de Lavradio, auguriando maus auspícios para o Ministro da Fazenda, afirma-nos que «Marino Miguel Franzini é homem de saber, mas não tem o talento necessário para o lugar que ocupa»<sup>41</sup>.

Tratava-se, sem dúvida, de encontrar alguém, que pudesse gerir os negócios da depauperada Fazenda, e, talvez, se tenha tentado a sorte pela via do «cientista» e não pela via do «político», perfil que assentava perfeitamente a Franzini.

Se nos voltarmos para a Regeneração, verificamos que a escolha de um «talento financeiro» se repetiu<sup>42</sup>, e, quando se deu a primeira remodelação ministerial, o nosso herói foi afastado, porque «o honrado Conselheiro Franzini não convinha à situação. Os gastos e desperdícios do Presidente do Conselho não quadravam à rígida economia do Ministro da Fazenda»<sup>43</sup>.

O Conselheiro de Estado e futuro Par do Reino<sup>44</sup> abandonou definitivamente a ribalta da política, os seus meandros, mecanismos e instituições, refugiando-se daí para a frente nos estudos e observações metereológicas e necrológicas.

## 7. Vogal da Marinha do Supremo Conselho de Justiça Militar

Em 1855, afastado de todos os cargos ou funções públicas exercidas, é o brigadeiro Marino Miguel Franzini, nomeado vogal, pelo ramo da Marinha, no Supremo Conselho de Justiça Militar<sup>45</sup>. Foi criado pelo Decreto de 9 de Dezembro de 1836 «Composto de duas secções, uma relativa ao Exército, e outra à Armada»<sup>46</sup>, devendo haver em cada uma delas um Promotor Militar «para seguir por parte

---

<sup>40</sup> *Memórias do MARQUÊS DE FRONTEIRA*, t. IV, p. 264.

<sup>41</sup> *Memórias do CONDE DE LAVRADIO*, vol. III, p. 265.

<sup>42</sup> Fronteira faz novamente enaltecer a independência de Franzini e os seus dotes científicos, *ob. cit.*, t. IV, pp. 396-403. Cfr. também com *Memórias do CONDE DE LAVRADIO*, que nos dá conta das palavrosas reuniões antecessoras da formação do Ministério (t. III, pp. 323-357).

<sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>44</sup> Sê-lo-á apenas escassos meses antes de morrer, por carta régia de 17 de Abril de 1861, publicada no *Diário de Lisboa*, n.º 112, 20 de Maio de 1861, p. 1241. Em 14 de Março de 1861 atendendo aos merecimentos e qualidades, aos distintos serviços que prestou, bem assim como aos importantes lugares e comissões que desempenhou, foi Franzini condecorado com a grã cruz da ordem de Cristo, *Diário de Lisboa*, n.º 94, 27 de Abril de 1861, p. 1097.

<sup>45</sup> Referido em *Marino Miguel Franzini (1779-1861)*, in «Revista Militar», n.º 11-12, Novembro/Dezembro 1980, p. 1049.

da Justiça e disciplina os termos do processo, sendo o da Secção da Marinha, pelo menos Capitão de Fragata»<sup>47</sup>.

Pouco pudemos apurar sobre esta faceta de Franzini, visto o material arquivístico ou bibliográfico ser extremamente exíguo. Contudo, a partir do acervo documental existente no Arquivo Geral da Marinha, pudemos discernir as linhas gerais de acção de um dos vogais deste Tribunal, mas temos de ser cuidadosos ao tirar opiniões conclusivas, porque os relatórios elaborados são assinados colectivamente, o que significa que entre um rol de nomes apostos no papel, figura o de Marino Miguel.

São duas as linhas de orientação que pudemos detectar. Uma diz respeito a aspectos teóricos do procedimento penal militar do tipo:

«Por Portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, com data de 6 de Outubro último, dignou-se V.M.: Ordenar, que o Supremo Conselho de Justiça Militar faça subir à Sua Augusta Presença por aquele Ministério um relatório de todas as medidas gerais, que, desde Janeiro do ano próximo pretérito, hajam baixado do referido Ministério ao referido Conselho, e que no dito relatório se inclua o estado actual do Supremo Conselho, e se indiquem as providências, que se julgarem necessárias para o andamento regular dos respectivos negócios»<sup>48</sup>.

Este formulário, bem assim como outros semelhantes, que encontramos, exprimem bem a preocupação de definir teoricamente os limites e fundamentos em que o Supremo Conselho de Justiça Militar se podia mover<sup>49</sup>.

O segundo vector tem a ver com os «casos» sentenciados, que dizem essencialmente respeito a questões de promoções requeridas pelos oficiais da Marinha. Num dos requerimentos apresentados, o requerente expõe quais as razões que o levam a formular o pedido; o documento é estudado e analisado pelos vários vogais que compõem o Supremo Conselho e, por fim, pode este, em conjunto, pronunciar-se:

«À vista do que fica exposto, parece ao Supremo Conselho de Justiça Militar que o Governo de Vossa Magestade pode, segundo

---

<sup>46-47</sup> Arquivo Geral da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, Cx. 925, doc. 14-3-1856.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*, doc. 28-11-1856.

<sup>49</sup> Não é decerto casual que fossemos encontrar referências para fundamentar a acção decisiva do Tribunal nos formulários legislativos civis, como por exemplo o seguinte: «Segundo o Título 3.º, Capítulo 8.º, do parágrafo 2.º dos Estatutos da Universidade de Coimbra, a aplicação de qualquer lei deve fazer-se somente depois de se haverem explorado, e compreendido bem, todas as circunstâncias específicas dos factos; e de se haverem escrupulosamente confrontado as circunstâncias das regras e das leis de que elas foram deduzidas» (*Idem, ibidem*, doc. 14-3-1856).

a Lei, conceder ao suplicante um posto de acesso, e a condecoração de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada...»<sup>50</sup>.

Verificamos, pois, que o trabalho individual, e personalizado, de Marino Miguel Franzini, enquanto vogal, é impossível de apurar; e, se aqui o mencionámos foi apenas porque se tratou de uma das suas facetas de homem público.

## II — COMENTÁRIO BIBLIOGRÁFICO

Aparentemente os escritos de Marino Miguel Franzini, editados ou pela Imprensa Régia (vs. Nacional) ou por tipografias oitocentistas consagradas (caso da V. Castro & Irmão e da Revista Universal Lisbonense), encontram-se tão dispersos no tempo, e nos temas, que parece algo confuso e inconcebível pretender-lhes dar uma arrumação. Dizíamos nós aparentemente. De facto, nas diversas brochuras encontramos um fio condutor, uma temática geral, desdobrada em variadas facetas, que vêm a público ao sabor dos diferentes cenários conjunturais do século XIX. Depois de lidos os textos, procurámos reflectir, e até dormir vários meses sobre eles. Quando a eles retornámos, e já na posse de variados referentes da acção e do pensamento do Autor vislumbrámos como os condicionamentos de períodos muito curtos se projectavam vivamente nas páginas que tínhamos na frente. E a unir, todos estes pontos dispersos no tempo, deparamos com temáticas afins, problemas que desaguam sempre, e por variadas vias, nos alicerces financeiros de uma determinada configuração de Estado.

1. *Roteiro das Costas de Portugal ou Instrucções Náuticas para intelligência e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principais portos*

Dedicado a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor,  
por Marino Miguel Franzini  
Lisboa, ed. Impressão Régia, 1812 (104 páginas)

Este Roteiro constitui o primeiro trabalho publicado por Franzini e pode inserir-se na sua actividade de engenheiro militar e funcionário do Arquivo Militar.

Trabalho que resultou quer da aprendizagem efectuada no âmbito curricular da Academia dos Guardas Marinhas, quer das viagens de embarcação que Franzini efectuou. Foram estes dois factores que o levaram a empreender a construção d uma «boa

---

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, doc. 15-12-1856. O suplicante em questão havia estado em Moçambique, em comissão de serviço.

Carta marítima» acompanhada de um roteiro descritivo das Costas de Portugal; «e isto me convenceu que prestaria ao Estado um serviço de grande utilidade se conseguisse melhorar os conhecimentos hidrográficos da Costa de Portugal» (p. 7).

O Roteiro, que ocupa cerca de 100 páginas, descreve-nos minuciosamente todos os relevos naturais e artificiais da costa portuguesa, aos quais Franzini junta muitas vezes glosas de carácter histórico ou geográfico.

A nota de abertura que antecede o início do Roteiro faz-nos perceber os grandes objectivos do Autor. «Pelo que fica exposto se pode concluir que o trabalho que tenho a honra de dar ao Público, contém reunidos os melhores elementos, e as mais exactas observações que em diversas épocas se tem praticado nesta Costa, as quais tenho discutido de maneira que todos poderão avaliar o grau de confiança que merecem; procurando deste modo formar a Carta mais correcta, e circunstanciada das que têm aparecido, e que me lisonjeio será de suma utilidade para a segurança de todos os Navegantes que procurarem a Costa de Portugal» (pp. 12-13).

2. *Instrucções Statisticas, que por ordem do Excellentíssimo e Reverendíssimo Senhor Principal Souza*, compilou M. M. Franzini, tenente coronel, agregado à brigada real da Marinha, em 1814. Lisboa, ed. Impressão Régia, 1815 (34 páginas)

Discorrendo sobre o conceito de «statistica» Franzini coloca os seus conhecimentos ao serviço de um dos governadores do Reino — o Principal Souza.

O objectivo destas Instrucções<sup>51</sup> tem a ver com a obtenção da felicidade dos indivíduos e «fazer prosperar a Nação» (p. 5). Assim, o discurso de Franzini situa-se na intervenção político-cultural possível do seu tempo. De um lado, coloca-se à inteira disposição de um dos governadores, ciente de que «é necessário ter um conhecimento exacto do estado da sua agricultura, comércio, e manufacturas, e dos meios de aperfeiçoar cada um destes ramos» (p. 4). De outro, Franzini não enjeita lançar um olhar crítico sobre o Portugal saído das invasões francesas.

O minucioso inventário que as suas páginas propõem ao Principal Souza, elaborado sob os auspícios influenciadores de «Nações cultas», como a França ou a Inglaterra, tem também como proposta conhecer as potencialidades do país. Porque a solução para a difícil situação do reino, apontada várias vezes, deveria vir de dentro de si, ou seja das suas possibilidades e capacidades humanas e

---

<sup>51</sup> Porque de instrucções, de facto, se tratam: Franzini expõe os quadros a enviar para todo o reino, com vista a estabelecer um inquérito global sobre todos os domínios da vida administrativa, económica e social.

naturais. «O Naturalista poderá abrir à Indústria, e ao Comércio, novos mananciais de riqueza. Fábricas de ferro, de alumen e caparosa; manufacturas de porcelana, e de vidros; melhoramentos nas fábricas de loiças (...) e talvez ainda de outras mais ricas [que] dariam aos habitantes uma actividade desconhecida, fornecendo-lhes meios de enriquecerem» (p. 14).

3. *Reflexões sobre o actual regulamento do Exército de Portugal publicado em 1816 ou Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação. Com o projecto de um plano de organização para o mesmo Exército, illustradas com mappas do Estado da povoação do reino, e sua classificação segundo as idades, sexo, estado, e profissões, enviado para a Corte do Rio de Janeiro em Novembro de 1816, presentemente publicado pelo seu Autor,*  
coronel graduado da Brigada Real da Marinha, Marino Miguel Franzini, Inspector da Real Cordoaria.  
Lisboa, ed. Imprensa Régia, 1820 (32 páginas + Mapa Geral da População de Portugal)

Mais do que reflexões acerca do Regulamento do Exército, preparado por Beresford em 1816, este texto constitui um olhar crítico sobre a situação portuguesa da altura. Daí, talvez, que Franzini só o tenha conseguido publicar após a Revolução Liberal<sup>52</sup>. Assim sendo, as *Reflexões sobre o actual regulamento do Exército* constituem o pretexto para a intervenção do momento.

Mais do que dissertar sobre o número de homens recrutados anualmente, e as consequências imediatas para o país, pretende Franzini evidenciar que algo estava mal, não apenas no Exército, mas em todo o país e esse discurso tinha um receptor específico. Não se destinava nem ao general Beresford, nem aos Governadores do Reino, mas ao longínquo D. João VI, ausente e permanente no Brasil, que constituía uma potencial e emblemática esperança de transformação.

Quanto ao novo regulamento militar, as críticas incidem, essencial e exclusivamente, sobre o recrutamento. Este é o objecto instrumentalizado para se denunciar que o Reino não conhece as suas potencialidades, que a situação das finanças do Estado é preocupante e aflitiva. Sugere-se igualmente que o novo recrutamento previsto

---

<sup>52</sup> Na advertência que é feita ao leitor pode ler-se: «A Memória que actualmente se publica deve merecer alguma contemplação aos ilustres compatriotas do Autor, não pelo saber com que deveria ter sido tratado tão importante assunto, mas sim pela época melindrosa em que este a escreveu, mostrando existirem bons portugueses que ousavam tentar pelos meios permitidos, que a voz da verdade e da razão penetrasse até à Augusta presença do nosso amado Monarca o Senhor D. João VI» (p. 3).

no Regulamento de 1816 trará uma enorme desproporção entre a população total e o número de militares. «Fica portanto evidente, que a nossa força Militar será quatro vezes mais pesada à População do que em qualquer daqueles dois Reinos [França e Inglaterra]» (p. 17). Esta assimetria vai agravar ainda mais os dois principais sustentáculos da Nação: as finanças e a população, uma vez que, em tempo de paz, uma boa parte das receitas se destinam ao Exército, contribuindo simultaneamente para uma sangria de braços na agricultura e manufacturas.

E o olhar final e conclusivo vem-nos sem peias: «Sem entrarmos em miúdas indagações sobre o estado das Finanças, parece todavia mui provável que a despesa que exige anualmente a manutenção de um Exército de 38 mil homens, é o máximo compatível com os recursos deste Reino, empobrecido por tantas causas e cujas necessidades esperam ansiosamente da Beneficência do seu Iluminado e Magnânimo Soberano a execução de energéticas providências para a reparação das estradas, restabelecimento da navegação interior, aperfeiçoamento da Agricultura e Artes: extinção da dívida do Estado, e conservação do crédito Público: reparação de Praças, e Portos Marítimos: construções navais etc., únicos momentos que atestam gloriosamente a Sabedoria do Monarca, desejando a prosperidade e Felicidade Pública» (pp. 30-31).

4. *Conta da Receita e Despeza da Cordoaria Nacional e Real de Lisboa, e dos annexos estabelecimentos de beneficência e reclusão pertencente ao anno de 1820; e orçamento da despeza para o anno de 1821, apresentada ao Illustríssimo e Excellentíssimo Secretário dos Negócios da Marinha na conformidade das Ordens Geraes e da Regencia do Reino, pelo actual Inspector do mesmo Estabelecimento.*

O coronel graduado da Brigada Real da Marinha, Marino Miguel Franzini

Lisboa, na typographia da Academia Real das Sciências, 1821  
(47 páginas)

Um olhar sobre a Cordoaria Nacional e Real, no qual se salientam as propostas de um novo Inspector — Marino Miguel Franzini.

É nesta figura que se centra toda a atenção do texto, no sentido de a valorizar e demonstrar que ela é a pedra basilar em que assenta o mundo produtivo, o administrativo e o financeiro. O Inspector tudo vê, tudo coordena, pugnando por salvaguardar e defender os interesses do seu Estabelecimento, o que consequentemente significa velar pela prosperidade do Estado.

«Reconhecida a necessidade da conservação da Cordoaria, e as utilidades que pode oferecer ao serviço naval, ao Tesouro público, e à indústria nacional» (p. 7), passa Franzini a exultar as reformas

por si introduzidas. Os espaços: de produção, de beneficência e de reclusão sofreram alterações profundas com o «reinado» do novo Inspector. Em tempo de regeneração política, é natural que se procure dar um exemplo prático e concreto de algo que já se havia, de facto, alterado. Qual campo de amostragem possível em que se haviam combinado os ideários teóricos das Luzes e do Liberalismo com uma prática real e concreta: o domínio, e administração, da Real Fábrica da Cordoaria.

5. *Ensaio sobre o Orçamento da Dívida Pública, receita, e despeza do Thesouro do Reino de Portugal no anno de 1826 e reflexões sobre o deficit, e a dívida existente comparada à de outras Nações, com o resumo do estado pessoal do Exército, e Marinha, e algumas considerações sobre objectos de economia.*

Por Marino Miguel Franzini, coronel graduado da Brigada Real da Marinha, e Inspector da Real Cordoaria, Lisboa, ed. Impressão Régia, 1827 (21 páginas)

O aparecimento deste texto foi marcado por dois condicionamentos: o primeiro prende-se com a proposta alternativa que Franzini envia ao Parlamento, na sessão legislativa de 1822/23, com base nos domínios da Marinha e do Exército. O segundo liga-se à constatação feita pelo próprio Franzini de que no «Relatório da Comissão de Fazenda de 4 de Dezembro corrente (...) as Câmaras legislativas do Reino sentiam a falta de um Orçamento metódico» (p. 1).

Procurando assim colmatar uma grave lacuna, publica o seu Ensaio «em proveito e serviço do Estado», mas também, sem dúvida, para publicitar qual a situação financeira do país, abalizar os montantes da dívida existente e propor algumas saídas possíveis. Digamos que Franzini, enquanto homem conhecedor dos negócios decorrentes das contas, receitas e despesas do Estado, não quis ficar impassível e inerte face aos problemas existentes<sup>53</sup>.

Franzini pretende apresentar uma arrumação metódica e simples da situação financeira do país, sob o condão político da Carta Constitucional. É nesse sentido que cerca de três quartos da pequena publicação são totalmente preenchidos com as despesas e

---

<sup>53</sup> Talvez seja bom recordar que Franzini não foi deputado em 1826, e portanto não teve oportunidade de intervir directamente no Parlamento. Esta publicação permitia-lhe assim tocar em assuntos que tanto haviam galvanizado a sua atenção e o seu labor durante o vintismo. Franzini intervinha, assim publicamente, colmatando um espaço e um tempo perdido, apesar dos dramas pessoais que lhe atribularam a sua vida particular, no decorrer de 1826. Ele próprio afirma que «Os repetidos desastres, que me acometeram no decurso do corrente ano de 1826, e que afinal vieram enlutar para sempre a minha existência, privando-me do Indivíduo mais caro às minhas afeições, e no qual fundava as minhas esperanças, depois de 18 anos de assíduos cuidados e desvelos...» (p. 1).

as receitas que cada uma das repartições do Estado comporta, não se furtando, aqui e ali, a tecer comentários acerca da situação, que meticulosamente vai expondo e alinhando<sup>54</sup>.

São estes comentários, extra finanças, que amenizam o texto e nos permitem prescrutar o Franzini cidadão, com um acutilante olhar crítico sobre o tempo histórico em que vive. Marino Miguel não se limita a transpor para o papel os números, frios e rígidos, dos documentos por ele consultados, oriundos das diferentes Secretarias de Estado e Ministérios. Vai também deixando o seu cunho pessoal, firmando opiniões particulares acerca dos diferentes assuntos que enumera. Mas, todos os comentários à margem, se enquadram dentro do que Franzini projecta como uma saída possível para o volumoso *deficit* de 6 milhões de cruzados, que equivale a 40 vezes a renda anual da monarquia.

Um dos primeiros passos a dar, é fazer com que o «Tesouro possa receber os atrasados de muitos tributos, que por extrema suavidade na exigência da arrecadação se tem deixado acumular nas mãos dos devedores originários, ou dos colectores» (p. 4)<sup>55</sup>.

A prazo imediato, Franzini preconiza uma solução — o empréstimo, mas que constitui «então o verdadeiro embaraço do Governo» (p. 20). Se o empréstimo não resolve tudo, há que olhar para as instituições e reformular o seu funcionamento, visto que «só devemos esperar avultadas economias na reforma dos Estabelecimentos, e não das Pessoas, como já várias vezes o fizemos notar» (p. 20).

Em síntese, diremos que este *Ensaio* constitui um balanço sobre as finanças vintistas, onde (re)encontramos muitas das posições defendidas no Parlamento de 1821/22 e 1822/23, evidenciando-se um olhar crítico sobre o que a «feliz Regeneração» de 1820 providenciou, em matéria de finanças e (sobre)vivência do Estado liberal<sup>56</sup>. Crítica que assume um tom pessimista, e talvez mesmo de

---

<sup>54</sup> Por exemplo, discorda das obras que se têm feito no Palácio da Ajuda: «O Real Palácio tem custado até ao presente, ou em 20 anos de trabalhos, mais de 8 milhões de cruzados, e apenas se acha construída a quarta parte do plano colossal, sobre que foi projectado. Parece que com tão avultada quantia se poderia achar já construído um elegante Palácio, digno da morada dos nossos Monarcas, uma vez que se tivesse adoptado um plano mais conforme ao bom gosto da Architectura, e ao estado da Nação» (p. 8).

<sup>55</sup> Franzini acrescenta que só na Madeira há para receber 900 contos e nos Açores 600 contos.

<sup>56</sup> Neste sentido registemos algumas das suas afirmações. Após a apresentação nua e crua dos números das finanças, diz Franzini: «Resta pois um *Deficit* anual a preencher; porém, devemos esperar que diminuirá progressivamente à sombra das novas Instituições, as quais hão-de restabelecer o Crédito Público, e promover o desenvolvimento da agricultura, e comércio interior, e exterior, mui principalmente o do Brasil» (p. 20). Ponto de vista de que emerge uma visão optimista sobre o Futuro, acreditando na possibilidade real e efectiva de prosseguir o caminho da obtenção e fruição da Felicidade, sendo contudo indispensável que os «Campeões de todas as rebeliões (...) abusando da credulidade, e ignorância dos Povos, e da influência de seus Cargos...» (p. 20) sejam apontados como inimigos da felicidade pública, e como tal devidamente punidos.

desânimo, mas que não significa desapego à causa liberal, bem pelo contrário, reafirma a tonalidade liberal do seu discurso. Digamos, que se trata antes de um desabafo, e é exactamente nesse tom, algo pessoalista, que Marino Miguel Franzini finaliza esta sua intervenção pública:

«Desculpem, meus leitores, este desafogo, ditado pelos mais puros sentimentos de patriotismo, de amor à pátria e à ordem, e de fidelidade, e gratidão ao Legítimo Monarca. Inacessível à ambição, e às paixões, que de ordinário acompanham a existência feliz sobre a terra, expresso-me com a linguagem da verdade, sinceramente convencido que o espírito de rebeldia (...) só pode arrastar os meus compatriotas à sua total ruína» (p. 21).

6. *Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa e sua distribuição por classes com algumas reflexões sobre o imposto da Décima*, por M. M. Franzini, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1843 (7 páginas)

Estas *Considerações* integram-se no conjunto de trabalhos de «*Statistica*» que Franzini vem realizando desde a época dos Governadores do Reino. Apesar de se reconhecer na Europa, a importância destes empreendimentos, em Portugal, continuam a ser votados para segundo plano<sup>57</sup>.

Fazendo uma breve resenha dos trabalhos que tem feito, e das conclusões a que se tem chegado, deseja o Autor, com a preocupação de evidenciar conhecimentos de causa, chegar ao problema central — o da renda total da Nação, que só começa a ser abordado, directamente, na página 4, sob a designação de «orçamento do valor total da produção ou renda anual da Nação Portuguesa».

Partindo de uma tábua comparativa com os países da Europa, ainda que dê particular destaque ao caso francês<sup>58</sup>, Franzini pretende levar a água ao seu moinho, ou seja, lançar um alerta geral para o estado económico em que se encontra o país, e conseqüentemente o estado precário das finanças do Estado.

Mas o estado decadente da «nossa indústria agrícola e fabril, essencialmente paralisada pela falta de comércio interior» (p. 6) é

---

<sup>57</sup> «Este desapego às indagações importantes e positivas, o nosso natural desleixo e apoucadas ideias sobre a importância de tais assuntos, explicam a dificuldade de se obterem noções exactas sobre qualquer ramo estatístico ou de pública administração, apesar das ordens repetidas do governo, que sabe o valor de tão preciosos documentos» (p. 3).

<sup>58</sup> «Ultimamente foi calculada a renda geral da França pelo ilustre e sábio estadista, o barão Dupin (...) a quantia de dez mil milhões de francos, ou quatro mil milhões de cruzados, que repartida por 344 milhões de indivíduos, cabe a cada indivíduo uns 80 cêntimos por dia, ou 128 reis, e por ano 47.500 reis» (p. 4).

apenas um dos pontos onde o Autor pretende chegar. O outro lado da questão está ligado à conjuntura política, do período pós vitória liberal de 1834. Período conturbado e desarrumado em que se nota com particular acuidade o seguinte:

«A desigualdade com que é lançada [a décima] pelas autoridades populares, sempre injustas e parciais em tempos de revolução, e sem responsabilidade pelas durezas que cometem, assim como a incerteza dos prazos em que os contribuintes devem efectuar os pagamentos respectivos, que variam a capricho dos colectores, dão lugar a um sem número de vexames com gravíssimo prejuízo dos contribuintes, e sem vantagem do tesouro» (p. 6).

Como nota conclusiva, diremos, que há neste texto duas queixas directas. Uma prende-se com a desorganização do aparelho burocrático do Estado; outra, a falta de moralização do pagamento, e taxamento, dos impostos, com particular incidência na décima. Estes factores servem, afinal, para «mostrar as vantagens que se alcançariam em proveito da economia política se fosse possível obter o auxílio comum a favor dos trabalhos estatísticos de que tanto carecemos, restando-nos somente o pesar de não termos o cabedal suficiente para bem desempenhar tão grave assunto» (p. 7).

7. *Reflexões acerca dos prejuízos que resultariam ao Thesouro, e a seus credores, alterando-se as disposições ao Decreto de 9 de Dezembro de 1847, que fixou o valor das Notas do Banco de Lisboa pelo seu preço no mercado.*

Pelo Conselheiro M. M. Franzini, Ministro de Estado Honorário Lisboa, typ. Castro & Irmão, 1848 (7 páginas)

Franzini, após ter desempenhado as funções de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda<sup>59</sup> no difícil, e conturbado, período de 1847, resolve intervir publicamente, com este pequeno texto, a propósito de um dos seus decretos.

Para além do pretexto, que o próprio título nos evidencia, e enumera, há o homem que se projecta na sociedade portuguesa de 1848, pugnando por apresentar as duras condições em que subiu ao poder e «que em vez de ser auxiliado pela força moral dos partidos, foi ao contrário imediatamente combatido da maneira mais injusta e cruel pelos espíritos inquietos e ambiciosos de todas as cores políticas...» (p. 3).

Franzini mostra-se aqui altamente ressentido com as acusações que no Parlamento, então a funcionar, o Ministro da Fazenda lhe imputou, acerca das consequências do famoso decreto de 9 de

---

<sup>59</sup> Cargo que lhe valeu o título vitalício de «Ministro de Estado Honorário».

Dezembro de 1847 <sup>60</sup>. Discorre sobre alguns pormenores técnicos acerca das medidas tomadas, mas o que mais impressiona, neste texto, é a visão quase apocalíptica que o Autor faz da situação do País, quando do fim da Patuleia. Pintar o cenário do Verão de 1848 o mais negro possível <sup>61</sup>, para, a partir daí, demonstrar a possibilidade de se sair da embaraçosa e catastrófica situação. Não é apenas o publicitar que as suas medidas de Ministro foram imprescindíveis <sup>62</sup> que se torna importante e meritório de realce; interessa, também, visualizar, enquanto modelo operativo do seu discurso, a real e efectiva possibilidade de saída para uma conjuntura de crise.

8. *Breves Reflexões sobre o Folheto do sr. Filipe Folque, que tem por título Trabalhos Geodésicos e Topographicos do Reino Lisboa, tip. Revista Universal Lisbonense, 1850 (8 páginas)*

Estas reflexões contituem a defesa que Franzini fez às *Várias Reflexões a um artigo do illustríssimo e excellentíssimo senhor Marino Miguel Franzini sobre os Trabalhos geodésicos e topographicos do reino*, por Filipe Folque (Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1850) <sup>63</sup>.

Se, na polémica se tratam de objectos científicos, como os trabalhos do engenheiro Bonnet, a carta geodésica do país e outros assuntos afins, não deixa de estar patente o azedume palavroso de Filipe Folque. Marino Miguel não desarmou, e, fundeado no «background» dos seus trabalhos, lembra ao seu jovem consórcio do Academia das Ciências o seguinte:

«Seja-me lícito lembrar-lhe que os pequenos serviços que tenho prestado neste género de trabalhos foram espontâneos e gratuitos, e que jamais recebi por eles remunerações pecuniárias ou honoríficas, excitado somente pelo desejo de ser útil» (p. 6).

É por esta via, de antecedentes científicos, e ainda que não tenha «a felicidade de possuir e manejar a pungente e desabrida

---

<sup>60</sup> Este decreto promulgado já no final do seu curto tempo de Ministro veio culminar não apenas uma filosofia e economia de poder, gizada desde o início da sua nomeação, mas também uma série de outras medidas tomadas, tendentes a minorar os enormes *deficits* existentes.

<sup>61</sup> «... no dia 22 de Agosto passado (...) e apenas terminada a guerra civil que assolou o Reino, quando as mais distintas notabilidades se recusaram a lançar mão ao leme do Estado, a Repartição da Fazenda se achava no maior apuro, existindo naquele dia, disponíveis no Tesouro, a insignificante quantia de dois contos de reis...» (p. 2).

<sup>62</sup> No final, afadiga-se Franzini a enumerar as conclusões a que a sua explanação conduz, evidenciando a esperança que a «Câmara dos Dignos Pares (...) em razão das suas luzes e independência, fará a devida justiça amparando os interesses gerais da Nação, sem contemplação alguma a outras quaisquer considerações» (p. 7).

<sup>63</sup> Quando tratarmos do «Discurso Científico» teremos oportunidade de nos debruçarmos pormenorizadamente sobre esta azeda polémica entre Franzini e Filipe Folque.

linguagem que S. Exa. [Filipe Folque] empregou no seu folheto, a qual nunca poderei imitar» (p. 4), que Franzini pretendia não só defender-se, mas também evidenciar o seu contributo para os conhecimentos geográficos do país.

9. *Proposta do Quadro do Pessoal da Fábrica Nacional da Cordoaria, oferecida pelo Inspector do dito Estabelecimento, à consideração de Sua Exa. o Ministro da Marinha e Ultramar em 24 de Outubro de 1853.*

Lisboa, typ. Castro & Irmão, 1854 (6 páginas)

O Inspector Franzini tinha a seu cargo um difícil Estabelecimento a gerir. Conotado pela Regeneração<sup>64</sup> como um investimento estagnado, e com grandes despesas, vai Marino Miguel propor uma redução de pessoal, em todas as oficinas, não deixando, porém, de acentuar que as dotações orçamentais concedidas à Cordoaria eram cada vez mais diminutas. Trata-se, pois, de um «projecto de reforma», no qual Franzini lança a ideia que «sendo substituído a maior parte do trabalho braçal pelo das máquinas, poderá ainda diminuir-se [a despesa] notavelmente na parte relativa ao pessoal» (p. 3).

Escrito, pois, ao sabor da conjuntura não deixa, também, de reflectir o trabalho desenvolvido por muitos e largos anos no Estabelecimento, em que o conhecimento profundo dos problemas da Cordoaria permitiu assumir um tom acusatório. De um lado, as máquinas foram apenas introduzidas havia muito pouco tempo, por outro, os constantes cortes orçamentais impediam de comprar matérias primas suficientes, e as que «apareceram [foram] compradas em pequenas porções, por preços exorbitantes» (p. 4)<sup>65</sup>.

Porém, no entender de Franzini, outro grandioso motivo contribuiu para o enfraquecimento da Fábrica — «os nossos continuados distúrbios políticos os quais exigiram a deslocação para o serviço militar dos melhores e mais robustos operários, que continuaram a vencer nella féria da Cordoaria» (p. 4).

Expostos os pontos de vista explicativos para a situação que a Real Fábrica vivia no ano de 1853, com profundas raízes nos decénios anteriores, Franzini afadiga-se, então, a apresentar o balanço de cada uma das oficinas, assim como as modificações que nelas se podiam introduzir para diminuir as despesas. Para melhor expla-

---

<sup>64</sup> Franzini escreve, e publica, este texto para responder directamente a um pedido (ou a uma acusação?) da Câmara dos Deputados, acerca da Cordoaria e das suas despesas anuais.

<sup>65</sup> Estes argumentos já haviam sido invocados em 1821, quando escreveu a *Conta e Receita*. Também na vasta documentação analisada sobre a Cordoaria, no Arquivo da Marinha aparecem-nos, constantemente, estas queixas acusatórias.

nar os seus princípios, recorre a vários quadros, nos quais se alinham despesas e receitas, num evidente esforço de mostrar matematicamente qual a situação que se vivia, não sem lembrar ao Ministro da Marinha a grande «conveniência de se redigir um regulamento para esta Cordoaria, à semelhança do que se praticou no Arsenal da Marinha; no qual fiquem bem definidos os deveres, e vantagens dos seus diversos empregados, pois que a par da responsabilidade, e serviços que deles se exige, é de rigorosa justiça conceder-lhes as remunerações a que tenham direito depois de longos serviços» (p. 6) <sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Será no próprio ano de 1854 que Franzini terá ocasião de participar na elaboração de um Regulamento deste género, presidindo a uma Comissão para esse fim. Teremos ocasião de nos debruçarmos sobre o «Projecto de Regulamento para a Direcção, Administração e Polícia da Fábrica Nacional da Cordoaria, confeccionado pela Comissão nomeada por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar de 2 de Novembro de 1853» (não foi publicado), quando analisarmos o seu discurso de poder.



### PARTE III

## O PARADIGMA DAS REVOLUÇÕES

«Revolução Liberal», «Revolução de Setembro», duas revoluções, duas etapas do liberalismo português nas quais vamos encontrar Marino Miguel Franzini confrontado com estes dois *Grandes Espaços, Grandes Tempos*, dimensionados por um tempo forte — época de viragem, de aceleração e de mudança.

Ao englobarmos vintismo e setembrismo numa mesma parte fomos guiados por várias razões. As questões metodológicas que nos transportaram às novas perspectivas de abordagem do conceito de revolução<sup>1</sup>; desdramatizando-o, por que não aplicar a nova divisão tripartida da História? Estrutura, conjuntura e acontecimento<sup>2</sup>.

Esta proposta de abordagem permitiu-nos perscrutar no pensamento de Franzini como se entrelaçou o passado, que ele conhecia directa ou indirectamente, a conjuntura, nacional e internacional, e, o próprio acontecimento, símbolo que viabilizava a concretização de potenciais propostas de mudança. Sob o desígnio destes pressupostos, obteve-se uma leitura de alguns dos problemas do liberalismo português. Num momento, Franzini foi-nos projectado do passado até ao presente e, simultaneamente, irradiou uma certa luminosidade para um devir, a edificar. Simultaneamente, estavam em presença virtuais possibilidade de se passar do projecto utópico,

---

<sup>1</sup> Não é este o local indicado para nos metermos por caminhos de demarcações conceptuais e etimológicas em torno do signo «*revolução*». Estamos no entanto alertados para a vasta bibliografia inerente a esta problemática e conscientes de que não se trata de um tema linear ou de leitura simplificada.

<sup>2</sup> Cfr. *Nouvelle Histoire* (dir. JACQUES LE GOFF), ed. Retz, Paris, 1978, (*Une nouvelle façon de penser le concept de révolution*, pp. 550 e ss.).

sonhado e idealizado, para a «práxis» construtiva do presente e do futuro.

A ideia de revolução veicula uma mensagem em que se acredita na perfectibilidade e no melhoramento da existência da condição humana. O real, o pequeno e o grande, são redimensionados e repensados. De repente tudo parece possível. A utopia pode traduzir-se em realidade, porque aconteceu a revolução; porque num dia, num espaço e num tempo determinado, eclodiu um acontecimento, que, pela mensagem e simbolismo que carrega, permite modificar o presente e um hipotético futuro.

24 de Agosto de 1820 e 6 de Setembro de 1836 focam acontecimentos que actuaram nos conscientes colectivos de então, fazendo despoletar projectos e ideários.

Foi neste paralelismo de cenários que se moveu Marino Miguel Franzini, personagem viva, sensível e ideologicamente consciente, que acreditou, e trabalhou, na emergência de um Novo Homem, enquadrado num novo espaço social e político.

Abriram-se perspectivas inovadoras quando defrontámos o nosso herói com o(s) tempo(s) da revolução, porque «la Révolution, dans son essence, peut être considérée comme la prise de conscience collective de la nation en tant que telle. L'ordre nouveau fait de chaque individu 'l'homme et le citoyen', appelé à se rassembler avec tous ses égaux, ses semblables, dans un corps social, maître de son présent e responsable de son avenir...»<sup>3</sup>.

Franzini constituiu, para nós, o «pivot» de observação do homem feito cidadão, face à possibilidade de renovar o espaço e o tempo em que vive.

## A — O UNIVERSO DO VINTISMO

Sob o signo da «Revolução», o vintismo desdobra-se em dois períodos complementares e dependentes: 1820/22 e 1822/23. Neste emaranhado de teias, assistimos ao crescimento e morte da revolução liberal e, simultaneamente, ao engrossar da contra-revolução. Estes dois processos, por vezes concomitantes, não se encontram desligados, mas antes intrinsecamente dependentes.

Compreender o processo inicial do liberalismo português é também perceber como se formam franjas de oposição, de que modo se vão marginalizando apoios e realidades, enquanto se galvanizam paradigmas oratórios ou retóricos, desfasados de uma realidade concreta e premente.

Não nos é pois possível dimensionar Marino Miguel Franzini em fatias temporais ou divisões legislativas; o vintismo constituiu

---

<sup>3</sup> G. GUSDORF, *Les Idéologues*, p. 159.

um universo, um mundo de ideários e realizações, sonhos e frustrações, que actuou em bloco, adquirindo novas tonalidades, novas matizes, à medida que ia crescendo como processo histórico. Se há diferenças de caracterização para cada um dos anos que medeia 1820-1823, não podemos esquecer, todavia, que houve uma dinâmica comum.

O espaço faustoso, e quase sagrado, da Sala das Cortes<sup>4</sup> funcionou como ponto de reordenamento e transmutação dos alicerces, e da superfície, da sociedade; o tempo de instaurar uma nova ordem jurídica, consagrada e consubstanciada no texto da Constituição. Simbolicamente, é também o tempo de festejar condignamente o dia nacional do 24 de Agosto, que foi assinalado com a publicação, por exemplo, da *Descrição das Festas Nacionais Públicas com que Huma Associação Patriótica da Regeneradora Cidade do Porto Celebrou os Dias Nacionais 24 de Agosto e 15 de Setembro de 1821*<sup>5</sup>.

Enfim, um período complexo no qual vamos, paulatinamente, observando Franzini, confrontado com uma plêiade de questões, que vão desde o grave problema das finanças, ao aniversário régio, passando pelo processo de consciencialização dos perigos que ameaçavam a viabilização do regime liberal.

## I — FRANZINI E O PARLAMENTO

Foi já nosso objectivo, na primeira parte deste trabalho, vincar que Marino Miguel Franzini era em 1820 um potencial liberal, pronto a saltar para a ribalta da cena pública, quando, e onde, necessário. Ora, esse vínculo traduziu-se, no período vintista, por tomar assento como deputado num dos bancos do Congresso.

Preocupámo-nos também em tentar discernir qual o relacionamento que Franzini teve com o mundo fora das Cortes, assim como o comportamento intrínseco que assumiu no Parlamento.

Quanto à primeira questão. É curioso que continue a ser o peso do nome de família, Franzini, que funcione como factor indicativo da vida de Marino Miguel<sup>6</sup>. Acrescente-se que Franzini é apelidado de estrangeiro, e esse factor surge várias vezes bem marcado. Se de um lado pode ser pejorativo (o bispo de Évora

---

<sup>4</sup> Cfr. Com a planta e descrição do salão das Cortes, publicado pelo *Astro da Lusitânia*, n.º 106, Setembro 1821. «O salão é cercado por uma teia de damasco carmezim, com filetes dourados, em molduras cor de mogno, envernizadas, com corrimão de marroquim vermelho...».

<sup>5</sup> Publicado no Porto, 1821, Imprensa Gandra e inserido no *Astro da Lusitânia*, no número acima referido.

<sup>6</sup> Cfr. com *Astro da Lusitânia*, n.º 9, 13 de Janeiro de 1823 e n.º 7, 10 de Janeiro de 1823. O que está em causa é a fatia do orçamento que a família Franzini deverá receber, como recompensa dos serviços prestados à família real, por Miguel Franzini.

acusa-o publicamente de «estrangeiro»<sup>7</sup>, por outro, não é decerto inocentemente que Franzini, tantas vezes, se colocou na posição de defender cidadãos não nacionais, nos variados aspectos do quotidiano português que passaram pelo palco do Parlamento.

Quem é, no imaginário de Franzini, o deputado? Alguém que representa a Nação e que deve poder acumular as suas funções com o exercício de cargos públicos, «pois de contrário seria muito prejudicial à Nação e ao Estado»<sup>8</sup>. É que o cidadão — deputado — deve receber dinheiro pela sua condição social, ou profissional, e não pelo facto de ser deputado. Este cargo consistiria, assim, quase num ofício apostólico, completamente liberto de laços materiais em relação ao Parlamento. Logo que a missão estivesse cumprida voltaria para o lugar público que ocupava anteriormente.

Igualmente, o deputado tem de ter determinadas obrigações e compromissos. Se um deputado é eleito, não aparece, e, só passado ano e meio se apresenta, é natural que o seu substituto continue a ocupar o lugar. Recordemos que Marino Miguel Franzini foi nas Cortes vintistas um deputado substituto<sup>9</sup>.

Também o funcionamento das Cortes se pautava, no ideário de Franzini por um certo idealismo, em que a perfectibilidade, o pragmatismo e o utilitarismo se desenham de uma maneira nítida. O Parlamento é um espaço sagrado, e como tal deverá ser perfeito e funcional. Tome-se, como exemplo, a sugestão apresentada para que as Comissões, na véspera das discussões agendadas, devam apresentar quais os pareceres que se terão de ler no dia seguinte, para que cada deputado possa individualmente, tomar as notas necessárias e, assim, preparar-se convenientemente<sup>10</sup>. Porquê todas estas preocupações?

Parece-nos que a entidade designada cidadão, que está representado nas Cortes, constitui a chave do modelo de perfeição que Franzini para elas idealiza. O cidadão deve nutrir por princípio «amor pela pátria e uma suave inclinação de sentimento»<sup>11</sup>. E nesta visão algo romântica e utópica do indivíduo projectado na Pátria,

---

<sup>7</sup> *Diário das Cortes*, sessão de 6 de Agosto de 1821, vol. III, p. 1806, na qual se debatia a liberdade de culto.

<sup>8</sup> *Diário das Cortes*, sessão de 16 de Agosto de 1822, vol. III, p. 165.

<sup>9</sup> Sobre este assunto, deputado - substituto, registámos a seguinte intervenção de Franzini: «Deverá ele [substituto] ser lançado fora para admitir o proprietário? Parece-me que isto não deve ter lugar sem fortíssimos motivos, e por isso sou de opinião que o substituto saia somente no caso que o proprietário declare quais foram os motivos que o impossibilitaram a apresentar-se mais cedo. (*Diário das Cortes*, Sessão de 10 de Outubro de 1822, vol. V, p. 737).

<sup>10</sup> Sugestão apresentada por Marino Miguel, cfr. *Diário das Cortes*, Sessão de 30 de Agosto de 1821, vol. III, p. 2089.

<sup>11</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 23 de Julho de 1821, vol. III, p. 1627.

e por sua vez representado, na Assembleia, encontramos a posição extrema de Franzini. Atentemos na seguinte intervenção:

«... não há nenhuma razão para se excluir os libertos, quando concorram as outras qualidades que a lei exige. Existem inúmeros libertos que tem recebido uma excelente educação promovida por seus senhores. Não só existem libertos capazes de pugnar pela conservação dos princípios estabelecidos, mas até os capazes de enobrecer a sua pátria, e sirva de exemplo o que vimos em uma ilha da América: e neste caso não-de excluir-se estes homens, só porque tem a marca imposta por uma lei injusta e bárbara que é a da escravidão? Sou portanto da opinião que os libertos bem educados, nos quais concorrem os requisitos da lei devem estar aptos para serem nomeados Deputados, uma vez que a maioria dos seus concidadãos os julgar dignos de desempenharem este cargo»<sup>12</sup>.

Quando caracterizámos o perfil do Deputado, confrontámo-nos com um comportamento que achámos difícil de rotular. De facto, Franzini reage muitas vezes de modo acutilante, como a voz diferente, quantas vezes incómoda. Olhemos um pouco ocasionalmente para as tonalidades qualitativas de duas das suas intervenções. Numa, quase ousaríamos apelidá-lo de «radical», enquanto que noutra optaríamos pela etiqueta de gradualista<sup>13</sup>, tal é a diferença discursiva e programática evidenciada.

Em Santarém um agricultor Manoel Maria Holbeche Granate de Oliveira da Cunha e Silva propõe um novo método agrícola, para o qual pede à Comissão de Agricultura um empréstimo a fim de o tornar operacional. *Empréstimo* era palavra que tinha de bolir com a sensibilidade de Franzini, e, é sem peias que declara:

«Seria no meu entender muito melhor *dar notícia desse método de cultura por meio de impressos, que circulassem e instruissem os lavradores.*

Por outro lado eu vejo que esse proprietário não deve precisar de empréstimos, porque é um grande proprietário, e deve ser rico pelas vantagens que irá tirando desse novo método. Seria muito melhor aplicar esse dinheiro a pequenos cultivadores, de outro modo não seriam bastantes, todos os fundos do Terreiro»<sup>14</sup>.

Parece-nos que a passagem é suficientemente elucidativa para compreendermos o vigor do publicismo liberal e dos princípios defendidos por Marino Miguel nessa área de divulgação de ideias, projectos e inovações.

---

<sup>12</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 13 de Agosto de 1822, vol. III, p. 142.

<sup>13</sup> Cfr. com a obra de J.S. DA SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria*, vol. I, tomo II, pp. 763-784.

<sup>14</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 28 de Novembro de 1821, vol. V, p. 3235, (sublinhados nossos).

Mas, já noutro contexto, a propósito da extinção da Companhia das Vinhas do Alto Douro, Franzini defende o moderatismo, ou seja as modificações graduais, lentas e encadeadas:

«Resumindo pois as minhas ideias, digo que os exclusivos da Companhia do Douro devem acabar o mais breve possível, porém *gradualmente e sem repelão* e que devendo-se por ora conservar parte deles, ou o seu equivalente, sejam os interessados os que principalmente contribuam, e por isso voto que seja imposta a favor da Companhia como indemnização dos deveres que vai contrair com os lavradores do Douro, uma contribuição de 1\$000 réis por pipa, que na totalidade deve produzir 80 contos anuais»<sup>15</sup>.

Resulta daqui que Marino Miguel Franzini nem sempre reage de modo igual, evidenciando diferentes níveis de adequação ideológica para diferentes contextos, para diferentes prioridades ou preocupações. Foi pouco a pouco, depois de várias e cruzadas leituras, que nos apercebemos de uma hierarquia de posições face aos problemas do vintismo. Compreender por vezes aquilo que, abstractamente, ou linearmente, parecia incoerência, como os seus contemporâneos, por vezes, lhe apodam<sup>16</sup> é abalazir as suas opções culturais, políticas, económicas e sociais, percebendo que nem todos os problemas têm ritmos iguais ou desfechos semelhantes.

## II — A VISÃO TRÁGICA: O ESTADO E AS FINANÇAS PÚBLICAS

A Revolução Liberal e o vintismo têm várias interpretações historiográficas que diferem entre si. Porém, poucas são as que dão uma grande amplitude ao problema do Estado e das Finanças, como algo a resolver, para que a revolução tivesse continuidade.

Problemas que vinham de trás, problemas novos que surgem ou que agravam os já existentes agudizaram alguns dos aspectos da «crise existencial» que caracterizava o final do Antigo Regime e o aparecimento do Liberalismo<sup>17</sup>.

Foi Vitorino Magalhães Godinho quem, inicialmente, despertou as atenções gerais para os problemas do Estado e da sua dependência face às finanças públicas; as considerações que tece sobre o Estado-mercador e as contradições que este encerra<sup>18</sup> não serão afinal um dos pontos quentes da Revolução de 1820?

---

<sup>15</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 19 de Janeiro de 1822, vol. IX, p. 3818, (sublinhado nosso).

<sup>16</sup> Cfr. *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação*, pp. 353-355.

<sup>17</sup> Utilizamos a expressão de «crise existencial» no sentido que MIGUEL ARTOLA a emprega, cfr. *Los Origenes de la España Contemporánea*, I, 2.<sup>a</sup> ed., Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1975, p. 24.

<sup>18</sup> V. MAGALHÃES GODINHO, *Finanças públicas e estrutura do*

Miriam Halpern Pereira, volvidos alguns anos lançou mais uma achega, ainda que frágil, sobre o assunto. Na apresentação a uma antologia<sup>19</sup> é lançado um olhar inquietante sobre as explicações moralistas da revolução, que quer o século XIX, quer o XX foram pródigos em dar, havendo que tornear os problemas, centrar os esforços interpretativos no aparelho de Estado, e nos seus suportes materiais, que constituem as finanças públicas, espécie de espectro negro que vigiava de perto Portugal desde o século XVIII.

Seguindo ainda opiniões incentivadoras desta abordagem financeira, não podemos deixar de aqui referir o Prof. Silva Dias:

«... olhemos agora para as finanças públicas. Uma primeira coisa nos salta aos olhos: é que, a despeito da retórica dos políticos e das disposições legais emanadas das Cortes, a dívida nacional não só não baixou, mas subiu no triénio vintista»<sup>20</sup>.

Num, ainda, recente encontro de História Contemporânea<sup>21</sup> mereceu-nos particular atenção a comunicação de Sousa Franco, por vir da perspectiva jurídica e porque veio ao encontro do problema das finanças portuguesas, também num momento de viragem. Aí, numa abordagem de longa duração, são lançadas algumas sementes que julgamos úteis aqui deixar expressas:

«Em termos sintéticos, a «questão financeira» permanece como questão política central, a eterna questão do défice, encarado como insuficiência das receitas efectivas para cobrir as despesas totais ou efectivas. Apesar do optimismo político de algumas previsões orçamentais, os défices de execução configuram-se como elementos crónicos — se não estruturais — no início do século»<sup>22</sup>.

Ainda dentro do âmbito das opiniões devemos considerar como encorajadores os textos de Joaquin del Moral Ruiz<sup>23</sup> que se integram num estudo aprofundado sobre a fazenda portuguesa na viragem do Antigo Regime para o Liberalismo.

---

*Estado*, in «Ensaio» II, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978, em que se acentua que o Estado vai ser vítima do seu próprio desenvolvimento.

<sup>19</sup> Estamos a referir-nos a *Portugal no Século XIX* — vol. I — *Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

<sup>20</sup> J.S. DA SILVA DIAS, *Primórdios da Maçonaria*, vol. I, tomo II, p. 748.

<sup>21</sup> Colóquio realizado na Gulbenkian, sob os auspícios do Gabinete de Investigações Sociais, dedicado à FORMAÇÃO DE PORTUGAL CONTEMPORÂNEO: 1900-1980.

<sup>22</sup> A. L. SOUSA FRANCO, *Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1800-1980*, in «Análise Social», números 72-73-74 (1982), p. 1111.

<sup>23</sup> Referir-nos particularmente a dois artigos publicados entre nós: J. DEL MORAL RUIZ, *La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen, 1798-1833*, in «O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX», vol. 1, Lisboa, Sá da Costa, 1982; pp. 175-186 e *A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época, (1810-1834)*, in «Análise Social», n.º 64 (1980), pp. 779-795.

Mas, esta é a perspectiva científica de hoje, dos homens que olham à distância de mais de um século. Também no próprio cenário do liberalismo, e dos seus primeiros passos constitucionais, verificamos que, de um modo explícito ou implícito, o problema pairava.

Tomemos como factor de conhecimento o célebre *Relatório* de Manuel Fernandes Tomás<sup>24</sup>, o qual, entre as várias causas da ruína do reino, culmina com o problema das finanças — «Um grande objecto, Senhores, vai continuar a entreter a vossa atenção, porque eu falarei agora da Fazenda Nacional»<sup>25</sup>.

Aliás, este relevo dado à fazenda vintista vamos também encontrá-lo na imprensa da época, nomeadamente em *O Astro da Lusitânia*, rico em artigos sobre o assunto<sup>26</sup>.

Mas voltemos a Fernandes Tomás, porque as suas palavras reflectem de uma maneira acutilante, e também simbólica, o modo como se punham os problemas da fazenda para a Revolução Liberal. «O Governo encontrou logo, como era de esperar, todos os embaraços para fazer face às despesas da Nação e chegou a conceber e até a propor a alguns dos mais acreditados comerciantes desta praça o projecto de um empréstimo de 4 milhões de cruzados...»<sup>27</sup>.

As palavras de Fernandes Tomás pretendiam sensibilizar o pensamento dos liberais e, fundamentalmente, dos potenciais liberais portugueses. Ao ler, hoje, o seu discurso, sentimo-nos transportados para o palco do Parlamento e, também nós, somos ainda capazes de vibrar perante vocativos desta estirpe:

«Senhores! A Fazenda precisa das mais prontas e mais activas providências. Os desperdícios excedem muito qualquer ideia que se possa fazer, por mais exagerada que se considere. Não se vê repartição alguma em que não se ache que reformar neste objecto. Recebia-se pouco e esse pouco caía em mãos desmazeladas ou muito infieis. O Tesouro está exausto; e crescendo com a nova ordem de coisas, a necessidade de fazer novas e muito maiores despesas, nem por isso têm crescido por ora os meios de remediar nem as antigas nem estas»<sup>28</sup>.

Como possíveis vias de influência ou canais de mediatização apontamos o *Choix des Rapports* que circulava em jeito de Bíblia pelas mãos dos liberais portugueses<sup>29</sup>. É também quase certo que

---

<sup>24</sup> «Relatório sobre o estado e administração do reino lido nas sessões de 3 e 5 de Fevereiro de 1821». Seguimos o texto publicado, MANUEL FERNANDES TOMÁS, *A Revolução de 1820* (recolha, prefácio e notas de JOSÉ TENGARRINHA, Lisboa, Seara Nova, 1974).

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

<sup>26</sup> Cfr. com o *Astro da Lusitânia*, 1822, n.ºs 226 — 16 Nov.; 228 — 19 Nov.; 239 — 2 Dez.; 247 — 11 Dez.; 261 — Dez.; e 1823, n.º 7 — 10 Jan.

<sup>27</sup> MANUEL FERNANDES TOMÁS, *ob. cit.*, p. 65.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 70.

<sup>29</sup> Cfr. JOSÉ MARIA XAVIER D'ARAÚJO, *Revelações e Memórias*, pp. 74-76. A 30 de Abril de 1790 proferia-se na Assembleia Nacional Fran-

se conheciam as tiradas oratórias das míticas Cortes gaditanas, a que a nossa imprensa não se cansava de dar eco e propagandear ideias. Deambulando, por umas e por outras, não nos é difícil alicerçar pontos de contacto em que se podiam extrair motes e glosas, ideias e ideários.

### 1. *Da velha à nova dívida pública*

Se a Revolução veio criar problemas financeiros, é preciso ter em conta que uma boa parte são herdados dos dissabores financeiros do Portugal Velho.

É sobejamente conhecido que o Estado português de Antigo Regime, «Estado-mercador», assentava economicamente nos rendimentos provenientes da esfera comercial, uma vez que a «política económica organizava-se na Alfândega, fiel de uma balança imaginária entre o interior e o exterior e que a mina da produção brasileira fazia necessariamente pender para este último, tanto mais que as 'Finanças Públicas' portuguesas (...) se tinham organizado, desde 500, a partir de lucros do comércio internacional, estando dependentes da maior ou menor participação portuguesa do mesmo»<sup>30</sup>.

Se por um lado, as finanças flutuavam ao sabor dos ciclos e das conjunturas económicas, por outro não devemos perder de vista, a nível interno, que tal estruturação implicava a existência de uma complicada rede de funcionários e de vias burocratizantes. Do erário público, que vivia assente no espaço limite, e também algo mítico e imaginário, da Alfândega, escoava-se, pendularmente, volumosas quantias para assinaturas, ordenados, emolumentos e outras despesas inerentes à sobrevivência do aparelho de Estado.

Com as condições adversas do final do século XVIII, o Estado português viu-se na eminência de recorrer a outras fontes de rendimento — a dívida pública, criando papel moeda, sob a forma de títulos. Estava aberta a ferida que iria sangrar abundantemente por todo o espaço temporal oitocentista.

Esta opinião é-nos confirmada por Joaquin del Moral Ruiz, que peremptoriamente afirma que «La Deuda interna portuguesa comienza su vertiginosa carrera a fines del siglo XVIII. En efecto, mediante

---

cesa o seguinte: «L'Assemblée Nationale vient de faire un grand pas vers la régénération des finances; elle s'est déterminée à grandes sacrifices; elle n'a été arrêtée par aucun obstacle, par aucun préjugé: le salut de l'État lui en imposait le devoir». (*Choix des Rapports*, t. 2, p. 417. Cfr. também com tomo I, pp. 415-429 e 430-434).

<sup>30</sup> ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA, *Poder e Sociedade. A Legislação Pombalina e a Antiga Sociedade Portuguesa*, in «Revista de História das Ideias», IV (1982/83), t. I, pp. 58-59.

la ley de 13 de Julio de 1798 se autorizó al gobierno a emitir títulos con la garantía del Estado (padrões o vales reales)»<sup>31</sup>.

A adversidade de conflitos internos que Portugal iria atravessar, aliada a uma desfavorável e conturbada conjuntura económica internacional, enfraqueceu e empobreceu o Estado português. A perda dos mercados brasileiros, os gastos e prejuízos da guerra peninsular, a quase imobilidade produtiva em que o país ficou após 1814, aliada à presença e manutenção do exército inglês entre nós, são apenas alguns dos factores que mais linearmente indicam as dificuldades financeiras que o futuro Estado liberal comportou. Pesado fardo, difícil embróglio que se oferecia aos heróis revolucionários, e, talvez também um pouco visionários, vintistas.

É neste entrecruzar de estrutura com conjuntura que temos de integrar a revolução de 1820 como facto histórico — acontecimento — e aí analisar o posicionamento de Franzini, e, entender o seu discurso sobre os problemas que desfilaram pelo espaço do Soberano Congresso.

A dívida não era um fenómeno isolado de Portugal, ou bicho raro que só então se punha. Havia sim, que o tratar em novos moldes. Franzini, e também os homens do seu tempo, aperceberam-se que um dos problemas das finanças nacionais era a *dívida*, que comportava duas cargas: a nova e a velha. Para resolver a situação havia que criar novos mecanismos institucionais, como a Junta dos Juros, criando, em simultâneo, um corpo separado para cuidar da dívida, tal como existia em Inglaterra e na França<sup>32</sup>, onde também o problema já se havia colocado.

A Junta dos Juros representava o aspecto institucional inovador, necessário a arejar o velho Conselho da Fazenda<sup>33</sup>. E, quando se tratou de enriquecer um pouco os fundos públicos, o Conselho da Fazenda vintista não hesitou em vender as Casas do Rato da Intendência Geral da Polícia, consideradas como bens públicos. Mas, como pagar, em dinheiro, numerário ou papel-moeda?<sup>34</sup>.

Curioso é que, ao tentar arranjar fundos públicos, se tenha posto em causa o modo de pagamento, sendo notável que este se não efectuasse em metal sonante. Sinal da crise financeira e indício da preclitante situação que se vivia. É dentro deste espírito que se enquadram os avisos de Marino Miguel Franzini: «logo dizer-se que

---

<sup>31</sup> JOAQUIM DEL MORAL RUIZ, *Hacienda portuguesa*, in «O Liberalismo na Península Ibérica», p. 175.

<sup>32</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 24 de Julho 1821, vol. III, p. 1641.

<sup>33</sup> O Conselho da Fazenda encontrava-se unido ao erário régio, desde o tempo de D. Maria I, (Alvará de 17 de Novembro 1790). Pombal havia-lhe dado a primeira grande reformulação, ao transformá-lo em tribunal de jurisdição voluntário e contencioso, com poderes de julgar todas as causas respeitantes à arrecadação de vendas, bens e direitos da Coroa.

<sup>34</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão de 1 de Setembro de 1821, vol. IV, pp. 2121-2123.

se não pode fazer a arrematação senão em papel moeda, é muito judicioso, porque se não dá um lugar desconhecido, pode dizer-se que se não dá nada. Logo, como esta condição não foi preenchida, digo que é nulo o contrato»<sup>35</sup>.

A diferença de onze contos de réis referentes à venda das Casas era, de facto, uma quantia avultada, que prejudicava o estado das finanças, cujos males assentavam, igualmente, num outro ponto grave: a corrupção e os desvios de dinheiro, factores que Franzini trouxe ao Parlamento sem rodeios, acusando de inadmissível que o Exército, por exemplo, depois da regeneração política, tenha feito despesa de dois milhões de cruzados em géneros. A nova dívida ia-se, assim, sobrepondo à velha<sup>36</sup>.

Mas, no espaço temporal do vintismo, outro magno problema veio acelerar e afundar a dívida pública — o Brasil. É importante determo-nos no imaginário de Franzini, no que concerne às terras de Vera Cruz. O Brasil era em 1820, acima de tudo, um factor de peso incómodo na economia e nas finanças públicas. Se o decreto de 23 de Março de 1821 declara como dívida nacional as quantias desembolsadas pelo Banco do Brasil, sugerindo a hipoteca das Alfândegas como forma de pagamento, que seria de Portugal. dos pobres continentais, para viverem e resistirem a semelhantes intempéries?

O discurso inflamado de Borges Carneiro, galvanizando a ideia de que Portugal não podia continuar a pagar o luxo e fausto do Brasil, aconselhava a que «ao Rei façam conhecer que ser Rei Constitucional é ser Rei justo; que lhe é forçoso expulsar da sua companhia e do reino os roubadores do Banco e da Nação e que não o fazendo assim, não pode o decoro desta convivência com os crimes dele, deixar de reflectir na sua real pessoa, por muito inviolável que seja»<sup>37</sup>.

Para Franzini o problema colocava-se a outro nível. Não era no rei ou nas pessoas, que estavam todos os males, mas nas próprias instituições, e no saber abalizar as capacidades e virtualidades do país. É notório, como o seu discurso está eivado de uma argumentação que ousaríamos denominar de técnica, ao indagar se a renda das Alfândegas chegaria para pagar o empréstimo. Deixemos o seu próprio testemunho:

«Agora o empréstimo é de 20 milhões de cruzados. E temos nós dados para saber se os rendimentos das Alfândegas que se hipotecam são capazes de cobrir a renda anual que se precisaria para

---

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*. De referir que as casas estavam avaliadas em 32 contos, e nos moldes em que foi feito o negócio, vir-se-ia a receber apenas 21 contos de réis.

<sup>36</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão de 11 de Dezembro de 1821, vol. VI, pp. 3377-3378.

<sup>37</sup> Intervenção de Borges Carneiro, *Diário das Cortes*, Sessão 14 de Junho 1821, vol. II, p. 1211.

pagar o juro, e o capital para a amortização da dívida? É muito regular, que considerando isto, o empréstimo não possa por ora ter lugar, nem em Portugal, nem em nenhuma parte da Europa»<sup>38</sup>.

É ainda na esteira de conhecer, e publicitar a viabilidade, ou a inviabilidade, de situações que, logo que Maurício José Teixeira de Moraes apresenta ao Parlamento a *Balança do Comércio de Portugal*, Franzini se apressa a pedir que se mande publicar para que a «Nação veja o estado em que se acha o comércio entre o Brasil e Portugal»<sup>39</sup>.

Verifica-se que analisar o Brasil, apenas sob o prisma da perda de um mercado é redutor e incompleto, uma vez que o problema da sua existência como colónia se dimensionava igualmente ao nível da existência e exequibilidade do próprio Estado, já não o Estado de Antigo Regime, mas aquele que a nova legalidade dimensionara — o Liberal.

Uma vez conhecida a dívida, assumida e consciencializada numa dimensão real, e não apenas visionária, é interessante debruçarmo-nos, momentaneamente, por uma outra faceta não menos importante — o seu agravamento durante o período vintista que, iria ter um elevado preço, político e social.

Mas, não bastava estar consciente. No universo dos problemas existentes havia que buscar soluções, ou pelo menos remédios conjunturais, pequenos remendos, que sob o signo da sorte ou da esperança, permitissem a viabilização e a sobrevivência dos ideais revolucionários. Para o Estado poder continuar a sobreviver era necessário agravar a dívida velha, uma vez que havia que recorrer a empréstimos, desta vez ao estrangeiro.

No final de 1821 o problema é levantado na Assembleia. A situação crítica que se vivia levou o hemiciclo a colocar a hipótese de se virem a realizar alguns empréstimos junto de entidades bancárias estrangeiras. Estava dado o primeiro grande passo para a passagem, e alteração qualitativa, da dívida velha para a dívida nova, segundo a terminologia oitocentista.

Se a 20 de Dezembro de 1821 se discutia qual a hipoteca a realizar — bens de raiz, o que o Estado possuía na altura, sob forma de bens nacionais — já a voz técnica e sabedora de Franzini se ouvia, procurando levar os demais deputados da ilusão à realidade. Nem o Banco de Inglaterra, nem o de França eram ingénuos ao ponto de aceitarem semelhante negócio; jamais eles emprestariam dinheiro sobre simples bens de raiz<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 14 de Junho 1821, vol. II, p. 1211. É de salientar que na decisão final do Congresso, as palavras de Franzini devem ter tido o seu peso, uma vez que foi desaprovado o empréstimo.

<sup>39</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 22 de Fevereiro 1822, vol. IX, p. 266.

<sup>40</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 20 de Dezembro 1821, vol. VI, p. 3479. Este primeiro empréstimo destinar-se-ia aos agricultores.

Volvidos alguns meses, a situação mantinha-se e o problema continuava na ordem do dia. A 8 de Maio de 1822 a Comissão da Fazenda propôs que se fizesse um empréstimo como a *única* solução para o grave problema das nossas finanças. Uma vez mais a tonalidade da intervenção de Franzini se distanciou dos demais oradores.

Ciente da necessidade de sobrevivência do Estado Liberal, mas também com os olhos postos numa realidade algo dura e trágica — as dificuldades dos empréstimos no estrangeiro, a verdade nua e crua — Franzini assumiu, decerto, foros de dignidade ao pronunciar o seguinte discurso:

«Tendo ponderado os motivos expostos na discussão presente parece-me de absoluta necessidade fazer-se o empréstimo, admitida a classificação ou diferença entre uma e outra dívida<sup>41</sup>; para que quando estas se consolidarem, se conceda menor juro à dívida antiga do que à moderna, visto que esta última foi contraída com indivíduos que forneceram os seus géneros para o serviço do Estado pelos preços regulares do mercado, e sem aqueles excessos que afectam os créditos dos antigos fornecedores, e que todos conhecem. Admitida a necessidade do empréstimo, é indispensável estabelecer-se um rédito equivalente ao juro que deve vencer, e à quota com que se deve fazer a amortização anual da sobredita dívida. Sem este arbítrio, como será possível fazer face ao deficit que apresentam estes anos os recursos do Estado? Este deficit de 3 a 4 milhões mostra a necessidade do empréstimo, o qual se tornará muito útil ao Estado; pois que vai evitar os grandes desperdícios que tem havido na fazenda, citando como exemplo a repartição da Marinha, na qual se poderão economizar 120 ou 130 contos de réis<sup>42</sup> uma vez que os fornecedores dos géneros tenham a certeza do pagamento; à vista disto, parece-me indispensável contrair-se o empréstimo, ainda que se pague o juro de sete ou oito por cento, a fim de equilibrar a receita com a despesa. O sr. Borges Carneiro disse que, em se fazendo reduções nos vencimentos de certos indivíduos, haveria dinheiro para as despesas necessárias; porém eu digo, que segundo vi da lista que sobre isso se apresentou, que apenas o saldo a favor da fazenda subiria a 60 contos de réis, quando todos se demitissem; ora já se vê que com esta insignificante quantia não se podia pagar nem o juro do deficit anual. Voto portanto pelo empréstimo; vistas as razões ponderadas, e que mostram terem toda a força para que ele se adopte»<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Franzini está a referir-se à dívida herdada pela Revolução Liberal e à dívida que o Estado vintista teve de contrair desde o 24 de Agosto de 1820.

<sup>42</sup> Não é por acaso que Franzini dá o exemplo de poupança no campo da Marinha, como reforma e solução possível para o deficit existente. Na qualidade de militar, como membro da Comissão Parlamentar da Marinha e desempenhando as funções de Inspector da Cordoaria, Franzini tinha, nesta área, um domínio de experimentação e observação privilegiado.

<sup>43</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 8 de Maio 1822, vol. VIII, p. 87.

É indispensável determo-nos na lógica e na articulação do discurso de Franzini.

Em primeiro lugar notemos que a esperança de as duas dívidas virem *um dia* a serem consolidadas, imprime um certo dinamismo às palavras do deputado, e, simultaneamente, abre a porta para um futuro vindouro. Dada esta nota de optimismo, o encadeamento de ideias assenta em dois sustentáculos básicos: a viabilização do Estado<sup>44</sup> e a «força do empréstimo», condição indispensável para que se não verifique um colapso institucional. O aceitar, consciente, de um mal menor, a fim de evitar um mal pior, desastroso e irreversível.

Contudo é ainda ao nível interno das directrizes políticas que têm de vir soluções: soluções que passam pela (re)valorização dos nossos próprios recursos e potencialidades, como por exemplo que o comércio externo português se faça unicamente em navios nacionais, porque «Em matéria de economia política deito sempre os olhos para a experiência; vejo que a Inglaterra se tem achado maravilhosamente com este comércio de cabotagem; e se não se adoptar este projecto nós veremos em breve acabar a nossa marinha»<sup>45</sup>. O aviso fica lançado, um contributo mais a juntar a um conjunto de preocupações hierarquizadas.

Ainda dentro das unidades de sentido do seu pensamento, atemos na referência à necessidade de sacrifícios. A busca de remédios que se saldará por alterações da orgânica de funcionamento do Estado e imposição de sacrifícios dentro de uma justiça social. É neste sentido que enquadramos a alusão feita a Borges Carneiro, quanto às reduções de vencimentos. De tudo isto podemos inferir que era de facto indispensável o realizar-se o empréstimo<sup>46</sup>, mas, havia que tudo fazer para equilibrar internamente a situação, defendendo os ideais de justiça e de felicidade social.

Neste contexto vemos Franzini apresentar, individualmente, uma *Indicação* a propósito da suspensão de pagamentos, deliberada pelo Governo, afirmando claramente que daí «resulta uma injusta desigualdade, com grave prejuízo de muitos indivíduos pois que achando-se já pagas as Secretarias de Estado, o Tesouro Nacional, Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda e outros tribunais, ficarão por pagar os empregados que recebam os ordenados pela folha da Casa da Suplicação e muitos outros»<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Repare-se que a própria palavra «Estado» domina como ideário, mas também como signo, aparecendo a um ritmo cadenciado e sob diferentes pressupostos: «serviço do Estado»; «recursos do Estado»; «empréstimo (...) útil ao Estado». Parece-nos que a categoria *Estado* ocupa pois um espaço da maior importância no pensamento de Franzini.

<sup>45</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 1 de Abril 1822, vol. VIII, p. 686.

<sup>46</sup> No seguimento dos debates havidos, a Comissão de Fazenda encontrar-se-ia a partir de 31 de Julho de 1822 a elaborar um projecto para poder institucionalizar o empréstimo.

<sup>47</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 28 de Outubro 1822, vol. IX, p. 904.

Nesta procura de nivelar e dar tratamento igualitário ao sedimento humano do Estado, enquanto instituição e máquina burocrática, Franzini torna-se, a um tempo, o porta voz dos pequenos, dos anónimos, submersos no enorme peso da burocracia. Mas, noutra perspectiva, ele busca ainda a viabilidade e sobrevivência da essência do próprio Estado, ao procurar não lhe retirar apoio humano, ou seja, evitando criar fortes ondas de descontentamento, especialmente nas massas urbanas do funcionalismo público.

## 2. *A discussão orçamental*

A relação entre a Fazenda e o Liberalismo traduziu-se explicitamente pela inovação de elaborar, apresentar e discutir um orçamento. Para além da carga de novidade institucional, ele designa, e revela, o esforço de racionalização dos liberais portugueses, que ao pretenderem demarcar-se do antigo e tradicional Erário Público, optaram pelo modelo de discussão das directrizes da Fazenda.

Qual afinal a importância de um orçamento? Seguindo o pensamento de Michel Bruguière, diremos que «Desde el punto de vista de la economía, cualquier presupuesto traduce exactamente la forma en que los que tienen el poder se han propuesto ejercer su responsabilidad: se puede advertir en los ingresos, en la mayor o menor de los impuestos directos e indirectos, en su reparto personal o geográfico, en el lugar que reservan a las distintas producciones y al comercio; se puede advertir también en los gastos, según el papel que asignan a los sectores productivos y a los que no lo son y se advierte, finalmente, en los medios adoptados para asegurar el equilibrio entre unos y otros, y, especialmente la deuda pública. La historia del presupuesto que refleje todas las historias coyunturales, les da, a su vez, pleno sentido»<sup>48</sup>.

Por detrás das contas de receitas e de despesas giza-se uma política financeira, na qual se desenham prioridades ou situações inadiáveis. Não poderemos nós ver no orçamento uma via de compreensão, não apenas da organização da Fazenda nor parte dos liberais, mas também da estruturação política, em sentido alargado, do novo regime?

Debruçar-nos-emos sobre os dois orçamentos vintistas<sup>49</sup>, nas suas traves mestras, mas fundamentalmente no posicionamento que Franzini assumiu. Que distâncias, aproximações ou alternativas

---

<sup>48</sup> MICHEL BRUGUIERE, *La première restauration et son budget*, Genebra, ed. Droz, 1969; *apud* de JOSEP FONTANA, *Hacienda y Estado en la crisis final del Antiguo Regimen español: 1823-1833*, Madrid, ed. Instituto de Estudios Fiscales, 1973, pp. 155-156.

<sup>49</sup> Referimo-nos ao orçamento apresentado em Fevereiro de 1822, nas Cortes Extraordinárias e Constituintes, e ao de Janeiro de 1823, nas Cortes Ordinárias e Legislativas.

poderemos descortinar? Que significado têm no cosmos do seu pensamento multi-facetado?

Um orçamento pressupõe o exacto conhecimento das receitas e das despesas; comecemos, então, pelas entradas de fundos. É neste sentido que Franzini levanta, individualmente, o problema das receitas do Estado, alguns dias antes de se iniciar a discussão do primeiro orçamento, através da «Moção apresentada ao soberano Congresso na sessão de 5 de Fevereiro de 1822, pelo Deputado Franzini»<sup>50</sup>.

De um lado o que está em causa é um caso particular, posto à discussão pela Comissão da Fazenda<sup>51</sup>; de outro, temos de ter em conta que, o que está verdadeiramente em jogo é o problema das receitas do Estado, alicerçado no pagamento de um determinado tipo de imposto, sem dúvida um dos muitos herdados do Antigo Regime. Mas, com a consciência do real, Franzini constata a impossibilidade de o abolir de imediato, porque «É de absoluta necessidade a conservação do crédito público, e fé pública: para este fim tão útil são as miúdas necessárias, e muito mais no estado actual em que se acha o nosso Tesouro»<sup>52</sup>.

O drama consubstanciava-se, exactamente, na situação financeira em que o Estado se encontrava. Havia, por razões de prestígio, imagem e viabilidade económica e política, contratos e compromissos inabaláveis. Segundo a óptica de Franzini, existem laços invisíveis que os governos estabelecem com os cidadãos, entidades particulares e individuais, que também têm negócios de interesse para o Estado, cujas receitas dependem, em boa parte, destes contratos celebrados com esses «particulares».

Neste dualismo, o governo constitucional tinha de ser hábil e dotado de uma visão imensa, para que o Estado saísse reforçado e vivo. Nestas circunstâncias, Franzini levantou a difícil questão dos «credores do Estado, aos quais se deve, segundo ouço, a avultada quantia de 800 contos de réis, que constitui uma dívida sagrada, cujo pagamento é exigido pela maior rigorosa justiça, e pelo interesse do sistema que actualmente nos rege»<sup>53</sup>.

Foi sob os auspícios «das críticas circunstâncias do Tesouro nacional» que a Comissão de Fazenda preparou o orçamento a

---

<sup>50</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 5 de Fevereiro 1822, vol. VI, p. 87 e seguintes, referentes à discussão orçamental.

<sup>51</sup> Primeiro a substituição das «miúdas» (imposto alfandegário, que recaía sobre as mercadorias «miúdas») por uma imposição nova, nas fazendas que se despachem nas alfândegas. Segundo, oferecia uma tabela dos ordenados que provisoriamente deviam vencer os empregados da casa da Índia, até que reunissem as alfândegas. Na discussão que se estabeleceu, dimensionou-se o problema deste imposto, sobre o comércio da Ásia, como uma possibilidade efectiva de proceder ao pagamento dos próprios funcionários alfandegários.

<sup>52</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 5 de Fevereiro 1822, vol. VI, p. 87.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*.

apresentar ao Parlamento. Pretendemos ver nas preocupações de Franzini, expostas na *Moção* que temos vindo a seguir, um «background» de reflexão e uma tentativa de sugestionar ideias para a já conhecida falta de receitas. Todavia, este problema não se pode nunca desligar do problema político, que passava pela credibilidade, e porque não, também, pela viabilização da revolução de 24 de Agosto de 1820.

Nos quatro pontos de que consta o seu projecto ressalta o binómio que assinalámos inicialmente: Estado/Indivíduo, ou seja, a questão do somatório de interesses particulares, que permitem atingir o grau de equilíbrio e perfeição que o Estado regenerador deve proporcionar aos seus cidadãos<sup>54</sup>.

Deveria reinar nos assentos parlamentares um clima de tensão e de agitação quando, finalmente, surgiu para debate o primeiro orçamento do Estado português. Tratava-se de cozinhar uma solução, gizar prioridades e definir financeiramente a política liberal<sup>55</sup>.

Na sessão de 25 de Fevereiro de 1822 toma lugar no Congresso vintista a *Estimativa, ou orçamento da receita efectiva, e despesa do thesouro público nacional para o anno de 1822. A receita he o que se poderá receber e a despesa he a própria, e total do anno, segundo os cálculos que deram as repartições; lançando-se igualmente outra do anno anterior, por assim o exigir o crédito, e a natureza das despesas.*

Longo título para um saldo de dívidas e dificuldades; extensa explicação para uma austeridade que propulsava nas colunas das despesas, e que, num preâmbulo, o Ministro da Fazenda, José Ignacio da Costa, não ocultava. Ouçamo-lo, porque ele retrata a época, mas também a filosofia da política financeira vintista, preconizada pelo governo da regeneração.

«Em tanto apuro considero de imperiosa urgência *a mais estrita economia*; dividir a receita com igualdade relativa pelos diferentes ramos do serviço público seria o expediente radical. Não ignoro que o remédio é violento, mas sei também que *não há reforma sem sacrificios*; e é preciso que a necessidade resigne os ânimos a suportá-los, devendo prevalecer o bem público ao interesse privado»<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Abstemo-nos de transcrever aqui os quatro pontos, uma vez que delineamos a sua essência e lógica; remetemos a sua verificação, quanto a problemas técnicos, por exemplo, para o *Diário das Cortes*, Sessão e páginas atrás indicadas.

<sup>55</sup> Não deixa de ser revelador, que as sociedades e a imprensa vintista tivessem não apenas divulgado na íntegra o preâmbulo de JOSÉ IGNACIO DA COSTA e o orçamento, mas também organizado pequenos grupos de intelectuais que deveriam, extra-Parlamento, discutir entre si a proposta apresentada. Foi o caso da Sociedade Literária Patriótica.

<sup>56</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 25 de Fevereiro 1822, vol. VI, p. 282, (sublinhado nosso).

O signo do sacrifício impunha-se. Como reagiu Franzini ao orçamento? Como interviu e que posição tomou no debate havido? É curioso que a sua presença se tenha marcado pelo laconismo e poupança de palavras. Remetendo-se à sombra e silêncio do gabinete, preparou isolado uma alternativa ao orçamento proposto, no campo em que melhor estava inserido e melhor conhecia: o domínio dos orçamentos militares, Exército e Marinha.

Quanto ao posicionamento explícito, neste debate, é de acentuar que a atitude de Franzini se traduziu pela moderação e reserva<sup>57</sup>, sem que, contudo, não deixe de sobressair a ideia mestra de que só se poderá pagar a «grande dívida pública» através de um empréstimo, que pode passar pelo bolso dos próprios cidadãos, «e direi (...) que onde o Congresso poderá achar recursos, e recursos muito grandes, é no imposto do papel selado»<sup>58</sup>.

O equilíbrio das finanças passava assim por um empréstimo, interno e externo, se necessário, bem assim como por outras vias. Vejamos alguns dos casos que passaram pelo Parlamento, imediatamente antes do início do debate orçamental. Por exemplo, cortar com as despesas desnecessárias ou supérfluas; cada membro do corpo diplomático em Londres necessitaria somente de 40 mil cruzados para aí viver condignamente<sup>59</sup>; remodelar os fornecimentos às repartições do Estado, dando prioridade a negócios com particulares, regateando qual o de maior interesse e economia. É igualmente digno de nota que Franzini se insurja contra os grandes negócios de arrematações, com o não pagamento imediato, porque, por um lado, é muito mais fácil enganar o Estado, e por outro, só os grandes governos «caloteiros» é que fazem essas tais grandes arrematações<sup>60</sup>.

Julgamos poder ver aqui indícios de uma nova directriz política para uma nova orgânica financeira do Estado. Na altura da apresentação do segundo orçamento, 1823, Franzini mostrou-se mais generoso nas intervenções, evidenciando uma reflexão feita sobre o assunto. No princípio de Janeiro de 1823 inicia-se o debate e Franzini propõe desde logo uma metodologia de trabalho:

---

<sup>57</sup> Apenas quando se debatia o lançamento da décima, Franzini fez ouvir a sua voz, e quando sugestionou a proposta do papel selado. Cfr. com Sessão acima referida.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 291.

<sup>59</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 16 de Julho 1821, vol. II, p. 1558.

<sup>60</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 22 de Junho 1821, vol. III, p. 1298 e Sessão 22 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2371, por exemplo, onde propõe a alteração de fornecimento de pão aos soldados. «Contudo julgo que não haverá melhor meio, que dar o dinheiro ao soldado. A isto pode-se opor a dificuldade de que eles façam deste dinheiro um uso diferente do que deviam fazer, mas isto pode evitar-se, pois não sei que inconveniente haja em ordenar, pelos comandantes respectivos de cada corpo, aos chefes de rancho, que no momento de apresentar-se a este, o soldado apareça com o seu pão» (Sessão 22 de Setembro 1821, p. 2371).

- 1.º Todos os artigos do orçamento devem ser examinados de véspera, para que não haja improviso e as coisas sejam estudadas e ponderadas;
- 2.º O governo deve proceder também a este trabalho, devendo ouvir os Secretários de Estado e as pessoas inteligentes das respectivas repartições <sup>61</sup>.

Compulsando as intervenções de Franzini verificamos que a sua atenção se volta para um universo antropológico, centrado em Lisboa. O Homem, tornado cidadão, e Lisboa, enquanto imaginário simbólico no inconsciente colectivo do vintismo, ocupam um lugar de destaque; em 1823, tratava-se de salvaguardar e manter a revolução. Havia que negociar diplomaticamente a revolução liberal. E o problema da sobrevivência do Estado vintista não se colocava apenas sob o ponto de vista estritamente financeiro. Neste contexto, Franzini defendeu a dotação do orçamento da Câmara de Lisboa, chamando a atenção para as grandes despesas que esta tinha de suportar <sup>62</sup>. Entre essas despesas contam-se as da iluminação pública da cidade, que devia ser implementada a fim de combater a criminalidade, decerto um dos chavões com que as forças contra revolucionárias atacavam os liberais <sup>63</sup>.

De certo modo, é no sentido de mostrar, e evidenciar respeitabilidade e moralidade de costumes, como uma das orientações das despesas orçamentais, que podemos incluir a proposta de Franzini referente à extinção da Fábrica das Cartas, da Imprensa Nacional, porque, para além de fomentar o contrabando, só serviam para alimentar o vício. Mas, no que toca à Imprensa, a directriz é bem outra, uma vez que «naquele estabelecimento existe o que de melhor há sobre tipografia, e a sua viabilidade económica deve ser totalmente autónoma, uma vez que os seus administradores devem procurar equilibrar as receitas e despesas, sem que o Tesouro Público para isso deva contribuir» <sup>64</sup>.

Delineava-se, assim, a política de autonomia financeira dos Estabelecimentos do Estado, cujo modelo assentava no paradigma da economia política clássica. De resto, é no seguimento desta ideia que podemos situar as suas tomadas de posição, no que diz respeito

---

<sup>61</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, 2.ª Legislatura, Sessão 9 de Janeiro 1823, vol. V, p. 410.

<sup>62</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, 2.ª Legislatura, Sessão 27 de Fevereiro 1823, vol. I, pp. 994-1014.

<sup>63</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, 2.ª Legislatura, Sessão 14 de Janeiro 1823, vol. I, p. 466. Franzini centra a sua intervenção no número de candeeiros necessários para Lisboa, no preço do azeite e na possibilidade de efectuar arrematações para a sua compra, bem assim como a criação de companhias para a manutenção eficaz dos serviços, tal como acontecia em Inglaterra.

<sup>64</sup> *Diário das Cortes*, 2.ª Legislatura, Sessão 14 de Janeiro 1823, vol. I, p. 469.

aos Estabelecimentos do Ministério da Guerra — a Intendência das obras militares <sup>65</sup>. No dizer de Franzini, «este estabelecimento é monstruoso, a sua criação data de 1816. Parece ser pela sua denominação um arsenal de obras militares, e na realidade não sei que conste de outra coisa senão de pedreiros e carpinteiros pela maior parte dedicados aos consertos de quartéis» <sup>66</sup>.

Inútil era, pois, a verba dotada para este estabelecimento; crime que lesava as finanças, delineando-se a solução: «Estas obras militares em todo o tempo dependem da inspecção dos engenheiros; mas agora conforme a nova ordem de coisas podia-se muito bem deixar isto à fiscalização das câmaras, sendo dirigidas e projectadas pelo comandante, e oficiais do corpo de engenheiros» <sup>67</sup>.

Mas, no que toca ao Arsenal, à parte produtiva, a solução e a directriz apontadas são bem diversas.

O deputado Bernardo da Silveira defende que o Arsenal do Exército tem de ser reformado, logo secundado por Franzini que expõe a necessidade de o Secretário de Estado vir a nomear uma Comissão para propor e organizar as reformas convenientes. É líquido que o Arsenal tem de continuar a existir; o problema coloca-se quanto à sua viabilidade económica e o modo de não agravar mais o orçamento do Estado, impondo-se um novo zelo por parte dos administradores. A compra de armas à Inglaterra «que causou grande sensação na cidade de Lisboa» <sup>68</sup> serve de exemplo do que Franzini recomenda para o equilíbrio interno das finanças do Estado e para a auto-suficiência do Arsenal militar.

«Eu assentava mesmo, que teria sido muito mais útil ao serviço, e conforme à prática das outras nações, nomear dois oficiais de artilharia e mandá-los às fábricas de Inglaterra para fazerem esta compra (...) e pouco importa que com eles se gastassem mais dois ou três contos de réis, porque talvez tivéssemos aqui as melhores armas a 4\$800 réis. lucrando-se 50 a 60 contos de réis sobre o actual fornecimento» <sup>69</sup>. Havia que ter a coragem, e a ousadia, de gastar agora, para recuperar no futuro. Franzini, em todas as intervenções pontuais que fez, denotou ter sempre em mente um período de tempo voltado para o Futuro, e não a tacanhez de lançar um remendo para tapar um buraco do momento.

---

<sup>65</sup> Todas as obras de melhoramento ou reconstrução do foro militar, ou dos estabelecimentos produtivos dependentes do Ministério da Guerra, estavam dependentes deste Arsenal.

<sup>66</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 13 de Fevereiro 1822, vol. VII, p. 797.

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>68</sup> Vimos a seguir o debate orçamental, havido a 13 de Fevereiro 1823: o negócio em questão diz respeito a armas compradas em Inglaterra por três mil réis.

<sup>69</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 13 de Fevereiro 1823, vol. I, p. 791.

A estes propósitos ligam-se também as medidas preconizadas para evitar o contrabando, crime que lesa toda a sociedade, e, em particular, as finanças do Estado. Daí que pense «que é necessário que estas embarcações, assim armadas, andem sempre equipadas com oficiais militares e com tropa nacional; porque de contrário poderiam ter lugar perniciosos abusos «não porque eu desconfie da probidade dos actuais contratadores mas poderão eles acontecer para o futuro, dando lugar a que os mesmos se sirvam dessas embarcações para fazerem outros contrabandos»<sup>70</sup>.

No ideário de Franzini as intervenções respeitantes aos orçamentos, ainda que pontuais, remetem-nos para alterações de fundo, nos negócios do Estado. Não se tratava de estabelecer tábua rasa de todas as características do Portugal Velho, mas, fundamentalmente, de as regenerar, adaptando-as aos novos tempos que se viviam, augurando um tempo virado para o devir, e não uma dimensão política enfeudada e presa ao passado.

### 3. *Virtuais soluções*

As intervenções de Franzini saldaram-se por várias possibilidades de leitura, dentro do que denominámos por *visão trágica*<sup>71</sup>. São pequenas achegas, por vezes casos pontuais, mas que nos parecem complementares de outras peças já aqui trazidas.

Dentro do âmbito das possíveis soluções situa-se a temática dos *impostos*. Eles foram uma pedra fundamental para se perceber, por um lado, uma das principais fontes da receita pública, por outro, como os impostos se tornaram num dos emblemas da Revolução Liberal. Não estava na mente dos vintistas estabelecer a uniformidade da rede tributária, terminando com o desequilíbrio fiscal do Antigo Regime, a que o privilégio, assente na ordem e no estatuto pessoal, dava origem.

Franzini proclama, em 1823, que um dos pontos altos da realização das Cortes ordinárias é o de legislar para aumentar a receita do erário<sup>72</sup>, não recusando alguns dos impostos que vinham do Antigo Regime, como as sisas por exemplo, porque o interesse da fazenda não os tornava, de modo algum, dispensáveis.

As suas tomadas de posição face à carga fiscal vinham-se delineando desde as Cortes Extraordinárias e Constituintes. Enveredando pela alternativa de reconhecer que fixar impostos era obra da maior importância, Franzini foi claro e explícito quando se discutiam os impostos alfandegários, de modo que deles resultasse

---

<sup>70</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 3 de Janeiro 1823, vol. I, p. 334.

<sup>71</sup> Cfr. LUCIEN GOLDMANN, *Le Dieu Caché*, Paris, Gallimard, 1959.

<sup>72</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 29 de Março 1823, vol. II, p. 306.

a maior felicidade à Nação — «Ora admitindo-se que se tome por base o preço originário, como a maior parte das fazendas vêm de todas as partes do mundo, pergunto eu agora, e quereria que me dissessem, o que há-de fazer a Comissão nestas circunstâncias? Pergunto se acaso se hão-de estabelecer diferentes impostos para o mesmo género que vem de diferentes países»<sup>73</sup>.

Franzini opta pela uniformidade de tabelas de impostos, e pelos entraves a estabelecer aos produtos importados. De facto, a sua política de recuperação passa pela redução dos produtos importados, mostrando-se várias vezes contrário à autorização do alívio da carga fiscal que recaía sobre a importação de certos produtos; as aguardentes e os vinhos são disso um exemplo<sup>74</sup>. E isto obedece a uma declaração explícita de intenções: «Portugal tem de imitar os estrangeiros, especialmente os ingleses e preferir os produtos nacionais»<sup>75</sup>. Só que esta preferência de produtos nacionais implicava, igualmente, a reestruturação da nossa economia fiscal, especialmente no que diz respeito ao mercado interno.

Aqui entronca o problema das portagens, que segundo a óptica de Franzini havia que *reconverter*. Reconverter, e não pura e simplesmente eliminar. Porquê?

Em primeiro lugar, a fazenda e as finanças públicas são assuntos tão importantes e graves que delas depende inteiramente a utilidade e a felicidade da Nação, sendo, pois, contraproducente legislar de ânimo leve, sem medir o alcance das medidas a tomar.

Em segundo, era indispensável olhar a balança de receitas e despesas do orçamento e saber fazer bem as contas; logo, mais importante do que *abolir*, mesmo em nome dos mais altos desígnios revolucionários, era indispensável saber fazer *mudar a direcção dos impostos*, neste caso concreto da portagem.

Em Março de 1823 Franzini assumiu explicitamente estas preocupações: «Farei breves reflexões. Não duvido um só instante da utilidade que há-de resultar à nação, uma vez que desapareçam estas alfândegas interiores; porém, duvido muito que agora se possa votar sobre isso com conhecimento de causa; *quando se trata de fazenda, quero sempre ter todos os esclarecimentos à vista, comprovados com os algarismos*»<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 18 de Agosto 1821, vol. III, p. 1937. Estão em discussão dois pareceres antagónicos: o da Comissão da Fazenda, e o da Comissão do Comércio, onde pensamos ver delineados os traços gerais do livre-cambismo e do protecçãoismo.

<sup>74</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessões 4 de Outubro 1821 e 13 de Outubro 1821, vol. IV, pp. 2511-2512, p. 2652.

<sup>75</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 5 de Março 1822, vol. VII, p. 364.

<sup>76</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 24 de Março 1823, vol. II, p. 271, (sublinhado nosso).

#### 4. *Funcionalismo público*

Economizar, reformar, alterar, traduzem-se pela austeridade e regeneração do aparelho financeiro do Estado. Mas, na óptica de Franzini, com alguns cuidados. Consciente da imperiosa necessidade de poupar dinheiro, não ignorava que essa poupança não deveria recair sobre entidades pessoais, ou seja sobre nomes concretos, mas sim sobre as instituições. Franzini estava consciente dos perigos políticos que uma má gestão financeira do Estado, face ao funcionalismo, podia adquirir. O preço poderia ser demasiado caro; atento à turbulência e às dificuldades económicas que se viviam, traduziu do seguinte modo as suas inquietações:

«Devemos persuadirmo-nos que uma nação quando se regenera é sempre impelida pela desordem das finanças do seu tesouro, logo que os povos reconheçam melhoria é necessário pôr em dia os pagamentos, e ter mais despesas do Estado. Isto só poderá conseguir-se no princípio por meio de empréstimos, meios que sempre têm sido postos em prática por todas as nações que se regeneraram, e do qual só nós tentamos esquivarmo-nos»<sup>77</sup>.

Queremos ver, aqui, nestas palavras, um sinal de prudência, mas também um alerta e um aviso. Não pagar aos funcionários públicos, quando o Estado moderno, burocratizado, tinha um excessivo peso de funcionalismo, podia ser, de facto, uma autêntica temeridade. Especialmente quando as suspensões de pagamentos passavam pelas vias da sobrevivência quotidiana...

É um pouco a perspectiva humana do funesto olhar sobre as finanças, segundo a óptica de Franzini, que pretendemos aqui trazer, descobrindo, simultaneamente, aspectos, a um lado humanos e filantrópicos, a outro puramente políticos.

Entremos, por momentos, no mundo vivencial e humano das finanças vintistas. Que dramas pessoais, que situações de extremo tocaram a corda da sensibilidade do nosso deputado? Lembremos que o enquadramento se caracterizava pela circulação e desvalorização do papel-moeda, pela argúcia e ganância dos rebatedores, por baixos soldos pagos, com a agravante de se encontrarem em atraso; para completar o quadro, temos um Aviso de 18 de Julho de 1821, expedido pelo Ministro da Fazenda, para todas as repartições públicas, decretando a suspensão de pagamentos de quaisquer pensões e gratificações, a todos os indivíduos que recebessem ordenado ou soldo<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 4 de Março 1823 ,vol. II, pp. 27-28.

<sup>78</sup> Devemos esclarecer que eram estas pensões e gratificações que funcionavam como complemento ao baixo soldo auferido. «É o facto de um indivíduo, que não tinha mais que dez moedas de ordenado, e tinha cem ou cento e sessenta mil réis de gratificação, que se lhe suspendeu» (Franzini, *Diário das Cortes*, Sessão 4 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2147).

Vejamos o primeiro episódio — a dívida ao funcionalismo. Havia que pagar os vencimentos em atraso aos funcionários públicos, mas, também, que liquidar as pensões e reformas do monte-pio <sup>79</sup>.

Para mais, lembra Borges Carneiro, nunca houve tanto dinheiro <sup>80</sup>, pois nunca tinha havido tantos tributos, como então existiam, caso do papel selado, por exemplo. Tratava-se de um problema de má administração das rendas públicas e das despesas. Acima de tudo havia que pagar, uma vez que, como Franzini afirma, «Ao Soberano Congresso pertence regular esta ordem de administração da dívida: entretanto, eu convenho na opinião de juntar a dívida dos reformados e monte-pio aos outros empregados públicos» <sup>81</sup>. E numa resposta de solução eficaz, aponta o produto da colecta eclesiástica, como unicamente destinada ao pagamento dessa dívida, injusta e monstruosa, que coloca na maior miséria boa parte dos portugueses.

Num segundo episódio, registamos a discussão de uma *Indicação* de Marino Miguel Franzini que, individualmente, resolve atirar algumas pedras no charco, às «injustas» e «impolíticas» medidas oriundas do Ministério da Fazenda.

Nesta *Indicação* destacam-se, na ordem do discurso emitido, dois pontos relevantes. O primeiro prende-se com o lado humano da melindrosa questão dos números, visto que, com a súbita cessação de pagamentos, numerosas famílias ficariam reduzidas ao drama da mendicidade. E Franzini lança no texto o argumento de político hábil e seguro; tal situação é «oposta às rectas intenções do Soberano Congresso», e que não pode nem deve ser o resultado do novo sistema, abraçado com o maior entusiasmo pela Nação <sup>82</sup>.

As suas palavras, ao pretenderem galvanizar a atenção do Congresso, detêm-se igualmente num segundo ponto, que se traduz na denúncia do baixo nível de vida dos empregados públicos, cujos soldos não chegavam nem para se manterem a eles mesmos, quanto mais às famílias, o que implicava as maiores privações, para já não falar das «infelizes viúvas e orfãs» de valorosos militares! Franzini parece querer advertir que um corpo e um espírito faminto nunca foram bons conselheiros em tempo de crise, e de mudanças políticas.

Na sessão de 27 de Setembro de 1821 o problema volta a ser tema de discussão. A *Indicação* é relida, relembrando os pontos de vista já demarcados. Estava em jogo a regulamentação administrativa e burocrática desta situação. Situação perigosa e penosa, que não podia ser agravada. «Do que agora se deve tratar é se devem continuar a ficar suspensas as pensões, até que se formalize o livro,

---

<sup>79</sup> Célebre ficou, por exemplo, o caso do brigadeiro Teles Jordão, nestas circunstâncias, cujos serviços prestados à Nação Franzini demarcou em várias sessões.

<sup>80</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 26 de Julho 1821, vol. II, p. 1350.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>82</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 26 de Junho 1821, vol. II, p. 1349.

ou se era mais humano, e melhor que se continuasse a pagar até que se formasse o livro, e se pudesse saber as que devem suspender-se, ou continuar»<sup>83</sup>.

A polémica despoletada pela *Indicação* de 26 de Junho teve como resultado prático um Parecer da Comissão de Fazenda, em cujo articulado se desenhava o propósito de solucionar esta situação, bem assim como activar mecanismos burocráticos que tivessem critérios de maior justiça e rigor.

Se vimos que, neste assunto, Franzini se apresenta como uma voz incómoda, especialmente depois das tomadas de posição assumidas no tocante à Fazenda, as suas intervenções de sabor humano figuraram ainda mais algumas vezes. Deixando a utopia das realizações revolucionárias, Franzini desce ao plano da realidade, do qual emergem intervenções que ousamos classificar de «condição humana». Paremos no que consideramos um dos exemplos mais significativos.

Uma vez mais, o «Soberano Congresso» pretende adoptar medidas impopulares. Desta vez elas visam, também, atingir o mundo operário da Real Fábrica da Cordoaria, que Franzini tão bem conhece. O problema volta a ser o mesmo — suspensão de salários, por razões financeiras, ou seja aumentar a dívida contraída desde o 24 de Agosto. Trata-se de um assunto que, decerto, bolia directamente com o universo de referentes e interesses de Franzini. Assim, não perde tempo, apresenta individualmente mais uma *Indicação*, na qual entre outros argumentos, se pode tomar contacto com a questão dos rebatedores, que pouco a pouco se vão recusando a fiar<sup>84</sup>. A situação é a seguinte:

«Os rebatedores dos bilhetes dos arsenais e outras repartições de obras públicas, que até adiantam aos operários, e empregados a importância dos salários ainda não vencidos, e os especuladores que prestam a crédito os géneros de subsistência diária, vão suspender as suas operações, reclamando dos seus fregueses a indemnização dos prejuízos»<sup>85</sup>.

Nesta viagem ao mundo das finanças humanizadas, há ainda que inflectir a direcção e determo-nos no peso conjuntural do Brasil, sob uma nova leitura. Esta questão prende-se com as promoções de 24 de Junho de 1821, concedidas aos oficiais da Nau D. João VI. Um «drama» cujo desenrolar demorou longos meses, atravessando todo o vintismo. Importa salientar que essas promoções não olharam nem a competências, nem ao rigor ou qualidade profissional,

---

<sup>83</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 27 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2427.

<sup>84</sup> Este era o recurso mais generalizado, entre as camadas mais baixas dos diferentes tipos e categorias de funcionários públicos, de efectuar pagamentos.

<sup>85</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 14 de Agosto 1822, vol. VIII, p. 147.

para além de acarretarem um pesado fardo de aumento de soldos, ao já pauperizado erário público. Assim, aos motivos de despeito corporativo juntavam-se os de cariz financeiro.

O primeiro movimento que se verificou foi uma chuva de petições dos oficiais promovidos, que reclamavam os aumentos, a que achavam ter direito. Simultaneamente, chegavam os ecos de descontentamento dos que não se encontravam a bordo da D. João VI, e que, por conseguinte, não haviam sido abrangidos por esta cláusula.

A 8 de Novembro de 1821 verificou-se a renovação do famoso decreto de 24 de Junho. O consenso ainda não havia chegado; as petições continuavam em catadupa, requerimentos individuais e colectivos que aportavam à Comissão da Marinha, esperando uma resposta e um parecer favorável. Havia, no entanto, que conciliar dois objectivos: — humanidade, rigor e competência no desfecho a dar; — salvaguardar o interesse e a defesa das finanças nacionais, especialmente, procurar não sobrecarregar o orçamento da Marinha.

Este problema adquiriu novos foros quando os funcionários públicos, a prestar serviço no Brasil, começaram a regressar.

Agora já não são apenas os que iam a caminho do Brasil, na Nau D. João VI; são todos os oficiais regressados do Rio de Janeiro e que pedem ingresso na Armada portuguesa. Mas, não são apenas oficiais da Armada. São também os membros da Brigada da Marinha e os lentes da Academia da Marinha, que se haviam mudado para o Brasil, quando das invasões francesas.

O culminar de toda esta situação vem prescrita na sessão de 26 de Março de 1823, no «Projecto de decreto apresentado pela Comissão de Marinha sobre os vencimentos dos oficiais militares, e empregados civis da repartição da Marinha, que têm regressado, e que para o futuro regressarem do Reino do Brasil»<sup>86</sup>. No seu articulado destaca-se que a concessão da promoção fica sujeita a dois critérios, o da competência e «qualidades pessoais» e o da «conduta política».

Vemos, assim, que o contingente de funcionários vindos do Brasil nos projecta para uma outra leitura da problemática brasileira: a do peso de onerários do funcionalismo. A colónia adquire uma dimensão historiográfica a que não estamos habituados, uma vez que é sob o ponto de vista político, ou económico, que se abordam normalmente as consequências da perda do Brasil, como colónia.

## 5. Campos de amostragem: Marinha e Exército

A visão trágica das finanças adquire uma dimensão mais particularizante e minuciosa nos dois ramos da administração pública que Franzini melhor conhece e domina: a Marinha e o Exército.

---

<sup>86</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 26 de Março 1823, vol. II, p. 284.

Estes domínios são aqui trazidos como campos de amostragem, tentando, através do cuidado e do zelo que Franzini por eles demonstrou, discernir alguns aspectos de um possível «imaginário de regeneração», porque se o nosso deputado dedicou várias horas de trabalho a dois dos sectores das finanças públicas, evidenciando-se, quer individualmente, quer como membro das Comissões respectivas, é porque as suas preocupações se dirigiam aos domínios que melhor conhecia.

E, no domínio das hipóteses, do *se* ficcionário, *se* em todos os ramos da administração pública *se* efectuassem reformas, poupanças e planos de regeneração? *Se*, *se* conseguisse uma forma equilibrada de racionalizar despesas e receitas? *Se* pudessemos saltar do plano de amostragem para o da globalidade? Que receitas conseguiríamos nós extrair do pensamento de Marino Miguel Franzini, para a realidade estrutural, e conjuntural, de 1820-1823?

Porém, pretendemos, apenas, tentar discernir uma política e uma economia do saber das finanças, que ficou evidenciado nas intervenções, nos relatórios, nos pareceres e projectos de lei que tiveram a influência directa e a assinatura — *M. M. Franzini*.

## MARINHA

### *Projectos de reforma*

Entrando no domínio particular da Marinha, reparamos que há duas grandes linhas de trabalho realizado. A primeira converge nos sucessivos planos de reforma interna apresentados às Cortes Extraordinárias e Constituintes; a segunda materializa-se no facto de, nessas Cortes, Franzini ter apresentado, como alternativa, um «Orçamento analítico da despesa feita com a repartição da Marinha». Ambas as vias nos conduzem a um ideário comum: contribuir para o aumento da «Felicidade Pública»<sup>87</sup>.

Decerto que a voz de Franzini na Assembleia teve outros ecos, e não podemos deixar passar despercebida a manifesta semelhança entre a direcção do discurso «franziniano» e o discurso de um dos seus antigos professores da Academia da Marinha — Dantas Pereira. É no próprio período vintista que o Almirante proclama que «é universal o clamor da precisão de reformar, não só no geral do Reino, mas ainda mais no particular da repartição da Marinha»<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Foi na Sessão de 2 de Outubro de 1821 que Franzini deu o pontapé de saída de toda esta catadupa de palavras e ideias, orientadas exclusivamente no sentido de estabelecer uma ruptura burocrática com o passado, assinalando a emergência de um tempo inovador; mas também de (re)reformular, de (re)criar a Marinha portuguesa.

<sup>88</sup> DANTAS PEREIRA, *Memória sobre a precisão de se concluir (...)*, p. 1. É também de assinalar que as referências de comparação com as demais

O ponto de partida é a constatação do declínio que a Marinha portuguesa teve desde os tempos do «glorioso Martinho de Melo e Castro». Do «Relatório lido pelo sr. Franzini» na sessão de 29 de Novembro de 1821, ressalta que, no estudo efectuado, há duas cargas negativas que se interpuseram entre o declinar do século XVIII e o alvor do liberalismo. Uma tem a ver com as invasões francesas que forçou a Corte a fugir para o Brasil e que por arrastamento levou várias instituições da Marinha<sup>89</sup>. O outro factor foram as polémicas promoções do 24 de Junho, da Nau D. João VI, já anteriormente mencionadas. Daqui resulta, na lógica de Franzini que «o material desta arma se acha reduzido a dois terços do que foi em 1793»<sup>90</sup>.

Da estagnação, e do aumento de patentes, resultou uma desconfortável assimetria de crescimento da Marinha, que se tornava extremamente pesada ao erário público, tal como Franzini pretende demonstrar através dos sucessivos quadros que elaborou e apresentou. Neles se procura evidenciar o contraste entre os dois marcos vitais: 1793 e 24 de Junho de 1821, demonstrando, matematicamente e claramente, a grande sobrecarga de oficiais existente, mas, sobretudo, o excessivo montante que o Estado teria de cobrir, sem usufruir compensação alguma por parte do ramo da Marinha<sup>91</sup>. A diferença de 134.836\$000 réis é, não só, assustadora como impossível de conciliar com o Tesouro público.

O Parecer elaborado pela Comissão de Marinha foi no sentido de se estudar seriamente a situação exposta nos «quadros em Anexo», e, como propósito global, afirmar a necessidade que o «Governo proceda a uma reforma do corpo, na conformidade dos desejos manifestados pelos suplicantes preteridos, compreendendo na classe dos Oficiais efectivos a todos aqueles que por sua habilitação científica, aptidão, e serviços prestados no exercício da profissão, se acharem nas circunstâncias de serem empregados activamente como verdadeiros Oficiais da Marinha Militar»<sup>92</sup>. Se de um lado está o

---

Marinhas estrangeiras, são coincidentes com as que habitualmente Franzini faz. Cfr., igualmente, *Ensaio de huma comparação da Marinha Portuguesa (...)*.

<sup>89</sup> Recorde-se que as importantes tradições da Marinha brasileira remontam, exactamente, a esta altura.

<sup>90</sup> Franzini escolheu como baliza temporal para o seu raciocínio 1793, «a época mais florescente da Marinha Militar», a época de Martinho de Melo e Castro (*Diário das Cortes*, Sessão 29 de Novembro 1821, vol. V, p. 3273. Cfr. também a Sessão 5 de Setembro 1822, vol. IX, p. 358).

<sup>91</sup> Por exemplo: o Mapa n.º 2 referente ao «estado pessoal da Marinha portuguesa no mesmo ano de 1793, inclusivé os Oficiais agregados à primeira Plana, e os da Marinha de Goa» dá como resultado o número de 143 oficiais para um total da importância dos seus vencimentos em terra, pelos soldos actuais, 48 444\$000 réis. Comparativamente, o Mapa n.º 4 referente ao «estado pessoal da Marinha depois da promoção de 24 de Junho» dá para um total de 585 oficiais a quantia de 183 280\$000 réis, para a importância anual dos soldos de terra.

<sup>92</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 29 de Novembro 1821, vol. V, p. 3274.

interesse do Estado, por outro a Comissão não esquece os potenciais perigos políticos de uma rebelião interior, de foro corporativo<sup>93</sup>.

Contudo, o problema da Marinha não se centrava apenas nas distorções da promoção colectiva de 24 de Junho. A questão era mais profunda; prendia-se com a própria reforma da estrutura interna da Marinha<sup>94</sup>.

Demos a palavra a M. M. Franzini: «O deplorável estado a que se acha reduzido o material da Marinha, exige um poder enérgico e pronto em suas deliberações, que possa restabelecer a unidade nos projectos; (...) Foi na época de Martinho de Melo e Castro, que a nossa Marinha Militar chegou ao maior esplendor, e nesse tempo, decerto não existia almirantado, nem junta de fazenda; e um só inspector-geral reunia a sua jurisdição à do intendente: e hoje que infelizmente o número dos vasos se acha reduzido a uma quarta parte, é que queremos conservar tão aparatosa administração?»<sup>95</sup>.

Esta intervenção está em perfeita sintonia com o discurso emitido no *Parecer* da Comissão de Marinha. Trata-se de regenerar, cortar frontalmente com o passado recente, *no que era necessário*, a fim de o melhorar, viabilizando o momento presente. Há, no enunciado dos onze artigos formulados, uma filosofia nova de administração, que corresponde a uma vontade política liberal, mas também a uma tentativa de resposta para solucionar a crise estrutural existente. A nova proposta administrativa, ao deslocar os centros de poder, descentralizando-os, altera qualitativamente todo o regime de acção administrativa do Portugal Velho. Trata-se de apresentar um trabalho que revelasse e desse sinais positivos dos novos tempos que se viviam, no qual, a par do ideário do liberalismo, das cartilhas e reformas revolucionárias francesas e espanholas, se mostrasse um português esforço de racionalização dos bens e patrimónios públicos.

É este espírito que encontramos no diálogo travado entre Franzini e o Ministro da Marinha<sup>96</sup>. Acabar frontalmente com a corrupção é um elemento fundamental, mas há outros complementares. A recuperação da Marinha, e dos corpos produtivos, passa por dois tempos de reforma. Os Arsenais, parte produtiva, e a Navegação, que compreende a Marinha de Guerra e a Marinha Mercante, com a conseqüente importância de contribuir para o aumento dos rendimentos do Estado.

Pensamos que na polémica gerada em torno da pretensão de extinguir o Almirantado<sup>97</sup> há, sobretudo, o propósito de defender

---

<sup>93</sup> Vd. «Parecer da Comissão de Marinha», *Diário das Cortes*, Sessão 12 de Março 1822, vol. VII, p. 460.

<sup>94</sup> É notável que também DANTAS PEREIRA, no *Esboço da Organização e Regime da Marinha* (...) se preocupe em apresentar uma proposta de alternativa à organização fabril e administrativa vigentes.

<sup>95</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 5 de Setembro 1822, vol. IX, p. 358.

<sup>96</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 10 de Setembro 1822, vol. IX, pp. 392-403.

<sup>97</sup> Franzini após um esforço de argumentação, remata dizendo «que se queremos dar movimento e impulso à Marinha, devemos concentrar a

propostas novas, que tenham a ousadia de ir contra o secularmente estabelecido, contra o que parecia que já havia criado raízes muito profundas. A discussão continuou<sup>98</sup>. Franzini reiterou os seus pontos de vista, que se opunham aos do Parecer da Comissão, sentindo-se a imagem que ele assumia como Inspector da Cordoaria — «O major general é obrigado a comparecer às muitas obrigações e responsabilidades que ficam sujeitos. O major general é obrigado a comparecer em muitas estações, e grandes concursos, e o Inspector tem muitas ocasiões em que deve fazer consideráveis despesas para a decente recepção de grandes personagens, que concorrem ao Arsenal, por ocasião de embarques, de navios lançados ao mar e de outros semelhantes»<sup>99</sup>.

Toda esta polémica tem como epílogo um *Projecto de decreto para a nova organização da administração da Marinha Nacional*<sup>100</sup>, lido por Franzini, como membro da Comissão de Marinha.

O objectivo é, uma vez mais, o de regenerar, como se pode ler explicitamente no seu preâmbulo: arranjar um remédio, «no estado de decadência em que se acha a armada nacional, se faz indispensável concentrar a acção do poder administrativo desta repartição, a fim de obrar com energia e unidade, emendando os abusos introduzidos pelo tempo, e pela divergência de autoridade, quer por sua recíproca independência, e complicação anulam a responsabilidade individual»<sup>101</sup>.

No postulado dos diferentes artigos, texto de difícil compreensão, burocrático e técnico, estão visados os vários aspectos da Marinha que devem ser repensados: o conselho de guerra e o de marinha, apontando-se como factor de novidade o rompimento com o passado. Tomemos como exemplo o facto de desaparecerem os tribunais do Conselho do Almirantado e a Junta da Fazenda da Marinha.

No novo esquema organizativo busca-se a sistematização, a racionalização, em última instância a matematização da realidade; todo um conjunto de pressupostos técnicos que vêm desde o século das Luzes, e que moldaram a formação cultural, em sentido alargado, dos membros encarregues de proceder a este projecto de reforma<sup>102</sup>.

---

actual administração: isto é, fazer que a antecipada autoridade que hoje se acha dividida entre o Conselho do Almirantado e a Junta da Fazenda da Marinha, passe para o major general, e inspector, e por isso sou de opinião que se deve adoptar o projecto da Comissão» (que ele havia co-assinado, *Diário das Cortes*, Sessão 10 de Setembro 1822, vol. IX, p. 400).

<sup>98</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 24 de Setembro 1822, vol. IX, p. 543, em que a Comissão de Marinha propõe algumas alterações ao projecto anterior: Franzini, contudo, não concorda com elas.

<sup>99</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 24 de Setembro 1822, vol. IX, p. 543.

<sup>100</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 10 de Outubro 1822, vol. IX, p. 738 e ss.

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, p. 738.

<sup>102</sup> Juntamente com Franzini encontravam-se Francisco Villela Barbosa, Manuel de Vasconcelos Pereira de Melo, Francisco Simões Margiochi e José Ferreira Borges. Não transcrevemos o articulado do projecto, porque,

Atente-se, por exemplo, no artigo 11.º:

«Todos os livros, documentos e papéis, que se acharem na secretaria do almirantado, ficarão pertencendo à secretaria do major general. O regulamento desta secretaria, e dos cartórios dos conselhos de marinha e administração, será feita pelo governo, e enviado às Cortes para ser sancionado. Os livros, documentos, e papéis, que existirem na secretaria da junta da fazenda, passarão para o arquivo da intendência, ou da contadoria, segundo a natureza dos objectos a que pertencerem».

Toda a realidade tinha de estar visível, clara, explicada, e, mais do que isso, sempre acessível para quem a quisesse consultar, muito especialmente para a apresentar aos dignos representantes da Nação.

### *Orçamento*

É neste domínio que se centra a mais empolgante e inovadora forma de actuar de Franzini. Porquê?

Na sessão de 18 de Abril de 1822 apresenta ao Congresso, um «Orçamento analítico da despesa feita com a repartição da marinha, mandado imprimir em sessão de 29 de Março»<sup>103</sup>. Este orçamento é antecedido de um pequeno preâmbulo, no qual Franzini faz algumas reflexões, que julgamos da máxima importância, para percebermos o que delineava.

Esta alternativa surge como uma resposta, talvez também uma crítica implícita, ao laconismo dos orçamentos enviados por algumas repartições, muito especialmente a da Marinha. Se este constitui o ponto de partida, Franzini chama a si próprio o dever de compulsar os diferentes documentos referentes a este ramo da administração e elabora um outro, que tem como objectivo obter um cômputo final, mais baixo que o apresentado ao Parlamento. De facto, regista-se uma diferença de catorze contos de réis. Uma economia que talvez se pudesse estender a todas as repartições...

Mas para além deste declarar de intenções reputamos do maior valor a paciência laboriosa que Franzini teve ao elaborar os diferentes mapas explicativos, que pudessem demonstrar de um modo efectivo dois objectivos. A situação real em que se encontravam

---

o que nos interessa aqui fazer ressaltar é a novidade de ruptura que ele propõe, sublinhando esse espírito, no âmbito da história das ideias liberais em Portugal.

<sup>103</sup> Este orçamento materializa-se em vários quadros exemplificativos do espírito racionalista de Franzini, em que se destaca a minúcia demonstrada em apresentar um estudo o mais completo possível para a repartição que ele melhor conhece — a Marinha.

as diversas repartições da Marinha, e como elas podiam ser geridas para alcançar um grau de perfectibilidade.

Passeando o olhar pelas dez páginas, que compõem este orçamento analítico, ficamos a par das despesas, ordinárias e eventuais, dos funcionários que a Marinha dispunha, civis e militares. Todos os movimentos produtivos e burocráticos ali estão explicitados. Por momentos, a realidade transforma-se em números, em quadros, em símbolos de tipografia.

No que toca à parte produtiva da Marinha, os Arsenais, Franzini procura demonstrar como um estabelecimento estatal se devia bastar a si mesmo, olhando pelas regras da economia de mercado, e aproveitar as oportunidades de fechar negócio nas melhores condições. Ouçamos o que ele propõe:

«Pelo resumo geral do Orçamento ficou demonstrado que a importância total dos géneros, que se devem comprar, sobe a 457 contos, a qual se pode asseverar sem exageração, que excede a trinta por cento ao verdadeiro valor dos sobreditos géneros, o que é principalmente devido à desconfiança dos fornecedores pela incerteza dos pagamentos, e às prevaricações a que se dá lugar, esta causa, à sombra da qual facilmente se justificam os maiores abusos, ainda que evidentes. Segue-se, pois, que, se os sobreditos géneros fossem contratados com a certeza do pagamento, e em consequência pelos justos preços de mercado, *deveriam economizar-se anualmente 137 contos de réis, nesta classe de receitas*»<sup>104</sup>. Do mesmo modo, se, se produzisse mais, se houvesse mais matéria prima, mais se lucraria, porque mais se venderia<sup>105</sup>.

Julgamos, pois, poder afirmar que há um plano de intenções por detrás destas propostas; um plano que passa pela reforma profunda dos domínios da administração. O equilíbrio financeiro dos sectores produtivos constituia, assim, a pedra basilar das propostas de Franzini.

No debate orçamental da legislatura de 1822/23 temos oportunidade de voltar a encontrar o nosso deputado intervindo na discussão, defendendo princípios análogos, desta vez dirigidos para o caso particular de quanto custa armar uma embarcação de guerra<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 18 de Abril 1822, vol. VIII, p. 869.

<sup>105</sup> Quando abordarmos o capítulo do «Inspector da Cordoaria» teremos oportunidade de retomar este assunto, de um modo mais profundo e detalhado.

<sup>106</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 15 de Fevereiro 1823, vol. I, p. 844. É de ressaltar que algumas das intervenções são decalcadas do que foi dito na primeira legislatura. Veja-se por exemplo, o que diz Borges Carneiro: «... o sr. Franzini acabou de falar, mostra que o preço por que se compram os géneros era mais trinta por cento do que o verdadeiro valor deles, em consequência da desconfiança dos credores e do tardio e mau pagamento que se lhes fazia», (*Idem, ibidem*, p. 846).

Aí reitera as permissas enunciadas anteriormente:

«Discorrendo sobre as observações gerais, direi que não se pode duvidar que na Marinha tem havido grandes abusos na admissão de oficiais, assim como os houve no Exército, em todas as outras repartições, porém a grande desproporção entre o pessoal e o material, que agora se nota procede de duas causas primárias, que aumentarão o mal em razão composta; pois que o material sofreu grande diminuição, deixando-se apodrecer quase todos os navios, e o pessoal se foi aumentando a ponto de se contarem hoje 580 oficiais». Há é que estudar profundamente o assunto, nomear uma Comissão e esperar os seus trabalhos, «sem os quais não pode fazer-se reforma alguma regular e justa».

É sem dúvida a palavra *reforma* que continua a impôr-se no universo, imaginário, de Franzini e que, por diversas vezes, veio dominar a tónica das suas intervenções.

## EXÉRCITO

Passemos então ao segundo campo de amostragem, onde o ideal de regenerar e perfectibilizar são constantes do pensamento do deputado vintista Marino Miguel Franzini.

As Cortes haviam demonstrado, desde cedo, a importância de se proceder à reforma do Exército; por exemplo, o deputado Póvoas havia apresentado um projecto de reforma do Exército na sessão de 11 de Julho de 1821. O problema estava, pois, emanante no espírito dos vintistas, e de um modo particular no pensamento de Franzini. Podemos constatar as suas preocupações por duas vias distintas, uma directa, outra indirecta<sup>107</sup>.

A exposição e projecto de orçamento do Exército, sobre o Relatório oferecido pelo Ministro da Fazenda, lido na sessão de 28 de Agosto de 1821, permite-nos contactar directamente com o discurso de Franzini.

Numa primeira leitura ressalta, imediatamente, o seguinte — descobrir os males das finanças do país, e arranjar o mais rapidamente possível soluções de reforma, que passavam inevitavelmente pela via da economia e da poupança do erário público. É neste preconizar de soluções, de remoção dos obstáculos, que Franzini se vai empenhar a fundo, apontando soluções, apresentando uma série

---

<sup>107</sup> Na sessão de 16 de Junho 1821, em consequência de uma proposta apresentada por Borges Carneiro, a propósito das despesas que o Exército fazia à Nação, foi criada, sob uma proposta do deputado Freire, uma Comissão Especial «para cuidar da reforma do Estado Maior e Repartições Civis do Exército». Dela também fazia parte Marino Miguel Franzini.

de mapas que se destinavam a tornar mais perceptíveis as suas ideias e propostas<sup>108</sup>.

A sua primeira preocupação vai, obviamente, para a «enorme e desproporcionada despesa do Exército, orçada em perto de 13 milhões de cruzados; digo desproporcionada porque não tem relação alguma com o pessoal do mesmo Exército, que não chega a 3 300 homens»<sup>109</sup>. De uma forma sintética podemos afirmar que é neste factor que reside um dos principais males do Exército, para além do seu sistema burocrático e orgânico estar mal regulamentado, contribuindo igualmente para o agravamento das finanças. Olhemos o que nos diz:

«Saiba pois a Nação, e os seus dignatários representantes que o Exército português no qual se acham reunidos 32 700 dos seus mais beneméritos concidadãos, só deve fazer de efectiva despesa pouco mais de sete milhões de cruzados, incluindo-se as milícias; e que adoptando-se o sistema de licenciamento por trimestres, ou semestres, alternados, na proporção designada no Mapa n.º 2, poderia economizar-se mais de um milhão de cruzados no pão, e perto de 9 600 homens, que se deveriam licenciar além dos 1 810 que já o estão, satisfazendo assim aos desejos do soldado, que espera ansiosamente pela verificação deste arbítrio, o qual conservando a organização do Exército reduzirá a sua despesa anual a pouco mais de seis milhões de cruzados...»<sup>110</sup>.

É pertinente verificar que Franzini abrange um campo muito mais alargado do que o foro restrito do Exército. Há também a necessidade de licenciar, libertar homens que são necessários ao trabalho produtivo do país de forma a preconizar um autêntico saneamento das finanças públicas. No que toca às diferentes repartições do Exército, à semelhança do que já fizera para a Marinha, Franzini põe o dedo nas feridas que mais fazem sangrar o Tesouro. É ele mesmo que tira a conclusão «que as despesas inúteis e excessivas do Comissariado, Hospitais, Arsenais, Trem de Praças, Obras Militares, e outras desta natureza, são as que absorvem, sem proveito do Exército, a enorme quantidade excedente ao meu orçamento, aumentadas sem dúvida, com os preços exorbitantes por que são comprados os géneros necessários aos estabelecimentos militares, procedendo, em parte, da falta de crédito, e de outros defeitos essenciais de administração geralmente conhecidos»<sup>111</sup>.

Monstruosidades destas debilitam o Estado, enfraquecem os dinheiros públicos, e, afinal, podem comprometer inevitavelmente

---

<sup>108</sup> Decerto não nos devemos alhear do que ele havia escrito acerca do Regulamento de 1816, que só conseguiria publicar em 1820.

<sup>109</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 28 de Agosto 1821, vol. III, p. 2048.

<sup>110</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>111</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 28 de Agosto 1821, vol. III, p. 2049.

as transformações políticas do 24 de Agosto de 1820. É neste sentido que se devem ler, e entender, os quadros minuciosamente executados por Franzini. As colunas de números, que se vão alinhando, procuram evidenciar e tornar claro como havia despesas supérfluas, como se gastava inutilmente, e como uma racional e boa gestão podia obviar vários gastos, contribuindo para um fortalecimento das finanças públicas, para a consolidação plena do Estado Liberal<sup>112</sup>.

No que toca à via indirecta de conhecermos o contributo de Franzini para a reforma do Exército, ela está mediatizada no trabalho final da Comissão Especial do Exército, que elaborou um «Projecto de decreto sobre a reforma do Exército», lido a 8 de Janeiro de 1822.

Em nosso entender, e sob o ponto de vista do pensamento de Franzini, trata-se do culminar, com um contributo colectivo, de vários trabalhos e estudos dedicados ao assunto. Passeando os olhos, atentamente, pelas 23 páginas que compõem este projecto, somos confrontados a vários níveis com dados conhecidos; é como que «sentir o dedo», ou a mão de Marino Miguel Franzini, figura presente, mas personagem invisível num discurso colectivizado.

Todo o texto está dirigido às modificações que havia a introduzir no Exército, no que diz respeito ao Recrutamento em tempo de paz. O binómio *tempo de guerra/tempo de paz* é a base da argumentação de todas as reformas profundas que se pretendem introduzir.

O Estado Liberal tinha uma situação difícil, e uma força militar mal orientada e extremamente cara, para um país pobre e sem guerra, e a Comissão é, neste assunto, suficientemente explícita quando afirma o seguinte:

«O desenvolvimento da Revolução Francesa abalou todos os governos desde 1789. Portugal participou desta ansiedade comum à república europeia, e para conservar a sua independência, fez sacrifícios em armamentos navais, e nos socorros de um Exército auxiliar, mandado combater com o seu aliado, no Rossilhão: estes socorros foram tanto acima de suas forças, que desta época data o seu apuro

---

<sup>112</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, pp. 2050 a 2056. Aí estão patentes as diferentes repartições do Exército, os seus componentes, gastos, resumos gerais e notas explicativas, algumas das quais com grande pertinência, como esta: «O actual estado político da Península parece permitir, sem inconveniente, um licenciamento de 9 600 homens, além dos 1 800 que já o estão (...). O mapa seguinte indica a economia, que deveria produzir este sistema debaixo do princípio de se licenciarem voluntariamente metade dos cabos (...). Resumindo, do que fica dito, concluirei que o licenciamento proposto, e a economia nos gastos do comissariado, dariam uma diminuição da despesa de dois milhões de cruzados, sem atender a outras reformas que se poderiam realizar com mui leves sacrifícios pessoais, ficando desta maneira reduzida a 8 500 000 cruzados a despesa totalmente do exército combatente, e dos seus anexos estabelecimentos».

em finanças»<sup>113</sup>. A situação foi posta a claro; mas com a esperança trazida pelos novos ventos revolucionários, havia que regenerar esses apuros, denunciando os erros cometidos, e acima de tudo ultrapassá-los.

Em primeiro lugar, e por comparação com as demais Nações, que em tempo de paz (e em 1814 Portugal já não estava em pé de guerra) se ocupavam em licenciar os seus homens, a fim de obviar despesas e libertar forças humanas, que se passava entre nós? «No momento de paz, próprio para a reforma, não só se não deu atenção a este objecto, mas até se tentou dar-lhe maior extensão pelo Regulamento de 1816, que a impossibilidade evidente da sua execução não permitiu por em prática»<sup>114</sup>.

Ainda que haja que salvaguardar a existência de um Exército permanente, com um bom quadro de Oficiais para a eventualidade de uma guerra<sup>115</sup>, era urgente, contudo, proceder a reformas que atingissem as repartições, os oficiais. «Duas ideias se apresentam naturalmente para fazer uma redução. Uma, a de reformar corpos na sua totalidade, outra, a de conservar os quadros existentes, diminuindo a sua força»<sup>116</sup>.

Em poucas palavras, diremos que se tratava de regenerar, mas também de prevenir e acautelar eventuais possibilidades de intervenções armadas. Neste desenrolar de ideias assentam as directrizes orçamentais. Diminuindo os efectivos, em tempo de paz, e assegurando soldos de decência, o Estado passaria a poupar verbas consideráveis que poderiam, por conseguinte, ser desviadas para outros sectores, capazes de suscitem forças de renovação necessárias ao Portugal Liberal.

Com meticolosa paciência e cuidado, a Comissão foi analisando todas as repartições do Exército, cuidando dos seus efectivos, das somas necessárias para pagar os soldos, e dos cortes que se podiam efectuar, sem prejudicar os meios militares. O pequeno preâmbulo ao projecto de decreto de reforma do Exército exprime, em nosso entender, o espírito geral da Comissão de Finanças, que procurou conciliar o bem geral e a viabilização financeira do Estado; senão vejamos:

«As Cortes gerais extraordinárias e constituintes da Nação portuguesa, considerando a necessidade de conservar uma força armada permanente para defender o Estado, dos inimigos externos e para segurar a liberdade política, a ordem pública e a execução

---

<sup>113</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 8 de Janeiro 1822, vol. VI, p. 3701.

<sup>114</sup> *Idem, ibidem*, p. 3702.

<sup>115</sup> Quando tratarmos do «Colapso do Vintismo» teremos oportunidade de retomar este assunto e analisar, com cuidado, como os vintistas estavam preocupados com o argumento da força militar, para intimidar a Europa contra-revolucionária.

<sup>116</sup> *Idem, ibidem*, p. 3703.

das leis, e tendo em contemplação estabelecer esta força em conveniente proporção com a povoação do Reino, e a situação do Tesouro público, e com a relação ao presente estado de paz, amizade e boa inteligência, em que se acha com as mais Nações da Europa, enquanto não promulga uma lei constitutiva do Exército, que abranja as milícias nacionais e a nova forma de guardas cívicas, combinada com o sistema geral de despesa para todo o reino-unido, visto a urgência, decretam provisoriamente para o Continente Europeu o seguinte (...)»<sup>117</sup>.

### III — A DIMENSÃO HUMANA E QUOTIDIANA DO VINTISMO

Se em Franzini as finanças e o Estado constituíram a visão trágica, devemos contrapô-lhe um olhar diferente, e partir à descoberta de outras estruturas significativas do seu pensamento. Essa outra visão vamos encontrá-la no plano emocional, na esfera da sensibilidade, qual inquérito realizado ao imaginário de um deputado.

No campo emotivo é importante atender aos assuntos que foram capazes de galvanizar a voz e a intervenção de um tribuno, cujos predicados se afastam, em muito, dos dotes oratórios. Enveredando pela via do inquérito, há que descobrir olhares antropológicos sobre o país real e os seus problemas, desvendar segredos, que numa primeira abordagem nos escapam, porque permanecem, aparentemente, num plano secundário. Mas, a desmontagem desse imenso material espalhado pelas centenas e centenas de páginas que compõem o *Diário das Cortes*, do período vintista, permite-nos trazer alguma luz sobre a dimensão real, pequena, prosaica, quotidiana, a dimensão humana, quantas vezes anónima, do Portugal Liberal.

Recordamos que Franzini ocupava a categoria de «homem excepcional», que sobressaía na consciência colectiva do pensamento vintista, porque «Il en résulte que les individus exceptionnels expriment mieux et d'une manière plus précise la conscience collective que les autres membres du groupe et que, par conséquence, il faut entièrement renverser la manière traditionnelle des historiens de poser le problème des rapports entre l'individu et la société»<sup>118</sup>.

Sob a influência deste convite de alteração ao tradicional, que modelo(s) de criatividade para o palpar prosaico do dia a dia encontramos? Quais os mitos, os fantasmas e as ambições que se escondem no discorrer de um discurso marcadamente circunstanciado e emotivo? Tentaremos surpreender, e observar, o deputado

---

<sup>117</sup> *Idem, ibidem*, p. 3711. Segue o articulado que compõe toda a reestruturação do Exército, onde o problema dos dinheiros públicos está sempre implícito, ficando estipulado quais as quantias que o Tesouro deveria despende para cada repartição.

<sup>118</sup> LUCIEN GOLDMONN, *Le Dieu Caché*, Paris, Gallimard, 1959, p. 27.

face ao filme que sob os seus olhos vai deslizando, materializado em petições, queixas, requerimentos e pedidos, vindos dos quatro cantos do país.

### 1. *O quotidiano nas petições vintistas*

O direito peticionário foi um dos direitos concedidos aos portugueses pela Revolução Liberal. Equivalentes aos célebres «cahiers de doléance», foram já entre nós utilizados com objectivos precisos por Albert Silbert<sup>119</sup> a fim de estudar o problema agrário português. Também Miriam Halpern Pereira, na senda do historiador francês, apresentou um pequeno estudo, desta vez no domínio da indústria (Artes e Manufacturas)<sup>120</sup>.

O que nós aqui pretendemos trazer é algo de semelhante, mas de sentido contrário. Quer dizer, o que nos vai preocupar é a *resposta*, individual ou colectiva, que Franzini deu às petições que chegaram às respectivas Comissões de que era membro. O nosso objectivo é discernir quais as capacidades de resposta de um deputado, conscientemente liberal, face aos problemas do país e ao direito peticionário. Este efectuava-se por duas modalidades, o movimento individual e o colectivo, oriundos do litoral e do interior, do Norte e do Sul, sendo impossível estabelecer qualquer tipo de dicotomia regional. Há sim diferentes e variados problemas a resolver, uns que dizem respeito a um concelho ou a todo o país, outros que visam apenas casos particulares e individuais<sup>121</sup>. O nosso privilégio consiste exactamente na possibilidade de tomarmos contacto com o diálogo que se estabeleceu entre um dos representantes da soberania nacional e a própria Nação<sup>122</sup>.

Se nos debruçarmos sobre a quantidade de petições enviadas à Comissão de Estatística reparamos que o problema fundamental é constituído pelas carências de infra-estruturas em diversos pontos.

---

<sup>119</sup> Cfr. ALBERT SILBERT, *Le Problème Agraire Portugais au temps des premières Cortes Libérales*, Paris, ed. P.U.F., 1968.

<sup>120</sup> Cfr. MIRIAM HALPERN PEREIRA, *O Estado vintista e os conflitos no meio industrial*, in «O Liberalismo na Península Ibérica», vol. 2, pp. 31-84.

<sup>121</sup> Notemos que o material dirigido às Comissões Parlamentares, neste caso a de Estatística e Marinha, constituem estudos-dossier, uma vez que constam de abundante e rica documentação, argumentando as situações em causa. Ora o papel dos membros da Comissão era estudar minuciosamente esse material e proceder, posteriormente, à emissão de soluções, levando-as ao Parlamento, que funcionava para o imaginário colectivo, como o palco de artes mágicas, donde vinham remédios para todos os males.

<sup>122</sup> Os casos particulares dizem geralmente respeito a assuntos castrenses, tratando-se maioritariamente de requerimentos de oficiais do Exército ou da Marinha. É também de registar que o movimento peticionário em 1822/23 é muito inferior ao das Cortes Extraordinárias e Constituintes.

O Juíz de fora de Ovar preconiza que o real de água, que a população paga, revirta a favor da abertura da respectiva barra<sup>123</sup>. Por detrás, adivinha-se um contencioso entre Ovar e Aveiro, uma vez que a população da primeira localidade se queixa de que o real pago reverte a favor de Aveiro, que a abertura da barra nesta localidade inundou salinamente várias terras, danificando-as, e que o cais de Ovar necessita de urgentes obras, para o embarque e desembarque de navios e mercadorias.

Esta é uma situação típica dos problemas levados até Franzini; vejamos a resposta. A Comissão decide que o péssimo estado do cais justifica os anseios da população, e que deve igualmente cessar a aplicação do real para as obras de Aveiro, porque «nenhuma razão pode persuadir que seja justo que os habitantes da sobredita vila deixem arruinar e cair a sua casa a fim de concorrer para os reparos da alheia»<sup>124</sup>, posição que é reiterada por Franzini na primeira intervenção, da discussão travada.

Na sessão de 3 de Maio de 1822 é Estremoz que pede uma verba para o Terreiro Público e para a reparação de estradas e pontes, a que a Comissão dá um parecer favorável, salientando que o Estado tem de conceder empréstimos, porque não é apenas a valorização regional que está em causa, mas também as zonas circundantes, o Sul do país e as suas vias de comunicação.

Mas, nem sempre a Comissão dá despacho favorável; muitas vezes recusa os pedidos, outras adia o Parecer com o seguinte formulário:

«A Comissão não pode neste momento dar despacho a tamanha invasão de pedidos porque se encontra a acabar trabalhos para a Constituição»<sup>125</sup>. Ou então, «A Comissão não pode interceder sem ter mais informações na mão»<sup>126</sup>.

Vemos, assim, que a Comissão tinha critérios e reconhecia prioridades, arrançando também desculpas aceitáveis, quando necessário, para ganhar tempo, ou adiar pequenos problemas.

---

<sup>123</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 25 de Setembro 1821, vol. IV, pp. 2407-2409.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*. Este assunto vai voltar ao Parlamento na Sessão de 12 de Março de 1822, quando se discute o problema das vias de comunicação entre Aveiro e Ovar. Este caso exemplifica como um mesmo assunto era retomado várias vezes. Oliveira do Conde e Santa Comba Dão. (Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 3 de Maio 1822, vol. VIII, p. 49-50) conseguiram igualmente aprovação para que o real pago nessas localidades sobre o vinho e a carne pudesse ser canalizado para a reparação de pontes.

<sup>125</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 3 de Maio 1822, vol. VIII, pp. 52-53. Trata-se de uma resposta a pedidos de índole judicial, oriundos de Estarreja e Peso da Régua.

<sup>126</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 16 de Outubro 1821, vol. V, p. 2676. Os Povos de Perrães, Rego Giesta e Silveira, queixam-se dos males que as águas estagnadas do rio Vouga provocam, e das sisas que têm de pagar.

Sintomaticamente, no período legislativo de 1822/23, o movimento peticionário, sobre o qual Franzini tem oportunidade de se debruçar, é qualitativamente idêntico ao que acabámos de focar, ainda que quantitativamente seja bastante inferior. Continuamos a topar com decisões que conferem às localidades autonomia para resolver os seus problemas particulares, o caso da Câmara de Ancião que ao reclamar contra o estado de abandono em que se encontram as calçadas e pontes, propõe que lhe seja concedida autorização de lançar um imposto sobre o vinho atavernado <sup>127</sup>.

Muitos outros casos semelhantes poderíamos apontar, quase fazer um itinerário, ou inventário, dos dramas que apoquentavam as diferentes regiões do país. Se Vilarica clama que o rio precisa de ser encanado quanto antes, a fim de obviar aos prejuízos decorrentes das cheias, já Manteigas se apressa em expôr o perigo em que se encontra a povoação, de ser, em qualquer momento, abalroada com as enchentes do ribeiro <sup>128</sup>. Reparemos que são as próprias estações do ano, e a situação climatérica, que influenciam e determinam muitas vezes estas petições.

Não deixa de ser particularmente interessante termos como facto certo e seguro que Franzini *conheceu* estes pequenos, grandes afinal, problemas. Em que medida estes sedimentos viriam a influenciar o seu modo de pensar e de equacionar as soluções preconizadas para a regeneração vintista? <sup>129</sup>.

Falámos de pequenos dramas locais; uns são resolvidos, muitos adiados, outros esperam ainda talvez novas insistências, outros caíram, porventura, no esquecimento do amontoado de papel, nas salas das Comissões <sup>130</sup>.

Problemas havia, demasiado avultados e graves, que não podiam sofrer adiamentos e que ocuparam amplo espaço no debate parlamentar. São dois destes problemas que vamos seguidamente abordar, porque nos parecem indicadores notáveis dos meios de mediação, entre a realidade e um ideário de propostas e prioridades.

---

<sup>127</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 31 de Janeiro 1823, vol. II, p. 655.

<sup>128</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 11 de Março 1823, vol. II, p. 125.

<sup>129</sup> Se é importante fazer um levantamento das necessidades do Portugal vintista, que se perdem nos anais dos tempos, não deixa também de ser pertinente aqui acentuar a possibilidade de alterar as directrizes historiográficas, habitualmente voltadas para os problemas e decisões emanadas dos centros de poder, administrativos ou políticos, relegando para planos secundários as margens que são periferias, mas que não deixam de ser partes integrantes do tecido social, quotidiano e vivo.

<sup>130</sup> Foi com imensa pena que constatámos uma desorganização enorme no que toca aos documentos da Comissão de Estatística, depositados no Arquivo da Assembleia da República. Encontrar um documento particular, referente a qualquer destes casos aqui trazidos, levaria longos meses a encontrar.

O primeiro teve lugar na Sessão de 18 de Setembro de 1821 e tratava da construção de estradas no Norte do país, concretamente as estradas da zona do Douro.

Inicialmente é apresentada a situação que se vive: houve uma Companhia encarregada de fazer as estradas, que desbaratou o dinheiro e as construiu pessimamente, donde resultou que as que se fizeram já estavam em ruínas, sem limpeza e sem escoamento de águas, com a consequente deterioração. Que fez a Comissão de Estatística?

Primeiramente denunciou «o quadro lastimoso dos desperdícios feitos pela Companhia de tão grandes capitais tirados da Agricultura, e do Comércio, confiados pelo inepto Governo passado a tão prodigiosa administração, que em vez de zelar e cuidar das obras só enriquecia afilhados, e multiplicava empregos desnecessários, chegando a tal ponto o seu desleixo, que até lhe deixou ficar pelas mãos a soma avultada de 54 000 000 réis». Mas esta denúncia pública não era suficiente para resolver o problema; por isso a Comissão foi de parecer que era necessário arrancar o mal pela raiz — suspender imediatamente as obras e todos os ordenados, cabendo a uma Comissão de Lavradores, a formar na zona do Douro, efectuar um plano regulador para se concretizar a construção das necessárias vias de comunicação do Norte. É Franzini quem acrescenta, a nível individual, a tirada conclusiva:

«Naquelas obras tem-se gasto muito dinheiro, porém se tem extorquido muito à sombra delas. Este dinheiro deve ser de hora em diante aplicado para se fazerem as estradas e não para se sustentarem afilhados»<sup>131</sup>.

No segundo caso, que teve lugar a 2 de Maio de 1822, Franzini destaca-se igualmente do juízo da Comissão de Estatística. Nesta sessão o que está em jogo é a ocupação de Montevideu e a consequente retirada das tropas portuguesas, aconselhado pela Comissão diplomática<sup>132</sup>. Franzini apresenta-se como a voz discordante da sinfonia parlamentar, estipulando a sua argumentação em cinco pontos.

- 1.º Seria injusto, e injurioso, abandonar Montevideu, depois dos sacrifícios feitos<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 18 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2316. O Parecer foi aprovado.

<sup>132</sup> Nesse sentido emitiu o seguinte Parecer: «Como presentemente se torna inútil esta ocupação, aliás incompatível com os princípios de justiça, que animam a Nação portuguesa, a qual prefere dar ao mundo inteiro uma prova decisiva de que sabe respeitar tanto a independência dos outros países, quanto zelar a sua própria», *Diário das Cortes*, Sessão 30 Abril 1822, vol. VIII, p. 1020.

<sup>133</sup> É aqui visível a influência do espírito militar, e do conhecimento efectivo que teve destas paragens, quando das suas viagens de embarque.

- 2.º A localidade em questão é um ponto estratégico, e de suma importância, para a América meridional, uma vez que constitui a chave da navegação do Rio da Prata, visto que quem possuir o domínio da navegação deste rio é senhor dos interesses comerciais de Buenos Aires <sup>134</sup>.
- 3.º O rendimento das alfândegas é de 700 a 800 000 duros anualmente, o que não é de espantar visto o comércio de Buenos Aires ser intenso.
- 4.º Não existem razões morais que forcem os portugueses a sair, porque a Espanha tem «desgraçadamente» perdido o seu domínio em toda a América <sup>135</sup>.
- 5.º Desperdiçar esta oportunidade é dar grave prejuízo aos nossos navios mercantes, que já sofreram bastante devido à guerra civil que foi deflagrando. Trata-se agora de apanhar a ocasião propícia para remir esses prejuízos.

Deste breve apanhado ressalta que são as estruturas materiais do Portugal liberal que detêm um lugar de destaque nas preocupações imediatistas do nosso deputado. São elas que, por si, serão capazes de melhorar o padrão e a condição de vida dos «povos», mas também ajudar a sair da crise estrutural, e conjuntural, em que se vivia. Na tentativa de resolução destes problemas emanantes do movimento peticionário sentimos, explícita e implicitamente, a competência e o rigor científico de Franzini, lado a lado com a defesa das populações locais, que aglutinadas e somadas constituirão o interesse e a felicidade do Estado liberal.

Deixemos o país regionalizado e voltemo-nos para os domínios corporativos da Marinha, ou seja das respostas dadas pela Comissão especializada ao movimento peticionário que aí foi afluindo.

Aqui o quadro é mais restrito, uma vez que o olhar recai sobre uma micro-sociedade, na qual Franzini se inseria e conhecia de modo particular. Choveram casos individuais e colectivos, que desencadearam no nosso homem reacções bem diversas.

As petições colectivas giraram, maioritariamente, em torno da polémica promoção do 24 de Junho; choveram os requerimentos e sentimos o empenhamento pessoal de Franzini na resolução, «a bem de todos e da Nação», deste embróglio de promoções.

---

<sup>134</sup> Pensamos que esta é a grande razão de peso para a sua argumentação. Recordemos que ele conhece cientificamente o rio, descrevendo-o topograficamente, apontando a sua navegabilidade, evidenciando os seus percursos difíceis, bem assim como os pontos estratégicos.

<sup>135</sup> Está implícito que Portugal ainda não havia perdido o Brasil, e por isso o Rio da Prata revestia-se de alguma importância, especialmente para as finanças do Estado.

Na sessão de 14 de Agosto de 1821, a Comissão de Marinha emite um dos seus primeiros Pareceres sobre o assunto, no qual se pode ler o seguinte:

«... a referida promoção não foi justa, por ter sido privativa dos oficiais da Divisão, que conduzia Sua Magestade com prejuízo de um grande número dos outros oficiais de mar; por não terem percebido em objecto de tanta consideração as informações individuais precisas: e por não ser proposta, ou discutida por Tribunal, Conselho ou Comissão alguma...»<sup>136</sup>.

Em traços largos, a Comissão acabava de enunciar a fundamentação básica da recusa de apadrinhar as referidas promoções<sup>137</sup>. Neste caso, temos a sorte de Franzini ter radicalizado as suas posições, inserindo-as no Parecer, mas individualmente, expondo as razões de sua justiça:

«Pertence porém ao Governo, seguindo as leis, compreender em nova promoção, que deverá contar a antiguidade de 24 de Junho, aos oficiais da Armada Nacional e Real, e Brigada da Marinha, que foram preteridos; devendo somente ser contemplados com a graduação os oficiais reputados com a aptidão e qualidades necessárias para o serviço activo, imitando o que se praticou no Exército, isto é, colocando os que se não acharam naquelas circunstâncias em destinos de serviço sedentários, e reformando aqueles que o merecerem, ou que preferirem servir na marinha mercante»<sup>138</sup>.

Assim, vemos que no imaginário de Franzini se estabelecem critérios de valores que se prendem com a promoção por qualidade, mérito, prestígio e competência. E é com estes pressupostos que o vemos atacar acerrimamente essa «monstruosidade», propondo três vias para acabar, definitivamente, com o problema<sup>139</sup>.

- 1.º Suspender a promoção e aconselhar o Governo que faça outra, na conformidade das leis existentes.
- 2.º Suspender a promoção de 24 de Junho e depois, seguindo as leis existentes, fazer uma nova.
- 3.º Dar atenção à regulamentação que na altura permite as promoções na Marinha.

Note-se a preocupação de conciliar os seus projectos de reforma da Marinha, e saneamento das finanças, com a de satisfazer os desejos corporativos, porque o descontentamento do oficialato po-

---

<sup>136</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 14 de Agosto 1821, vol. III, p. 1902.

<sup>137</sup> Esta recusa vai estar na origem da revogação do decreto.

<sup>138</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 14 de Agosto 1821, vol. III, pp. 1901-1902.

<sup>139</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão de 31 de Outubro 1821, vol. V, p. 2873.

deria, também, constituir um perigo para a viabilização política do vintismo

Entrando no movimento peticionário individual dirigido à Marinha, é curioso registar que Franzini se afadigou em arvorar-se como porta-voz dos que pretendiam pensões, dos que reclamavam reformas, das orfãs e das viúvas que clamavam por uma pensão de sobrevivência... Em certa medida, defende os interesses do funcionalismo público, ou melhor, «conciliar as vistas da economia com o que dita a razão e a justiça»<sup>140</sup>.

Não vamos aqui personalizar as dezenas de casos com que deparámos, porque pensamos que eles devem permanecer exactamente assim, anónimos. Um peso de anonimato que devia associar as leis da economia, da linguagem das finanças públicas, com os ditâmes de justiça, de determinadas preocupações liberais e sociais, porque não se podia «decepar de um só golpe a cabeça do lobo, e a do cordeiro, resultando de tão cruel medida a desolação de grande número de empregados públicos», uma vez que se devia atender «não só à economia do Tesouro, mas também à justa contemplação que lhe oferecem os serviços e a situação das numerosas famílias, que ficariam reduzidas à mendicidade, o que é oposto às rectas intensões do Soberano Congresso, e que não pode nem deve ser o resultado do novo sistema, abraçado com o maior entusiasmo pela Nação»<sup>141</sup>.

A Nação, o ideário da Felicidade Pública, segundo a terminologia de Bentham, não podia ser prejudicada, pelo contrário, deveria ser aumentada e se, por exemplo, os trabalhos de um adido do corpo de engenheiros pudesse contribuir para essa mesma Felicidade, porque não incentivá-lo? Se havia alguém, que nos Açores, se propunha efectuar trabalhos topográficos e hidrográficos, e ilustrá-los com mapas das respectivas povoações (levantamentos da população), das produções existentes, das rendas do Estado e de todos os outros objectos pertencentes à Estatística, o Parecer da Comissão de Marinha, a quem o suplicante se dirigia, foi de total apoio<sup>142</sup>.

## 2. *Aconteceres do Vintismo*

Marino Miguel Franzini era um deputado de olhar atento, espírito observador e dotado da capacidade de consciencializar a realidade vintista, os seus problemas, compreender os seus pequenos

---

<sup>140</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 6 de Agosto 1822, vol. IX, p. 69.

<sup>141</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 4 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2147.

<sup>142</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 31 de Julho 1821, vol. III, p. 1704. Trata-se do suplicante José Carlos Figueiredo, «vítima do despotismo de Stockler», e que para receber os honorários a que tem direito põe todos os seus conhecimentos ao serviço do bem público.

dramas e interpretar, ou discernir, o ideário das preocupações do inconsciente colectivo de então. A dimensão do pequeno «fait-divers», que soube e conseguiu galvanizar a escrita e a voz de Franzini, interessa-nos, pois, de sobremaneira, porque por detrás dessas temáticas particulares, escondem-se retalhos do seu pensamento, do seu mundo, o real e o imaginário.

Os exemplos que escolhemos para aqui figurarem, funcionam e valem como casos de amostragem, símbolos ou signos que se tornaram importantes para podermos caracterizar o imaginário de Franzini, no que diz respeito ao pautar quotidiano das vivências materiais e espirituais do tecido social vintista. E toda a plêiade de acontecimentos, quase diríamos de feição jornalística<sup>143</sup>, não deixa de ter um sabor refrescante, porque conseguimos surpreender, com uma grande carga de emotividade, as reacções de um «homem excepcional», porque deputado, face ao palpitar de dramas e alegrias, que constituíram também as vivências vintistas, lado a lado com os grandes problemas de fundo da Revolução.

Na história dos acontecimentos vintistas, figura o aniversário do primeiro Rei Constitucional, D. João VI, a simbologia e a festa que esse facto deveria comportar para a satisfação da monarquia de feição liberal e constitucional. Talvez devido a uma certa forma de consciencialização deste acontecimento, que deveria funcionar como um símbolo político, Franzini se tenha afadigado em apresentar uma *Indicação* ao Parlamento<sup>144</sup>. Do seu discurso ressaltam dois objectivos distintos; primeiro, lisonjear e enaltecer «o amado e augusto Monarca de Portugal». Porquê? Dêmos atenção ao seu texto:

«O rei não cessa de dar as mais intransigentes provas do seu decidido amor por esta heróica Nação, oferecendo à administração da Europa o mais raro exemplo do império que em seu generoso coração exerce a voz da Razão, da justiça e da filosofia, manifestando a mais sincera adesão ao sábio sistema constitucional adoptado pela Nação, o qual para felicidade da Monarquia encontrou na augusta pessoa de S. Magestade o seu mais firme apoio e a sua glória».

Diríamos que não é o aniversário real que está em causa, mas sim defender e publicitar as gloriosas vantagens do sistema liberal, que ao olhar do Outro, que tanto pode ser o cidadão comum e anónimo, como os demais países da Europa, se encontra simbolizado, e também prestigiado, na figura material e humana do Rei.

Quanto ao segundo desígnio. Na lógica do discurso está implícito, e explícito, que os portugueses têm de estar gratos por a

---

<sup>143</sup> Muitos deles conheceram de facto o tratamento «jornalístico», como o incêndio do Terreiro do Paço, na imprensa da época.

<sup>144</sup> *Indicação* apresentada na sessão de 9 de Maio 1822, e que se destinava ao dia 13 de Maio, data do aniversário de Sua Magestade. Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 9 de Maio 1822, vol. VIII, p. 135.

«providência lhes ter concedido o mais virtuoso dos monarcas», o mesmo será dizer que os portugueses só têm motivos de regozijo, por os faustos desígnios do destino os ter contemplado com uma Revolução Liberal. No fundo, é este facto que constitui o pretexto para se comemorar e festejar condignamente o aniversário do rei, como Franzini habilmente escreve — «fazendo ardentemente votos para que tão fausto dia se reproduza por dilatados anos, acompanhado da glória e felicidade que serão inseparáveis no trono constitucional português».

O olhar e a intensão estão voltados para o Futuro, para um devir esperançoso e radioso, traduzido na prática pela perpetuação do sistema liberal constitucional. Compreende-se assim que «sendo este aniversário um dia da maior satisfação para os corações dos Portugueses, peço ao Soberano Congresso, como expressão dos idênticos sentimentos que se acha penetrado, declare feriado o sobredito dia a fim de que seja somente destinado à efusão dos sentimentos de amor, e respeito que a Nação Portuguesa tributa ao seu primeiro monarca constitucional, o sr. D. João VI.

Paço das Cortes. 10 de Maio 1822  
Marino Miguel Franzini»

Afinal não será a festa o melhor meio de lisonjear o monarca, e lembrar ao povo que esse dia feriado é uma das consequências das viragens de 24 de Agosto de 1820? Não será também o festejar o aniversário real, um excelente pretexto para pôr em prática o fenómeno de mimetismo que acaba por funcionar sempre na dimensão humana, e que tanta importância tem para compreender algumas das movimentações ou adesões de massas?

Parece-nos que Franzini demonstra não apenas uma hábil atitude política, conciliação de ideais e projectos, como também evidencia um discurso adequado ao seu receptor — o Parlamento, mas acima de tudo ao Rei, peça indispensável à causa liberal.

Mudemos de rumo e olhemos, por momentos, um mundo mais particular, o dos conventos; atentemos no modo como Franzini se posicionou face a dois dos casos que passaram pelo Congresso vintista.

Um tem como palco o mosteiro de Maceira-Dão «poço infecioso de libertinagem»<sup>145</sup>, com as respectivas queixas dos povos

---

<sup>145</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 24 de Julho 1821, vol. VIII, p. 1631. Estava em discussão, por parte da Comissão de Constituição o que se passava no mosteiro de Maceira-Dão, pertencente à ordem de S. Bernardino. Em causa estavam dois problemas distintos: os frades não obedecerem à nova ordem constitucional, e os bens do convento poderem vir a ser vendidos no rol dos bens nacionais.

circunvizinhos. Franzini toma a palavra <sup>146</sup> e de um modo acutilante e radical, afirma que os frades «são os chefes do feudalismo» e que da supressão do convento resultaria «um imenso bem à Nação».

Assinale-se que Franzini é a única voz que se levanta para propor uma solução prática e utilitária, lançada ao Parlamento do seguinte modo: «Não poderiam os bens daquele convento serem aplicados a socorrerem um grande número de infelizes que existem na Casa Pia, sem rendimentos alguns?» <sup>147</sup>.

Trata-se de uma proposta com funções sociais e humanitárias, em que se adivinham, decerto, algumas das preocupações inerentes à condição humana, como categoria da existência e da vida.

Um segundo caso diz respeito aos frades de S. Domingos, que são simultaneamente devedores e credores do Estado <sup>148</sup>. Franzini não hesita em explicitar a sua opinião: «os frades não devem esperar por qualquer encontro de contas porque sendo eles credores apenas com hipoteca geral, não se lhes pode pagar com rendimentos que outros tem hipoteca especial», e reitera o seu parecer dizendo que «se nós admitirmos semelhantes encontros faremos uma injustiça» <sup>149</sup>.

Somos de opinião que ver apenas jacobinismo anti-fradesco nestas tomadas de posição é linear e simplista, uma vez que é necessário compreender os outros valores presentes. Quer dizer, os interesses dos frades tinham de se submeter aos interesses *gerais e universais* da Nação e do Estado; tratava-se de um problema de justiça e da aplicação do princípio da felicidade do maior número.

O quotidiano vintista foi frequentemente abalado por acontecimentos criminosos. O perigo da marginalidade, a instabilidade e a insegurança instalaram-se algumas vezes nos ânimos. Como reagiu Franzini face aos diferentes casos que foram levados ao Parlamento? Que propostas ou vias de solução preconizou?

Pouco a pouco, somos confrontados com o mundo legal e o marginal. Penetrando nos diferentes campos da criminalidade, apercebemo-nos das diversas leituras que esse tema comporta: a punição, a recuperação, a recompensa à sociedade lesada.

Face, por exemplo, a José Vitorino Soares Luna, que após ter desviado alguns recibos do ex-quartel de caçadores 11, pede perdão e devolve o furto, Franzini não hesita em propor, como solução, o

---

<sup>146</sup> Depois de terem intervindo, acesamente, Borges Carneiro e Fernandes Tomás.

<sup>147</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 24 de Julho 1821, vol. VIII, p. 1634.

<sup>148</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 14 de Agosto 1821, vol. III, p. 1885.

<sup>149</sup> Franzini vai apoiar inteiramente o Parecer da Comissão da Fazenda que «conclui finalmente o Ministro da Fazenda, que recebendo todas as ordens religiosas juros reais, admitindo tal encontro, importava este em um privilégio de os cobrarem sempre, ficando por isso de melhor condição que os restantes credores da mesma classe». *Idem, ibidem*.

perdão total e como «ele deu provas da sua honra e arrependimento deve ser admitido novamente»<sup>150</sup>.

Mais à frente, é o drama de uma jovem orfã que quer casar, opondo-se à vontade do tutor que a pretende enviar para o convento de Santa Clara. Uma vez mais Franzini não fica impassível e defende a petição da rapariga, argumentando que «os conventos são prisões, e prisões terríveis: já lá vai o tempo de se encerrarem neles as infelizes vítimas da ambição ou do fanatismo»<sup>151</sup>.

O que pretendemos fazer ressaltar é que o tempo da revolução tinha também de se repercutir ao nível do quotidiano, e à escala do pequeno problema individual. Havia que assinalar, na simples condição humana, a ruptura com o passado, através de atitudes sintomáticas. Ter a frontalidade de esquecer um furto reconhecido e arrependido, ou dar a possibilidade de liberdade individual na escolha do rumo pessoal e afectivo.

Se olharmos para os acontecimentos «anormais» que afectam, não apenas a vida individual e particular do cidadão, mas, a sociedade em geral, verificamos que há a preocupação de também aqui assinalar e demarcar a nova época que se vivia. Concretamente estamos a pensar num dos casos que assumiu foros de grande importância na época — o incêndio do Terreiro do Paço<sup>152</sup>.

Esta «infelicidade pública» concretizou-se num fogo posto à Junta do Comércio, acção premeditada porque, segundo o parecer de Franzini, o fogo declarou-se simultaneamente em quatro pontos diferentes, havendo ainda vestígios de morrão e de ingredientes incendiários<sup>153</sup>. O móbil poderia ter sido a corrupção, uma vez que

---

<sup>150</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 2 de Julho 1821, vol. III, p. 1415.

<sup>151</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 21 de Agosto 1821, vol. III, p. 1979. Parece-nos implícito quer o conhecimento e leitura da *Religiosa* de DIDEROT, quer os textos anti-convento de BENTHAM.

<sup>152</sup> O jornal *A Borboleta dos Campos Constitucionais* dá a este acontecimento uma cobertura enorme. «Descrever o parocismo em que tudo ficou é impossível (...). O progresso das chamas, o tumulto para se poder penetrar no interior, o alarido das famílias que moravam para o lado da Rua dos Capelistas, o sussuro do Povo que corria ao espectáculo medonho de um edifício tão espaçoso, e tão cheio de objectos interessantes a toda a Nação, faziam de Lisboa um Dia de Juízo. Imagine que perda! Dentro de todo o edifício, não falando no que pertencia a particulares, nas lojas, sobrelojas, e moradas contíguas, havia a Junta do Comércio, as Aulas da sua Academia, o Conselho da Fazenda, a Junta da Casa de Bragança, a Chancelaria, o Conselho de Guerra, a Junta do Melhoramento, a Mesa do Bem Comum, a Loja da Imprensa Nacional e a Guarda Principal. Tudo ardeu (...). Esta notícia já anda rodeada de rumores do Povo que diz terem aparecido indícios de maços de morrões, mechas, mistos, e combustíveis incendiários. Deus esclareça este ponto, para que não hajam sofrimentos desgraçados, pois já se diz estarem presas, por cautela, algumas pessoas» (*A Borboleta Constitucional* n.º 28, 14 de Junho de 1821).

<sup>153</sup> Estamos a seguir o *Diário das Cortes*, Sessão de 10 de Junho 1821, vol. II, p. 191.

havia sido descoberta uma fraude de 70 contos de réis alguns dias antes, e o Ministro do Comércio havia exigido o balanço destes cofres o mais rapidamente possível. Face a esta dupla «infelicidade», a corrupção que lesava a boa imagem de Lisboa e de Portugal, e o incêndio que tudo destruiu, havia que reagir e encontrar soluções, optando pela filosofia do mal menor. É nesta lógica de pensamento que se insere a proposta de Franzini. Para remediar os males causados, conceder um prémio pecuniário a quem se acusasse voluntariamente e assim descobrir os outros culpados, porque «por agora é necessário, e nós queremos conhecer quem foram os monstros que perpetraram esse crime. Se não dermos perdão ou prometermos perdão, certamente não o descobriremos...».

Este acontecer dramático, essencialmente para o Estado, alertou-nos para o lugar de destaque que os problemas de marginalidade e criminalidade ocupavam no pensamento de Franzini. Várias são as intervenções, pontuais ou articuladas com *Indicações*, que tivemos oportunidade de assinalar. É, pois, com o quotidiano marginal, um dos grandes perigos do vintismo para a mitologia colectiva da época, que finalizamos este deambular pelo dia a dia de 1820...

A prisão, como lugar de expiação e reclusão, símbolo do crime que lesa a sociedade ocupou um lugar de primazia no ideário de intervenções de Marino Miguel Franzini. «Criminalidade», «espaço de recuperação» e «sociedade» constitui um trinómio de suma importância para percebermos como, no ideário reformista de Franzini, se procurou reinventar um novo quotidiano, com novas regras e novos valores axiomáticos <sup>154</sup>.

Denunciar a situação precária das prisões foi um dos objectivos. Por exemplo, a propósito da cadeia do Limoeiro, e no seguimento da discussão suscitada por uma *Indicação* de Soares Franco. Franzini denuncia as más condições em que os detidos se encontravam. A enxovia que constituía o Limoeiro, a corrupção generalizada que grassava entre os carcereiros. Um estado de coisas de tal modo degradante que era indispensável empreender reformas de fundo, e criar um novo estabelecimento prisional para Lisboa <sup>155</sup>.

Foi, essencialmente, a ideia de reformular os sistemas punitivos do Antigo Regime, adaptando-os às novas circunstâncias, que ocupou boa parte da sessão de 24 de Setembro de 1821. O Relatório da Comissão de Justiça sobre o problema da marginalidade em

---

<sup>154</sup> Este problema — prisão — foi retomado várias vezes por Franzini, nomeadamente quando Inspector da Real Fábrica da Cordoaria. Recordemos que este era um tema muito divulgado, cartilha ligada aos princípios do Liberalismo. Bentham, Beccaria, Howard eram nomes que circulavam insistentemente, e a *Sociedade Literária e Patriótica*, por exemplo, dedicou abundante espaço do seu *jornal* na divulgação do tema — Prisões e Recuperação do indivíduo.

<sup>155</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão de 13 de Setembro 1821, vol. IV, pp. 2263-2264.

Portugal apontava no sentido de se seguir, como modelo preventivo e punitivo, a gendarmia francesa. Assinale-se que o Código Civil de Napoleão e as novas instituições francesas aliadas à filosofia utilitarista de Bentham constituíram paradigmas que influenciaram, directa ou indirectamente, a necessidade de repensar o quotidiano vintista. Face aos princípios enunciados neste Relatório, verificamos que Franzini concordava globalmente com os seus enunciados.

Se o Reino está infestado de ladrões e marginais<sup>156</sup> a primeira medida que é necessário fazer despoletar, não será tanto o de punir, mas «acautelar», ou seja, impedir, por meio de mecanismos diversos, que o roubo e o assalto se efectuem. Em nosso entender, a chave de toda a filosofia de reformular os meios judiciais reside exactamente na palavra *acautelar*<sup>157</sup>. Segundo este raciocínio, há que acabar e exterminar socialmente os vadios, porque nesse grupo residem os potenciais marginais<sup>158</sup>. Mas, quem era vadio? A resposta era inequívoca: «desertores, mendigos, ociosos e estalejadeiros, e os que transitavam sem passaporte...».

A Intendência Geral da Polícia, o Exército e um sistematizado e racional sistema de penas funcionariam então duplamente: punindo e vigiando. De um lado, impedindo que a sociedade sofresse os malefícios da criminalidade, de outro, quando o crime se efectuava realmente, fazendo com que a sociedade lesada pudesse ser condignamente recompensada; daí, por exemplo, a importância dada aos trabalhos públicos, e o abandono da pena de morte.

A *Indicação* oferecida por Franzini, lida na sessão de 20 de Fevereiro de 1822, constitui, a nosso ver, como que um epílogo de toda esta situação evidenciando a importância que estes assuntos tinham para as preocupações imediatas do nosso deputado. O texto surge como o resultado dum estudo feito ao extracto do relatório do Intendente Geral da Polícia<sup>159</sup>; nele considerámos três objectivos no discurso de Franzini.

O primeiro diz respeito ao panorama conjuntural: a criminalidade no país, particularmente em Lisboa, e o perigo social e polí-

---

<sup>156</sup> Elemento sabiamente aproveitado e instrumentalizado pelas forças não liberais, que utilizavam este argumento como o sinal eminente de se poder vir a instalar o Terror.

<sup>157</sup> Este termo define a influência das Luzes racionalistas, conjugada com a teoria benthamiana, ou seja o radicalismo filosófico inglês.

<sup>158</sup> O Relatório preconiza mesmo várias medidas tendentes a punir quem os proteja, para além de punir evidentemente os próprios vadios.

<sup>159</sup> Relatório apresentado ao Ministro da Justiça, sobre a onda de criminalidade de Lisboa e publicado no *Diário do Governo*, 7 de Fevereiro de 1822, n.º 32, pp. 244-245. Nele vem constatado que «há uma diminuição progressiva em Lisboa, e em todo o reino de assassínios e roubos (...) resta-nos somente notar que aquela diminuição de roubos se faz mais sensível no dito mapa, desde a criação do Ministério da Justiça, mas lamentamos que a indolência das autoridades locais nos dê o escandaloso quadro de 24 mortes cometidas por mês».

tico que esse factor acarretava para a Revolução Liberal. É com «grande mágoa» que Franzini constata que num período de sete meses, e face ao avultado número de crimes registados<sup>160</sup> não se tenha «visto desenvolver a vingança da lei contra os assassinos que têm roubado a existência a um tão grande número dos seus semelhantes (...) pelo que podemos concluir com segurança que a marcha da justiça criminal continua ainda a experimentar grandes estorvos que deixam quase impune o maior, e mais execrando dos crimes».

O segundo objectivo prende-se com as medidas que havia a tomar, e que sob a influência do importante juriconsulto Colquhoun visavam o levantamento e conhecimento geral do estado e das proporções de marginalidade que se registam em cada comarca do país. Só conhecendo as situações reais, se podiam desencadear remédios eficazes e determinantes, e, por «consequência a actividade, zelo, e recta administração das autoridades encarregadas de manter a segurança pública».

Finalmente, o último objectivo culmina este corolário de pressupostos; ele prende-se com a publicidade que é necessário dar aos crimes perpetrados, e essencialmente à sua punição, ou seja preparar canais de comunicação e mediatização entre o tecido social e os mecanismos do poder. É nesse sentido que se encaixa a proposta de mandar publicar no *Diário do Governo*, «em cada trimestre, o relatório da Intendência Geral da Polícia, ou da autoridade que necessariamente a deve substituir», onde se indicam as sete medidas necessárias e suficientes para evidenciar os sinais do poder punitivo e vigilante<sup>161</sup>.

Contudo, é quase no colapso do vintismo, que voltamos a deparar com mais uma *Indicação* de Franzini sobre o assunto, na qual, com angústia e grande perplexidade, reconhece que a situação pouco ou nada melhorou, no domínio da recuperação do marginal, ou seja

---

<sup>160</sup> Em cada mês: 63 roubos, 20 mortes violentas, 5 duvidosas que dá na totalidade 143 homicídios e 37 duvidosos.

<sup>161</sup> Os sete itens preconizados são os seguintes: 1.º O número dos homicídios ou mortes violentas duvidosas e causais, acontecidas em cada uma das províncias ou comarcas, na capital, e no Porto. 2.º O número de roubos notáveis efectuados nas mesmas províncias, comarcas e cidades. 3.º O número de indivíduos que foram presos por suspeita de homicídio, e pelo de roubos. 4.º O número dos réus sentenciados definitivamente nas relações de Lisboa e Porto, especificando os que foram por crime de homicídio, ou grave ferimento, e pelo de roubos, e quais as penas que lhe foram impostas. 5.º O número dos acusados que foram absolvidos. 6.º O número de indivíduos que ficaram detidos nas cadeias de Lisboa e Porto, especificando o número dos acusados de homicídios, ferimentos graves e de roubos. 7.º No fim de cada ano publicar-se-á, além do resumo de cada um dos artigos antecedentes, o número dos indivíduos acusados dos referidos crimes, que ficam detidos nas prisões de Lisboa e Porto, especificando o tempo que já contam de detenção quando exceder a mais de um ano».

o reaproveitamento por parte da sociedade de elementos que lhe eram maléficis.

«Diz o artigo 203 da Constituição, que as cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, de sorte que sirvam para a segurança, e não para tormento dos presos»<sup>162</sup>. Todavia, as prisões continuam a ser «enxovias», tal como já Franzini havia denunciado em 1821. O espaço de reclusão, em vez de contribuir para a revitalização moral e recuperação social do preso, agravava-lhe a saúde, mental e física, tornando-o quase incapaz de recompensar posteriormente o mal feito.

«Existe nesta cidade uma prisão originariamente destinada para a reclusão dos Eclesiásticos, conhecida pelo nome de Aljube, colocada numa rua sombria, tendo em frente o antigo e elevado edifício da Sé, o qual absorvendo a maior parte da luz, lança a escuridão sobre aquela cadeia, que aliás não tem respiradouro no lado oposto, tornando-a por consequência mui tetra, escura, húmida e mal arejada»<sup>163</sup>.

Que sucedeu? As prisões não foram reformuladas, a nova cadeia de Lisboa, preconizada dois anos antes, continuava a enfermar dos mesmos vícios. Entre Limoeiro e Aljube a diferença era nula. No imaginário do deputado, adivinhamos a decepção, alguma frustração, e simultaneamente uma certa angústia por alguns dos luminosos princípios da Regeneração não se terem *de facto* concretizado. É sobretudo uma profunda tristeza que adivinhamos existir, quando lemos o final da última intervenção de Franzini no período vintista:

«Tal é Senhores a primeira prisão que de novo aparece nesta Cidade depois de promulgados os luminosos princípios liberais, e na verdade devo declarar com mágoa, que jamais esperei ver um tão inexplicável fenómeno depois de se haverem criado Comissões de cadeias com o intuito de melhorar a sorte dos presos (...) à vista do que acabo de referir, e que poderá ser verificado ocularmente por cada um dos meus ilustres Colegas, não posso deixar de requerer eficazmente a este Soberano Congresso, que atendendo a achar-se infringindo de uma maneira tão escandalosa, o artigo 208 da Constituição, se excite o Governo para que tomando na mais séria consideração o exposto, ordene imediatamente que sejam demolidos os postigos e trombetas, e as rótulas de madeira que obstruem as janelas da prisão do Aljube, sendo feita esta despesa à custa do Autor ou Autores de tão inconstitucional e bárbaro invento. Paço das Cortes em 26 de Maio de 1823».

---

<sup>162</sup> Sessão 26 de Maio 1823, in *Diário do Governo* n.º 125, 27 de Maio, p. 1002.

<sup>163</sup> *Idem, ibidem.*

«Desilusão». Desilusão que se concretiza no processo de consciencialização, capaz de compreender que existiu um desfasamento, entre o ideário, e o imaginário liberal, e a crueza da realidade inerente à condição da vida quotidiana, dimensionada à escala da medida humana.

Nas deambulações que efectuámos pela *Dimensão Humana e Quotidiana do Vintismo* tomámos contacto com as alterações do dia a dia, com pequenos e com grandes casos, mas essencialmente afastamo-nos do acontecimento político, do facto histórico oficializado, veículo de uma ideologia. Em contrapartida, aproximámo-nos do Universo dos anónimos, de uma teia social que se apagou no esquecimento de nomes banalizados e repetidos, sem títulos ou apelidos sonantes. Deparamos com as mediatizações existentes entre um olhar de observador atento e a massa social homogeneizada de um país real e vivo. A multidão que podia ser arrastada aleatoriamente, ou levada a tomar consciência do real e do possível. O facto de termos confrontado Franzini com os conscientes, e os inconscientes, colectivos do vintismo, com os mitos, anseios, frustrações e realidades, talvez nos ajude a poder explicar o próprio colapso do vintismo...

#### IV — TRABALHOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição tornou-se o símbolo do novo tempo que se vivia e justificou maioritariamente os trabalhos das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes de 1821/22. Este texto pretendia demonstrar a eficácia dos novos homens e dos novos tempos. O triunfo da Razão, mas também da liberdade, a oposição ao antigo, mas, simultaneamente, a segurança do presente e do futuro. Segurança que era dada, em suma, pela força da palavra escrita, da lei primordial do país<sup>164</sup>.

A Constituição política da monarquia era o novo estatuto político que vinha preencher as lacunas de ruptura que o 24 de Agosto havia trazido, entre o Portugal Velho e o Liberal. Como ideal, distribuir a Felicidade e a Segurança a uma nova categoria — os Cidadãos. Como meta a atingir, um grau de perfectibilidade, aplicada a toda a dimensão humana. Paradigma de uma utopia que se pretendia fazer chegar a realidade, porque «Une bonne constitution est sans doute le plus impérieux des besoins publics. L'on peut exister tolérablement sous un gouvernement vicieux, lorsqu'il n'y a pas de constitution parce qu'alors le gouvernement est une chose variable, qui dépend des hommes, qui change avec eux, et que l'expérience corrige ou pallie; mais une constitution vicieuse est beaucoup plus funeste, parce que ses défauts sont permanents, se reproduisent

---

<sup>164</sup> Cfr. GEORGES GUSDORF, *Les Idéologues*, pp. 189-205.

toujours, et ne peuvent être rectifiés insensiblement ou tacitement par l'expérience. Pour faire disparaître momentanément les inconvénients d'un gouvernement imparfait, il ne faut que déplacer ou éclairer quelques hommes; pour lutter contre les inconvénients d'une constitution imparfaite, il faut violer cette constitution, c'est-à-dire, faire un mal beaucoup plus grand dans ses conséquences à venir que le bien présent que l'on veut atteindre»<sup>165</sup>.

Neste entrelaçar de ideias situámos o nosso deputado Marino Miguel Franzini, emergindo duas linhas orientadoras: os trabalhos constitucionais e os princípios orientadores do seu pensamento político. Em termos globais, teremos, como linhas de charneira a prática e a teoria, ou seja o seu contributo para a elaboração do primeiro texto constitucional português e, numa segunda fase, o que ele pensa sobre o(s) modelo(s) a seguir, as características funcionalistas que o texto deveria ter.

A grande participação de Franzini na elaboração da Constituição centrou-se nos trabalhos técnicos, indispensáveis à divisão do país em círculos eleitorais.

Quem deveria estar representado nas Cortes e em que proporção? Este era um dos problemas a resolver e talvez não seja demais assinalar que não se tratavam de Cortes de três Estados, mas de umas Novas Cortes, onde se deveriam reflectir os ideais, problemas e anseios de toda a população portuguesa. A cidadania toma o antigo lugar do privilégio, deixando de existir as diferenciações de qualidade. Todos os habitantes de cidades, vilas, lugares, casarios passavam a ter direito a representantes. Se de um lado, isto implica um levantamento estatístico de todo o reino, permitindo aos vintistas conhecer as potencialidades do país real que tinham para regenerar<sup>166</sup>, por outro é pertinente lembrar algumas considerações de Miguel Artola a este respeito:

«... la convocación de todas las ciudades del reino, capitales de provincias, por ser Cortes generales', evidencia la existencia de una consciencia nacional ajena al espíritu medieval, en que el llamamiento constituye un privilegio, lo que le obliga a recurrir a la forma tautológica: *Cortes Generales*»<sup>167</sup>.

Numa tarefa vamos encontrar Franzini como o ponto de ligação entre os trabalhos da Comissão de Estatística e os da Comissão

---

<sup>165</sup> BENJAMIM CONSTANT, *Cours de Politique Constitutionnelle* (3<sup>e</sup>ème edition), Bruxelles, 1837, pp. 54-55.

<sup>166</sup> Franzini como membro da Comissão de Estatística e como Presidente da Comissão de Estatística do Reino tinha já um treino favorável.

<sup>167</sup> MIGUEL ARTOLA, *Las Orígenes de la España Contemporánea*, vol. I, p. 221.

de Constituição <sup>168</sup>, quando se prepara a nova divisão administrativa do país, distinta da usada para as eleições realizadas para convocar as Cortes Extraordinárias, e onde vislumbramos traços de influência do sistema administrativo francês e dos trabalhos congêneres efectuados em Espanha. Canais de mediatização? Modelos de influência? Formas culturais consciencializadas e instrumentalizadas quando necessário? Talvez um pouco de tudo isto.

Voltemo-nos para a apresentação e defesa dos grandes trabalhos constitucionais de Marino Miguel Franzini <sup>169</sup>.

O trabalho apresentado sintetiza o espírito racionalista e de sistematização herdado das Luzes — trata-se de esquematizar estatisticamente uma realidade, que teve na acção de Franzini uma marca de continuidade e não de ruptura. É este deputado militar que detém o saber necessário e suficiente para ser útil ao país, aqui expresso nesta divisão em círculos eleitorais. Nesta directriz, a acção e o pensamento de Franzini, conjugando sabiamente o passado e o presente, sabem realizar a tarefa necessária. E, no discurso técnico dos números e dos nomes de lugares apresentados está subentendido uma busca incessante de perfeição. Ultrapassar o que já se havia feito, ponto de partida, mas, simultaneamente, em certo tom de crítica acusando «que a actual divisão do território português era a mais defeituosa que se conhecia, achando-se as comarcas com inumeráveis encravamentos que causam o maior incómodo e confusão aos habitantes» <sup>170</sup>.

Pretendemos ver na meticulosidade dos desdobramentos, do geral ao particular, a aplicação desta matemática social voltada para o futuro, uma vez que este trabalho não deveria servir apenas para a divisão eleitoral do país. Este havia sido o pretexto, mas podia e devia também contribuir para o conhecimento e aprovei-

---

<sup>168</sup> Na sessão de 23 de Janeiro de 1822, dada a pressa em ultimar os trabalhos preparatórios para a convocação de novas eleições, Franzini pede dispensa das sessões para poder trabalhar com mais afinco na nova divisão administrativa do país.

<sup>169</sup> «O sr. Franzini, tendo pedido a palavra, disse que apresentava redigido o artigo de que fora incumbida a Comissão de Estatística relativamente à nova divisão do território de Portugal, em círculos eleitorais, com os correspondentes mapas da povoação dos oitocentos concelhos, a fim de se proceder às novas eleições», *Diário das Cortes*, Sessão de 15 de Junho de 1822, vol. VIII, p. 443, seguindo-se o «Mapa geral das 24 Divisões Eleitorais do Reino de Portugal, que devem provisoriamente servir para as eleições dos Deputados em Cortes, referido à população existente no ano de 1821». Neste Mapa, que ocupa 12 páginas, está visível não apenas o imenso trabalho que os diversificados desdobramentos numéricos implicaram, mas também a grande utilidade que este trabalho pode adquirir, como fonte para estudos globais de carácter demográfico, administrativo, sobre o período vintista. As informações recolhidas sistematizam-se do seguinte modo: Províncias; Divisões Eleitorais; Número de Concelhos; Número de Freguesias; Número de Fogos; Número Total de Indivíduos; Número de Deputados.

<sup>170</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 15 de Junho 1822, vol. VIII, p. 443.

tamento das potencialidades de um país em situação difícil. E não serão, afinal, os trabalhos constitucionais o símbolo da procura da regeneração possível, escrita e legalizada pela força da imprensa?

Perguntas que deixamos no ar, bem assim como a hipótese de as divisões eleitorais do país puderem ser susceptíveis de instrumentalização política. Quer dizer, os resultados das eleições podiam ser alterados conforme o número de deputados de um círculo, e talvez o projecto que Franzini apresentou, por mote próprio, seja disso um exemplo, ao reduzir de sete para cinco, o número de deputados do Porto<sup>171</sup>, projecto que provocou grande celeuma no Congresso e na imprensa vintista. É que o Porto fazia, inevitavelmente, parte da mitologia liberal de 1820, a «cidade regeneradora», a «segunda cidade do país» diziam as parangonas de então. Pensamos que também não foi inocentemente que outros círculos, nomeadamente os das Beiras, tenham sido objecto de discussão semelhante.

Apresentados os trabalhos constitucionais, vindos das bandas da Estatística, acelera-se o processo de discutir o projecto da primeira Constituição. Dar a conhecer a participação de Franzini no debate é, por um lado, enunciar características do seu ideário liberal, mas é também perceber mecanismos do seu funcionamento enquanto deputado. Intervir quando sabe, ou está seguro, da matéria, sem pejo de declarar, a propósito da divisão do território que «eu tenho trabalhado sobre esta divisão do território e hei-de apresentar os meus trabalhos, por isso acho que a discussão deve ser adiada...»<sup>172</sup>.

Por isso, ainda que o material recolhido tenha sido exíguo, quando comparado com as intervenções dos demais deputados nesta matéria, ele se revele particularmente importante, porque entramos, pela primeira vez, nos recantos estritamente políticos do seu pensamento, quando no palco político da Europa, a dicotomia de países da revolução e os da contra-revolução gerava uma dinâmica muito particular.

Queremos com isto deixar perceber que nos deparámos frequentemente com atitudes de moderantismo, que talvez não esperássemos, e que contrastam por vezes com algumas das posições já aqui caracterizadas, noutras temáticas abordadas. Paradoxos? Incoerências? Preferimos a definição de «homem consciente do seu tempo político e histórico», que sabe escolher opções e seguir as que lhe parecem ter maior viabilidade de assegurar o êxito e continuidade dos desígnios gerais da Revolução Liberal.

---

<sup>171</sup> Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 5 de Julho 1822, vol. VIII, pp. 706-708. O projecto acabou por ser aprovado, passando o Porto a contar com cinco deputados, e não mais, porque «nenhum círculo eleitoral podia ter mais de seis deputados, nem menos de quatro».

<sup>172</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 3 de Agosto 1821, vol. III, p. 1762.

Optar por uma grelha censitária, ou preferir o método de eleições indirectas pode não significar conservadorismo ou rejeição da proposta política que a mitologia da regeneração comportava. Bem pelo contrário. Talvez signifique que conhecer Bentham e Constant, Jacobinos e Madame de Stael pode evidenciar que a construção do futuro, português, se deveria efectuar pela via da «originalidade». Originalidade que era acima de tudo uma síntese de influências, da adaptação de certos ideais para certas situações.

Em 1821/22 deparamos com Franzini a manifestar os seus pontos de vista em apenas dois grandes assuntos — eleições gerais e eleições regionais<sup>173</sup>. Ora estes dois temas, inevitavelmente ligados aos trabalhos de gabinete já realizados e apresentados, oferecem-nos o privilégio de ficar a conhecer o ideário político. Nele deparamos muitas vezes com possíveis leituras do *Cours de Politique Constitutionnelle* de Constant, e não temos muito receio em filiar Franzini nos princípios liberais desse constitucionalismo moderado. Vejamos porquê.

Em debate estavam dois modelos: eleições directas e indirectas<sup>174</sup>. Seguir a lógica do discurso de Franzini significa tomar contacto com alguns argumentos que se afastavam abissalmente da corrente palavrosa e oratória. Franzini implicitamente recusa o método directo, porque está a par da alienação cultural que existe e na necessidade que havia em fazer despoletar quanto antes uma «revolução cultural».

O nosso homem aponta que as eleições directas requerem listas, e quem defende este método esquece que a Nação não tem um estado de perfeição tal, que permita que se possa reconhecer quais os homens de talento, porque a verdade é que quase ninguém sabe ler ou escrever.

Se, se invocar que o método directo foi usado noutros países, França ou Inglaterra, Franzini faz recordar não apenas as diferenças existentes, como também os subornos aí verificados. Franzini evoca como argumentação final que «é necessário atender às reuniões dos

---

<sup>173</sup> Pontualmente interveio também para defender o rei como um símbolo do Poder e uma peça fundamental do sistema constitucional. (Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 5 de Julho 1821, vol. III, p. 1449), onde mais uma vez julgamos detectar possíveis influências francesas e não gaditanas. Encontramo-lo também a defender a existência do Supremo Tribunal de Justiça, cujo funcionamento deveria ter os efeitos de uma segunda Câmara, «como em França» (Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 25 de Janeiro 1822, vol. VI, p. 3851). Ainda dentro deste espírito de filiação francesa deparamos com Franzini a defender a existência do Conselho de Estado, de criação napoleónica, mas que se foi perpetuando. (Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 6 de Setembro 1821 e 13 de Setembro 1821, vol. IV, p. 2189; p. 2272).

<sup>174</sup> Apoiavam o sistema directo os deputados Sarmiento, Miranda, Leite Lobo, enquanto o indirecto era apresentado pelo projecto de constituição e apoiado por Correia da Serra, Borges Carneiro, Serpa Machado. Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 27 de Agosto 1821, vol. III, pp. 2030-2034.

povos, à sua comodidade; é necessário atender ao Brasil, observar a população do Alentejo; isto é que se deve ter em atenção, e por aqui é que se deve regular o cómodo das eleições directas ou o incómodo delas»<sup>175</sup>.

Apesar de tudo, o Congresso votou pelo sistema de eleições directas e pensamos que não é de espantar que Franzini se tenha, uma vez mais, empenhado a fundo nos trabalhos preparatórios das eleições. Tratava-se de remediar um erro cometido. Parte do princípio que, irremediavelmente, as eleições terão de ser directas; assim, o melhor é intervir no sentido de conseguir que se aprovelem medidas necessárias ao triunfo da causa do bem público. Um desses requisitos é a qualidade do cidadão saber ler, e na sessão de 16 de Abril de 1822 é pedido que depois do ano de 1850 todos aqueles que não souberem ler e escrever não tenham direito de voto. Mas, para 1820 Franzini é contundente: «Todas as Constituições conhecidas exigem a qualidade de saber ler para autorizar o cidadão a poder votar; mas no sistema de eleições directas, que já está adoptado, digo que é indispensável»<sup>176</sup>.

Este foi apenas um exemplo, já que outras pequenas intervenções circunstanciadas e pontuais apontam no sentido de economizar tempo, e realizar as eleições directas com o menor número possível de inconvenientes<sup>177</sup>.

Mudando de quadrante, deixemos as eleições gerais e situemo-nos nas locais<sup>178</sup>. Nestas vamos encontrar Franzini a defender o sistema de eleições directas.

Repare-se em primeiro lugar, que agora já não é o problema da soberania nacional que está em causa, mas a *reformulação* do poder local, muito especialmente das Câmaras que tinham funcionado muito mal.

Partindo do princípio que Franzini conhecia o número de concelhos e freguesias de todo o país, estava a par dos usos e costumes da população, como o ir à missa todos os domingos, o seu racio-

---

<sup>175</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 27 de Agosto 1821, vol. III, p. 2033.

<sup>176</sup> *Idem*, Sessão 17 de Abril 1822, vol. VIII, p. 833.

<sup>177</sup> Registámos pontos de vista sobre o método de contar os votos, em que Franzini se mostra contrário à contagem das favas: «Só por listas se há-de fazer a eleição. O método que actualmente se propõe para recolher os votos é o que se usa nos conventos religiosos, e que são bem conhecidos os grandes inconvenientes que dele resulta, sendo um deles a grande facilidade que deve oferecer à multidão de eleitores o poder lançar de uma só vez, quatro, cinco favas em lugar de uma» (*Diário das Cortes*, Sessão 23 de Maio 1822, vol. VII, p. 252). A divulgação dos resultados eleitorais foi outro ponto que preocupou os seus centros de interesse, chegando mesmo a apresentar na Sessão de 8 de Agosto 1822 uma *Indicação* acerca de como deviam ser afixados os editais em Lisboa.

<sup>178</sup> O assunto é levantado no Parlamento através da discussão de um projecto de Borges Carneiro. Cfr. *Diário das Cortes*, Sessão 25 de Outubro 1821, vol. V, pp. 2795-2800.

cínio assentou, fundamentalmente, neste conhecimento prático da realidade. Ao nível da pequena eleição porque não «aproveitar-se do facto de as pessoas serem católicas e cumprirem o preceito de irem à missa ao domingo? Assim a eleição directa pode realizar-se exactamente no domingo, na freguesia»<sup>179</sup>.

Mais do que aparentes incoerências, eleições indirectas vs. eleições directas, Franzini evidencia um saber prático e ajustado, face ao país centralizado administrativamente, e ao país descentralizado, assente nos concelhos e no poder municipal. Um e outro são diferentes, mas devem completar-se e equilibrar-se mutuamente. «Le pouvoir municipal doit occuper, dans l'administration, la place qui devrait appartenir aux juges de paix dans l'ordre judiciaire. Il n'est un pouvoir que relativement aux administrés, ou plutôt c'est leur fondé de pouvoir pour les affaires qui ne regardent qu'eux»<sup>180</sup>.

A visão política passa, pois, por uma dimensão relativa, da pequena à grande representação da soberania nacional, que tem como base o Soberano Congresso. Franzini constituiu um dos elos vivos da ligação desta representatividade; das petições ao Parlamento, dos Pareceres das Comissões às localidades espalhadas pelo país.

## V — A AGONIA DO VINTISMO

A segunda legislatura foi marcada pelo perigo da contra-revolução, pautada pelo compasso da Europa da Santa Aliança. Se o liberalismo havia triunfado em 1820, não é menos verdade que simultaneamente se desencadeou o arranque do processo contrário da contra-revolução.

De um lado, temos o vintismo, da ascensão ao declínio. De outro temos o processo contra-revolucionário: do despontar ao triunfo, ainda que efémero<sup>181</sup>. Para os nossos objectivos imediatos interessa-nos assinalar que a «crise da consciência ideológica do vintismo», como o Professor Silva Dias a apelida, teve a acompanhá-la o desfavorável contexto internacional e diplomático. Se as primeiras Cortes foram aureoladas pelos ventos internacionais do liberalismo triunfante, 1822/23 trouxe a Portugal não só o isolamento diplomático, como também a dominante europeia dos ventos contra-revolucionários.

O enredo internacional, fervilhante e prestes a explodir numa onda de conservadorismo, chegava até nós e fazia despoletar determinados enfoques do imaginário liberal. A Santa Aliança e a Qua-

---

<sup>179</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 25 de Outubro 1821, vol. V, p. 2800. Na votação final, ficou decidido que o método a utilizar seria o directo.

<sup>180</sup> B. CONSTANT, *ob. cit.*, p. 60.

<sup>181</sup> Cfr. J. S. DA SILVA DIAS, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, t. I, vol. II, p. 784 e seguintes.

drupla Aliança, o regresso do Absolutismo em Espanha assumiram foros de tomada de consciência dos perigos existentes. Com a veemência que lhe era habitual Borges Carneiro afirma:

«Se porém pudessemos ainda duvidar quais sejam os intentos daquela *Santa*, e da cáfila de fanáticos, intrigantes, e ambiciosos emigrados, que compõem hoje o governo francês, bastava lembrarmos que no parlamento passado disse o rei Luís XVIII, que o cordão dos Pirinéus era puramente sanitário, e que não tinha o fim sinistro que lhe atribuíam os malvados, isto é, nós os peninsulares»<sup>182</sup>.

Ao mesmo tempo, parecia que a Europa havia mudado de opinião e pensava de modo abissalmente diferente. É ainda Borges Carneiro, que na mesma sessão põe o dedo na ferida, denunciando o modo como os estrangeiros procuravam intervir no debilitado processo liberal português. «Os estrangeiros que dantes viajavam pela Espanha e Portugal, iam para as suas terras dizer, e escrever, que estas duas Nações eram bárbaras; e em grande parte tinham razão: quando agora elas tratam de se reformar, e regenerar em sua legislação, e instituições, chamam-nos revolucionários, por muito que elas obrem pacificamente. Fazem ainda mais, acendem de fora a guerra civil pelos meios mais infames, e insidiosos, e depois chamam-nos anarquistas e imputam ao regime constitucional o fogo que eles acenderam»<sup>183</sup>.

Quando a força da razão e das palavras se esgota recorre-se à força das armas. Sobre as Cortes de 1822/23 pairou sempre o espectro da guerra, interna e externa. Mito ou sonho, para o grande argumento da causa liberal perante conflitos diplomáticos e arranjos internacionais, era o número de homens que um exército pudesse dispor. Aliás, esta hipótese havia sido entreaberta, no período constitucional, quando se tratou da reforma do exército<sup>184</sup>.

Dizia o texto do projecto que, «não sendo pois praticável que uma nação possa subsistir, no estado actual da civilização, com liberdade civil, e independência política, sem exército, cumpre organizá-lo relativamente às circunstâncias particulares da nação, que o emprega. Nisto se encerra a dificuldade do problema, isto é, que não seja tão numeroso que exceda a proporção natural com a povoação e as rendas do Estado»<sup>185</sup>. Porém, ressaltam-se futuras situações, dando-se claramente a entender que outros perigos poderiam, eventual e potencialmente, surgir. O texto é suficientemente explícito e não nos furtamos a transcrevê-lo, porque o reputamos da máxima

---

<sup>182</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 16 de Dezembro 1822, vol. I, p. 172.

<sup>183</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 16 de Dezembro 1822, vol. I, p. 172.

<sup>184</sup> Cfr. com o capítulo das finanças, «campos de amostragem».

<sup>185</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 8 de Janeiro 1822, vol. VI, p. 3702

importância para compreender a inserção de Marino Miguel Franzini nas propostas políticas de viabilização nacional do vintismo.

«A Comissão, todavia, teve em consideração outros motivos igualmente fortes para preferir propor ao Congresso a conservação dos quadros existentes, diminuindo a força numérica dos corpos. Um deles é tirado do estado actual da Europa, o qual não dá toda a segurança de que não seja mais, ou menos proximamente alterada a paz geral, de que ela goza. A natureza desta guerra, se vier a rebentar, pode envolver todas as nações desta parte do mundo, ainda aquelas que maior interesse tenham, e mais se esmerem em conservar a paz. Se tal vier a ser desastrosamente a sorte de Portugal, arrastado à guerra, sem a poder evitar, necessitando de um aumento de forças militares, conservamos os meios de tornar o nosso exército prontamente respeitável, não tendo outra operação a fazer, se não a do recrutamento, que haja lugares de antemão preparados, para se enquadrar com a vantagem de ter uma oficialidade pronta, e com a prática de serviço, evitando a operação sempre incerta e longa de formatura de corpos novos»<sup>186</sup>.

Em Janeiro de 1822 as preocupações políticas da Comissão Especial Militar deixavam antever que medidas usariam os deputados vintistas, se a situação se agravasse. Entretanto, a imprensa noticiava os acontecimentos de Espanha, tão perigosamente próximos do nosso reduto liberal<sup>187</sup>. Não é, pois, de admirar que na Sessão de 16 de Dezembro de 1822 entrasse para discussão um Projecto provisório para o recrutamento. Estavam criadas as condições necessárias para se pensar no problema. Em França, «a República vive apenas na lembrança de alguns velhos e no ardor de alguns jovens irresponsáveis. Enfim, a política dos Congressos, prevista pela Quadrupla Aliança, parecia eficaz. Em Troppau, Laybach, decide-se a intervenção austríaca contra Nápoles, em Verona a intervenção francesa contra a Espanha»<sup>188</sup>. Portugal, talvez, viesse a seguir...

Esta a simplicidade e a lógica de pensamento dos liberais vintistas, onde incluímos, sem reticências, Marino Miguel Franzini. Das suas intervenções ressalta a exaltação da necessidade de fazer um recrutamento, escudadas por um discurso político que tinha como arcaboço o discurso técnico-científico.

Dir-se-ia que estava a entrar em profundas contradições com os princípios enunciados e defendidos nas *Reflexões ao Regulamento do Exército*<sup>189</sup>. Numa visão global, pressionada pela conjuntura,

<sup>186</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>187</sup> Cfr. *Astro da Lusitânia*, n.º 31, 14 de Março 1822; n.º 154, 21 de Agosto 1822; n.º 11, 15 de Janeiro 1823.

<sup>188</sup> DUROSSELLE, *A Europa de 1815 aos Nossos Dias*, S. Paulo, 1976, p. 25.

<sup>189</sup> Cfr. Itinerário bio-bibliográfico, *Reflexões acerca do Regulamento* (...).

apercebemo-nos que Franzini estava perfeitamente consciente de que se trata de uma situação de excepção. Quando se refere à proposta de isentar os casados do recrutamento, afirma: «Se se tratasse de todos os casados geralmente, e permanentemente, então é verdade que este artigo iria atacar a população, mas trata-se só do momento, e de um momento que muito provavelmente deve pronto desaparecer<sup>190</sup>. Por isso eu insistirei, que no mesmo artigo se faça conhecer à nação que esta medida é provisória e muito provisória, pois talvez não possa durar mais de seis meses»<sup>191</sup>.

Sob este ponto de vista, vamos encontrar um Franzini empenhadíssimo em defender um recrutamento massivo e intensivo, nas sessões que vão de Dezembro de 1822 a Fevereiro de 1823. Onde se podia ver incoerência, em comparação com os pontos de vista já aqui assinalados, constatamos que existe, antes, um grande dramatismo, ocasionado por perceber que, não apenas a nível interno, mas também a nível internacional, o liberalismo estava comprometido<sup>192</sup>. Neste contexto era imprescindível mostrar certa opulência de armas e forjar capacidades de resposta rápidas e eficientes.

Sentimos o desespero de último recurso, à medida que íamos lendo as suas intervenções, que se iam alongando e sistematicamente repetindo. Vejamos uma para exemplo:

«Não posso deixar de me levantar para sustentar o artigo do projecto, vendo que muitos ilustres Deputados exigem novas isenções a favor das classes. A meu ver o artigo concede todas aquelas que são compatíveis com o objecto que nós propomos, quero dizer o recrutamento que as circunstâncias exigem e de que sobejamente se mostrou a necessidade: se se tratasse de um sistema permanente de recrutamento eu seria o primeiro que pugnaria por todas as isenções a favor da lavoura, das artes, ou de qualquer ramo de indústria; porém este projecto é provisório e apenas terá o vigor e tempo rigorosamente necessário para se recrutarem os corpos e reduzi-los ao estado completo. Julgo portanto que se ampliarmos os privilégios de isenção será provável que se não consiga o recrutamento projectado; o que eu provarei, fazendo conhecer ao Augusto Congresso

---

<sup>190</sup> Neste lance de esperança queremos ver um sinal às forças europeias contra-revolucionárias, que se assustariam e desistiriam dos seus intentos, uma vez que Portugal se armava a todo o vapor, para eventuais e funestos acontecimentos.

<sup>191</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 21 Dezembro 1822, vol. I, p. 224.

<sup>192</sup> Franzini percebia que muitos erros de irrealismo e incompetência haviam provocado, de um lado, franjas de descontentes, de outro apressara a decisão dos que se haviam mantido indiferentes ou expectantes, ao deixarem-se arrastar para as fileiras do conservadorismo e das propostas contra-revolucionárias.

a força numérica das classes dos indivíduos que o projecto destina para o sorteamento»<sup>193</sup>.

Note-se que o empenhamento político é reforçado com a posse do saber técnico, que lhe confere um estatuto de autoridade e superioridade. Franzini, neste ponto final do vintismo assume-se como ponta de lança que, «in extremis», põe todo o seu conhecimento e possibilidades técnicas ao serviço de uma causa política. Em poucas palavras diríamos que Franzini encarna o símbolo da competência e credibilidade científica em prol da revolução, e do triunfo do Liberalismo.

E em que se saldou afinal, grosso modo, 1820/23? Rico em imaginários, fantasias, entusiasmos e confianças ingénuas; período em que prevaleceu o projecto político, em detrimento das viabilizações económicas, sociais e culturais. «Não foi por excesso de liberalismo, mas por excesso de irrealismo e de incompetência política e administrativa, que o movimento de 1820 caiu tão depressa. Foi irrealista, com efeito, o fluxo intenso das reformas estruturais, num país cuja opinião não estava preparada para elas, sem se medir nem contrabalançar o seu efeito transitório de motor anti-constitucional. Como foi irrealismo, à mistura com sectarismo, privar os moderados de espaço político dentro do regime. E é essa a palavra — em simbiose, aliás, com a ignorância — que corresponde à análise política portuguesa em termos de ilha diplomática, na época da Santa Aliança e quando em Espanha o constitucionalismo era apenas um frágil veleiro na crista de uma onda bravia»<sup>194</sup>.

Foi nosso intento ao longo das páginas que consagramos ao vintismo evidenciar que Marino Miguel Franzini ocupou uma posição de ponta, no espaço político-cultural do primeiro parlamento liberal. Ciente dos erros que se iam cavando, estava em 1820-23 consciente do irrealismo e das fantasias que o vintismo ia lavrando. E, se de um lado, assinalámos algumas vezes o desânimo, por outro não resistimos a deixar aqui frisado, que, apesar de tudo, Marino Miguel acreditava no triunfo do ideário liberal, porque o 24 de Agosto fizera nascer raízes e sementes; estas haveriam de germinar e ganhar galhos e folhas, ainda que com novos matizes. Mas, acima de tudo, tratava-se de, na longa duração reformular o Portugal Velho num outro país.

É nesta porta de esperança aberta para o futuro que nos confrontámos com Franzini nos anos que se seguiam a 1823, encontros em diferentes domínios, tempos e lugares, mas sempre a constante

---

<sup>193</sup> *Diário das Cortes*, 2.<sup>a</sup> Legislatura, Sessão 24 de Dezembro 1822, vol. I, p. 235. Cfr. também Sessões 28 de Dezembro 1822, 2 de Janeiro 1823, 20 de Fevereiro 1823 e 24 de Fevereiro 1823.

<sup>194</sup> J. S. DA SILVA DIAS, *Primórdios da Maçonaria*, t. I, vol. II, pp. 819-820.

de estar presente nos grandes momentos de viragem, nos acutilantes «turning-out-points» da história oitocentista portuguesa.

## B — O UNIVERSO DO SETEMBRISMO

### I — FRANZINI E O CENÁRIO CONJUNTURAL SETEMBRISTA: TRAÇOS DE PERMANÊNCIA E INOVAÇÃO

Para entendermos o universo do Setembrismo<sup>195</sup> temos de o perspectivar em dois níveis de leitura: um de carácter estrutural e que entronca nos problemas que já existiam na sociedade portuguesa, e um outro de sabor conjuntural, que vinha pressionando e fazendo inflectir a trajectória política.

Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo*, diz-nos que para esta época o Tesouro nos dava a imagem viva do país, quer dizer, nu e vazio, que gemia sob a lepra da corrupção, da agiotagem e do roubo. O espectro do problema financeiro, e do equilíbrio da balança do Estado, continuava a pairar sobre a cabeça dos dirigentes políticos, e sobre toda a sociedade. O desequilíbrio orçamental, a dívida, externa e interna, permanecia, e recorde-se que ela havia sido fortemente agravada quer com os empréstimos contraídos pelo governo absolutista, quer com o alto preço da vitória das forças de D. Pedro.

O ministério de Palmela, sob a égide da Carta Constitucional, reposta pela legalidade liberal, debatia-se com um imenso polvo tentacular. «As dívidas que havia a pagar, resultantes da guerra, eram avultadíssimas, e as despesas tanto ordinárias como extraordinárias a cargo do Tesouro, eram igualmente enormes (...) O deficit era enorme, ia além de 5 000 contos, mas a dificuldade de lançar agora novos impostos para atenuar, também era menor; todos se julgavam dispensados de contribuir para as despesas do Estado, os bens dos vencidos e os da nação dariam para tudo. Havia um outro meio, é verdade, que era a grande redução nas despesas, mas esse não agradava ao governo, porque lhe cerceava a popularidade já de si tão abalada, que em caso nenhum queria perder»<sup>196</sup>.

Paralelamente, persistia o problema de encontrar uma alternativa efectiva para a perda do mercado brasileiro. Faltava um programa de arranque industrial, de criação de um mercado nacional, assim como profundas reformas agrícolas. Medidas que pudessem, de facto, regenerar e revigorar o país.

Tudo isto havia ficado nos ideários e nos píncaros da utopia. Em contrapartida, haviam-se agudizado as dissensões entre liberais

---

<sup>195</sup> Denominamos «Setembrismo» ao processo histórico vivido em Portugal, depois da Revolução de Setembro de 1836 e que se projectou até à Patuleia.

<sup>196</sup> MARQUES GOMES, *Lutas Caseiras* (...), p. 98.

e absolutistas, radicalizando-se o conflito, e gastando todas as energias existentes, e as não existentes.

Se a guerra civil, os círculos da emigração, e em geral a oposição às forças miguelistas, conseguiram formar um bloco minimamente homogéneo até 1834, após a Convenção de Évora-Monte, essa coesão desaparece. A grande família liberal divide-se; forma-se uma oposição aguerrida e acérrima ao governo de D. Pedro <sup>197</sup>. O aparecimento de clientelas e grupos de pressão, intimamente relacionados com a «escandalosa» venda dos bens nacionais, após a legislação de Mouzinho da Silveira, agudizou ainda mais as rivalidades liberais.

O ano de 1836 marcou o ponto de efervescência, que estava latente na sociedade portuguesa, desde a vitória do Mindelo. Ano de eleições, nas quais a oposição conseguiu um número de deputados considerável <sup>198</sup>, especialmente nos círculos do Norte. Silbert assinala para o Porto a existência de uma crise comercial, que afecta a burguesia liberal portuense, assim como uma crise de subsistência, que deixa as massas populares num estado de irrequietude favorável a um clima de instabilidade económica, social, e posteriormente, quando devidamente aproveitadas, à instabilidade política <sup>199</sup>.

É neste ambiente de problemas, de mudanças, mas também de persistências, que inserimos a figura do deputado Marino Miguel Franzini. Num estudo que apresenta ao Parlamento, em 1837, sobre os altos índices de criminalidade existente no país <sup>200</sup> aponta-nos um pequeno balanço do processo liberal. «É inegável que depois de tantas revoluções, que alternadamente tem atormentado este país, exaltando as paixões, e subdividindo os ambiciosos em tão grande número de partidos, necessariamente os crimes devem ter aumentado em horrível progressão, como palpavelmente o demonstra este aflitivo quadro» <sup>201</sup>.

Sob o signo de perigo, instabilidade e insegurança, a que se juntavam os grandes problemas do Estado, que aguardavam há mais de uma década uma resolução, teremos de enquadrar os temas sobre os quais Franzini se pronunciou. Sem se entusiasmar por tiradas oratórias, embrenhou-se antes naquilo que havia persistido do vin-

---

<sup>197</sup> Oposição parlamentar, onde se inclui, por exemplo, o Marquês de Loulé, Fronteira, e oposição radical, impulsionada pelos clubes e sociedades patrióticas.

<sup>198</sup> Registemos que Marino Miguel Franzini é eleito para o Parlamento pela oposição, como deputado do círculo da Estremadura.

<sup>199</sup> Cfr. ALBERT SILBERT, *Chartisme et Setembrisme*, in «Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista» (2.<sup>a</sup> ed.), Lisboa, ed. Horizonte, 1977, pp. 179-198.

<sup>200</sup> «... Na época presente os crimes cometidos contra as pessoas são oito vezes mais numerosos do que em França, e que os delictos contra as propriedades são seis vezes mais avultados». Sessão 24 de Dezembro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 306, 28 de Dezembro 1837, p. 1447.

<sup>201</sup> *Idem, ibidem.*

tismo, colocando simultaneamente o seu saber e opinião ao serviço das inovações que o processo liberal português havia projectado para o quadro parlamentar de 1837/1838.

## II — FRANZINI NAS CORTES CONSTITUENTES DE 1837/38

O governo cartista preparou e organizou eleições para Julho de 1836. Tratava-se de eleger um novo Parlamento legislativo, sob os auspícios da Carta Constitucional e do princípio do bicameralismo. «O Governo fez as eleições, que foram como todas; e como sempre, venceu. O Reino inteiro o queria com uma unanimidade e um entusiasmo que poucas semanas bastaram para demonstrar. Venceu em toda a parte: salvo no Porto, rebelde império, cidadela dos irmãos Passos, de Bouças. Já que tudo era cópia, digamos também que a chegada dos deputados do Porto a Lisboa foi como a dos marseheses a Paris»<sup>202</sup>.

Tudo era possível, aberto o espaço da possibilidade da utopia; subverter a sociedade, fazer desabar o telhado e começar a casa de novo. O tempo da revolução abria a porta a todas e quaisquer expectativas, como a de refazer e repensar Portugal.

Bastou haver eleições cartistas, e depois da «revolução de Espanha, que deitou por terra o pacto das quatro nações, Portugal pensou logo em reaver os seus direitos usurpados, e em derribar a Carta e seu regime, que aceitou por uma necessidade de ocasião somente»<sup>203</sup>. Da exaltação de José de Arriaga, retenhamos a alusão à experiência espanhola<sup>204</sup> e o procurar derrubar a Carta, que se insere no imaginário dos contemporâneos, ao julgarem que a sociedade se podia inverter e subverter<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, p. 62.

<sup>203</sup> JOSÉ DE ARRIAGA, *História da Revolução de Setembro*, vol. II, p. 23.

<sup>204</sup> Há uma grande semelhança entre o processo português e espanhol. Este último é também marcado em 1836 por uma crise ministerial. O governo (sob o Estatuto Real) convoca eleições, e os progressistas obtiveram uma ampla maioria. As discórdias entre governo e oposição agudizaram-se e extravasaram o espaço parlamentar, procurando romper com o sistema e instaurar, de novo, a Constituição de 1812, considerada como o único instrumento idóneo capaz de garantir a execução do programa revolucionário. «La lucha que estava a punto de iniciarse en Málaga, donde se constituyó una junta apenas llegó la noticia de la disolucion de las Cortes quedó aplazada hasta finales de Julio de 1836 en que el pronunciamiento de la milicia nacional desembocó en el restablecimiento de la constitución de Cadiz» (MIGUEL ARTOLA, *La Burguesia Revolucionaria* (...), p. 195).

<sup>205</sup> SACUNTALA DE MIRANDA refere que «1836 representa a confluência de uma crise económica internacional — especialmente britânica — com uma crise agrícola nacional e, basicamente, é esta confluência que determina a agitação que leva os contemporâneos a observar, que de um ápice, todas as instituições e toda a sociedade são subvertidas» (*A Revolução de Setembro de 1836 — Geografia Eleitoral*, p. 14).

Decerto, conhecedores do caso espanhol, os opositoristas do cartismo desembarcam em Lisboa no dia 9 de Setembro. Ouvem-se «morras à Carta e ao Governo» e «vivas à Constituição de 1822» e à nova revolução.

Seguiu-se um governo provisório e um «governo de ditadura», uma vez que se legisla e se fazem executar leis sem a aprovação das Cortes. Dentro desse pacote legislativo, de quatro meses de exercício, houve tempo para reorganizar a máquina administrativa e eleitoral e decretar novas eleições, para eleger novo Parlamento, que tinham como objectivo primordial redigir uma nova Constituição.

Franzini foi eleito deputado setembrista, intervindo apenas nos debates que lhe suscitaram interesse, ou para os quais se preparara especificamente. Da sistematização que efectuámos das suas intervenções pudémos dimensionar Franzini e o setembrismo em três perspectivas: as finanças públicas; a divisão administrativa do país e o seu posicionamento político face às teses constitucionais em debate. Áreas temáticas elucidativas da figura do deputado, dos seus ideários, preocupações e objectivos, bem assim da sua capacidade de análise e interpretação do Portugal liberal de 1830 lado a lado com o discernimento necessário para reagir às novas tonalidades que o liberalismo havia adquirido desde 1820.

### 1. *O liberalismo português e as finanças públicas*

O tema das finanças arrebatou os ânimos do Parlamento setembrista e constituiu uma das principais cristalizações da nossa historiografia liberal<sup>206</sup>. No ideário de Franzini este tema ocupou também um lugar de destaque, ainda que qualitativamente diferente do que se passara no período vintista. Agora, já não é na carga de dramatismo que nos temos de centrar, mas sim no sabor das propostas de viabilização da política financeira do Estado.

Nos primeiros dias da existência do Congresso setembrista, Marino Miguel Franzini levanta-se e, com gravidade, profere a seguinte interpelação:

«Sr. Presidente, é verdade incontestável, que o mau estar da Nação procede em grande parte do desgraçado estado em que se acha o ramo da Fazenda, já por efeito de imperiosas circunstâncias, e também por mal acertadas medidas que as diversas administrações tomaram sobre esse objecto: por consequência tudo quanto tender

---

<sup>206</sup> Cfr. OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo* ou ALEXANDRE HERCULANO, *Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise*, in «Opúsculos», II, Lisboa, ed. Bertrand, 1907, pp. 169-216.

a melhorar este ramo, parece que deve merecer a maior consideração da Assembleia»<sup>207</sup>.

No pensamento de Franzini estava a primazia de salvaguardar os interesses de todos, salvaguardando, conseqüentemente, a viabilidade do Estado e a sua política financeira. Aqui residia a magna questão, uma vez que tinha de cumprir com as obrigações financeiras, interna e externamente. O problema para Franzini, homem prático e utilitário, residia em descobrir, achar ou desvendar um *método* que permitisse ao Governo cumprir as obrigações do Estado, sem delas sair aviltado ou humilhado.

Na tónica do discurso proferido é significativo que o nosso deputado se tenha preocupado, tão insistentemente, em levantar quer o ânimo das Cortes, quer o ânimo geral do país, que parecia ter caído num profundo abismo negro. É neste sentido, que na Sessão de 4 de Fevereiro de 1837 é dado ao Parlamento um «Projecto offerecido às Cortes Constituintes da Nação Portuguesa sobre o objecto da Fazenda, pelo deputado Marino Miguel Franzini», cujo teor se insere na tarefa de levantar a moral nacional, ou «pelo menos o de mostrar que o nosso estado de finanças não é tão desfavorável como muita gente pensa. Enfim o que desejo é publicidade, para que as pessoas inteligentes possam emitir a sua opinião, e ajudar a descobrir o melhor expediente para o bem geral»<sup>208</sup>.

Este Projecto mereceu-nos a máxima atenção, não só pelo seu conteúdo, como também pelo interesse e celeuma que levantou. Como habitualmente, Franzini preocupou-se em analisar a situação, em compreender os problemas, projectando-os nas suas raízes, para a partir daí, ensaiar possíveis soluções.

Lancemos os olhos pela leitura dinâmica que fez da situação liberal existente em 1873:

«É geralmente reconhecida como verdade incontestável, que a principal causa do descontentamento nacional procede essencialmente do desarranjo em que se acha a Fazenda Pública». Uma primeira asserção que não se distancia do comum pensar liberal da época. Vivia-se irreversivelmente em monarquia representativa, a grande vitória de um longo percurso histórico iniciado há duas décadas atrás, mas essa irreversibilidade teve um preço, um preço exorbitante e difícil de cobrar.

Uma série de acontecimentos extraordinários «obrigou a enormes sacrifícios para obter aquele bem, muito principalmente na

---

<sup>207</sup> Sessão 3 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 32, 7 de Fevereiro 1837, p. 213.

<sup>208</sup> Sessão 8 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 39, 15 de Fevereiro 1837, p. 251. O debate referia-se ao Projecto apresentado na sessão de 4 de Fevereiro. Será este texto que nos ocupará nas próximas páginas. Cfr. *Diário do Governo*, n.º 35, 10 de Fevereiro 1837, pp. 232-234.

guerra civil, em que se tratava de fazer triunfar a justa causa da liberdade, e a da consolidação do trono legítimo da nossa Augusta Rainha». E, Franzini não hesitou em colocar o dedo na grave ferida liberal, ao responsabilizar esta guerra como a causa que fez duplicar a dívida consolidada, e também a flutuante, que não era em 1837 inferior a 200 milhões de cruzados.

Pânico generalizado? Não; Franzini, com têmpera fria e racional, de homem habituado a lidar com a linguagem dos números, não se deixa impressionar. No seu entender, a situação não é de molde a desesperos; outras Nações, muito mais prósperas, estavam às voltas com dívidas muito maiores, caso da Dinamarca ou da Grã-Bretanha, por exemplo. Não resistimos a deixar aqui bem marcado o optimismo evidenciado: «É pois evidente que apesar do avultado algarismo da nossa dívida, não deve estar em causa o menor receio, uma vez que a Nação preste os necessários meios para satisfazer ao pagamento do seu juro anual, e ao de uma suave amortização».

O belo sonho liberal, cristalizado na consolidação, da monarquia constitucional, teve de facto um alto preço, mas a debilidade financeira do Estado deveu-se igualmente ao progressivo enfraquecimento das fontes de rendimento do Estado, que passou de Antigo Regime, com características marcadamente mercantis, para um Estado liberal, consagrando a propriedade individual e o liberalismo económico. Pensamos que foi com muita eficácia e oportunidade, que Franzini lembrou esta situação aos seus colegas deputados:

«A súbita extinção dos dízimos, quartos e oitavos, e de todos os forais, assim como de outros antigos tributos sem substituição alguma, deu repentinamente um desfalque de seis a oito milhões de cruzados no rendimento anual do Tesouro, baixando-o a ponto que talvez hoje se não realizem quinze milhões de receita, quando em 1826 atingia vinte e dois, agravando-se ao mesmo tempo o Tesouro com a manutenção de seis mil eclesiásticos, necessários ao serviço de 4 100 freguesias, e mais dignidades da Igreja lusitana».

Consequências? Bastante funestas. De um lado, as fortunas pessoais engrandeceram, e Franzini denuncia-o, mas, de outro, o prestígio e a credibilidade financeira do Estado comprometeu-se, interna e externamente<sup>209</sup>, gerando desconfiança, descrédito e contribuindo para o fortalecimento desse perigoso fantasma oitocentista, que se chamava agiotagem.

Feito o diagnóstico passemos a medicação: «Só a reabilitação do curso do papel moeda, em proporção incomparavelmente menor

---

<sup>209</sup> Internamente no atraso dos pagamentos, ficando os empregados públicos com enormes carências de sobrevivência; externamente tornando inexequível qualquer outro empréstimo.

do que a existente anteriormente à Lei da sua extinção, é a meu ver a que nos pode tirar de embaraços momentâneos que nos afligem».

5 200 contos em papel moeda, posto a circular, é a quantia cifrada por Franzini que estabeleceu a seguinte regra para a sua gestão:

- uma parte, 3 200 contos, destina-se a resgatar o antigo papel que se acha nos cofres de seus proprietários;
- ficam à disposição do Tesouro dois mil contos, que se deverão achar do seguinte modo: «Separem-se da massa dos bens nacionais existentes, avaliados em doze mil contos, uma porção equivalente ao valor de 2 500 contos, os quais servirão de sólida hipoteca aos mutuantes do empréstimo patriótico e nacional, que deve abrir-se em todo o reino»<sup>210</sup>.

A funcionalidade do acto «patriótico e nacional» tem como objectivo incrementar as possibilidades monetárias do Tesouro, donde advirão cinco, importantes e úteis, vantagens<sup>211</sup>.

O realismo político de Franzini patenteia-se na desmontagem de uma hipotética oposição que lhe seria feita<sup>212</sup>. Ele mesmo reconhece que os graves malefícios da circulação poderão voltar a aparecer<sup>213</sup>, mas esta constatação é colmatada pelo peso da conjuntura, pela urgência em tomar medidas eficazes. Em última análise, é o velho argumento da acção patriótica e do sacrifício individual, para a felicidade do maior número que inspira divagações com estas:

«...mas o que se não deve esperar de uma Nação briosa e amiga da sua pátria, vendo-a em apuro e podendo-a socorrer sem sacrifício individual? Este empréstimo eminentemente patriótico,

---

<sup>210</sup> Franzini está igualmente consciente que os interesses dos particulares também têm de ser salvaguardados, e por isso preconiza que os dois mil contos metálicos se trocarão por 2.500 contos de apólices, ao juro de 5%, o que equipale a um empréstimo contraído a 80%. Assim, os mutuantes têm a probabilidade de aumentar o capital desembolsado com mais uma quinta parte.

<sup>211</sup> Prescindimos de transcrever as cinco conveniências, dada a sua linguagem técnica e específica. Remetemos para o *Diário do Governo*, n.º 35, 10 de Fevereiro 1837, pp. 233-234. Contudo, não deixamos de fazer ressaltar que o Tesouro Público, o organismo financeiro do Estado, sai reforçado e revitalizado com o precioso auxílio prestado pela contribuição patriótica.

<sup>212</sup> Oposição que de facto se registou. Cfr. com «Reflexões ao Projecto do sr. Franzini, pelo sr. VISCONDE DE VILLARINHO DE S. ROMÃO», in *O Nacional*, n.º 662, 16 de Fevereiro 1837, p. 3060, onde o referido Visconde afirma: «não posso deixar de combater a sua obra: porque tem por fim tornar a introduzir neste malfadado Portugal a praga terrível do papel-moeda, de que já estávamos livres...».

<sup>213</sup> Franzini afirma que «Renovam-se todos os males inerentes à existência do papel-moeda, fazendo variáveis os valores do capital monetário circulante».

despertará os nobres sentimentos de todos os cidadãos, e as mais elevadas classes, começando pela Augusta Família Real, darão exemplo para se realizar o projecto, concorrendo à porfia do crédito público, do qual depende a felicidade nacional».

A apresentação detalhada deste Projecto constitui, no âmbito da leitura financeira do setembrismo, o grande contributo individual de Franzini. Nele, tivemos nós o ensejo de acompanhar o seu posicionamento face aos acontecimentos e à dinâmica histórica do período pós desembarque do Mindelo. Pudémos constatar, como o seu discurso deixava transparecer uma certa frescura optimista, com o propósito de espalhar, nas bancadas do Parlamento, a semente da esperança, do optimismo, e da viabilidade política e efectiva do liberalismo.

A gestão da estrutura, e da conjuntura, setembrista foi para as Cortes Extraordinárias e Constituintes um dos seus pontos altos, ou melhor uma das suas grandes preocupações, senão quebra-cabeças.

Uma vez delineado o contributo individual de Marino Miguel Franzini para as questões financeiras, não podemos esquecer a sua participação nos projectos oriundos da Comissão de Fazenda. Ainda que os devamos olhar com uma certa dose de distanciamento e cuidado, visto se tratarem de Pareceres colectivos, não seria correcto deixar passar em branco a política de gestão e orientação que neles encontramos submersa.

Face a um determinado enfoque problemático, a encruzilhada de uma estrutura gasta e em crise, com uma conjuntura de atribulações e movimentações, a diferentes níveis, o Parlamento setembrista optou por uma determinada política de viabilização e recuperação. Tentemos, pois, vislumbrar quais as linhas mestras<sup>214</sup>.

A imperiosa necessidade de criar mecanismos para colmatar a crise financeira existente inspirou decerto a criação da Junta do Crédito Público. «A Comissão de Fazenda considerando como uma das bases mais sólidas do Crédito Público o estabelecimento de uma Junta que administre os Fundos, que lhe forem adjudicados para ocorrer aos juros e amortização da Dívida Nacional, e que possa pela sua independência, e ampla dotação, inspirar e merecer a maior confiança pública, principia os ponderosos trabalhos de que se acha encarregada, propondo a este Congresso para a organização definitiva da Junta do Crédito Público»<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> Cfr. Sessão 11 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 49, 27 de Fevereiro 1837, p. 301. As despesas públicas, como grossa fatia do orçamento do Estado, foram o mote de grandes arengas; nelas se recordaram os últimos anos das diferentes vivências liberais — os governos absolutistas, a dívida contraída por D. Miguel, a guerra civil, os decretos da Ilha Terceira, os abusos liberais após 1834.

<sup>215</sup> Sessão 17 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 56, 7 de Março 1837, p. 368.

Este o espírito da Comissão de Fazenda, para criar um organismo institucional que garantisse a viabilidade financeira do governo, e que deveria ter as seguintes características:

- 1.º — Destinar-se a administrar os fundos relativos ao pagamento dos juros e amortização da Dívida nacional.
- 2.º — Ser electiva: sete membros; dois eleitos pela Câmara, três pelos cem indivíduos que maior porção de juros recebessem e três nomeados pelo Governo.

Estes pressupostos de inovação, que as Cortes setembristas trazem, constituem uma proposta para solucionar os problemas desde há muito em aberto<sup>216</sup>. Contudo, não bastava, a nível institucional, criar a Junta de Crédito; o essencial era criar meios de dotar essa mesma Junta. E é na solução preconizada pela Comissão de Fazenda que julgamos poder detectar a influência de Franzini<sup>217</sup>.

«A Comissão de Fazenda não hesitou na escolha, e ainda que o remédio seja de natureza análoga à origem do mal, a Comissão não duvidou preferir que a novos sacrificios se socorresse, para combater as dificuldades do momento; removidas elas, a Comissão confia que a Nação poderá em breve libertar-se do ónus que sobre ela já pesa, e daquele, que para lhe dar alento, de novo se lhe impuser»<sup>218</sup>.

Esta política de sacrificios tinha como contrapartida colocar Portugal no grau de prosperidade que o Congresso ambicionava. Nesta tarefa de salvação da conjuntura, por onde passa também a salvação do Estado, inserem-se as dotações canalizadas para a referida Junta. Quais as fontes originárias? Onde se vão buscar as avultadas verbas necessárias para este empreendimento? Num acompanhar minucioso dos trabalhos das Cortes Extraordinárias e Constituintes 1837/38, fomos deparando com vários projectos de entrada de receitas para o Tesouro.

---

<sup>216</sup> A discussão polarizou várias e longas intervenções, que se quedaron quase todas por problemas de fachada e não de fundo. Ouçamos Franzini, que tentou acelerar a adopção da lei: «Sr. Presidente, trata-se de reorganizar a Junta do Crédito Público estabelecido em Portugal; ora a discussão tem mostrado a incerteza em que se acham alguns srs. Deputados, se com efeito serão ou não legal e conforme com o que dispõe a Constituição, a Lei que aqui se fizer; e já daqui resulta um grande inconveniente para o mesmo crédito, precedido de se não terem observado as formalidades exigidas pela Constituição; e isto mesmo repugna o bom senso; porque no estado actual de descrédito é preciso rever toda a legislação anterior, e para este fim se deve proceder com a maior circumspecção» (Sessão 17 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 56, 7 de Março 1837, p. 369).

<sup>217</sup> Cfr. com o que foi dito acerca do seu projecto individual.

<sup>218</sup> Sessão 5 de Julho 1837, in *Diário do Governo*, n.º 160, 10 de Julho 1837, p. 801.

O objectivo dos membros da Junta de Crédito Público era dotá-lo com um fundo de 400 000\$000 réis, para além das somas necessárias aos pagamentos do seu foro institucional <sup>219</sup>.

A primeira leva de canalização de fundos cabia ao governo, uma vez que este poderia emitir até 2.000:000\$000 réis de Letras sobre a Junta do Crédito Público, a 12, 24, 36 e 48 meses, para serem pagos com produto da venda dos bens nacionais.

Só que, por esta via apenas, os meios não eram suficientes. Assim, o Projecto n.º 59-A preconizava que os géneros e mercadorias estrangeiras que fossem despachadas para consumo das Alfândegas de Portugal, pagariam, além do respectivo direito que estivesse estabelecido na pauta geral, mais um imposto adicional. No artigo segundo, do Projecto, afirmava-se: «O produto deste imposto será arrecadado pela Junta do Crédito Público, como parte da sua dotação» <sup>220</sup>.

Ora, esta directriz faz-nos pensar que, por detrás da tão apreçoada Pauta Aduaneira setembrista, da protecção dos interesses nacionais, opondo-se ao livre-cambismo <sup>221</sup>, haverá também outra leitura possível — procurar colmatar as brechas financeiras, dotando de maiores e cada vez mais largos recursos a Junta de Crédito Público.

Parece-nos ser este um dos primados da política financeira das Cortes setembristas. Na Sessão de 9 de Setembro de 1837, a Comissão de Fazenda apresenta mais um projecto-lei, onde se vislumbra que metade dos direitos das Alfândegas serão pagos em dinheiro efectivo ou Bilhetes do Estado, a emitir e «sacados pelo Tesouro Público, a 13 meses da data, sobre a Junta do Crédito Público e por ela aceites e pagos nos seus vencimentos pelo produto dos bens nacionais mandados vender pelos Decretos de 16, 19 e 29 do mês de Agosto passado» <sup>222</sup>. É ainda no âmbito dos novos impostos, que inserimos o Projecto-lei da transmissão de propriedade, a título de herança, sucessão, legado ou doação <sup>223</sup>.

Em última análise, podemos afirmar que a Comissão de Fazenda parecia querer onerar todos os domínios da vida da sociedade portuguesa. Significativo do desespero em que se encontravam os cofres públicos? Mudança radical e brusca do sistema de impostos?

---

<sup>219</sup> O artigo 2.º do Projecto-Lei apresentado na Sessão de 5 de Julho refere que «sobre os referidos 400:000\$000 réis poderá o Governo levantar fundos para resgatar ou substituir as antecipações dos Rendimentos Públicos, e para auxiliar o pagamento do deficit do ano financeiro, findo em 30 de Junho próximo passado».

<sup>220</sup> Sessão 5 de Julho 1837, in *Diário do Governo*, n.º 157, 6 de Julho 1837, p. 789.

<sup>221</sup> Cfr. ALBERT SILBERT, *Chartisme et Setembrisme*, in *ob. cit.*

<sup>222</sup> Sessão 9 de Setembro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 214, 11 de Setembro 1837, p. 1027.

<sup>223</sup> Cfr. Sessão 6 de Julho 1837, in *Diário do Governo*, n.º 158, 7 de Julho 1837, p. 793.

O que é certo, é que, por exemplo, na Sessão de 11 de Julho de 1837 deparamos com dois projectos referentes ao pagamento do papel selado, e respectivas multas e outro relativo aos impostos a pagar pelos possuidores de prédios urbanos<sup>224</sup>. Não poderemos nós vislumbrar neste esforço legislativo, a real necessidade de criar a todo o custo novos rendimentos para o Estado?

O Projecto n.º 86, da Comissão de Fazenda, visava aumentar o preço dos tabacos manufacturados e de fumo, e possuía este significativo preâmbulo:

«A Comissão examinando com a maior atenção todos os diversos Projectos, fazendo as mais sérias, e escrupulosas indagações, ouvindo pessoas inteligentes neste ramo da administração, e de rendimentos públicos, até mesmo os actuais incumbidos da administração do Contracto do Tabaco, que se não quizeram prestar em convir em meio algum de aumentar o preço dos tabacos daquela administração: convencida a Comissão da necessidade de criar rendimentos novos para o Governo poder satisfazer os encargos públicos: atendendo que este Congresso já decretou pela lei de 15 de Julho deste ano, que a Junta do Crédito Público fosse dotada com mais 400 contos de réis para sobre eles poder o Governo levantar fundos para resgatar, ou substituir as antecipações sobre rendas futuras do Estado, e para auxiliar o deficit do ano financeiro último de Junho passado»<sup>225</sup>.

É ainda no derradeiro fôlego setembrista que «A Comissão de Fazenda tendo examinado os Projectos de Lei apresentados pelo Governo:

- 1.º Para a capitalização da dívida flutuante;
- 2.º Para a capitalização do Papel-Moeda existente;
- 3.º Para a substituição das antecipações sobre as Alfândegas sacadas sobre a Junta do Crédito Público;
- 4.º Para a emissão de 1.200 contos de réis em Notas pagáveis pelos rendimentos do Contracto do Tabaco do ano de 1840;
- 5.º Para a emissão de três mil contos de réis em cédulas de Papel-Moeda»<sup>226</sup>.

Porquê estas medidas? «porque (...) depois de maduramente meditados, o que julgou mais acomodado ao estudo crítico da Fazenda Pública, e mais próprio para acudir de pronto às necessidades

---

<sup>224</sup> Cfr. Sessão 11 de Julho 1837, in *Diário do Governo*, n.º 162, 12 de Julho 1837, p. 807.

<sup>225</sup> Sessão 30 de Novembro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 284, 1 de Dezembro 1837, p. 1342.

<sup>226</sup> Sessão 9 de Janeiro 1838, in *Diário do Governo*, n.º 10, 11 de Janeiro 1838, p. 31.

do Tesouro: julgou que para facilitar a discussão de medidas tão importantes, devia apresentar ao Congresso as bases, que sendo aprovadas, serão depois mais amplamente desenvolvidas em projectos parciais»<sup>227</sup>.

As prontas necessidades do Tesouro não estarão enfeudadas na ausência de reformas estruturais do Estado Liberal? Não estaremos nós perante vivos desajustamentos, entre a realidade prática e uma outra de feição doutrinal, teórica, e, quantas vezes, simples modelo de importação?

De imediato, recorremos ao pensamento de Franzini que, na acalorada discussão travada sobre o orçamento da Marinha, põe o dedo na verdadeira razão de tão preclitante desequilíbrio financeiro — as habituais e estruturais assimetrias:

«Se considerarmos a administração militar naquela mesma época, [1792]<sup>228</sup> em que a monarquia contava oito para nove milhões de habitantes nas quatro partes do globo, e era a terceira potência do Universo em extensão e território, nesse mesmo tempo a secretaria de guerra se compunha de um único secretário, e de uma dúzia de oficiais; e esta regia um exército de mais de quarenta mil homens, disperso nas quatro partes do mundo. Depois tivémos a presunção de querer aperfeiçoar, e quando se assevera que a ilustração vinha simplificando os sistemas administrativos, nota-se com a maior surpresa que pelo contrário foi crescendo a complicação da máquina administrativa a ponto que, quando o exército português se acha reduzido talvez a 16 mil homens, vemos uma secretaria de estado da guerra com mais de 100 empregados; e como se isso não fosse ainda suficiente, de repente vimos projectada outra nova secretaria, a par da antecedente, que devia ter mais outros oitenta a noventa empregados, de maneira que a totalidade de empregados necessários para regerem o exército de quinze mil homens, subia a 250»<sup>229</sup>.

Parece-nos evidente que a resolução do problema das finanças, não o pequeno remendo para um período mais agudo ou agitado, mas o remédio de fundo, passava pela reforma e regeneração da administração pública, da máquina burocrática do Estado e de uma maior racionalização dos recursos humanos existentes. Enquanto houvesse assimetrias, como a que Franzini assinalou, o desequilíbrio financeiro seria uma constante e uma dominante multi-secular.

---

<sup>227</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>228</sup> Recordemos que já aqui assinalámos, várias vezes, que é a época de Martinho de Melo e Castro o momento de ouro deste período.

<sup>229</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 9 de Maio 1837, vol. II, p. 255.

## 2. A nova divisão administrativa

O Governo setembrista, dirigido por Passos Manuel, tinha nos seus planos imediatos reformar a última divisão administrativa, levada a efeito sob os auspícios da Carta Constitucional. Assim, o novo código administrativo, saído a 31 de Dezembro de 1836, pretendia reformular o de 6 de Novembro de 1835; porém, os ânimos liberais não estavam de modo algum em consonância. O início do debate constitucional de 1837/38 foi pautado pela procura de reformular uma nova divisão administrativa do país <sup>230</sup>.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino, Franzini havia participado em todas as reformas administrativas efectuadas. Agora, que a divisão administrativa setembrista parecia não agradar nem a gregos nem a troianos, mais uma vez Franzini é chamado a participar. E como deputado eleito, havia que dar um contributo especial, de um saber específico e «a-político», à Comissão encarregada de levar a cabo uma das principais tarefas das Cortes Extraordinárias de 1837/38.

Nesta participação necessária e imprescindível, vemos por um lado, uma parte da simbologia destas Cortes, compromisso histórico e conjuntural entre cartistas e setembristas, quer dizer, o contexto específico em que Franzini vivia, pensava e formulava ideários, práticos e teóricos. Mas por outro lado, a sua participação como homem de ciência, insere-se numa linha de continuidade, há muito iniciada, e que havia conhecido poucas quebras e nenhuma ruptura.

Franzini dirigindo-se ao parlamento afirma: «... as numerosas vicissitudes políticas por que temos passado desde 1820, impossibilitaram a execução do meu vasto plano; que tendia a procurar ao Governo um exacto Inventário da riqueza nacional, classificada nos seus diversos ramos, pois é este o único fim da estatística, hoje tão cuidadosamente cultivada por todos os governos Europeus, e sem a qual é impossível reger com acerto os negócios públicos» <sup>231</sup>.

Ora, estes conhecimentos passavam também pela parte burocrática, pela implantação de um sistema unificado e racionalista de administração, onde a linguagem dos números pudesse ser aplicada à realidade: social, económica e humana.

Neste entrelinhar de ideias, é possível desde já estabelecer um diálogo entre essa mesma realidade, que foi já diversas vezes reformulada administrativamente, e o pensamento de Franzini. Uma con-

---

<sup>230</sup> «Por decreto de 6 de Novembro 1835, o reino foi dividido em 17 d'ritos e 351 concelhos. O código divide o país em distritos, concelhos e freguesias. Uma lei especial regulará o número e extensão destas, segundo a comodidade dos povos» (JOSÉ DE ARRIAGA, *História da revolução de Setembro*, t. II, p. 93).

<sup>231</sup> Sessão 10 de Fevereiro 1837, in *Diário do Governo*, n.º 41, 17 de Fevereiro 1837, p. 271.

versa imaginada entre o (in)consciente colectivo do Portugal setembrista e um dos seus possíveis interlocutores.

O primeiro sinal que detectamos é a chuva de petições que caem na mesa da Comissão de Estatística, refutando a *última* divisão administrativa. Nesta *última* há dois grandes tempos como ponto de referência, para percebermos a engrenagem das queixas e o desenrolar da discussão.

Sob a pena apaixonada e arrebatada de José de Arriaga somos informados que «O novo código administrativo é uma amálgama informe e absurda da carta constitucional monárquica e centralizadora, com a constituição de 20, democrática e descentralizadora. Esta amálgama destrói o espírito da Revolução de Setembro em benefício da causa cartista, sempre em marcha triunfante, no meio da própria revolução, graças às ingénuas transigências de Passos Manuel, depois da Belenzada»<sup>232</sup>.

Discórdia entre o *velho*, de história recente, a divisão cartista, e o *novo*, de sabor revolucionário de tempo curto e de excepção — a de Passos Manuel. São estas linhas de força, nas quais Franzini participou como «técnico», que vão condicionar este debate, e pressionar os inúmeros Pareceres da Comissão de Estatística.

Peguemos no problema pelo início. Na Sessão de 29 de Março de 1837, Franzini queixa-se amargamente da situação que se vive na dita Comissão.

«Sr. Presidente ao que acaba de dizer o ilustre Deputado tenho eu a acrescentar, que os requerimentos chovem na Comissão de Estatística. A Comissão já mandou duas dúzias de Pareceres para a mesa, que ainda se não resolveram: a Comissão já tem outras quatro dúzias prontas a apresentar; porque enfim, são tantos que já se não contam senão às dúzias; e julgo que na Comissão ainda estão para informar mais noventa, ou cem requerimentos: portanto se não se lhes for dando alguma saída, será inútil o nosso trabalho, porque os Pareceres da Comissão de nada servem sem serem resolvidos pelo Congresso. É pois de absoluta necessidade que se destine algum tempo para se resolverem os Pareceres da Comissão de Estatística»<sup>233</sup>.

Na sessão de 13 de Maio de 1837 a última em que este peso vai estar presente, são ainda despachados mais onze Pareceres. E neste intervalo de tempo, folhear as páginas do *Diário das Cortes* é deparar a cada passo com um grupo de Pareceres afins. Uma vila reclama ser concelho; uma aldeia ou lugar prefere ser anexada a outra freguesia, que não a que lhe coube em sorte «na última divisão

<sup>232</sup> JOSÉ DE ARRIAGA, *ob. cit.*, p. 96.

<sup>233</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 29 de Março 1837, vol. I, p. 138.

administrativa»; uma freguesia que se acha com vantagens se pertencer ao concelho para onde tem estrada directa, ou porque está mais próxima daquela outra freguesia...

Num ápice, parece que todo o país se alvoroça e procura gerir os seus destinos ao abrigo das liberdades parlamentares e do direito peticionário. No movimento que registámos impressionou-nos que não haja nenhuma região específica, Norte ou Sul, interior ou litoral, que predomine. A chuva de requerimentos (todos eles pagando o imposto de selo...) cobre todo o espaço político-territorial. Ninguém estava contente com a sorte administrativa que lhe coubera, e sob os mais variados e imaginativos argumentos, em que se desvendam muitos interesses particulares (de algum político endinheirado ou cacique regional) as petições procuram a abertura do Setembrismo para refazer o que a legalidade ditatorial havia reestruturado... Um ciclo vicioso, onde o novo se opõe ao velho e assim sucessivamente.

Interessa-nos, agora, saber como *individualmente* Franzini se colocava face a estes complicados e burocráticos problemas. Distanciou-se, ou assumiu responsabilidade face à tão polémica e contestada «última divisão»? <sup>234</sup>. Sigamos atentamente uma das suas mais ricas intervenções, porque ela é suficientemente explícita para nos esclarecer.

«Sr. Presidente, seja-me permitido dar algumas explicações sobre a censura, que o ilustre Deputado [Gorjão] acaba de fazer aos defeitos da divisão do território. É notório em todo o reino, que eu tenho sido encarregado principalmente deste trabalho, e não é justo que o odioso dos defeitos, que nele se notam, me sejam injustamente atribuídos <sup>235</sup>. Desde a restauração <sup>236</sup> tenho eu sido empregado constantemente em fazer e desfazer divisões do território, segundo os variados sistemas adoptados pelas sucessivas administrações, que se tem sucedido umas às outras com tanta rapidez, e posso dizer que tenho sido uma espécie de máquina de vapor das divisões territoriais, administrativas e judiciárias, pois uma das condições constantemente exigidas pelos Ministros foi a da rapidez da execução; devendo declarar que tenho tudo feito só pelo desejo de ser útil à minha pátria, sem que disto me tenha resultado proveito algum, e bem pelo contrário, insano trabalho e muí injustas censuras» <sup>237</sup>.

---

<sup>234</sup> Pensamos ser prudente efectuar aqui um reparo: o objectivo do nosso trabalho não é atender à divisão administrativa «per si», ou às petições locais, numa dimensão de história regional. O que nos preocupa é perscrutar MARINO MIGUEL FRANZINI, auscultar-lhe as suas preocupações e objectivos. Daí que sejamos forçados como que a deslocar o manancial peticionário, para uma leitura mais linear e rápida do *Diário das Cortes*.

<sup>235</sup> Podemos desde já aqui vislumbrar um distanciamento face à política ditatorial dos irmãos Passos.

<sup>236</sup> Significa desde a vitória liberal de 1834.

<sup>237</sup> *Diário das Cortes*, Sessão 29 de Março 1837, vol. I, p. 141.

Neste primeiro bosquejo, é nítido que Franzini procura ilibar-se quer de críticas que lhe foram imputadas, quer de erros cometidos, uma vez que a principal exigência era a rapidez, e não a eficácia. Mas, Franzini vai mais longe, ao posicionar-se face à conjuntura, e contexto, de 1836. Nessa mesma intervenção ele continua:

«Nesta última divisão, que já é a oitava ou nona, me recusei a tomar sob a minha responsabilidade o arranjo de novos Concelhos, e a sua supressão ou desmembração; insisti com a passada administração para que convocasse as Juntas gerais do distrito, as quais devendo supor-se que seriam formadas dos homens mais conspícuos e mais conhecedores dos seus terrenos respectivos, devia deles esperar-se um trabalho consciencioso, e o mais apropriado às necessidades dos povos, cujo projecto eu teria revisto, e acompanhando-o das minhas reflexões, se deveria ter publicado para conhecer o efeito que produziu».

Olhar crítico, e de distanciamento, face ao que o poder promulgou; reflexões sobre a melhor via de atingir a felicidade da Nação e do Estado. Mas em vez disso, Franzini queixa-se de que não foi devidamente levado em consideração, e as consequências estão à vista, como ele faz notar, na parte final da intervenção:

«Disto nasceu o grande descontentamento e repetidas queixas dos povos, muitos dos quais são realmente injustas, pois igualmente procedem das vistas particulares dos indivíduos interessados na conservação e governança de seus pequenos ou grandes Concelhos, os quais excitam os povos à desobediência. Nem um só dos pequenos Concelhos quer descer da sua categoria, e os grandes fazem toda a resistência para cederem alguma freguesia aos contíguos mais diminutos. É porém evidente que os 830 Concelhos organizados na antiga forma, e oferecendo as maiores desigualdades, não podiam prestar-se aos requisitos exigidos no novo sistema do governo municipal, que carece de tantos empregados devidamente habilitados (...). Em grande parte se teriam evitado os inconvenientes que actualmente aparecem, se não houvesse tanta precipitação em querer realizar uma reforma, que tão de perto toca nos hábitos e preocupações dos povos; porém isto não foi minha culpa, porque constantemente me opus, ainda que inutilmente, a tão intempestiva pressa».

Ainda que a sua intenção «não fosse censurar o governo», como explicitamente afirma mais à frente, nesta longa intervenção que temos vindo a seguir, Franzini não deixa de pôr o dedo nalgumas feridas do contexto: os desfasamentos, a precipitação com que tudo é feito, o descontentamento que se ia lavrando e acentuando. Face à distanciação que o seu discurso de deputado evidencia, que peso

terá tido a assinatura de Marino Miguel Franzini, no final dos inúmeros Pareceres da Comissão de Estatística?

A fim de obviar este problema, pegámos num dos casos significativos que aparece com suficiente explanação: Moita/Alhos Vedros; e depois, vamos contrapor esse caso aos argumentos usados por Franzini, individualmente, para regulamentar a divisão administrativa.

Pela última reforma administrativa o concelho da Moita passa a estar incorporado no concelho de Alhos Vedros, o que vai levantar grandes brados da parte dos habitantes da Moita (520 fogos) enquanto Alhos Vedros tinha apenas 150 fogos, No Parecer da Comissão reza o seguinte:

«... observa a Comissão a incoerência, com que foi feita aquela organização do novo concelho de Alhos Vedros, e tendo em vista as bem fundadas razões, porque não convinha nem convém, que na importante vila da Moita deixe de existir uma Municipalidade, em razão de prontas providências, que em muitas ocasiões se precisam dar em um porto de tanto tráfico pelas competentes autoridades, em casos imprevistos, que não sofrem a delonga de as ir procurar na distância, em que se acha a pequena vila de Alhos Vedros, é por este motivo e pelas outras inquestionáveis circunstâncias, que dão preferência à vila da Moita sobre a cabeça de Alhos Vedros, para que fique naquela colocada a cabeça de Concelho; parece portanto à Comissão que emendando-se no mapa respectivo da organização dos concelhos deste distrito, a capital de Alhos Vedros, cabeça de Concelho, para a vila da Moita, seja o Governo autorizado para mandar proceder com a maior urgência a esta alteração»<sup>238</sup>.

Estamos, pois, perante uma queixa justa e fundada em razão, como Franzini se apressa a mote próprio, a fundamentar. No entanto, devemos perceber que este tipo de problemas não era de fácil resolução porque se a Moita pode para ser cabeça, já Alhos Vedros não quer ficar dependente da primeira localidade, alegando fortes antinátias. Pegando nas próprias palavras do deputado rematamos, afirmando que:

«Este exemplo pode servir de tipo para se avaliar o espírito de discórdia que reina entre povoações, que pelas suas localidades, vizinhanças, facilidade de comunicações, hábitos, etc., deveriam ser concordes, e reunidas de interesses»<sup>239</sup>.

---

<sup>238</sup> *Diário das Cortes*, Sessão Extraordinária de 15 de Abril 1837, vol. I, p. 353.

<sup>239</sup> Fala de Franzini na sessão extraordinária de 15 de Abril 1837. Devemos dizer que esta sessão extraordinária foi exactamente provocada pelos inúmeros requerimentos da Comissão de Estatística que se foram avolumando. Toda a sessão foi ocupada com a reforma da reformulação administrativa de 1836, e com a apreciação de alguns dos requerimentos.

É neste sentido que semanas volvidas vamos deparar com mais um Parecer da Comissão de Estatística, que resolve que tanto a Moita como Alhos Vedros sejam concelhos, indo este último buscar algumas freguesias ao concelho do Barreiro e de Coina.

Este caso, verdadeiramente paradigmático da tremenda confusão que se estabelecera em torno das alterações administrativas, faz-nos colocar algumas questões. Saber posicionar Franzini face aos demais membros da Comissão; perceber quais os seus critérios, a base de argumentação usada para defender ou atacar os pedidos ou queixas dos povos.

Sob a égide destes dois pressupostos tentámos estabelecer, na dinâmica do uso da palavra como deputado, quais as categorias criteriosas, necessárias e suficientes a uma divisão administrativa. Sistematizando as ideias obtemos um articulado de cinco pontos.

*Um.* Quando há grande divergência de opiniões, deve-se adiar a questão e pedir ao Governo meios necessários para descobrir a verdade, ou seja a «vontade dos povos»<sup>240</sup>.

*Dois.* Considerar e valorizar a localização geográfica e consequente importância económica local, caso dos portos ou centros de paragens obrigatórias<sup>241</sup>.

*Três.* O número de fogos necessários e suficientes para uma povoação poder ser cabeça de concelho ou freguesia.

*Quatro.* A situação topográfica, que pode oferecer «vantajosos resultados, tanto particulares (...) como gerais para a Nação, e para os estrangeiros». Caso concreto de Sines, «pois que tendo em si um porto marítimo e comercial, necessariamente precisa haver neste local uma administração que providencie imediatamente sobre os casos ocorrentes»<sup>242</sup>.

*Cinco.* Peso da tradição histórico-cultural, ou seja as raízes locais, respeitando a liberdade e a vontade dos povos<sup>243</sup>.

Franzini, face a esta plêiade de critérios, encontrava-se espartilhado entre um ideário pessoal e o desempenho profissional, que assumira na Comissão de Estatística. Apresentando-se como defensor dos interesses, costumes e valores locais, é com uma certa dose de amargura que afirma, a propósito de um requerimento:

«Se eu fosse o único legislador do reino, sem dúvida que me teria guiado por eles [princípios inerentes às tradições histórico-

<sup>240</sup> *Diário das Cortes*, Sessão de 6 de Maio 1837, vol. II, p. 219.

<sup>241</sup> *Idem*, Sessão Extraordinária de 15 de Abril 1837, vol. I, pp. 353-365.

<sup>242</sup> *Idem*, Sessão 10 de Maio 1837, vol. II, p. 271.

<sup>243</sup> *Idem*, Sessão 13 de Maio 1837, vol. II, pp. 309-311.

-culturais], mas pergunto eu, se nas actuais circunstâncias, e regendo o sistema administrativo e judiciário que temos, será possível que existam concelhos de 30, 50 ou 100 fogos, fornecendo estes um tão grande número de autoridades municipais, administrativas e judiciárias? Convenho que teria sido muito acertado ter na devida contemplação os antigos costumes, e recordação dos povos, mas tudo isso se extinguiu de um golpe, para se lhe substituir um sistema inteiramente novo, que não tem relação alguma com o antigo»<sup>244</sup>.

A ruptura com o passado, a instauração e construção da nova legalidade, da nova ordem jurídico-administrativa tinha de se aclimatar, não ao sonho ou utopia do consciente colectivo, mas à realidade concreta e palpável do país em geral.

Franzini, ao apresentar-se como intérprete e defensor dos interesses, costumes e valores locais, denota algum desalento quando confrontado com a correlação de forças a que está sujeito. Pensamos que de um modo pertinente podemos aqui lembrar Georges Gusdorf, quando afirma «L'espace et le temps offraient aux théoriciens de redoutables obstacles. En rigueur, l'égalisation géographique aurait requis l'égalisation de la surface du sol, absurdement couturée par les rides des montagnes et vallées, ainsi que la répartition régulière de la population sur l'espace ainsi nivelé»<sup>245</sup>.

As sucessivas reformas administrativas, e os critérios (re)utilizados, inserem-se precisamente nesse esforço de igualização geográfica, já que a igualdade, teórica e burocrática, se havia tornado numa das máximas da ideologia liberal, lado a lado com a liberdade. O problema, para os teóricos, era de facto converter a teoria em prática, ou seja, adaptar os formulários liberais a um conjunto de população enraizada e fixada numa enorme dispersão geográfica, onde o primado da igualdade se tornava quase impraticável...

### 3. *Posicionamento e leitura política do setembrismo*

Nesta última incursão pelo setembrismo procurámos perscrutar o posicionamento de Marino Miguel Franzini face à *leitura política* projectada num contexto interno e externo.

Desde o período vintista, um longo percurso Portugal e a Europa haviam percorrido. Posições extremas haviam-se confrontado; surgiram, entretanto, soluções de compromisso em conjunturas políticas diferenciadas.

Em 1837, era já com algum protesto veemente e generalizado que se aceitavam princípios radicais, como o de que «duas assembleias independentes não podem existir muito tempo sem medir as

---

<sup>244</sup> *Idem*, Sessão 10 de Maio 1837, vol. II, p. 273.

<sup>245</sup> GEORGES GUSDORF, *Les Idéologues*, p. 179.

suas forças (...). É preciso escolher uma das duas Assembleias para nela dar princípio às operações <sup>246</sup>.

As diversas, e opostas, experiências políticas ocorridas em França, Espanha e Itália, a permanência e estabilidade das instituições inglesas, nomeadamente o Parlamento, foram moldando o pensamento liberal do homem europeu, conscientemente empenhado nos meandros da política. O horizonte do direito constitucional, e, os seus princípios foram enriquecidos e alargados, à medida que a Europa foi modificando os seus sistemas de representatividade, ora avançando, ora recuando, face a pontos de referência colocados num passado ainda próximo, contribuindo para um forte alargamento de um liberalismo multiforme.

A Carta francesa de 1814, os princípios políticos dos doutrinários franceses, como Royer-Collard <sup>247</sup>, ou de homens com a projecção de Benjamin Constant constituem marcos inolvidáveis e signos que influenciaram futuros ventos de renovação, ou simples brisas inovadoras.

Constant, ajustando as suas ideias às diferentes «nuances» da vida política francesa vai sistematizando, nos seus escritos, princípios que constituem pedras basilares para o liberalismo europeu da década de 30, sobretudo para a (sobre)vivência da monarquia constitucional e seu funcionamento. «Le pouvoir representatif de la durée réside dans une assemblée héréditaire; le pouvoir exécutif est confié aux ministres; le pouvoir judiciaire aux tribunaux. Le pouvoir royal constitue une autorité supérieure et intermédiaire. Inaccessible aux passions, il maintient l'équilibre dans l'ordre et la liberté (...). Le pouvoir législatif doit comporter deux chambres, l'une nommée par le peuple, l'autre par le roi, et héréditaire» <sup>248</sup>.

Toda esta moderação, em contraste com o radicalismo palavroso e constitucional do período vintista, mediatizou as experiências históricas do liberalismo peninsular. A Carta Constitucional portuguesa (1826) e o «Estatuto Real» espanhol (1834-36) <sup>249</sup>, constituem as últimas pedras de ligação entre a Europa dos ventos liberais e as experiências histórico-liberais da Península Ibérica.

---

<sup>246</sup> J. BENTHAM, *Extracto da Tactica das Assembleias Legislativas (...)*, pp. 4-5.

<sup>247</sup> Doutrinários que girando em torno de «verdadeiros liberais» têm como objectivo teorizar a obra de reconstrução política, tentada pela Restauração e simultaneamente «Ils cherchent à reconcilier la vieille France avec la nouvelle. Pour y parvenir ils sont obligés de faire tête à la foi aux partisans de l'ancien régime et aux disciples de la Révolution» (G. RÉMOND, *Royer-Collard. Son essai d'un système politique*, Paris, ed. R. Sirey, 1933, p. 25).

<sup>248</sup> FÉLIX PONTEIL, *Les Institutions de la France de 1814 à 1870*, Paris, ed. P.U.F., 1966, p. 6.

<sup>249</sup> Cfr. o estudo monográfico dos princípios do Estatuto Real, JOAQUIN TOMAS VILLARROYA, *El Sistema Político del Estatuto Real (1834-1836)*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1983.

A luz destes referentes, e num ambiente de compromisso histórico que viabilizasse, irreversivelmente, o sistema liberal, é que devemos inserir o objectivo prático das Cortes Extraordinárias e Constituintes de 1837/38.

A grande tarefa destas Cortes foi fazer a nova constituição, estabelecer uma plataforma de entendimento entre a radical constituição vintista e a Carta Constitucional. É ainda neste ponto de ligação, entre tempos e textos constitucionais diferenciados, que temos de analisar o posicionamento político de Franzini, mas em dois níveis de leitura.

O primeiro prende-se com a visão política, em sentido alargado, do setembrismo e do liberalismo em geral. O segundo, consubstancia-se no modo particular como Franzini fez ouvir a sua voz, face ao debate constitucional <sup>250</sup>.

A primeira tonalidade do discurso foi dado pela crítica, e pelo desfasamento, com os ideários preconizados pelo liberalismo oitocentista. Atentemos no seguinte passo do nosso deputado:

«A história de todos os tempos, a nossa experiência e o raciocínio nos fazem palpável esta verdade; (...) Consiste pois a habilitação em identificar os interesses destas classes com os da sociedade em geral. Foi este o grande problema político, que a ilustração dos tempos modernos parece ter resolvido na criação das duas Câmaras, e é aos seus inventores que nós devemos recorrer se quisermos acertar. É à experiência e à teoria criada pelas duas mais poderosas e ilustradas Nações do Universo <sup>251</sup>, a quem devemos pedir os esclarecimentos necessários para resolver tão delicado problema» <sup>252</sup>.

A alusão a referentes europeus não peninsulares, está explícita. Que concluir? Algo estava errado. O liberalismo português não havia conseguido firmar nem os princípios da perfectibilidade, nem distribuir a felicidade pelo maior número. E porque algo estava desajustado de um imaginário perfeito é que Franzini achava imprescindível recorrer aos exemplos, referentes, diríamos nós, estrangeiros <sup>253</sup>. O pacto social que era necessário estabelecer deveria sin-

---

<sup>250</sup> Registámos apenas uma única intervenção de fundo, cujo texto merece uma desmontagem cuidada (*Diário das Cortes*, vol. III, Sessão 12 de Outubro 1837). Estava em discussão como se deveria nomear a Câmara dos Senadores, e o próprio Franzini esforçou-se por demonstrar o interesse que tinha em intervir neste assunto: «Sr. Presidente, tratando-se de um dos objectos mais transcendentos do novo Pacto Social que este ilustre Congresso vai oferecer à briosa Nação que representa, julguei do meu dever motivar a minha opinião, não me limitando a um voto silencioso» (*Idem, ibidem*, p. 230).

<sup>251</sup> Alusão directa à França e à Inglaterra, que constituem sempre o cume de uma hierarquia de Nações «sábias e conhecedoras».

<sup>252</sup> *Idem, ibidem*. Os excertos que se seguirão são também retirados desta Sessão, e da mesma intervenção.

<sup>253</sup> A Inglaterra, sempre e eternamente, o grande paradigma da liberdade e a França cartista, não republicana.

tetizar os esforços e o bem estar de toda a sociedade portuguesa. Acrescente-se que o olhar retrospectivo não é de modo algum sedutor ou animador, segundo a óptica de Franzini. Para concretizar, e caracterizar, o passado histórico do nosso liberalismo, diz-nos ele:

«Ora poderemos nós sustentar o absurdo de que este país se acha mais adiantado em ilustração e civilização do que as duas referidas Nações [Inglaterra e França], para tentarmos uma experiência que nos pode ser fatal? Decerto que não. Se tais experiências não custassem tão caras, e fossem como as da física ou química, nas quais se pode perder quando muito alguma retorta, ou reagente, muito embora se fizessem, mas nesta trata-se da felicidade e tranquilidade de milhões de indivíduos, e por certo nenhum homem prudente hesitará sobre a preferência dos métodos a seguir».

É sob esta perspectiva que encadeamos a defesa acérrima da existência de uma segunda Câmara, vitalícia, como elemento regulador e estabilizador da sociedade. Projectando-se na experiência das demais nações, e aqui julgamos poder vislumbrar a influência prática do papel pedagógico da História <sup>254</sup>, Franzini procura argumentar a defesa intransigente da existência de duas Câmaras no poder representativo; e mais do que isso, a segunda Câmara tinha de ser obrigatoriamente vitalícia. Porquê?

Em primeiro lugar, porque assim o recomenda o sucesso dos demais Estados liberais, e também o insucesso das experiências não bicameralistas — Espanha, Bélgica e, claro, Portugal. Num segundo momento, a segunda Câmara era a arma necessária e suficiente para impedir a existência de despotismo, ou de um outro perigo oitocentista — a democracia! <sup>255</sup>. «A segunda Câmara deve necessariamente ter uma origem e qualificações que a façam imparcial a estes dois extremos [democracia e despotismo], e que sendo independente, quando for possível, daqueles dois poderes sirva para os equilibrar em suas atribuições».

O raciocínio encadeado continua; se por acaso a segunda Câmara for electiva e, conseqüentemente, temporária, acabará sempre por seguir as pegadas da Câmara baixa, deixando assim de cumprir a alta missão, superior e de perfeição, com que foi concebida <sup>256</sup>.

---

<sup>254</sup> «Não posso deixar de notar que o nosso defeito nacional é queremos atingir o óptimo, desprezando a experiência das Nações ilustradas, e a lição da História».

<sup>255</sup> Lembremos que havia já soado em França o período das revoltas de 1830. A democracia vs. poder do povo afigurava-se como um dos graves perigos que poderia desabar sobre a sociedade e os Estados.

<sup>256</sup> Franzini, na declaração de voto que entregou na Sessão de 14 de Outubro 1837, explicita a rigidez dos seus princípios: «... ora agora tendo-se vencido que fosse simplesmente popular (o voto), claro estava que não podia continuar a votar, porque sendo minha opinião que fosse vitalícia não era

E essa «missão superior» era confiada exactamente aos Senadores, que constituíam uma elite da sociedade, ou seja os homens excepcionais, com marca de prestígio lançada ou pelo nascimento e educação familiar, caso da nobreza, ou pelos conhecimentos e cargos desempenhados, caso dos altos funcionários (onde podemos incluir o próprio Franzini).

---

natural que pudesse votar numa Câmara vitalícia eleita pelo povo, pois seria absurdo supor que o Povo queria nomear Senadores vitalícios, não nomeando vitalícios os Deputados».

## PARTE IV

### FRANZINI E A PRÁTICA DISCURSIVA DO PODER

Superada a fase de perscrutar os ideários do deputado, surge o privilégio de os poder confrontar com a prática exercida pela mesma personalidade, enquanto símbolo do poder institucionalizado. Movimentando-nos na análise e interpretação da história política, revisitada e relida<sup>1</sup>, pretendemos acompanhar o pautar da prática e da instrumentalização do poder na sociedade real e concreta do Portugal oitocentista, por parte de Marino Miguel Franzini. Conjugando factores culturais com as características materiais da época em questão, procurou-se dimensionar Franzini em duas perspectivas, coincidentes com os dois tipos de poder exercido.

A primeira abordagem referir-se-á à figura do Inspector da Real Fábrica de Cordoaria, importante Estabelecimento manufactureiro, dependente do Arsenal da Marinha. A sua longa permanência, permite-nos abalizar a prática discursiva do poder do Inspector, num tempo longo, visualizando o seu posicionamento face a um tempo estrutural, associado à cadência das diferentes conjunturas do liberalismo português, que, de uma forma ou de outra, condicionaram o andamento da Cordoaria.

A segunda abordagem é-nos proporcionada pelo desempenho de Ministro dos Negócios da Fazenda, em dois momentos rápidos e conotados como de crise. Aqui pretendem-se atingir as possíveis «nuances» da gestão conjuntural dos negócios do Estado.

---

<sup>1</sup> Actualmente, no plano historiográfico, a história política readquiriu novo estatuto, deixando de ser conotada com uma visão ingénuo e simplista dos acontecimentos e dos eventos. «Justamente, o movimento de desinteresse dos investigadores pelo campo político está em vias de se inverter. Até aí considerado com desconfiança ou desprezo, este retoma os seus direitos à

## A — INSPECTOR DA REAL FÁBRICA DA CORDOARIA

### I — A CORDOARIA

#### 1. *Um Estabelecimento do Estado*

A imagem que esta manufactura projectou no Portugal oitocentista surge-nos conotada com uma visão pessimista<sup>2</sup>. No *Catálogo da Exposição Industrial de Lisboa, 1888*, pode ler-se o seguinte:

«O desenvolvimento deste Estabelecimento foi lento, se é que por vezes não foi nulo. Em 1855, no relatório ao inquérito, Rosendo classificava as máquinas usadas na Cordoaria para a urdição, fição etc. como de anti-diluvianas. Produzia alguma coisa, é um facto, mas os artefactos, embora tivessem um certo grau de perfeição, saíam caríssimos.

Esta fábrica, carecendo então de todas as máquinas modernas, empregava um pessoal numeroso, que pela sua retribuição afectava muito a mão de obra»<sup>3</sup>.

Num plano temporal mais próximo de Franzini, exactamente o momento em que ele deixa o lugar de Inspector da Cordoaria, 1855, esta opinião permanece, quando nos confrontamos, por exemplo, com os resultados ao Inquérito Parlamentar acerca das Repartições da Marinha.

Quer dizer, no preciso momento em que Franzini acaba de ser substituído, são levadas às Cortes as respostas da Comissão de Marinha acerca do Estabelecimento da Cordoaria, cujo teor nos aponta uma manufactura que parece ter parado no tempo. Diz-nos o Inquérito:

«Mas sobretudo o que causa uma verdadeira dor é o ver aquelas vastíssimas oficinas quase desertas, despovoadas não só de operários, mas de máquinas, de utensílios, de matérias primas. Desde que se

---

medida que os nossos contemporâneos tomam nova consciência da sua importância e autonomia» (JACQUES JULLIARD, *A política*, in «Fazer História», vol. 2, p. 265). Cfr. igualmente com a recensão crítica ao livro de ARNO MAYER, *La Persistance de l'Ancien Régime*, do Prof. SILVA DIAS — *Cultura*, vol. II, 1983, pp. 521-528. Cfr. também o trabalho de PIERRE ROSANVALLON, *Le Moment Guizot*, Paris, ed. Gallimard, 1985, no qual se faz uma (re)descoberta da história francesa do século XIX, à luz das ideias políticas e da filosofia política, entre o período de 1814-1848.

<sup>2</sup> Não é nosso objectivo fazer aqui o estudo monográfico do Estabelecimento. Cingir-nos-emos, apenas, a trabalhar a figura de um dos seus Inspectores, e a seguir de perto os seus pontos de vista, modelos de acção e reacção.

<sup>3</sup> *Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. Catálogo oficial dos objectos enviados à Exposição Industrial Portuguesa em 1888 (...)*; p. 144.

ergueu um tão vasto e magnífico Estabelecimento é lástima que ele não seja aproveitado em todas as suas partes, é doloroso considerar que a produção dos respectivos artefactos não tem, ou não pode ter hoje, a extensão e largas proporções, que decerto foram mente de quem mandou construir uma tão grandiosa fábrica (...). As máquinas, os instrumentos, os utensílios e a disposição das oficinas tudo estava modelado, pelas ideias e práticas artísticas e industriais da época em que foi criado o estabelecimento. O tempo trouxe novos inventos, novas máquinas, diverso teor de trabalho, motores diversos; o tempo trouxe enfim aperfeiçoamentos e progressos; *mas este Estabelecimento ficou estacionário*. É assim que vemos na Cordoaria todo o maquinismo, instrumentos, utensílios e práticas do século XVIII (...). E todavia está demonstrado, que o sistema hoje seguido em fábricas semelhantes de Inglaterra e França é mais económico em dinheiro e em braços, e torna mais perfeitos e bem acabados os artefactos»<sup>4</sup>.

Este foi apenas um excerto que escolhemos, mas o Inquérito está recheado de notícias idênticas. Os seus membros relatores, extrapolando a realidade, e entrando no domínio ficcionário das hipóteses, perguntam-se abismados: «O que seria a Cordoaria se tivessem sido adoptadas as máquinas?»<sup>5</sup>.

Simultaneamente, refira-se que as informações foram recolhidas junto do novo Inspector, Fernando José de Santa Rita, recém-chegado, e cujas missivas possuem uma tonalidade discursiva muito semelhante às afirmações contidas no Inquérito. O novo Inspector queixa-se de não poder fornecer mais dados sobre a Cordoaria, «porque consta-me que eles estiveram em poder do meu antecessor, o conselheiro Marino Miguel Franzini»<sup>6</sup>.

Volvido um ano de exercício de funções, diz-nos ainda o mesmo Santa Rita:

«Quanto ao estado actual desta fábrica, cumpre-nos dizer a V. Exa. que desde o começo da minha gerência como Inspector, tenho empregado a maior diligência para conservar e reparar o edifício (...). Julgo finalmente de grande vantagem para o melhoramento dos artefactos desta fábrica nacional, e para a economia da Fazenda Pública, o ser substituído o actual sistema de trabalho braçal por uma máquina movida a vapor, de força tal, que sendo desde já aplicada à confecção de cabos, possa no futuro estender-se

---

<sup>4</sup> *Inquérito acerca das Repartições da Marinha* (...) T. I, p. 28. No mesmo Inquérito vem inserida uma carta de Franzini, onde expõe os seus pontos de vista em jeito de desculpa explicativa, no qual aponta as dificuldades e os obstáculos que sempre se lhe depararam. Cfr. com o Tomo I, p. 166. De qualquer modo este será um problema a tratar no capítulo «A administração de Franzini».

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 451.

<sup>6</sup> Arq. Gerel Marinha, Real Fáb. Cordoaria, Cx. 187 doc. 8-10-1855.

a todas as mais oficinas, parecendo-me ser esta a mais importante providência que se poderia tomar para a prosperidade deste Estabelecimento»<sup>7</sup>.

Juízos valorativos que, em consequência, denunciam com vigor o atraso técnico em que viveu a Cordoaria, durante a direcção de Marino Miguel. Numa primeira leitura, quererão estes pareceres opinativos induzir-nos na hipótese de que o traço dominante da administração Franzini foi o de *deliberadamente* conservar tudo intacto e imutável?

Ao compulsar globalmente a vasta documentação recolhida, fácil é apercebermo-nos que em diferentes épocas é o próprio Franzini que consciencializa, não só uma paragem, mas também um recuo, e se queixa que a Cordoaria necessita de melhoramentos e novos incentivos. «Em ofício de 3 do corrente, me participa V. Exa., que por ordem do Exmo. Ministro da Repartição da Marinha, remeta a essa Secretaria de Estado até 15 do corrente, uma resumida conta do estado em que se acha esta Real Cordoaria, e das providências, que para o seu melhoramento julgue indispensáveis...»<sup>8</sup>.

Franzini tem um rol considerável de sugestões a dar, porque ele sabe que há várias providências para tomar. Ele sente, como administrador desse mundo imenso de uma manufactura estatal, que há que melhorar a situação. Em 1853 elabora o esboço de um projecto de reforma, para apresentar à Câmara electiva no qual «se demonstra que sendo fixada a mencionada produção em 200.000 arratéis de enxárcia, quase 1.600 quintais, e a mil peças de lonas de diversas qualidades, a despesa total do Estabelecimento não excederá a 42 contos, em lugar dos 64 contos votados no último orçamento, e isso na hipótese que o *sistema geral das suas oficinas continue como se acha actualmente, mas que sendo substituído a maior parte do trabalho braçal pelo das máquinas, poderá ainda diminuir-se notavelmente na parte relativa ao pessoal*»<sup>9</sup>.

Melhorar a situação queria também dizer poupar os orçamentos gerais do Estado, beneficiando as contas da própria Cordoaria, ou seja aumentando o ritmo da produção, fixando-a num valor mais elevado. Para isso era necessário, igualmente, reformular a estrutura interna produtiva, nomeadamente no que diz respeito às hierarquias e disciplina laboral a impor nas oficinas<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, doc. 26-11-1856.

<sup>8</sup> *Idem*, Cx. 186, doc. 15-2-1848.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, doc. 24-10-1853. (Sublinhado nosso).

<sup>10</sup> «Projecto de Regulamento para a Direcção, Administração e Polícia da Fábrica Nacional de Cordoaria, confeccionada pela Comissão nomeada por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar de 2 de Novembro 1853», Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 186, doc. 2-11-1853. Desta comissão faziam parte: Marino Miguel Franzini, presidente; Joaquim Dias Ponis, vogal; Veríssimo José Borges, vogal secretário. No que diz respeito ao aumento de produção, diz-se, no artigo 15.º, que todas as tarefas das oficinas serão

Temos assim, como ponto de partida, dois níveis de leitura; um, o lado acusatório da estagnação e ruína; outro, as queixas de Franzini acerca da situação difícil que se vivia, e do que poderia e deveria ser feito para melhorar este Estabelecimento. Pensamos, que antes de nos embrenharmos na desmontagem da figura do Inspector é fundamental darmos um pouco de atenção aos meandros da Real Fábrica da Cordoaria.

## 2. O espaço produtivo

Um traço constante, em toda a história da manufactura, é a existência da oficina como base primordial da produção. Cada edifício correspondia a um determinado tipo de fabrico, e em todas as referências que são feitas à Cordoaria mantém-se sempre inalterável a alusão directa ao espaço oficial.

Oficinas que em cadeia, dependentes umas das outras, estavam unidas pela grande muralha que constituía o muro da manufactura. O espaço produtivo repartia-se por diferentes edifícios, cada um com uma função própria e autónoma, mas que estava integrada numa unidade de funcionamento, contribuindo cada um desses pequenos espaços para a existência de um todo.

Franzini, enquanto Inspector desse espaço, tinha de supervisionar, controlar e accionar a realidade oficial do mundo produtivo a que presidia. Deixemos que as suas palavras falem por ele próprio:

«V. Exa. que conhece perfeitamente o local da Real Cordoaria, sabe que paralelamente ao grande edifício estão construídos dois grandes barracões, que para o lado da rua terminam na grande parede onde estão abertas muitas janelas elípticas, ou óculos, que transmitem a luz ao interior. O barracão oriental contém 24 e neste se acham colocados os teares, e mais oficinas do algodão, a de Instrumentos Matemáticos, e os teares dos tecidos de lonas. Paralelamente a este mesmo barracão existe outro para o lado da Cordoaria, de que está separado por um intervalo de pouca largura. O segundo barracão, que forma a prolongação do primeiro e que ocupa o lado ocidental, contém as oficinas dos carpinteiros e dos torneiros, seguindo-se para o lado da nova estufa um armazém que hoje se acha entregue à inspecção das obras de reedificações, o qual termina no pátio onde se manifestou o incêndio»<sup>11</sup>.

---

taxativas e marcadas por uma Tabela, para logo o artigo 16.º nos informar que a «dobagem, e urditura do fio bem como a tecelagem dos diversos tecidos, será feita por empreitada tomando as necessárias medidas para que tudo se execute com a maior perfeição, e economia de material. Estas empreitadas serão pagas pelos preços que marca a respectiva tabela».

<sup>11</sup> Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 183, doc. 3-11-1828.

Notemos o uso dos conceitos — *barracão*, decerto denotando a falta de acabamento dos edifícios, uma vez que a Cordoaria não surgiu de uma assentada, mas foi crescendo e reedificando-se internamente, melhorando os seus edifícios e equipamentos, renovando-se<sup>12</sup>. *Pátéos* que separavam os edifícios (vs. barracões), onde se haviam instalado as oficinas. Este espaço oficial, sinónimo do espaço produtivo existente, vem muito bem demarcado na *Conta da Receita e Despesa da Cordoaria Nacional e Real de Lisboa e dos Anexos Estabelecimentos de Beneficência e Reclusão*, publicado em 1821, onde, no balanço efectuado, se tem como base a oficina:

«As contas circunstanciadas que se seguem, mostraram evidentemente a realidade dos inconvenientes expostos, devendo notar-se com atenção que a oficina da Cordoaria e Lonas apenas se lhe forneceu um quarto dos materiais de que necessitava para aproveitar o préstimo dos seus operários e a oficina de algodão só recebeu um quinto dos géneros de que carecia, não sendo por consequência para estranhar que o resultado final fosse desvantajoso ao Estabelecimento»<sup>13</sup>.

Privilégio que é dado ao Estabelecimento, que funciona como um mundo, um mundo de várias facetas, de vários edifícios orgânicos e com funções próprias e determinadas, que faziam parte da cintura manufactureira-oficial de Lisboa. Aliás, a Junqueira mantinha tradições produtivas de cordoeiros particulares<sup>14</sup>.

Por exemplo, apurámos que Joaquim Rafael dos Santos e um indivíduo de nome Caffé (ou Caffy) tinham «fábricas» de cordoaria na Junqueira, nas proximidades da Real Fábrica<sup>15</sup>. Também as lojas

---

O incêndio que vem referido no texto é o de 1828, que destruiu uma parte do edifício.

<sup>12</sup> Sublinhamos *internamente*, porque os contornos exteriores mantiveram-se inalteráveis.

<sup>13</sup> *Conta e Receita* (...) p. 7. Igualmente o orçamento que é feito para 1821 é feito não em conjunto, extensivo a toda a Fábrica, mas por espaço de oficina: Cordoaria, Lonas, Carpinteiros, Torneiros, Pedreiros e Algodão.

<sup>14</sup> Cfr. JORGE BORGES DE MACEDO, *Problemas da História da Indústria no século XVIII* (...), para o exemplo que caracteriza para a Real Fábrica das Sedas — manufactura composta por vários edifícios que implicava a existência de outros. «Em torno dessa massa de construções, umas concertadas outras dispersas, aglomeravam-se numerosos artífices independentes, trabalhando para si, procurando aproveitar-se das vantagens de acesso à matéria prima; acrescentava-se um certo número de mercadores de lã e seda, que, no Rato e suas imediações, comerciavam os produtos da fábrica ou outros que pudessem vender. Pelas mesmas imediações proliferavam em barracas e construções adventícias, mercadores ou artífices, pasteleiros, tenedores, taberneiros etc.» (p. 89). Também a documentação compulsada no Arquivo Geral da Marinha nos aponta para a existência de um largo espaço tradicionalmente oficial na zona da Junqueira, bem assim como uma ligação vivencial entre o Estabelecimento e a população local.

<sup>15</sup> Chegam mesmo a pedir máquinas emprestadas ao Inspector, ou quando necessário mandam aí executar partes dos seus trabalhos. Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 184, doc. 17-2-1832 e Cx. 185, doc. 550 (1844).

se alinhavam ao longo da Rua da Junqueira. João Pinheiro de Carvalho reclama o dinheiro que lhe devem os operários da Cordoaria pelos víveres comprados<sup>16</sup>, Manoel Silva Ribeiro faz um pedido idêntico, referente a uma mercearia que possui na zona de Belém<sup>17</sup>. Também encontramos referência à existência de «Casas do Povo», lojas onde as pessoas podiam comprar o necessário ao seu quotidiano<sup>18</sup>. Enfim, um palpitar quotidiano de uma parte da Lisboa oitocentista, que vivia em função da Cordoaria e do seu espaço oficial.

Em 1846, após alguns melhoramentos, Franzini, no balanço periódico que habitualmente efectua, enumera-nos o espaço de produção do seu Estabelecimento:

- |      |   |
|------|---|
| I    | Oficina dos sedeiros da enxárcia            |
| II   | » de fiacão de enxárcia                     |
| III  | » de estopa                                 |
| IV   | » de coxador de cabos                       |
| V    | » de fiacão delgada para enxárcia           |
| VI   | » dos sedeiros de linho branco              |
| VII  | » de fiacão para tecidos                    |
| VIII | » das lonas e outros tecidos                |
| IX   | » de construção de máquinas <sup>19</sup> . |

Um conjunto variado de oficinas, que funcionando autonomamente estabeleciam um elo entre si, constituindo o grande mundo produtivo da Cordoaria. Sobre ele, Franzini debruçou-se desde o início das suas funções, pugnando para introduzir sucessiva e gradualmente melhoramentos. Interessar-nos-á de sobremaneira analisar o tipo de aperfeiçoamento que o espaço produtivo da Cordoaria teve, olhando com particular interesse se eles recaíam no sustentáculo humano ou na maquinaria existente.

Face ao quadro que inicialmente traçámos da Cordoaria — a grande manufactura quase paralisada — onde e de que modo, podemos nós entroncar este discurso de «melhoramentos» e «aperfeiçoamentos» de que nos fala Franzini?<sup>20</sup> Contradições, ou realidades de orientação totalmente distintas e diferenciadas para um mesmo conceito de «melhoramento» e «desenvolvimento»?

---

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 511, 524 (1828).

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 517 (1817).

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 185, doc. 84, 91 (1835).

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 186, doc. 25-1-1846.

<sup>20</sup> «Ainda que resumidamente satisfaça as ordens de V. Exa., contudo para obter com exactidão os resultados que *comprovam os notáveis melhoramentos* que sucessivamente tem experimentado esta Repartição (ou seja a Cordoaria), se exigirão trabalhos e indagações minuciosas que ocasionarão alguma demora em aprontar» (*Idem, ibidem*, doc. 25-1-1846).

### 3. O espaço de recuperação e beneficência

Dentro do âmbito do espírito dos Arsenais, estabelecimentos fabris do Estado, cabia um espaço de recuperação e beneficência. No caso vertente da Cordoaria, ele consubstanciava-se no Recolhimento de Santa Margarida de Cortona, nos Colégios de S. Pedro e Santo António, que tinham a função de reeducar e formar indivíduos úteis à sociedade, mas também, e em primeiro lugar, produtivos à Cordoaria, ao mundo que os tinha que integrar, manter, vigiar, controlar e enquadrar.

O espaço de reclusão, vs. prisão, era ocupado e simbolizado pelo Recolhimento de Santa Margarida de Cortona, destinado a mulheres de «moral duvidosa» instalado temporariamente na Cordoaria, quando das invasões francesas — 1807. «Cessando quase todos os trabalhos da Real Cordoaria, e achando-se em uso uma das sobreditas salas, julgou a regência do Reino que poderia ali colocar um Recolhimento destinado a conter mulheres de mau procedimento, as quais se empregariam em exercícios de piedade; e para este fim destinou uma prestação anual de quatro contos de réis, pagos pelo Real Erário, destinado à manutenção de 60 mulheres, cuja quantia se achou insuficiente, pelo que o seu número raras vezes excedeu a 40»<sup>21</sup>.

Vejamus agora, qual o significado da reclusão, e os mecanismos que devem ser despoletados para a recuperação do indivíduo para a sociedade.

«A ordem que deve reinar nas cadeias pode contribuir fortemente para regenerar os condenados; os vícios da educação, o contágio dos maus exemplos, a ociosidade... originaram crimes. Pois bem, tentemos fechar todas essas fontes de corrupção; que sejam praticadas regras de sã moral nos casos de detenção; que, obrigados a um trabalho de que terminarão gostando, quando dele recolherem o fruto, os condenados contraíam o hábito o gosto e a necessidade da ocupação; que se dêem respectivamente o exemplo de uma vida laboriosa; ela logo se tornará uma vida pura; logo começarão a lamentar o passado, primeiro sinal avançado de amor pelo dever»<sup>22</sup>.

Regenerar pelo trabalho e pelos princípios sãos da moral é a tónica dominante deste discurso, que vinha no mesmo sentido do que pudémos compulsar no pensamento de Marino Miguel Franzini.

Pensamos que é importante determo-nos, por momentos, na função que o mecanismo prisão-castigo/prisão-aparelho<sup>23</sup> desempe-

---

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 13-4-1824.

<sup>22</sup> *Motifs du Code d'instruction criminelle*, relatório de TREILHARD, pp. 8-9, apud MICHEL FOUCAULT, *Vigiar e Punir (...)*, p. 209.

<sup>23</sup> Cfr. MICHEL FOUCAULT, *ob. cit.*

nha face ao *trabalho*, categoria cara quer ao liberalismo, enquanto ideologia, quer ao nosso inspector Franzini <sup>24</sup>.

Em primeiro lugar, os problemas do Recolhimento prendem-se com a falta de matérias primas que impede as mulheres de trabalharem, de se tornarem úteis e de se regenerarem. Em segundo lugar, Franzini denuncia as péssimas condições em que elas se encontram detidas, sugerindo mesmo que «se o Estado se achasse em circunstância de despender gratuitamente a quantia de quatro contos de réis, parece-me que seria muito mais útil e benéfico o estabelecimento de um hospital venéreo para a cura das desgraçadas; de cuja instituição resultaria o maior benefício à humanidade, que reclama justamente a criação de um semelhante hospital» <sup>25</sup>.

Mas, no que diz respeito à reclusão em geral à prisão <sup>26</sup> existente na Cordoaria, quando Franzini assume o cargo de Inspector a orientação do discurso de reformular o estabelecido, de virar o mundo, é semelhante. Vejamos um pequeno excerto exemplificativo:

«Os indivíduos reclusos nesta Fábrica eram enviados por ordem da Intendência Geral da Polícia como vagabundos implicados em roubos, e perturbadores do sossego público (...). Na época em que comecei a minha administração os achei alojados em uma prisão imunda, dormindo sobre tábuas, e acorrentados indistintamente aos pares. A ração lhes era fornecida em género da pior qualidade, extraídas do refugio dos armazéns de víveres da Marinha» <sup>27</sup>.

A nova administração, imbuída de novas teorias, por onde passava a rentabilidade e recuperação dos indivíduos, a fim de excluir margens de ilegalidade, procura, desde logo, pôr em prática teorias que apenas tinham sido visionadas no plano da utopia ou dos ideários <sup>28</sup>. Enquanto poder e exercendo-o na prática, Franzini impõe desde logo alterações:

«Os presos que antes se achavam cobertos de farrapos passaram a ter um decente vestido, quase todo manufacturado nesta Fábrica, e que constava de duas camisas, dois jalecos, dois pares de calças e dois pares de sapatos.

A roupa lavava-se frequentemente para se conservar o asseio dos indivíduos (...)

---

<sup>24</sup> «Teria sido porém da maior utilidade, que a um semelhante tratamento se seguisse um moderado e permanente trabalho, que desterrando a ociosidade servisse de saudável correcção aos reclusos; porém nesta parte foram baldadas todas as minhas diligências pela falta de ocupação motivada na escassez de materiais» (*Conta e Receita (...)*, p. 45).

<sup>25</sup> *Conta e Receita (...)*, p. 46.

<sup>26</sup> Além do Recolhimento existia uma prisão que albergava 30 reclusos em média por ano. Cfr. *Conta e Receita (...)*, p. 26.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>28</sup> Recorde-se o que foi dito nas últimas intervenções como deputado em 1823.

A cada um dos reclusos se lhes forneceu uma cama, composta de barras de madeira, enxerga, travesseiro e uma ou duas mantas. A ração diária constava de um pão de arratel composto de duas partes de flor de farinha, e uma de rolão, além de mais um quarto de pão alvo e verdura suficiente para a sopa (...)

Comiam sentados em torno de uma mesa coberta de toalha, garfo, além das facas necessárias para o serviço geral, e na verdade pode asseverar-se que a maior parte daqueles indivíduos só estranhavam o asseio e decência a que não estavam habituados. Em uma palavra procuraram-se todos os meios de associar a economia com o bom comportamento dos reclusos, cujo acto de humanidade lhes é devido, e contribuir eficazmente para lhes inculcar bons princípios, pondo-os em prática, por quanto permitiam as circunstâncias, e a localidade, os sábios e benéficos concelhos do ilustre Howard, como ele ensina na sua *História das Prisões*»<sup>29</sup>.

Se nos reportarmos ao espaço de beneficência, quer dizer aos Colégios para rapazes enviados pela Casa Pia<sup>30</sup>, o de Santo António e S. Pedro, verificamos que Franzini se preocupou também em alterar substancialmente a situação encontrada.

«No tempo da precedente administração existiam dois Colégios, um de 50 orfãos da Casa Pia. e outro de rapazes vagabundos enviados pela Intendência Geral da Polícia, cujo número subia então a 23 (...) Estes rapazes dormiam dois a dois sobre enxergas podres, acumulando-se os excrementos em vasilhas de madeira descobertas que empestavam de seus miasmas aquele limitado recinto (...)

Indignado com a vista de tão triste situação procurei logo pôr em execução todos os limitados meios de que podia dispor, a fim de lhes substituir o tão imundo alojamento, outro que fosse mais conforme aos princípios de humanidade, e de justiça (...) aproveitando uns grandes telheiros do edifício contíguo à Cordoaria, os quais se transformaram em espaçosas salas perfeitamente arejadas pelas muitas janelas dispostas do Norte a Sul, tendo na sua frente um excelente páteo, que se reduziu em jardim, onde os alunos acham um variado recreio sem contudo terem comunicação com a rua»<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> *Conta e Receita (...)*, pp. 43-44. Lembremos que a *História das Prisões* de HOWARD, bem assim como os novos princípios de direito penal, de JEREMY BENTHAM, estavam bastante divulgados entre nós. A comprová-lo temos não apenas as referências directas que encontramos nos debates parlamentares vintistas, mas também a importância que o tema adquiriu na imprensa da época. Para além disso, este tema era ventilado e estimulado nos círculos da Sociedade Lisbonense Patriótica, cujo Jornal dedica abundantes páginas à história das prisões e dá particular atenção às novas teorias.

<sup>30</sup> «Em Aviso da Secretaria de Estado da Marinha de 13 de Março de 1816, se ordenou ao Inspector da Real Cordoaria que se prestasse a dar alojamento a 12 orfãos da Casa Pia que deveriam permanecer na Cordoaria, para frequentar as Escolas Regimentais» (Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 183, doc. 21-5-1824).

<sup>31</sup> *Conta e Receita (...)*, p. 48,

Podemos considerar que estas foram as primeiras medidas de regeneração impostas pelo novo Inspector, logo que tem possibilidade efectiva e prática de realizar os seus projectos e aspirações. Possibilidade granjeada quer pelo lugar que ocupava, quer pela abertura de novos horizontes políticos trazidos pelos ventos da revolução liberal de 1820. De facto, a utopia podia transformar-se em realidade, o sonho concretizava-se e o mundo sofria uma mutação sob o possível impulso de um «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades».

Mas terá sido sempre assim? Quer dizer, a tónica de transformações radicais que Franzini enuncia na sua primeira publicação pós 1820, e que temos vindo a seguir de perto, evidencia uma prática discursiva de poder real e efectivo. Só que a utopia que transborda das suas entusiasmantes páginas foi-se desvanecendo, como a documentação demonstra.

Vejamos quais as práticas e ideários de poder que detectamos no âmbito do espaço de reclusão e beneficência. O primeiro sinal de alerta é-nos dado ainda na *Conta e Receita*, quando Franzini se queixa que alterações relacionadas com os reclusos deveriam ser acompanhadas da existência de trabalho, «que desterrando a ociosidade servisse de saudável correcção aos reclusos»<sup>32</sup>. Aqui reside a nossa primeira pista — os entraves encontrados ao exercício do poder, enquanto Inspector.

Continuando a percorrer o imenso rol de queixas, desabafos e desalentos, constatamos que o problema número um residia na desarticulação existente entre a prática dos ideais filantrópicos e a existência de trabalho, como único meio do marginal, ocioso, vadio ou rejeitado tinha de se remir, recuperar e pagar a sua falta à sociedade em geral, à Cordoaria em particular, uma vez que era através do seu magro cofre, sempre dependente do Arsenal da Marinha, e consequentemente do parco orçamento do Estado, que os espaços de beneficência e reclusão tinham de viver.

Comecemos pelos aspectos de rivalidade de poderes. A existência de duas autoridades paralelas, o Inspector do Estabelecimento e o administrador do Recolhimento e dos Colégios — situação «monstruosa e anormal» que afectava sobremaneira o bom andamento dos diferentes espaços da Cordoaria.

Do discurso de Franzini depreende-se que ele luta para ser o único e exclusivo poder dentro da pequena cidadela. Num primeiro tempo não é a reclusão e a beneficência que está posta em causa, mas sim o haver uma autoridade, António Joaquim dos Santos, que se sobrepunha, legal e institucionalmente, à prática do poder. Um

---

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 45. Franzini é contundente nas afirmações que faz: «foram baldadas todas as minhas diligências pela falta de ocupação motivada na escassez dos materiais» (p. 45).

conflito em aberto, que teve como vencedor o Inspector. Atentemos na sua prosa:

«Achando-se impossibilitado o antigo administrador da Casa Pia, António Joaquim dos Santos, actualmente recluso na cadeia do Limoeiro desta Corte<sup>33</sup> de exercer as funções de administrador do colégio de S. Pedro, estabelecido na Real Cordoaria, de cujo lugar gozava a título de ex-administrador do extinto Recolhimento de Santa Margarida de Cortona (...) *arrogando-se* o direito de fazer as compras dos géneros para o consumo do mesmo Colégio, do que resultava *um permanente conflito de jurisdição* com o Inspector da Real Cordoaria, que também é daquele estabelecimento de beneficência, e por consequência o mau arranjo e péssimo andamento do referido colégio, notando-se a *monstruosa anomalia da existência de duas autoridades quase iguais* para administrarem uma pequena fracção do grande Estabelecimento da Cordoaria»<sup>34</sup>.

Notamos o uso de expressões contundentes como «arrogando-se», denotando que é Franzini quem dita o poder, bem assim como o denunciar explicitamente o problema existente: um conflito permanente de jurisdição, resultante de dois poderes quase iguais que se degladiam.

Solução? O banimento do administrador de uma pequena fracção do mundo da Cordoaria — espaço de beneficência e reclusão. E de facto Franzini não dá aso a veleidades, procurando antes cortar o mal pela raiz para evitar futuras situações conflituosas, porque «constando-me por outra parte que já muitos indivíduos requerem aquele inútil lugar<sup>35</sup>, cuja existência será sempre contrária ao bom regime do Colégio, em manifesta oposição à unidade da autoridade que sempre deve reger qualquer Estabelecimento desta natureza»<sup>36</sup>.

Um conflito que chegou ao fim, ao cabo de muitas missivas trocadas, de grandes pressões, que decerto se fizeram sentir. O coronel Marino Miguel Franzini pode agora exercer pacatamente, no seu mundo, a prática discursiva do poder.

Fiquemos, entretanto, com a ideia de haver uma unidade de autoridade a reger o Estabelecimento, para percebermos como Franzini vai justificar o seu discurso de poder, de modo a fazer desa-

---

<sup>33</sup> Coincidência ou azares do destino, que tornam Franzini vencedor e senhor absoluto da Cordoaria?

<sup>34</sup> Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 183, doc. 21-5-1824. (Sublinhado nosso).

<sup>35</sup> A adjectivação não é causal, mas comporta antes uma forte carga negativa.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit. No resto do documento Franzini afadiga-se a enumerar ao Ministro da Marinha (conde de Suberra) as razões que existiam para não haver duas autoridades: evitar conflitos, racionalizar gastos internos, através da poupança de uma féria e economizar o debilitado erário público.

parecer, ou diminuir, os espaços de recuperação, porque lhes prejudicam o espaço produtivo.

Na longa e detalhada exposição, dirigida ao Marquez de Viana, datada de 27 de Abril de 1824<sup>37</sup> expõe-nos as razões apontadas, que denotam algumas matizes do espírito do Inspector. Sistematizando as longas páginas manuscritas, podemos apontar duas razões de peso:

1.<sup>a</sup> — Falta de espaço para o Recolhimento e inadequação do edifício que alberga as mulheres, uma vez que é construído em madeira. Ora, um local onde à noite é necessário luz, há todos os dias potenciais focos de incêndio.

2.<sup>a</sup> — Razões de sub-aproveitamento de mão de obra; as mulheres reclusas, que se deviam regenerar pelo trabalho, numa das muitas oficinas da Cordoaria, não dão o rendimento necessário e possível, porque não são livres, não conhecendo, pois, os incentivos pecuniários, e prejudicando simultaneamente a população feminina da Junqueira/Belém, que se via assim privada de uma possível ocupação.

Trabalhar numa oficina implicava pelo menos, dois anos de prática e «como poderia pois obter-se semelhante progresso em indivíduos violentos, não permanentes, e sem estímulo algum, ainda quando se pudesse duplicar a extensão do local para ter oficina (...); se consultarmos a oficina acharemos que na realidade a nada se reduziram os trabalhos das reclusas, as quais durante os cinco anos da existência do Recolhimento exclusivamente se ocuparam na costura da roupa dos 50 alunos do Colégio de S. Pedro, o que hoje se supre perfeitamente com o trabalho de duas mulheres livres».

A rentabilidade era, pois, escassa, e isso prejudicava algo que se sobrepunha às razões, sociais e humanas, de recuperação de indivíduos — a felicidade do maior número, sendo este maior número, a Cordoaria, a Repartição de Marinha, o Estado Liberal, em última instância.

#### 4. *O espaço da Ciência*

Também o saber da ciência tinha o seu espaço, coexistindo este pacificamente com o da produção e o da recuperação. Designamos, assim, a Oficina de Instrumentos Matemáticos e Físicos, criada no âmbito da *Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, para Desenho, Gravura, e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares*<sup>38</sup>.

Tinha a Sociedade Real Marítima necessidade de ter um espaço oficial de apoio, orientado por hábeis artistas, nacionais e estran-

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 13-4-1824.

<sup>38</sup> Cfr. com a Parte I, Cap. II: «Os espaços de sociabilidade científica».

geiros, onde se construíssem e reparassem os instrumentos necessários aos trabalhos da referida Sociedade. O lugar escolhido para a sua instalação foi a Cordoaria <sup>39</sup>, para onde foi contratado o artista inglês Jacob Bernard Haas. Interessa-nos, particularmente, relacionar a existência desta oficina, por um período muito alargado, com a figura de Franzini. Em 1821, escrevia Marino Miguel a propósito de João Frederico Haas:

«A súplica me parece digna de ser atendida pela regência do Reino, em atenção ao préstimo e assiduidade que tem mostrado o sobredito Haas, aplicando-se à importante construção dos instrumentos matemáticos e náuticos, debaixo da direcção do insigne Mestre Jacob Haas, tio do suplicante, há muitos anos estabelecido com o seu laboratório no edifício da Cordoaria da Junqueira» <sup>40</sup>.

Esta oficina de mesteres científicos ocupou sempre um lugar de relevo nas preocupações de Franzini, que se traduziram quer por lutar por a manter sempre em actividade, apesar dos cortes de verbas que sucessivamente a Cordoaria ia conhecendo, quer por proteger os sucessivos artistas-artífices da família Haas.

Quando se aproxima o final das funções de Inspector, podemos ainda deparar com alguns textos de Franzini que defendem acerrimamente os interesses do Mestre da oficina da ciência. Debrucemo-nos sobre a seguinte representação:

«Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. para ser levado à presença do Exmo. Ministro de Estado da Repartição da Marinha a súplica do distinto artista de instrumentos náuticos e físicos, João Frederico Haas <sup>41</sup>.

É com efeito notável que um tão hábil artista, o único que actualmente possuímos para construção e reparação daqueles instrumentos, tenha um vencimento igual ao de um simples oficial cordoeiro, ou carpinteiro. As circunstâncias em que se acha o suplicante por falta de obras particulares que o ajudam a alcançar os meios de subsistência, e a mais notável diminuição que tem experimentado a despesa da Cordoaria, a qual no ano económico findo

---

<sup>39</sup> Esta oficina de instrumentos matemáticos, e posteriormente também náuticos, permaneceu na Cordoaria até 1865, altura em que foi transferida para o Observatório da Marinha. O inspector da Cordoaria dessa época recebeu, então, a seguinte ordem — «Para satisfazer ao pedido feito pelo Director do Observatório da Marinha, em seu officio datado de hoje, é necessário que V. Exa. consinta e mande coadjuvar o embarque no cais desse estabelecimento, das máquinas, ferramentas e utensílios, que pertenciam ao chefe da Oficina dos Instrumentos de navegação, João Frederico Haas, e que têm de ser transportados para este Arsenal pelo motivo do Governo haver comprado estes artigos àquele artista. Deus guarda a V. Senhoria. Arsenal da Marinha, 12 de Janeiro 1865» (apud JOSÉ MÁRTIRES DOS SANTOS, *A Cordoaria Nacional e a sua história*, p. 34).

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, pp. 33-34.

<sup>41</sup> A súplica consistia num aumento de vencimento.

baixou de 13 contos de réis sobre a verba votada no último orçamento, dá lugar a que se possa praticar um acto de justiça e de tanta conveniência para o serviço da Marinha, não duvidando que o ilustre Ministro, tão versado nos conhecimentos das ciências matemáticas, não deixará de melhorar a situação de um artista que em todos os países aonde se dá o devido apreço à ciência, seria contemplado com distinção e não igualado aos mais ordinários oficiais mecânicos»<sup>42</sup>.

O espaço consagrado à Ciência, tinha, pois, um lugar de destaque no mundo diversificado da Cordoaria. Franzini ao defender a subida de vencimento, e o reconhecimento público de Haas e do seu trabalho, está, simultaneamente, a transpor a sua própria personalidade, enquanto homem de ciência, para a orientação do desempenho das suas funções de Inspector. Caminhos do poder, onde de um modo ou de outro, se reflectem os trilhos das deambulações e vivências particulares e pessoais, exercício de um cargo público, que tem implícito um conjunto de ideias e ideários, bem assim como uma hierarquia de prioridades.

## II — A FIGURA DO INSPECTOR

A entrada de Franzini na Cordoaria deu-se no contexto do Portugal pré-liberal, e foi marcada por uma certa dose de irrequietude, por parte do novo Inspector. Segundo as palavras de Marino Miguel Franzini, a sua nomeação para o Estabelecimento manufactureiro deu-se quando «pelas circunstâncias se achava em total decadência e abatimento, e teve o suplicante a felicidade de ser escolhido para esta árdua empresa, e não obstante que entrasse nesta honrosa comissão debaixo de mui desfavoráveis auspícios, ele, contudo, valendo-se do seu zelo e actividade pelo serviço de V. Magestade conseguiu desempenhar as esperanças do Governo»<sup>43</sup>.

Porém, apesar de todo este esforço desenvolvido, há um problema a resolver, e de forma a contentar Franzini. Este ao estabelecer uma comparação com o trabalho do seu antecessor, Almirante Pedro de Mariz, acha o seu muito mais digno de préstimo; mas foi Pedro Mariz que obteve a condecoração de Inspector, enquanto que a ele, Franzini, lhe coube em sorte apenas o título de Administrador «do qual goza também o Mestre da Real Cordoaria, desde a sua instituição, e que é ao mesmo tempo comum ao Director do Recolhimento ou Prisão de Santa Margarida de Cortona (...) não obstante serem os referidos indivíduos subalternos do suplicante...»<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 186, doc. 17-12-1854.

<sup>43</sup> Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 182, doc. 24-9-1819.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

Fazendo o balanço das suas actividades na Cordoaria, num curto espaço de tempo, Maio a Setembro de 1819<sup>45</sup>, Franzini, como que renunciando uma regeneração, introduziu importantes reformas e transformações no seu novo domínio.

1.º — Fez dobrar o trabalho de todos os operários, quando se compara o mês de Maio com o de Setembro. Foi dado, simultaneamente, um aumento de jornal aos operários, que «desde há muito tempo suplicavam».

2.º — Mandou reformular as instalações dos reclusos, contribuindo eficazmente para a conservação da saúde dos indivíduos e regenerando, ao mesmo tempo, os seus hábitos morais<sup>46</sup>.

3.º — Recuperação, vigilância e conserto dos edifícios que estavam degradados, devido aos inconvenientes usos, a que tinham sido submetidos, em consequência das invasões francesas.

4.º — Introduziu um novo sistema de escrituração, «fundado na mais exacta e miúda averiguação do movimento mensal das matérias primas e pessoal da Real Cordoaria», cujo plano fez imprimir.

5.º — Efectuou o cálculo exacto dos lucros que a Cordoaria podia dar, demonstrando que «continuando a trabalhar os operários com a actividade restabelecida pelo suplicante, pode a Real Cordoaria oferecer um lucro líquido de 20% sobre os capitais empregues no seu custeamento».

Através deste balanço, de apenas alguns meses de trabalho, asseguramo-nos que a entrada de Franzini provocou alterações de monta no ordenamento interno da Real Fábrica. Mas, foram exactamente essas mutações que lhe serviram de pretexto para que lhe fosse conferido o título de Inspector, a autoridade máxima e plena dentro da Cordoaria, e não apenas a designação burocrática, e algo ambígua, de Administrador<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 182, doc. 24-9-1819, onde Franzini expõe a necessidade de manter a Cordoaria em plena actividade.

<sup>46</sup> «Para conseguir este efeito pôs o suplicante em execução as benéficas intenções de V. Magestade, que deseja somente a correcção dos criminosos, administrada com a humanidade que tanto resplandece no seu real e benéfico coração, realizando na prática o que tinha aprendido com a lição das obras do imortal Howard, cujos princípios adoptados com o maior fruto na célebre prisão de Filadélfia, foram ultimamente transportados para França, pelo zelo do benemérito duque de Rochefocault, promotor da instituição de sociedade do melhoramento das prisões (...) Tudo isto executou o suplicante na referida prisão e colégios da Real Cordoaria, sem estrépito e sem violência, e a favorável opinião que este melhoramento lhe tem grangeado, e que as autoridades deste reino têm verificado» (*Idem, ibidem*, doc. cit.).

<sup>47</sup> Por aviso do Ministério e Secretário de Estado, Conde dos Arcos, passa Marino Miguel Franzini a usufruir do título de Inspector, com aumento da patente, com a consequente actualização dos soldos, desde 3 de Maio 1819, com a graduação de coronel, porque «Marino Miguel Franzini tem cumprido com brilhante distinção as obrigações do lugar de Administrador da Real Fábrica da Cordoaria» (*Idem, ibidem*, Cx. 182, doc. 4-9-1819).

Na posse plena do almejado título, sente-se Franzini capaz de delinear, a longo prazo, as linhas orientadoras da sua acção. Para o melhoramento e recrudescimento da Cordoaria, é indispensável a vigilância e acção do seu Inspector, pedra basilar para que tudo corra pelo melhor. Mas para isso, essa figura emblemática terá que ter determinadas condições propícias à boa execução das suas directrizes.

Em primeiro lugar, deverá ter a autonomia financeira suficiente para gerir os negócios internos. «Nos anos da sua prosperidade possuía o Estabelecimento o seu cofre particular, contratando directamente o fornecimento de matérias primas de que necessitava, e só por este sistema acreditando-se novamente no público, se conseguirá abastecer os seus armazéns, comprando os géneros pelos preços correntes do mercado»<sup>48</sup>.

Agora, que Franzini se encontra à sua frente, preocupado com os altos preços por que tem de pagar as matérias primas<sup>49</sup>, o problema reside no facto que «o chefe desta Fábrica [se achar] na mais rigorosa dependência para qualquer resolução, que ainda nos objectos de menor importância, só pode alcançar à força de repetidas instâncias, requisições, informes, diligências e outras muitas formalidades, que servem somente para demorar e paralisar a actividade de qualquer indivíduo, ainda que possuído de decidido zelo pelo bem do serviço»<sup>50</sup>.

Nestes excertos, publicados em 1821, manifesta-se já vivamente a autonomia que Franzini pretende ter, enquanto Inspector de um Estabelecimento manufactureiro do Estado, que, para bem executar o seu plano, precisa de se livrar dos empecilhos que a máquina burocratizada que envolve os Arsenais engendra.

De um lado, diz Franzini que «a Cordoaria não pode prosperar, ainda que o Governo forneça os fundos necessários ao seu custeamento, se estes forem administrados por indivíduos estranhos à Fábrica»<sup>51</sup>; de outro, é bom não perder de vista que é necessário, para a felicidade pública desta manufactura, terminar com os poderes paralelos existentes, «desanexando-a da dependência da Real Junta da Fazenda da Marinha, cujo resultado tem sido a extinção dos trabalhos, e quase a total decadência da Fábrica»<sup>52</sup>.

Se Marino Miguel nunca consegue obter a total independência das instâncias superiores, a que estava submetido, não deixa, con-

---

<sup>48</sup> M. M. FRANZINI, *Conta da Receita e Despesa da Cordoaria (...)*, p. 5.

<sup>49</sup> Cifra em acréscimos de 20 a 30%, sobre os preços normais do mercado «visto que os mercadores, incertos sobre as épocas de pagamentos, e por outros motivos bem conhecidos, recusam envolverem-se em transacções com a Fazenda da Marinha», *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, p. 8.

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

tudo, de ser verdade, que a sua actuação como Inspector, ao longo dos 35 anos, se pautou pelo domínio e autonomia interna<sup>53</sup>. Dentro da cidadela muralhada da Real Fábrica da Cordoaria, o Inspector era não só a figura mais importante, porque representante do poder, mas a primordial, para resolver problemas, que quotidianamente se colocavam.

Por exemplo, Franzini verifica haver certa «relaxação» nas suas oficinas, em relação às fábricas particulares que ele conhecia. Algo estava errado; em vez dos 26 fios da tabela, a oficina de algodão estava apenas a produzir 22; como o ritmo de produção assentava na destreza e saber do operário, logo Franzini procura descobrir os faltosos, para serem devidamente punidos. «Em consequência reuni todos os oficiais, e depois de os ter repreendido com severidade, despedi imediatamente do serviço da Real Fábrica cinco indivíduos já conhecidos pela sua insubordinação»<sup>54</sup>.

A figura do Inspector interveio, repôs a legalidade infringida e puniu os faltosos, de um modo tão brilhante, que Franzini não hesita em declarar que «depois de ter despedido os cinco mencionados indivíduos, vim no conhecimento de que a escolha foi tão acertada que justamente entre eles foram compreendidos os dois insubordinados que se atreveram a manchar a tabela»<sup>55</sup>.

Em muitas outras ocasiões teve oportunidade de demonstrar a eficácia da sua intervenção; escolhendo as melhores amostras de linhos para comprar; recusando a entrada de mais operários, porque as oficinas não comportavam mais ninguém, ou ordenado a rápida evacuação da Cordoaria, de tudo quanto fosse transportável, em 1834, quando as forças rebeldes (absolutistas) invadiram os subúrbios da capital.

O culminar de toda esta prática experimental, projectou-se nas atribuições que caracterizam o papel do Inspector que o Projecto de Regulamento de 1854 consagra, a quem são destinados 41 artigos. Deles destacámos os que nos permitem visualizar o poder dessa figura carismática<sup>56</sup>.

Art.º 10.º — «O Inspector é unicamente subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha com quem se corresponde directamente».

Artigo 12.º — «Cabe-lhe o papel de mandar fabricar tudo quanto possa ser produzido dentro dos espaços officinaes existentes».

---

<sup>53</sup> Recorde-se que Franzini consegue sobrepor-se às demais autoridades que existiam na Cordoaria (os directores do Recolhimento e do Colégio).

<sup>54</sup> Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 183, doc. 16-2-1824.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

<sup>56</sup> Gostaríamos de, em breve, poder estudar minuciosamente este Regulamento; por agora, ficamo-nos por o usar em favor dos nossos objectivos mais imediatos; daí que lhe façamos uma leitura muito mais superficial do que aquela que ele mereceria.

Artigo 14.º — «Inspeccionará a miúdo os trabalhos das oficinas, fazendo-as dirigir pelo seu Ajudante, e fiscalizará pelo Escrivão a fim de se conhecer a aplicação das matérias primas, seus produtos e mão de obra...»

Artigo 17.º — «Promoverá os aprendizes que por concurso se mostrarem mais hábeis e adiantados, se o seu comportamento tiver sido exemplar, fazendo eliminar da Matrícula aqueles que não tiverem suficiente adiantamento, durante a sua aprendizagem»<sup>57</sup>.

Artigo 25.º — «Remeterá mensalmente à Contadoria Fiscal, um mapa do pessoal que funcionou e por tal ordem classificará os trabalhos...»<sup>58</sup>

Artigo 43.º — «Fica o Inspector proibido de conceder a saída de qualquer objecto para fora da Cordoaria, mesmo só a título de empréstimo, sem prévia autorização do Governo»<sup>59</sup>.

Finalmente, o último artigo referente ao Inspector não podia ser mais claro e explícito:

Artigo 51.º — «O Inspector é o responsável pelas consequências das Comissões, erros ou crimes dos empregados seus subordinados, se em lugar de os vigiar, e fazer cumprir com os seus deveres, pelo contrário, os encobrir e não solicitar do Governo o merecido castigo para os delinquentes».

Esta pequena amostragem da axiomatização de atributos é suficiente para ilustrar e demonstrar que o Inspector tinha, de facto, um papel de suma importância nos limites traçados pelos grossos muros da Cordoaria. Mas, fora deles a sua figura apagava-se quase completamente.

No entanto, dentro da Cordoaria a figura do Inspector funcionava paradigmaticamente, e de um modo omnipresente junto dos operários. Cabia-lhe a regulamentação do tempo de trabalho, a disciplina a impor, dois factores de relevante significado para o relacionamento de poder entre o Inspector e o operário<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> Os artigos seguintes discorrem sobre as outras categorias profissionais, mandadores, oficiais, contramestres, mestres, sobre quem o Inspector deverá providenciar inquirir da sua «habilidade artística», (art. 18, 19, 20, 21).

<sup>58</sup> Deste artigo discorrem vários outros, que dizem respeito a toda a vigilância que é necessário ter com dois elementos primordiais para o andamento da Cordoaria: matérias primas, ritmo e horário de trabalho, bem assim como controle sobre os operários (art. 27 a 42).

<sup>59</sup> Fora dos parâmetros dos muros da Fábrica terminavam as atribuições e o poder do Inspector.

<sup>60</sup> Na designação de *operário* incluímos todos os que trabalhavam nas oficinas, com categorias que se espartilhavam pela de aprendiz, oficial, contra-mestre e mestre. *Trabalhador* corresponde a uma nova categoria, que se não insere na hierarquia oficial, e que designa o operário sem qualquer aptidão ou qualificação especial e que se destinava a efectuar carregos, cargas, descargas e outros trabalhos afins. Para além dos operários havia os *funcionários* que exerciam as funções burocráticas sob o olhar do Inspector, ou

É na autoridade máxima que reside a faculdade de julgar o operário e de satisfazer, ou não, as suas súplicas. Por exemplo, «Em Aviso de 27 do corrente mês de Julho ordena V. Exa. [Ministro da Marinha] que informe sobre o incluso requerimento dos operários desta Real Cordoaria, em que expõem o mísero estado a que têm chegado pelo atraso dos seus salários, pedindo providências a este respeito.

Os suplicantes expõem respeitosamente, com toda a verdade, as críticas circunstâncias em que se acham pelo grande atraso das suas respectivas férias, e pela impossibilidade em que estão de acharem quem lhes queira rebater os seus abonos, ainda que se submetam ao enorme sacrifício de um desconto de 45 ou 50%»<sup>61</sup>.

Neste caso, Franzini serve de canal de mediatização, porque é o poder simbólico de toda a Fábrica, para resolver a difícil situação em que se encontram os operários. Mas, noutras ocasiões é ele quem emite juízos de valor determinantes para a satisfação dos requerimentos dos operários.

Um oficial de cordoeiro pretende ser nomeado contra-mestre, porque se acha vago aquele lugar. Que opinião vai Franzini formular?

«O Suplicante se faz digno de contemplação pela sua perícia e inteligência no desempenho dos trabalhos da respectiva oficina, e também pela sua irrepreensível conduta civil e política...»<sup>62</sup>.

Verifica-se que duas coordenadas importantes se estabeleciam para avaliar o operário: a habilidade e o seu saber, enquanto peça funcional de uma oficina de manufactura, e o seu ideário e comportamento político. É nesta base que assenta o perfil de um «bom operário» para o Inspector Franzini. E é num depoimento curricular, acerca de um oficial cordoeiro, para o Ministro da Marinha, que julgamos detectar os principais atributos que um operário da Real Fábrica da Cordoaria deveria possuir, segundo a óptica do seu Inspector.

«Este indivíduo [Joaquim da Silva Farinha] começou a servir nesta Cordoaria no ano de 1809, onde permaneceu até 1833; e no longo período de 24 anos deu constantemente as mais decididas provas da sua rara aptidão, inteligência, zelo incomparável no desempenho de seus deveres, acompanhando estas qualidades com o mais belo carácter social, que o fizeram digno da estimação de todos os indivíduos deste Estabelecimento (...)»<sup>63</sup>.

---

também designados *empregados*; neste grupo incluíam-se o Apontador, o Escrevente e os Fiéis de Armazém.

<sup>61</sup> Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria, Cx. 184, doc. 30-7-1831.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, doc. 29-8-1833. No entanto, acrescenta o Inspector, «atendendo às circunstâncias presentes que exigem rigorosa economia, não me parece necessário que seja provido no lugar de Contra-mestre, saltando pelo lugar intermédio de Aparelhador».

<sup>63</sup> Pelo facto de ser simultaneamente moço da estribaria das «Reais

Requer o Suplicante ser nomeado Contramestre desta Real Fábrica da Cordoaria para exercer este lugar em a primeira vagatura e ordenando-me S. Exa. que desse o meu parecer, francamente declaro que é o indivíduo mais apto que eu conheço para Contramestre ou Mestre deste Real Estabelecimento, e que será uma preciosa aquisição para o bom serviço e andamento dos trabalhos desta Cordoaria a sua presença e cooperação, acrescentando às qualidades já mencionadas a grande prática que tem adquirido, dirigindo pelo espaço de 10 anos, como Mestre, uma fábrica particular, onde tanto se exige à economia e à boa ordem dos trabalhos»<sup>64</sup>.

### III — A ADMINISTRAÇÃO FRANZINI

A administração do Inspector Marino Miguel Franzini espalhou-se por um longo período. Nela podemos descortinar as grandes linhas de orientação de um Estabelecimento em, quase, permanente crise; decadente, chamaram-lhe os contemporâneos, como tivemos oportunidade de ver. Franzini, no espaço de poder que lhe é permitido, ou que consegue obter, tem muitas vezes de se confrontar com os problemas que vão surgindo, quantas vezes ao sabor das conjunturas do momento, bem assim como governar o grandioso Estabelecimento a que superintendia. São as linhas mestras de uma gestão de negócios, que durou 35 anos, que pretendemos aqui deixar delineadas.

Gestão que teve que contar com alguns factores de entrave, alheios à vontade e aos projectos de Franzini. Segundo o seu ponto de vista, existiam factores endógenos e exógenos. Uns produzidos no mundo vivencial da Cordoaria, outros completamente exteriores, mas oriundos do processo político e económico do país em geral e que, de algum modo, se repercutiam directamente na Real Fábrica da Cordoaria.

#### 1. *Linhas programáticas*

A entrada de Franzini correspondeu à concretização de algumas reformas, como vimos. Recém chegado, não hesita em delinear o ideal funcionamento do Estabelecimento — aumentar a produção e melhorar a qualidade<sup>65</sup>. Logo em 1817, preconiza um aumento de «três

---

Pessoas», foi com o maior desgosto em comissão de serviço para fora de Lisboa, durante a «usurpação», sem que tenha molestado qualquer liberal ou perseguido pessoas e bens, «arriscando muitas vezes a sua própria segurança».

<sup>64</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 185, doc. 19-1-1843.

<sup>65</sup> Franzini está em primeiro lugar preocupado com a dependência financeira da Cordoaria, em relação ao Arsenal da Marinha. O seu progresso estaria dependente das oscilações conjunturais do país. Assim, há que

lios diários»<sup>66</sup> na oficina de enxárcia, donde sai a melhor enxárcia do país.

No que toca à parte burocrática também há novas directrizes a assinalar. Inicia-se um novo tipo de escrituração, cujo modelo é a *Conta da Receita e Despeza da Cordoaria Nacional e Real de Lisboa*, publicada em 1821. A documentação, que pelas nossas mãos passou, mostra-nos como este modelo se ramificava em balanços e mapas semanais e mensais<sup>67</sup>. Todas as entradas e saídas da Cordoaria, quer fossem matérias primas, produtos cabados, operários ou compradores, eram minuciosamente apontados e registados, de modo a que a vida quotidiana viesse expressa nos balanços que o seu Inspector preparava.

Mas estes ideais contrastavam com a falta de meios orçamentais do ramo da Marinha, que inevitavelmente se reflectiam no corte de verbas para a Cordoaria. Pesarosamente Franzini queixa-se de não poder satisfazer uma encomenda do Arsenal da Marinha, porque não há dinheiro para comprar matérias primas. «Desde o ano de 1820 que a oficina de algodão anexa a esta Real Cordoaria experimenta uma grande falta de matéria prima necessária à sua laboração, originada pela escassez dos meios pecuniários do Cofre da Marinha...»<sup>68</sup>.

Ainda que a satisfação desta encomenda pudesse trazer um lucro imediato, Franzini compreende que há maior necessidade de comprar linho, para fabrico das amarras e enxárcia, do que algodão, que se destinaria a um fim particular e momentâneo, a execução de 1700 pares de meias curtas e 4 mil covados de sarja de algodão. Como linha de orientação, verificamos que o Inspector opta pela continuação do encerramento da oficina de algodão, porque «nestas circunstâncias<sup>69</sup> seria agora de suma dificuldade e mui prejudicial ao real serviço, restabelecer aquele extinto ramo de manufactura só para se executar uma temporária e limitada requisição para a qual não existem os elementos de que carece»<sup>70</sup>.

A crise, e a consequente instabilidade económica, instalava-se pouco a pouco na administração Franzini, e ele próprio toma desse

---

dentro do próprio Estabelecimento fabril estabelecer um equilibrio entre a compra de matérias primas, pagamento dos jornais e a produção. Mas, Franzini não esquece de lembrar que o jornal do operário terá de estar em conformidade com o seu labor e saber. Assim, para que a Cordoaria melhore a sua situação, é necessário aumentar o escasso número de hábeis operários. Arq. Geral Marinha, Real Fab. Cordoaria. Cfr. Cx. 182, doc. 2-1-1817.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

<sup>67</sup> Muitos destes mapas eram geralmente acompanhados de relatórios. Registe-se que o incêndio verificado em 1826, destruiu parte destes trabalhos que consagravam as primeiras linhas programáticas do novo Inspector.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 9-10-1828.

<sup>69</sup> Falta de dinheiro para comprar matérias primas, os vários tipos de linho, fundamentalmente; o encerramento da oficina de algodão e a satisfação de uma encomenda de momento, e não um pedido com duração média e regular.

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

facto consciência. Muitas são as referências de que a Cordoaria se encontra exausta de meios para ocorrer às despesas diárias ou eventuais. Chegou-se mesmo a recorrer a empréstimos a outras repartições da Marinha para obviar aflições de momento. Pequenos remendos de circunstância, a que se juntavam «um grande número de pequenas dívidas cujos credores exigem a todos os instantes o seu pagamento, não deixarei de recomendar mui eficazmente as operações externas, as quais tendo-se-lhe fornecido estopa para fiarem, a fim de aumentar a produção das meias lonas como V. Exa. tanto deseja e recomenda, não será possível continuar esta importante distribuição e infelizmente tornará a parar este importante ramo de indústria por falta de uma módica quantia mensal para lhes pagar aquele seu trabalho»<sup>71</sup>.

A situação é tão embaraçosa que Franzini chega a propor ao Ministério da Marinha que se venda a estopa em depósito e que o produto sirva de pagamento às despesas em aberto<sup>72</sup>.

Mas, se a falta de verbas afecta directamente o ritmo da produção das diferentes oficinas, afecta igualmente de modo muito directo os operários. Também neste ponto as directrizes de Franzini se mostraram sensíveis. Os atrasos, no pagamento das férias e jornais, têm como consequência que «os rebatedores e merceeiros que fornecem o alimento aos operários não se mostram dispostos a continuar os seus adiantamentos no futuro mês de Novembro uma vez que não sejam prontamente embolsados da importância de Agosto»<sup>73</sup>.

O reingresso de Franzini, após a vitória liberal de 1834, trouxe novos ventos inovadores à Cordoaria. Agora já não se trata apenas de reformar a principal directriz que os seus escritos evidenciavam quando do seu ingresso inicial (1817); trata-se sim de *modernizar*, o novo signo da sua futura actuação, talvez no sentido de recuperar o Estabelecimento e fazê-lo pautar pelas inovações, que, entretanto, a indústria portuguesa ia adquirindo.

Em primeiro lugar, havia que chamar a atenção para a importância de conservar e incentivar um Estabelecimento deste género. Vários são os factores que contribuem para que, apesar das dificuldades políticas, económicas, financeiras e orçamentais, o Estado continue a manter em plena actividade a Cordoaria. Marino Miguel Franzini desenvolve múltiplas considerações que se prendem com as razões «que militam a favor da conservação da manufactura Nacional da Real Cordoaria»<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 7-3-1829.

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*, Cfr. doc. cit.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 30-10-1820.

<sup>74</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 184, doc. 23-12-1833. Documento que constitui um relatório no qual pausadamente se apontam os grandes benefícios da existência da Cordoaria.

Os argumentos invocados desdobram-se em várias facetas. *Primeira*: aproveitamento dos grandes capitais já empregues <sup>75</sup>. *Segunda*: segurança de que a Marinha militar está servida com a melhor enxárcia <sup>76</sup>. *Terceira*: economia no emprego da enxárcia <sup>77</sup>. *Quarta*: independência e segurança na posse de um género de manufactura indispensável para o armamento dos navios de guerra <sup>78</sup>.

Acima dos interesses particulares da Real Fábrica estavam os interesses da Marinha, e, conseqüentemente, os do Estado. Em última análise, são estes que Franzini pretende atingir, ao defender acerrimamente a revitalização de uma das suas manufacturas. No balanço conclusivo que efectuou às quatro razões enunciadas diz:

«Por todas as considerações que ficam expendidas me parece que se não pode hesitar sobre as grandes vantagens que resultam da conservação da Fábrica da Cordoaria e dos grandes inconvenientes que se seguiriam da sua extinção, além do péssimo efeito moral que causaria esta deliberação pela sua impopularidade. Igualmente me parece que além da conservação da manufactura da enxárcia conviria ampliar quanto fosse possível a indústria dos tecidos de lonas (...) fornecendo ao mesmo tempo uma proveitosa ocupação a grande número de indivíduos da classe necessitada da povoação de Belém».

No que toca à introdução de novidades técnicas, verificamos que em 1838, dá Franzini especial atenção às observações do capitão de fragata Limpo, que visitou a Cordoaria de Brest, em França, onde anotou com particular interesse o funcionamento de uma máquina para a coxa e torsão dos cabos, (uma das fases do fabrico das amarras dos navios). O problema é o seguinte: deve ou não mandar-se vir e instalar o modelo? Em caso afirmativo, em que condições? <sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> Possui a Cordoaria um dos mais belos edificios do género de toda a Europa; dispõe igualmente de cerca de 230 artistas nacionais, que para além do valioso saber dos segredos da arte de cordoeiros, mantêm as suas famílias.

<sup>76</sup> Necessidade de assegurar uma boa qualidade nos fornecimentos dos navios da Marinha portuguesa. «É sem dúvida este o motivo porque as Nações mais ilustradas, e que têm grandes marinhas militares, jamais deixaram de manufacturar em Fábricas do Estado toda a enxárcia de que necessitam nos seus Arsenais».

<sup>77</sup> O facto da Fábrica pertencer ao Estado é uma vantagem, porque ela produz segundo as exigências eventuais, uma vez que é difícil prever, com antecipação, qual o tamanho exacto dos cabos a encomendar.

<sup>78</sup> Quando um país, como Portugal, tem conhecido tantas vicissitudes políticas, mais necessário se torna reforçar as estruturas existentes, neste caso a manufactura, para haver cabos, enxárcias, lonas etc. para alguma necessidade ou urgência.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, Cfr. Cx. 185, doc. 13-11-1838.

Não bastava modernizar, através da introdução de novidades. Havia que, segundo a óptica do Inspector, atender às mais variadas circunstâncias.

Em primeiro lugar, pede-se ao «sr. Limpo» que desenhe o engenho, numa escala conveniente, para ver se será possível construí-lo dentro do espaço da própria Cordoaria, ou então mandar construir inicialmente um pequeno modelo, para ver o efeito e para os operários aprenderem a manobrar com a máquina. Em seguida, há que entabular um inquérito minucioso acerca dos resultados obtidos nas outras Cordoarias, e ponderar as observações colhidas<sup>80</sup>, e quais as possibilidades de as aplicar ao caso português.

Todas estas cautelas, antes de introduzir alterações inovadoras, vão estar também presentes em 1840, quando o inglês Robert Graves, vem à Real Fábrica mostrar o sistema da máquina a vapor, aplicado à manufacturação de enxárcia. Franzini é suficientemente explícito para entendermos as suas cautelas. Em carta enviada ao Ministro da Marinha afirma:

«... antes de se aceitarem as propostas do artista inglês convém atender às seguintes considerações. São incontestáveis os maravilhosos efeitos que tem produzido a introdução daquele poderoso agente em todas as oficinas, e a Inglaterra com esta portentosa descoberta, e suas aplicações, conseguiu um reforço para a sua população artista equivalente a perto de 3 milhões de indivíduos robustos que não comem, não descansam e que trabalham sem interrupção todas as 24 horas do dia. Reconhecida esta verdade, resta examinar se as circunstâncias em que se acha a nossa repartição de Marinha oferecem algum obstáculo para a imediata adaptação daquele poderoso agente na manufactura da enxárcia da Cordoaria de Lisboa»<sup>81</sup>.

É a partir deste postulado que Franzini inicia o rol dos inconvenientes. A força motriz do vapor só se aplica à terceira fase da manufacturação da enxárcia; a sua introdução acarretaria não só a inutilização das máquinas «actualmente existentes, que custaram grande cabedal, mas também seria necessário fazer numerosas alterações no edifício». bem assim como «fazer novas e dispendiosas substituições nos tectos das oficinas para impedir os incêndios».

Assim, conclui Franzini, só para as despesas iniciais são necessárias quantias avultadas, as quais a Fábrica não dispõe, uma vez que nem para comprar matéria prima, ou pagar os vencimentos atrasados, há dinheiro suficiente. A conclusão de Franzini vem-nos rápida e de fácil apreensão:

---

<sup>80</sup> Principalmente há que indagar minuciosamente o seu funcionamento. Franzini pede as mais variadas informações técnicas, uma vez que há que ponderar todos os inconvenientes plausíveis, antes de se efectuarem avultadas despesas.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 185, doc. 22-7-1840.

«É pois evidente que enquanto não melhorarem as finanças deste Reino não poderá ser proveitosa a introdução das máquinas que multiplicam de uma maneira tão avultada a produção dos artefactos; e por esta ocasião, seja-nos permitido mencionar, em abono do que deixo referido, o que estamos presenciando com a intempestiva introdução da enorme máquina de vapor para os artefactos da antiga Casa da Moeda de Lisboa, a qual exigiu para a sua colocação que fosse quase demolido e reconstruído de novo aquele belo edifício, em cujos trabalhos se tem já dispendido mais de 100 contos de réis, não se obtendo o fim desejado, pois a máquina funciona pessimamente»<sup>82</sup>.

Quer dizer, para Franzini o (re)apetrechamento técnico da Cordoaria depende, de um lado, da situação financeira do país, de outro, das possibilidades totais do aproveitamento concreto da introdução de potenciais e até desejáveis inovações. Neste caso, a máquina a vapor, símbolo indubitável do progresso e do desenvolvimento (categorias caras ao seu ideário e pensamento de homem oitocentista), havia que pensar nos condicionalismos reais existentes. Fazer bem as contas e verificar «à priori» quais as possibilidades, ou impossibilidades, de uma total fruição e aproveitamento da inovação pretendida. Havia que atender às circunstâncias de momento e não «correr o risco de perder o bom que actualmente possuímos, pelo óptimo que se nos propõe, e talvez não conseguíssemos»<sup>83</sup>.

Para além do investimento necessário à instalação do sistema a vapor, havia ainda que privilegiar a qualidade em detrimento da quantidade. Este é um objectivo que igualmente não devemos perder de vista, para entendermos a atitude de Franzini face à remodelação do vapor. Será nesta base que mais tarde, 1850, o veremos, uma vez mais, recusar a introdução da máquina a vapor. Após ter inventariado os motivos financeiros e económicos remata do seguinte modo:

«Cumpre-me igualmente notar que não só se não acha provado, mas até mesmo é ainda mui contestada a superioridade do fio obtido por este novo sistema sobre a antiga fiacão feita à mão, podendo asseverar que o fio da nova fábrica não é de maneira alguma inferior ao que aparece nos cabos de patente manufacturados pelo novo sistema, antes pelo contrário, comparado à maior parte deles se apresenta superior»<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit. O «bom que actualmente possuímos» refere-se ao sistema produtivo existente, assente na disciplina e controle das oficinas, que dependem do saber e agilidade dos mestres, contra-mestres e oficiais. Dele resulta uma enxárcia de excelente qualidade, «e pela sua força podem sofrer o paralelo com a boa enxárcia estrangeira». Toda a argumentação usada neste caso, vai voltar a ser empregue em 1850 (*Idem, ibidem*, Cx. 186, doc. 10-7-1850), quando se levanta novamente a hipótese de introduzir a energia a vapor na Cordoaria.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 186, doc. 10-7-1850.

Apesar dos esforços individuais de Marino Miguel Franzini, para reformar e manter a Cordoaria dinâmica, apesar dos cuidados que meticulosamente rodeavam a mínima operação inovadora, esta atravessava, de facto, uma fase de difícil situação.

Se de um lado encontramos Franzini activo, defendendo acerrimamente a manutenção de tão «útil Estabelecimento», temos, do outro lado dos muros do próprio Estabelecimento, um olhar crítico e reprovador<sup>85</sup>. Algo corria mal, dentro ou fora dos parâmetros da Cordoaria... O Inspector apercebe-se e denuncia várias vezes a situação existente. Para ele, poder institucionalizado da manufactura, o mal residia na organização burocrática, e consequente dependência, que estava fora dos seus circuitos internos de acção administrativa e racionalizadora.

Quando o seu reinado se aproximava do final, vemo-lo apresentar as razões de sua justiça ao Conselho de Administração da Marinha<sup>86</sup>. Os preços por que se tiveram de comprar as matérias primas foram muito desfavoráveis à gerência do Estabelecimento, o que implicou um aprovisionamento defeituoso e diminuto, lançando as oficinas numa situação de subaproveitamento, ou por vezes de total inactividade<sup>87</sup>.

Mas, o aprovisionamento de matérias primas trazia ainda outros entraves. A falta de dinheiro correspondia à compra de pequenas quantidades, logo com preços mais elevados, para além de que os preços de mercado, especialmente os da praça de Lisboa, serem muito instáveis, visto sofrerem grandes variações em curtos intervalos de tempo, segundo a maior ou menor quantidade do artefacto que aparece à venda.

Outro factor, diz Franzini, foi a Cordoaria ter sido privada de numerosos operários e robustos moços<sup>88</sup>, que foram empregues no serviço militar, «em virtude das nossas perpétuas dissensões políticas».

Constatamos que, segundo o discurso de Franzini, o bom andamento da Cordoaria não depende tanto da acção voluntarista do homem que a gere e administra, mas fundamentalmente das condições externas, e do espaço de manobra que as hierarquias superiores deixam livre à figura emblemática do Inspector. De que serve que este possua, e tente mesmo realizar, projectos de reforma e remodelação, quando tantos entraves, alheios à sua vontade, lhe tolhem o caminho, constituindo verdadeiras adversidades à sua acção de administrador e reformador?

---

<sup>85</sup> Cfr. com o cap. I — «A Real Fábrica de Cordoaria».

<sup>86</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 186, doc. 13-1-1853.

<sup>87</sup> O cofre da Marinha, donde saíam as receitas para a Cordoaria, achava-se exausto e por Portaria de 11 de Fevereiro de 1851 foi Franzini avisado para diminuir as tarefas dos operários.

<sup>88</sup> Não esqueçamos que a força humana, uma vez que a energia a vapor não fora ainda introduzida, era de primordial importância.

## 2. Factores de desestabilização

A Cordoaria constituía uma peça de uma engrenagem muito alargada, que entroncava no Arsenal da Marinha, na Repartição do Ministério da Marinha e, conseqüentemente, no Estado. Assim, é natural que a situação estrutural e conjuntural do país se reflectisse directamente no decorrer dos seus negócios e interferisse com a sua organização interna. Factores que lhe eram aparentemente alheios, mas que contribuíam para desestabilizar o pautar ritmado e orgânico das várias oficinas.

A estes factores exógenos, que se prendem fundamentalmente com a situação política que o liberalismo português atravessou durante a administração Franzini, juntavam-se outros, os endógenos, internos e intrínsecos à decorrência da vida da manufactura... Uns e outros estiveram presentes no consciente do seu Inspector, que os percepcionou como elementos de interferência na prática discursiva do seu poder.

Durante o tempo de Franzini, o primeiro factor interno de desestabilização foi o enorme incêndio de 1826, que destruiu documentação, matérias primas, oficinas e provocou graves danos nos edifícios, cujas reparações levaram anos a efectuar.

Teve o incêndio «origem na miserável estupidez de um antigo operário, o qual necessitando de acender uma pequena fornalha para derreter o sebo (...) lembrou-se de tirar um tição da grande fornalha da caldeira do alcatrão, que continha dois ou três barris deste material incendiário, que se achava em ebulição, e julgando apagado o dito tição, o emergiu na caldeira para o embeber deste poderoso combustível (...) O contacto com a brasa, e o horrível incêndio do líquido foram obra de um instante (...) A violência do incêndio, que exercia os seus estragos em matérias eminentemente combustíveis, era ajudado por um forte vento de Oeste, que enfiava o edifício na direcção do seu comprimento, e por isso percorreu com incrível velocidade esta imensa distância, não se demorando mais de meia hora em atingir as duas extremidades...»<sup>89</sup>.

A importância que Franzini dá aos incêndios como factores que arruinam e perturbam a vida normal da manufactura é relevante. Não é apenas a extensão e a meticulosidade da notícia do incêndio de 1826<sup>90</sup> que sobressai. O fogo ou o perigo da sua eclosão consti-

---

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 18-2-1826.

<sup>90</sup> O documento em questão constitui um longo relato, não apenas do horroso espectáculo e suas conseqüências, enumerando-se as várias partes que foram destruídas pelo fogo, mas serve igualmente de pretexto para tecer vários comentários a propósito da situação da Cordoaria, dos seus zelosos e laboriosos operários, e da prontidão que deram provas, combatendo energicamente as chamas, evidenciando «incansável desvelo pela felicidade geral da Nação, que tem a ventura de viver debaixo do suave Império...».

tuem uma das maiores preocupações de Marino Miguel. Mais do que combatê-lo eficazmente, havia, acima de tudo, que prevenir e impedir a sua deflagração.

«O incêndio que se manifestou na madrugada do dia 25 de Outubro próximo [1828] no pátio contíguo à serralharia pertencente às obras da reedificação, e que felizmente logo foi extinto, me deixou contudo em grandes apreensões, e me tem excitado séria reflexão sobre todos os expedientes que podem precaver a repetição de tão funestas eventualidades, ou sejam acidentais, ou efeito da prever-sidade, a qual infelizmente é tão fértil em danados recursos, que é da prudência precavê-los, aplicando o preservativo antes do mal»<sup>91</sup>.

Reparemos que aliada à infelicidade dos incêndios, junta Franzini outras «funestas eventualidades» que englobavam os crimes cometidos dentro do Real Estabelecimento: roubos, contrabando, negligência produtiva ou descuidos que resultavam em ocorrências muito trágicas, como o incêndio de 1826.

Será bastante mais tarde quando da ocorrência de um incêndio em Lisboa, próximo do Arsenal da Marinha (1844)<sup>92</sup> que Franzini preconiza medidas modernas para prevenir e combater esses terríveis flagelos. A vista das chamas teve o nosso Inspector «oportunidade de fazer algumas reflexões a respeito da nossa total carência de um corpo adestrado nos exercícios e prática de atacar e extinguir incên-dias pois na realidade nenhuma instituição preventiva existe nesta capital, de tal natureza...»<sup>93</sup>.

Porém, os factores que directamente intervinham na normal decorrência administrativa da Cordoaria, não se saldavam apenas pelas funestas ocorrências incendiárias. Outros haviam, alheios à vida interna da fábrica que a perturbavam grandemente. Falamos dos condicionalismos políticos, que se repercutiam desestabilizado-ramente no sector produtivo da Cordoaria.

As invasões francesas constituíram o primeiro grande elemento perturbador; ocasionando o «desânimo da Marinha» e desarticulan-do-a<sup>94</sup>, recrutando os operários, desgastando o tesouro público, que ficou sem meios, a tal ponto que «foi necessário abandonar os tra-balhos desta Real Cordoaria, pois que os meios pecuniários se diri-giam todos a manter o Exército e a satisfazer as enormes despesas da guerra terrestre»<sup>95</sup>, recorda-nos Franzini.

---

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 3-11-1828.

<sup>92</sup> «Regressando ontem da Real Cordoaria pelas 3 horas da tarde, ao meu desembarque na Ribeira Nova, fui informado que no Largo do Pelou-rinho se achava ateado um grande incêndio que ameaçava devorar o quartei-rão ocidental daquele vasto recinto...» (*Idem, ibidem*, Cx. 185, doc. 21-7-1844).

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

<sup>94</sup> Especialmente pela ida, em massa, para o Brasil dos oficiais e Instituições.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 183, doc. 13-4-1824.

Se este acontecimento teve lugar num tempo anterior à sua administração, já o mesmo se não passa com as dissensões liberais. A guerra civil 1830-34 atingiu Franzini duplamente. De um lado, o governo absolutista, afastou-se das funções de Inspector, de outro, quando do seu regresso em 1833, os combates nas ruas de Lisboa repercutiram-se directamente no Estabelecimento.

Num relato de 1833, diz-nos que «logo que o inimigo se dirigiu sobre as linhas defensivas desta capital, julguei meu dever que sem perda de tempo devia transferir para o Arsenal Real da Marinha todos os géneros ali existentes, ou fossem manufacturados, ou já preparados para esse fim, assim como as máquinas transportáveis com as quais pudesse estabelecer dentro do recinto da cidade uma Cordoaria provisória, que continuasse com os trabalhos indispensáveis para o fornecimento dos navios armados»<sup>96</sup>.

Esta situação de excepção durou até à libertação de Lisboa, ou seja, até ao momento em que «pelos heróicos feitos do Exército Libertador o sobredito bairro de Belém ficou livre»<sup>97</sup>.

Porém, a Real Fábrica da Cordoaria ressentia-se de uma outra forma com os distúrbios políticos que o país foi conhecendo. Franzini, na sua *Proposta do Quadro da Real Cordoaria* (...), em 1854, explicita que «se posteriormente [a 1846] não continuou este lucro ascendente, foi devido aos nossos continuados distúrbios políticos, os quais exigiram a deslocação para o serviço militar dos melhores, e mais robustos operários, que continuaram a vencer pela féria da Cordoaria»<sup>98</sup>.

Como explicar esta dupla sangria de força humana (operários) e de recursos monetários (férias)? Julgamos que o problema reside no facto de o operário da Cordoaria ter um duplo estatuto: o de operário e o de funcionário público, adstricto aos quadros militares, que sempre que necessário era recrutado, ainda que o seu soldo continuasse a ser pago pela Cordoaria.

Fátima Bonifácio, que estudou o Arsenal da Marinha, sobre este assunto afirma que «O Arsenal Real da Marinha era uma manufactura do Estado. Os seus 2.000 - 2.500 operários-artesãos (incluindo a Cordoaria) eram além de, ou sobre o mais, funcionários públicos, ou seja indivíduos cujo destino profissional e pessoal, nas condições descritas se encontrava estreitamente associado às vicissitudes da política em geral e do Governo em particular (...) Mais: os operários-artesãos eram ainda, além de funcionários públicos, soldados e soldados duma natureza especial: investidos na defesa de

---

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 184, doc. 15-10-1833. A instalação de uma cordoaria provisória teve lugar na praia de Santos, no estabelecimento particular pertencente a João António de Almeida. Posteriormente foi Rafael dos Santos, proprietário de uma cordoaria na Rua da Junqueira que cedeu este espaço produtivo.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

<sup>98</sup> *Proposta do Quadro* (...), p. 4.

uma causa, incumbidos, pois, de uma missão eminentemente política, ao contrário da (pretensa) neutralidade de meros cumpridores dum serviço militar obrigatório...»<sup>99</sup>.

É neste duplo estatuto que entronca o problema que Franzini denomina as «consequências funestas dos distúrbios políticos». O papel e a função do soldado recai directamente sobre o operário do Estabelecimento do Estado. O cordoeiro ou tecelão, pelo facto de pertencerem aos quadros da Cordoaria, manufactura dependente do Arsenal da Marinha e portanto do Estado, têm obrigatoriamente de se alistar nos batalhões da cidade. A partir daqui, a dinâmica e o ritmo da vida da Cordoaria sofre tantas alterações quantos movimentos políticos ou militares Lisboa e o país conheceram.

Resultado? As oficinas chegam mesmo a parar, por falta de matérias primas, uma vez que existe uma drenagem dos cofres da Cordoaria para pagamento dos salários, sem que haja qualquer actividade produtiva, do que resulta inexistência de saldos positivos para o reapetrechamento da manufactura.

É neste entrelaçar de factores diversificados, que escapam à orientação ou vontade do Inspector, que residem algumas das causas do insucesso económico da Real Fábrica da Cordoaria. Duas forças, antagónicas e qualitativamente diferenciadas, defrontam-se; as directrizes do Inspector Marino Miguel Franzini e as perturbações inerentes à (re)instauração do liberalismo, enquanto modelo político de funcionamento e organização do país. Face a tão esmagadora força, os projectos e ideários de reformulação, reforma e desenvolvimento são periodicamente, e em períodos muito curtos, completamente anulados. Por outro lado, não esqueçamos que a ausência de autonomia financeira e económica da Cordoaria (tantas vezes defendida por Franzini, mas nunca possível de concretizar), fá-la sempre depender directamente, da situação geral dos orçamentos de Estado e da debilidade do Tesouro.

Houve, assim, muitos e variados factores que interferiram directa, ou indirectamente, na prática discursiva do poder do Inspector Franzini. Termos por eles deambulado levou-nos a entender a razão de parte dos insucessos que caracterizam a existência da Real Fábrica da Cordoaria, que o tempo da Regeneração, de 1850 não se

---

<sup>99</sup> FÁTIMA BONIFÁCIO, *Os Arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)*, in «Análise Social», vol. XVII (65), 1981 — 1.º, p. 57. Todavia, não compartilhamos da opinião de FÁTIMA BONIFÁCIO para o período que antecede a década de 30. A realidade soldado/operário não foi sempre homogénea. Até ao grande incêndio, mas também até a uma mudança de política global assinalada pela outorga da Carta Constitucional, o soldado existe como paradigma da Cordoaria, na medida em que é um elemento preferencial na admissão de novos operários, devido ao seu treino e à disciplina que o meio militar nele incutiu. Há uma relação de prestígio do exterior para o interior da Cordoaria, sem que esta seja consequentemente recíproca.

cansou de evidenciar, por diversas formas, culminando com o afastamento de Marino Miguel Franzini das funções que exercera durante 35 anos.

## B — MINISTRO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

As funções desempenhadas por Marino Miguel Franzini enquanto Ministro da Fazenda, em dois períodos curtos, e conotados como tempos de excepção e de crise<sup>100</sup>, permitem-nos architectar, a partir de textos burocráticos e legislativos<sup>101</sup> dois vectores. Um diz respeito à eficácia do poder; outro às capacidades e ideários de um homem de governo, no qual se busca discernir um possível universo de posicionamento face aos acontecimentos<sup>102</sup>.

Dois campos de observação se nos deparam: — 1847 e 1811. Em ambos prevalece o rigor discursivo de Marino Miguel, apesar de existirem desnivelamentos temáticos. Em ambos, porém, é comum o facto de Franzini ter de se inserir num colectivo, que tinha também as suas próprias directrizes nas quais o nosso «pivot» de observação se tinha de enquadrar.

Diferente é a riqueza e variedade de acções desenvolvidas após a Patuleia, quando confrontada com a aridez que o governo da Regeneração nos proporcionou. De qualquer modo, esse contraste insere-se num mesmo objectivo de trabalho, que é o de perscrutar Franzini, enquanto poder, no tempo curto e rápido de duas conjunturas do liberalismo português.

### I — 1847

Franzini integra-se numa equipa ministerial e com ela tem de entrar em linha de conta para a prática do seu ofício. Um colectivo, que tem algumas especificidades e objectivos, subordinado ao lema de que «haverá no Ministério um pensamento, e para execução deste uma só vontade»<sup>103</sup>. Como linha orientadora estava a obediência e

---

<sup>100</sup> Cfr. Com Parte II — «Itinerário Bio-Bibliográfico: Ministro 1847 e 1851».

<sup>101</sup> O percurso da interpretação da prática discursiva do poder fez-se, integralmente, a partir dos decretos, avisos e regulamentos publicados na parte oficial do *Diário do Governo*, que nos indiciavam o nome de Marino Miguel Franzini — Ministro dos Negócios da Fazenda.

<sup>102</sup> Não pretendemos estudar a época em si, mas apenas levantar alguns problemas que dizem respeito ao pensamento de Franzini e à sua prática discursiva. Para isso basta-nos compulsar os números do *Diário do Governo*, de 1847 e 1851, referentes ao período em que Franzini foi ministro.

<sup>103</sup> *Idem*, n.º 203, 28 de Agosto 1847, p. 811. É ainda reforçada que «a responsabilidade solidária para com a Rainha, para com as Câmaras, para com o País, respondendo todos os Ministérios pelos actos de cada um, como propriamente seus de cada um dos Ministérios».

cumprimento da Carta Constitucional; como profissão de fé «o inteiro esquecimento do passado e aproveitamento do mérito e aptidão onde quer que se encontrem»<sup>104</sup>.

Mas, o Ministério convocado após a guerra da Patuleia e após a Convenção do Gramido tinha dois objectivos prioritários a cumprir. Um, o de preparar a convocação de eleições<sup>105</sup>, o outro o de gerir os difíceis negócios do Estado.

Se se fazia pública declaração que «nenhum alto funcionário poderá ser nomeado, ou demitido sem prévia deliberação em Conselho de Ministros»<sup>106</sup>, fazia-se também proclamar que o «Ministério será incansável em fazer tomar contas a todos os que forem gerentes, depositários, ou administradores de dinheiros públicos, regular ou irregular; e promoverá para que se imponham as penas legais, no caso de roubo ou malversão»<sup>107</sup>.

Será bom aqui referir esquematicamente quais os grandes problemas que afectavam a conjuntura do verão de 1847: a dívida interna e externa, e a respectiva amortização; a imperiosa necessidade de revogar antigos decretos que prejudicavam a gestão política do momento; as vicissitudes por que havia passado a sociedade portuguesa desde a vitória liberal de 1834, bem assim como as imensas pressões nacionais e internacionais, a nível diplomático e financeiro<sup>108</sup>.

Oliveira Martins traça-nos o seguinte quadro: «... quando a guerra absorvia todos os recursos metálicos, e a desconfiança obrigava à tesourarização; quando os rendimentos do tesouro estavam esgotados, e os juros da dívida por pagar; quando o curso forçado das notas expulsava o ouro e lançava a desordem nos preços, pondo-os à mercê dos planos, caprichos ou interesses dos governantes; como e quem viria trazer-nos capitais móveis?»<sup>109</sup>.

O embróglio da situação centra-se fundamentalmente nos negócios inerentes à pasta da Fazenda. Era desse espaço de governação que se exigiam rápidas e prontas medidas, de modo a (re)estabelecer a *ordem e a liberdade*<sup>110</sup>, dois primados a privilegiar na época.

---

<sup>104</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>105</sup> A propósito, exprimia-se assim o grupo ministerial: «Sem procurar influir por meios directos, nem impôr nomes aos Eleitores; empregando somente pelos Ministérios das Autoridades Administrativas aqueles meios morais e honestos de persuasão, que possam concorrer para ilustrar e guiar uma boa escolha de deputados, no sentido da ordem, da legalidade, da manutenção do trono, da Rainha e das instituições constitucionais» (*Idem, ibidem*). Cfr. também *Idem*, n.º 209, 4 de Setembro 1847, p. 875.

<sup>106</sup> *Idem*, n.º 203, 28 de Agosto 1847, p. 811.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>108</sup> Cfr. *Idem*, n.º 216, 13 de Setembro 1847, p. 863 em que o contexto surge bem explicitado. Cfr. também, com o n.º 292, 10 de Dezembro 1847, p. 1167, onde o Governo faz um balanço das várias medidas tomadas para tentar equilibrar a situação e viabilizar o sistema liberal.

<sup>109</sup> OLIVEIRA MARTINS, *A Circulação Fiduciária (...)*, p. 126.

<sup>110</sup> Cfr. OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, pp. 139-164.

## 1. A situação de 1847

Se seguirmos de perto um dos textos feitos publicar por Franzini, após a sua primeira passagem pelo poder executivo, somos confrontados com o quadro geral em que se movimentou.

«Quando a administração a que tive a honra de pertencer começou no seu exercício, no dia 22 de Agosto passado, em uma das épocas mais difíceis por que tem passado a Monarquia, e apenas terminada a guerra civil que assolou o Reino, quando as mais distintas notabilidades se recusaram a lançar mão ao leme do Estado, a Repartição da Fazenda se achava no maior apuro, existindo naquele dia disponíveis no Tesouro a insignificante quantia de dois contos de réis para fazer frente a todas as despesas da Monarquia, às avultadas dívidas contraídas pelo exercício de operações, e às exigências de inumeráveis credores que apareciam de todos os lados reclamando auxílios e pagamentos»<sup>111</sup>.

Época difícil e dramática a que a sociedade portuguesa então atravessava e que, segundo a óptica de Franzini, tinha várias causas possíveis, e, todas conjugadas, precipitaram e agravaram a preclitante situação financeira. Para Franzini os sérios embaraços em que se encontrava o Tesouro resultavam de «vários males que se têm acumulado desde remotas épocas, e ultimamente pelos enormes sacrifícios de uma guerra sobremaneira dispendiosa»<sup>112</sup>, a que se devem acrescentar os numerosos decretos das autoridades ilegais<sup>113</sup>, que agravaram em muito a situação.

No entanto, por detrás do comércio paralisado que arruinava os rendimentos das Alfândegas, e das exigências da Agência financeira de Londres<sup>114</sup>, Franzini valoriza ainda, sob o ponto de vista negativo, a corrupção e mau trabalho dos funcionários da administração pública. A falta de cumprimento de algumas regras elementares da burocracia financeira leva-o ao exaspero, denunciando «que não há encerramentos, nem assinaturas algumas das operações diárias, acrescentando que desde o 1.º de Março próximo pretérito até ao presente

---

<sup>111</sup> M. M. FRANZINI, *Reflexões acerca dos prejuízos (...)*, p. 2.

<sup>112</sup> *Diário do Governo*, n.º 223, 21 de Setembro 1847; p. 891.

<sup>113</sup> No enunciado preambular que, de um modo geral, antecede todos os artigos legislativos, oriundos do Ministério dos Negócios da Fazenda, nota-se com especial evidência o dualismo discursivo entre «autoridades legítimas e ilegítimas». Decerto não será por acaso que Franzini propõe um minucioso inquérito a todas as autoridades que estejam relacionadas com a Fazenda. A legislação publicada a 30 de Novembro 1847, ao anunciar as 29 cláusulas de um inquérito a realizar, reflecte, exactamente, a preocupação de inquirir a área do ilegítimo (Cfr. *Diário do Governo*, n.º 283, 30 de Novembro 1847, p. 1131).

<sup>114</sup> Cfr. M. M. FRANZINI, *Reflexões acerca dos prejuízos (...)*, pp. 2-3, onde Franzini expõe, segundo o seu ponto de vista, os gravames financeiros da época em que foi Ministro.

se acha arbitrária e ilegalmente feita a escrituração do dito Livro [Livro do Tesouro]»<sup>115</sup>.

## 2. Combate à corrupção

Franzini ao chegar ao poder apercebe-se, ou certifica-se, de alguns dos escândalos existentes. Casos particulares, casos mais embrulhados que envolvem vários funcionários ou estruturas administrativas, mas todos olhados sob uma mesma perspectiva terapêutica: exterminá-los o mais depressa possível. Peguemos num dos muitos que nos são dados a conhecer através da leitura da parte oficial do *Diário do Governo*.

«Havendo repetidas representações, nas quais se afirma que na Tesouraria do Cofre Central do Distrito de Lisboa, se tem praticado notáveis irregularidades nos pagamentos às classes inactivas, aparecendo indivíduos de ambos os sexos que se antepõem aos portadores de recibos próprios, dificultando-lhes a aproximação ao Pagador, a fim de obrigar a negociar sobre os mesmos recibos e pagamentos, asseverando-se igualmente que alguns credores têm sido obrigados a receber maiores quantias em notas do Banco de Lisboa, do que as estabelecidas por Lei: Manda S.M. a Rainha, pelo Ministro da Fazenda que o Governo Civil do dito Distrito, tomando conhecimento das referidas arguições, empregue desde já, no caso de se verificarem, todos os meios ao seu alcance, tendentes a impedi-las; e outro sim, ordena S. M. que o mesmo Governador Civil dê as ordens convenientes a fim de que nos sobreditos pagamentos se tenha para com as Senhoras pensionistas, especial atenção, que lhes é devida, bem como para que nos dias anunciados para pagamento, em que por falta de fundos este se não possa efectuar, assim se faça constar por Edital afixado na porta da mesma Tesouraria.

Paço das Necessidades, 16 de Novembro de 1847  
Marino Miguel Franzini»<sup>116</sup>.

Primeiramente, notifiquemos a fraude denunciada, fraude que prejudica evidentemente o Estado, mas também, de um modo directo, as «classes inactivas». Em segundo, assinalem-se as medidas decretadas: «o governador civil de Lisboa deve providenciar, *com todas as medidas ao seu alcance*, tomar precauções especiais nos dias de pagamento».

Se este caso se pode considerar particular, decerto o das Alfândegas tomou foros de primazia no ideário de preocupações de Marino

<sup>115</sup> *Diário do Governo*, n.º 247, 19 de Outubro 1847, p. 987.

<sup>116</sup> *Idem*, n.º 272, 17 de Novembro 1847, p. 1087.

Miguel, porque daí advinham importantes e imprescindíveis fontes de rendimento. Ora, é especialmente a Alfândega das Sete Casas que se encontra a lesar grandemente a Fazenda pública devido «ao escandaloso contrabando praticado desenfreadamente pela mais irrepreensível imoralidade, o qual defraudando o Estado dos seus legítimos rendimentos (...) prejudica igualmente as lícitas transacções comerciais e os contractos feitos ao abrigo das leis»<sup>117</sup>.

Face a esta situação impunham-se tomar medidas enérgicas. Para o saneamento dos escândalos e abusos cometidos, pede o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda a máxima colaboração dos governadores civis de todos os distritos para que «o governador civil *empregue e faça empregar a mais cuidadosa vigilância* para que as administrações do concelho sob a sua responsabilidade e dos Escrivãos respectivos, quando mensalmente examinarem, como lhes cumpre, o estado de responsabilidade dos Recebedores»<sup>118</sup>.

Mas, esta dupla acção dos governadores civis — vigiar e punir, tinha de ser complementada por outras medidas gerais. E Franzini não hesitou, nem se cansou em legislar sobre o assunto. Para que em cada conselho se possa examinar e saber ao certo o estado de arrecadação, fiscalização e contabilidade dos seus rendimentos, é nomeado um Visitador — Fernando António Ribeiro dos Santos<sup>119</sup>, homem da máxima confiança que fica incumbido de tudo controlar e examinar, zelando, cofre a cofre, dos interesses da fazenda pública. Contudo, tinha de haver sempre alguém que mexesse materialmente no metal sonante, ou lidasse com as Notas ou Títulos do Tesouro. Para evitar desvios de comportamento, Franzini decidiu, aliás uma das suas primeiras iniciativas, decretar que os Exactores da Fazenda só podiam desempenhar essas funções desde que tivessem prestado provas de fiança, que consistiam no depósito de uma determinada quantia, à disposição do Estado<sup>120</sup>.

Pretendemos ver neste primeiro conjunto de medidas uma das facetas da terapêutica de saneamento financeiro do nosso Ministro da Fazenda de 1847. No entanto, outros polos de atenção tinham de coexistir, para conjuntamente se articularem e poderem funcionar.

---

<sup>117</sup> *Idem*, n.º 228, 27 de Setembro 1847, p. 911.

<sup>118</sup> *Idem*, n.º 223, 21 de Setembro 1847, p. 891.

<sup>119</sup> Cfr. *Idem*, n.º 229, 28 de Setembro 1847, p. 915. Sobre o controle dos diferentes locais, cfr. n.º 239, 9 de Outubro 1847, p. 931. «Havendo veementes suspeitas de que no Cofre central do distrito de Braga existem por satisfazer diversas ordens de pagamento (...) Houve S. Magestade por bem determinar que um Empregado da Fazenda passe imediatamente a examinar o estado do sobredito cofre...». Cfr. também o n.º 241, 12 de Outubro 1827, p. 963, em que Franzini faz estender esta fiscalidade também às ilhas, «para aí examinar o estado de administração, arrecadação e fiscalização dos rendimentos públicos».

<sup>120</sup> *Idem*, n.º 205, 31 de Agosto 1847, p. 819.

Falamos do outro ângulo da prática discursiva do poder, que diz respeito às fontes de rendimento do Estado.

### 3. *Os recursos financeiros*

Face à situação criada pelos sucessivos eventos políticos, o Tesouro do Estado liberal encontrava-se depauperizado. Para o revitalizar Franzini dirigiu a sua acção para três frentes distintas: a arrecadação de velhos impostos atrasados, e a criação de mais alguns; a supressão de numerosos cargos públicos; o recurso a mais um empréstimo. Dêmos um pouco de atenção a cada uma destas linhas de orientação.

Logo no início da sua actuação Franzini toma contacto com os atrasos existentes no pagamento dos impostos<sup>121</sup>, nomeadamente as décimas, «sucendendo serem muito avultadas as somas de conhecimento de décimas e impostos anexos, que assim existem nas Administrações dos Bairros de Lisboa, com gravíssimo prejuízo para a fazenda nacional»<sup>122</sup>. Não admira, pois, que o Tribunal do Tesouro Público seja incumbido de dar todas as providências necessárias para fazer cessar estes abusos, «usando todas as medidas que estiverem nas suas atribuições, bem assim como as que não estiverem»<sup>123</sup>.

Quanto ao recebimento efectivo das importâncias devem, mais uma vez, os governadores civis activar os mecanismos punitivos necessários a obrigar os devedores a saldarem as suas dívidas<sup>124</sup>. Simultaneamente, por Portaria de 9 de Novembro de 1847, são esses mesmos devedores avisados que serão coagidos a pagar, e para evitar desmandos e abusos, decide a Rainha, por intermédio do Ministro da Fazenda, o seguinte:

- 1.º Que se fixe um prazo que não exceda três meses para que todos os devedores fiscais paguem as suas dívidas.
- 2.º Este prazo será imprerrogável.
- 3.º As autoridades administrativas e judiciais devem tomar todas as medidas para obrigar a pagar<sup>125</sup>.

---

<sup>121</sup> Com data de 30 de Agosto de 1847, Franzini promulga um inquérito às repartições públicas onde procura saber: 1 — o estado de atraso em que se encontram os impostos directos e indirectos; 2 — as dificuldades existentes para os receber; 3 — montante das importâncias a receber e quais as extraviadas pelas «autoridades ilegais» (*Idem*, n.º 205, 31 de Agosto 1847, p. 819).

<sup>122</sup> *Idem*, n.º 230, 29 de Setembro 1847, p. 919.

<sup>123</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>124</sup> Cfr. com a Circular enviada a todos os governadores civis dos distritos do continente (*Idem*, n.º 258, 1 de Novembro 1847, p. 1031).

<sup>125</sup> Cfr. *Idem*, n.º 267, 11 de Novembro 1847, p. 1067. Como complemento desta série de medidas o *Diário do Governo*, n.º 276, 22 de Novembro 1847, p. 1103, publica o horário em que se devem receber do público os impostos atrasados.

Dentro dos novos impostos, criados no sentido de implementar os recursos financeiros do país, incluímos as novas taxas alfandegárias aplicadas ao açúcar, importado das possessões estrangeiras, que passam a pagar o «direito de entrada de cento e oitenta e cinco réis por arroba»<sup>126</sup>. Também os direitos sobre o cimento romano ou areia denominada Pozzolana, que os Directores da Companhia dos Canais da Azambuja mandam vir de Itália, passam a estar sujeitos a novas taxas alfandegárias<sup>127</sup>.

Se estas revisões pontuais da Pauta Aduaneira podiam trazer um pequeno contributo para o Tesouro, o mesmo não se passa com as revisões dos Contratos de arrematações, que sofrem grandes modificações, sob o impulso de Franzini.

Se o subsídio literário do distrito de Bragança teve um lance de mais um terço, por parte de João Jacinto Sá Lima, há que aceitá-lo imediatamente<sup>128</sup>; do mesmo modo, estão em praça, à espera de nova e mais proveitosa arrematação, os direitos que se cobram na Alfândega das Sete Casas<sup>129</sup>.

Medidas à primeira vista particulares e isoladas, mas que se inserem numa visão mais ampla e alargada, em que a redução drástica de despesas, à custa das exonerações, tinha um lugar de destaque.

A partir da situação real do país, justifica-se «que em todas as verbas da despesa pública se efectuem as reduções possíveis; e não permitindo os escassos recursos do Tesouro que as quotas dos Tesoureiros Pagadores dos diversos distritos continuem a ser reguladas pelo disposto no Decreto 12 de Dezembro 1842 (...) hei por bem exonerá-los»<sup>130</sup>.

Também os funcionários das Alfândegas vão ser alvo de atenções cuidadas, e redobradas, como uma Circular, enviada a todos os Directores de Alfândegas do país, nos permite antever:

«Manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que o Director do Círculo das Alfândegas (...) remeta sem perda de tempo (...) uma relação nominal dos Empregados tanto internos como externos das Alfândegas da sua jurisdição, com declaração dos ordenados que percebem, datas das respectivas nomeações e emolumentos que percebem, por quem foram feitas, se estão legalmente confirmadas em virtude de diplomas expedidos por esta Secretaria de Estado, e tudo o mais que lhe sugerir o seu zelo *quanto à possibilidade de poder suprimir-se qualquer lugar das ditas Alfândegas*»<sup>131</sup>.

---

<sup>126</sup> *Idem*, n.º 272, 17 de Novembro 1847, p. 1087.

<sup>127</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>128</sup> *Idem*, n.º 219, 16 de Setembro 1847, p. 875.

<sup>129</sup> *Idem*, n.º 235, 5 de Outubro 1847, p. 939.

<sup>130</sup> *Idem*, n.º 209, 4 de Setembro 1847, p. 835.

<sup>131</sup> *Idem*, n.º 202, 27 de Agosto 1847, p. 807. (Sublinhado nosso).

A partir de um inquérito desta índole, justificavam-se as supressões de lugares públicos, fundamentalmente por dois motivos: economizar os fundos públicos e medidas de anti-corrupção, ou seja proceder ao saneamento de funcionários que tivessem agido, por exemplo, de acordo com os interesses das autoridades «ilegítimas»<sup>132</sup>.

Não será pois de estranhar que, à medida que voltamos as páginas do *Diário do Governo*, vamos topando com várias supressões de lugares, tidos como desnecessários, das quais resulta uma dupla utilidade: grande economia para o Estado e inexistência de prejuízos para o serviço.

Confrontando os sectores expurgados, não restam dúvidas que foram as Alfândegas que mais supressões conheceram. Num mesmo dia foram considerados desnecessários o lugar de sub-director da Alfândega de Castelo Branco, o de Tesoureiro da Alfândega de Portalegre, os Porteiros das Alfândegas de Montalvão, Castelo de Vide e Portalegre<sup>133</sup>, de que resultou a economia de 950.200 réis por ano, só com estas modificações.

Numa terceira dimensão, complementar a esta sucessão de medidas tendentes a suprir as deficiências do Tesoureiro, enquadrámos as conversações havidas entre Franzini, como representante do Governo, e os Directores do Banco de Portugal, Negociantes e representantes da Junta do Crédito Público, no sentido de negociar mais um empréstimo público, e viabilizar o pagamento dos juros dos empréstimos já anteriormente efectuados.

É por aqui que passa todo o complicado sistema fiduciário, a desvalorização das Notas do Banco de Portugal, os Rebatedores e os possuidores de Cédulas. O remédio reside, segundo Franzini, em estabelecer uma equiparação entre o papel moeda e a moeda metal, ou seja todas «as notas do Banco de Portugal devem ser recebidas e consideradas como dinheiro metal em todas as repartições da Fazenda Pública»<sup>134</sup>.

Tratava-se acima de tudo, de garantir a boa imagem do Estado, que apesar de ter contraído pesadas dívidas, internas e externas, não estaria interessado em inviabilizar essa potencial saída. A dívida pública constituía uma peça orgânica do funcionamento do Estado

---

<sup>132</sup> Considerando-se desnecessário e prejudicial o cargo, supre-se a função e decreta-se que «Constando por informação do Conselheiro Director da Alfândega do Porto, e do Director das Alfândegas do Circulo de Almeida, que o registo de Figueira de Castelo Rodrigo, dependente da Alfândega de Vilar Tropim, longe de servir para a fiscalização dos interesses da Fazenda Pública, dá lugar, pela situação que se acha, ao extravio de direitos; hei por bem suprimir o mencionado Registo, de cuja extinção resulta a economia de cento dezoito mil e quatrocentos réis anuais, até que as Cortes resolvam definitivamente sobre este assunto» (*Idem*, n.º 285, 2 de Dezembro 1847, p. 1139).

<sup>133</sup> *Idem*, n.º 233, 2 de Outubro 1847, p. 931.

<sup>134</sup> *Idem*, n.º 109, 4 de Setembro 1847, p. 835.

liberal, que Franzini jamais pusera em causa, mas que tinha de ser usada e tratada com a máxima acuidade, de modo a não comprometer a sua viabilidade e (sobre)vivência<sup>135</sup>, sabendo simultaneamente aproveitar as vantagens práticas desses valores do Estado, que constituem um salutar instrumento de circulação. A este propósito escreverá, mais tarde, Franzini:

«Esta saudável providência da administração de que fiz parte, foi, a meu ver, o maior serviço que ela prestou ao país, e da qual resultou ao Tesouro a emancipação do férreo jugo da agiotagem dos devedores à fazenda pública, que lucravam somas enormes com o progressivo aumento do ágio, aniquilando os desgraçados credores do Estado»<sup>136</sup>.

#### 4. Os pagamentos

Foi nestes «desgraçados credores do Estado» que recaiu também a acção do Ministro Marino Miguel, que pugnou junto da Junta do Crédito Público pelo pagamento dos juros da dívida interna consolidada.

Começam-se pelos juros referentes ao segundo semestre de 1846, «o que não oferecendo maior inconveniente<sup>137</sup> produzirá a duplicada vantagem de aumentar o valor de tais títulos — e melhorar a situação de grande número de famílias, que pela falta de outros meios para a sua subsistência, além dos provenientes dos ditos juros, se acham experimentando mui grandes privações (...) e alterar quanto possível as justas reclamações dos possuidores dos títulos da dívida interna»<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> «En fait — et c'est là l'essentiel — la constitution de dettes publiques ressemble plus à une recette de gouvernement — plus dangereuse même que l'expédient antique qui résidait dans la thésaurisation — qu'à une mesure raisonné. Or les effets de l'expédient doivent être mesurés à la causalité morale qui s'applique à la nécessité d'une situation donnée; accuser directement la nécessité, c'est effectuer un déplacement de la cause; en d'autres termes, si l'abus de la dette publique risque d'entraîner une crise politique et sociale grave, le remède réside dans un changement d'état d'esprit, dans la volonté de rompre avec certains habitudes de gestion. S'il peut sembler commode à un individu de contracter des dettes qu'il léguera à sa postérité, le même procédé utilisé à l'échelon national engendre à long term des conséquences autrement plus désastreuses qui ont nom pauvreté, impuissance, soumission aux nations étrangères et qui devraient amener à faire réfléchir sur le sens de la responsabilité chez les hommes d'État» (DIDIER DELEULE, *Hume et la naissance du libéralisme économique*, Paris, ed. Aubier, 1974, pp. 192-293).

<sup>136</sup> M. M. FRANZINI, *Reflexões (...)*, p. 4.

<sup>137</sup> Existia, no momento, nos cofres da Junta quantias necessárias para este pagamento, dinheiros vindos da Alfândega Grande de Lisboa, e do rendimento do Contracto do Tabaco, Sabão e Pólvora.

<sup>138</sup> *Diário do Governo*, n.º 251, 23 de Outubro 1847, p. 1003.

Nesta tomada de posição vai Franzini manter-se implacável, o que originará um conflito entre dois poderes institucionalizados: o Ministro da Fazenda e a Junta do Crédito Público, em que cada um expõe os seus motivos e razões.

A Junta queixa-se que a sua situação piora de dia para dia, e que embora não deseje aumentar os embaraços do Governo, não pode deixar de alertar o Ministro da Fazenda para os pagamentos que tem de efectuar à Casa de Baring, e à Companhia de Londres, para não se desacreditar completamente <sup>139</sup>.

Se o pagamento dos juros da dívida consolidada foi a primeira a suscitar atenções, logo foi seguido pela legislação referente ao pagamento das classes activas e inactivas que tinham os seus vencimentos em atraso.

«Illmo e Exmo Senhor Governador Civil, tendo o Governo resolvido:

1.º Que todos os vencimentos das diversas classes activas, e das classes inactivas de consideração que se acham em atraso, e pague desde já metade da sua importância, relativa ao mês último.

2.º Que pela outra metade se entreguem aos interessados as competentes cédulas, deduzindo-se dessa metade a décima e 5% adicionais (...).

3.º Que se pague simultaneamente às mesmas classes o mês de Março antecedente (...).

4.º Que se proceda nesta conformidade a respeito das ditas classes em relação aos demais meses atrasados.

5.º Que esta medida seja extensiva a todos os Distritos do Reino, e para se levarem a efeito as inclinadas resoluções, com brevidade que exigem as apuradíssimas circunstâncias em que estão muitos indivíduos daquelas classes (...)» <sup>140</sup>.

Digamos que foi o despoletar para a saída de uma quantidade de ordens de pagamento, referentes a variadas classes activas, dependentes do Estado. Se por um lado se pretendia restaurar a boa imagem do Estado acudindo às carências do seu pesado fardo humano — funcionalismo — por outro, talvez se receasse que grandes e tormentosas agitações ou movimentações pudessem advir de tão generalizado descontentamento.

---

<sup>139</sup> Cfr. *Idem*, n.º 254, 27 de Outubro 1847, p. 1015, onde se inclui também a resposta de Franzini, em que este acentua as agruras por que o país passou. «Mas aconteceu já reconstruir-se um edificio com a mesma rapidez com que se desmorona? Tem já decorrido o tempo necessário para sarar os profundos golpes causados pela guerra civil? É possível remediar em dias erros cometidos durante um longo espaço de anos?».

<sup>140</sup> *Idem*, n.º 261, 4 de Novembro 1847, p. 1043.

As grandes linhas directrizes do novo governo, após a Regeneração de 1851 vêm gizadas na Proclamação que é lida à população de Lisboa:

«Habitantes de Lisboa! S. M. a Rainha, nomeando o Marechal do Exército, Duque de Saldanha, chefe da Administração que tem de governar e regenerar o país, adoptou sincera e cordialmente o movimento nacional que acaba de completar-se (...).

Ninguém de boa fé pode conservar dúvidas ou receios, quando todas as forças materiais e morais do país estão nas próprias mãos, de quem mais interessado é em manter a ordem das coisas proclamadas. Sossegai, pois, e não nos deixeis fazer instrumentos das intrigas, e das ambições dos mal intencionados, que pretendem abusar do vosso amor pela liberdade, e do vosso entusiasmo pela causa da Pátria.

Os actuais ministros não podem, nem devem, fazer mais do que *manter a ordem*, e a segurança pública, e têm instantaneamente rogado, e ansiosamente esperam a vinda do Presidente do Conselho, a quem definitivamente compete organizar o gabinete, e prover a tudo, o que o país reclama»<sup>141</sup>.

Nestes propósitos podemos distinguir claramente o veemente desejo de impor e manter a ordem, regenerar as forças materiais e morais do país, e preparar a realização de novas eleições, uma vez que as Cortes existentes haviam sido suspensas<sup>142</sup>.

Nas primeiras medidas legislativas, colectivas, deparamos ainda com outras preocupações, nomeadamente o descontentamento dos possuidores de Acções do Fundo de Amortização<sup>143</sup>, a regulamentação dos Actos Finais nas Escolas de Ensino Superior<sup>144</sup> ou as medidas tendentes a preservar e manter a liberdade de imprensa, uma vez que «a liberdade é um direito sacretíssimo, solenemente declarado no Código Político»<sup>145</sup>. Manter a ordem, a liberdade e a paz, propósitos desta nova etapa da Regeneração do país tinham, no entanto, que passar pelos difíceis meandros das finanças públicas. Assim, escrevia a equipa ministerial de 1851:

«Sendo de reconhecida conveniência, e utilidade pública, proceder quanto antes aos trabalhos necessários para examinar e conhecer com a exactidão possível, o estado em que se acha a Fazenda Pública, sejam de que natureza forem, os recursos que existem para

<sup>141</sup> *Idem*, n.º 104, 5 de Maio 1851, p. 515.

<sup>142</sup> Cfr. *Idem*, n.º 122, 26 de Maio 1851, p. 587.

<sup>143</sup> Cfr. *Idem*, n.º 110, 12 de Maio 1851, p. 539.

<sup>144</sup> Cfr. *Idem*, n.º 120, 23 de Maio 1851, p. 579.

<sup>145</sup> *Idem*, n.º 120, 23 de Maio 1851, p. 579.

lhes fazer face, e as fontes de que provêm, a fim de que o País e as Cortes que proximamente vão reunir-se possam ser esclarecidos e informados, e ter inteiro cumprimento de tão importante objecto (...) e sendo indispensável que estes contractos sejam cometidos a pessoas que pela sua inteligência, zelo e probidade assegurem o seu cabal desempenho»<sup>146</sup>.

É à luz destes pressupostos, e sob o desígnio da competência e do rigor, que enquadramos a curta, e rápida, acção governativa do Ministro da Fazenda Marino Miguel Franzini. Nela deparamos com dois vectores distintos: um, que diz respeito ao suporte humano das instituições, e que consistiu no movimento de exonerações e nomeações para proceder a um saneamento básico da Fazenda, no novo tempo da Regeneração. O outro, tem a ver com os mecanismos institucionais despoletados para receber os rendimentos do Tesouro Público, ou seja os fundos de que tanto carecia a fazenda nacional.

Qual, ou quais, os critérios para exonerar e nomear? Para efectuar o primeiro tipo de despacho, mandava o Ministro da Fazenda realizar um inquérito à competência e honestidade dos funcionários dependentes do seu Ministério; se os resultados não fossem satisfatórios, seguir-se-ia inevitavelmente a demissão<sup>147</sup>.

O caminho inverso a esta primeira fase, consistia nas nomeações de novos homens, acima de qualquer suspeita, e que tivessem já dado provas do seu zelo e competência. Em suma, trata-se de averiguar o «curriculum-vitae» dos possíveis candidatos, antes de serem nomeados.

Olhemos, a título simbólico, o perfil do novo Director das Alfândegas do Círculo de Elvas:

«Atendendo aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa do Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, José Maria Tavares Trigueiros, um dos opositores ao lugar de Director das Alfândegas do Círculo de Elvas, que no respectivo concurso apresentou maiores habilitações literárias, tendo igualmente prática do serviço público, por haver já servido nos cargos de Administrador dos Concelhos de Aldeia Galega do Ribatejo e Alcácer do Sal; e tendo em vista as boas informações que me foram presentes acerca do seu comportamento moral e civil: hei por bem, por todos estes motivos, conceder-lhe a serventia vitalícia do sobredito lugar de Director das Alfândegas do Círculo de Elvas»<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> *Idem*, n.º 125, 29 de Maio 1851, p. 599.

<sup>147</sup> Cfr. *Idem*, n.º 144, 21 de Junho 1851, p. 675. Por exemplo, o Director da Alfândega de Évora foi «exonerado por desleixo, descuido e contrabando», bem assim como o Director da Alfândega da Horta, acusado de «crime de prevaricação, descaminho de fundos públicos, falsidade e abuso do seu emprego» (*Idem*, n.º 128, 3 de Junho 1851, p. 615).

<sup>148</sup> *Idem*, n.º 148, 26 de Junho 1851, p. 695.

Mas, a selecção de pessoas não bastava para minorar a situação das finanças; havia igualmente que mexer, abanar ou desencadear mecanismos novos nas estruturas institucionais existentes, para que a fluidez dos rendimentos da Fazenda se efectuasse mais rapidamente e com maior caudal.

Podemos dizer que Franzini inaugurou o seu discurso de poder com uma ordem de arrecadação de rendimentos: «O Delegado do Tesouro do Distrito deve entregar ao Agente do Banco de Portugal os rendimentos do referido fundo que existem em cofre e os que daí em diante se arrecadarem»<sup>149</sup>.

De igual modo, devem cessar as entregas de dinheiro que se faziam à Junta do Crédito Público, pertencentes ao Fundo de Amortização, para passarem a ser recolhidas pelos agentes do Banco de Portugal<sup>150</sup>.

E para que nada seja deixado ao acaso, o Ministro da Fazenda recomenda a todos os Recebedores e Escrivães da Fazenda «a maior actividade nas diligências que forem necessárias para fazer entrar nos respectivos cofres as contribuições que se achavam em atraso»<sup>151</sup>.

Reiterado todo o apoio à Junta do Crédito Público<sup>152</sup>, decide-se que havia que arranjar diferentes modos de a dotar<sup>153</sup>, porque ela constituía, digamos, a pedra angular das finanças portuguesas, segundo a óptica de Franzini.

Perante tão enormes esforços, qual o panorama que o país oferece ao olhar incisivo de Marino Miguel? Seguindo a sua pena ministerial, podemos afirmar que a situação estava longe de ser animadora; bem pelo contrário. Vejamos porquê.

«Direcção Geral da Tesouraria:

Illmo e Exmo Senhor: Consta neste Ministério que apesar de todas as diligências que têm sido feitas para activar a cobrança das contribuições do Tesouro, no concelho de Montemor-o-Novo, a dívida tem aumentado (...)

E acontece isto ao mesmo tempo que nos demais concelhos do Distrito de Évora a arrecadação se acha em estado regular.

Um semelhante facto, sobre cuja existência não pode haver a menor dúvida, exige a providência que (...) para fazer cessar o grande

---

<sup>149</sup> *Idem*, n.º 112, 14 de Maio 1851, p. 547.

<sup>150</sup> *Idem*, n.º 113, 15 de Maio 1851, p. 561.

<sup>151</sup> *Idem*, n.º 125, 29 de Maio 1851, p. 599.

<sup>152</sup> «O Governo tem muito a peito a regularidade dos pagamentos à Junta do Crédito Público, empregará todos os meios para fazer cumprir a Lei sobre tão importante objecto e se reserva adoptar as providências que forem mais proficuas para fazer entrar nos cofres da Junta a soma dos rendimentos que lhe pertence, e desde já recomendar a maior regularidade na remessa das tabelas de que a Junta carece...» (*Idem*, n.º 127, 31 de Maio, 1851, p. 607).

<sup>153</sup> Cfr. *Idem*, n.º 131, 5 de Junho 1851, p. 623.

escândalo, que ele motiva, de que resultam os mais graves inconvenientes não só para o Tesouro, pela falta de fundos que proveriam desta cobrança, se se fizesse como devia, com os quais o Governo poderia pagar despesas de dívidas, que cada dia se lhes torna mais difícil solver, e que afinal virão a pagar por meio de execuções, o que muito convém evitar»<sup>154</sup>.

Face a tão gravosos desmandos é necessário punir os faltosos e estabelecer um controle cerrado para impedir a perpetuação do crime que dava pelo nome de contrabando<sup>155</sup>, e que tanto perturbava a normal vida das Alfândegas. Era daqui que continuavam ainda a vir boa parte dos rendimentos públicos, ainda que tenuamente se ensaiassem outras fórmulas alternativas. Estamos a referirmo-nos às «Condições para a arrematação do Contrato das Minas de Pedra de Buarcos e São Pedro da Cova»<sup>156</sup>, bem assim como às negociações de um novo Contrato para os proprietários da administração da Marinha do Sado<sup>157</sup>.

Talvez um sinal de uma viragem a efectuar nos recursos financeiros do Estado; uma possível mudança para os recursos naturais, e deixar a exclusividade, ou pelo menos a maioria dos rendimentos, da esfera comercial... Talvez, também, uma plausível relação entre o Franzini de olhar científico, estatístico e inventariador das potencialidades do país, com o magistério, ainda que curto, do exercício do poder, ao serviço das finanças de um Estado liberal, «regenerado».

---

<sup>154</sup> *Idem*, n.º 134, 9 de Junho 1851, p. 635.

<sup>155</sup> Cfr. *Idem*, n.º 138, 13 de Junho 1851, p. 651, bem assim como todos os números do mês de Julho de 1851, em que a atenção de Franzini recaiu fundamentalmente sobre as Alfândegas, maiores e menores, e às reformas que lhe são necessárias. Neste período a atenção de Franzini incidiu igualmente nos pagamentos aos funcionários. «Não sendo conforme com os princípios de justiça distributiva que os Empregados da Alfândega das Sete Casas, com exercício nos Registos do Termo, estejam sofrendo um considerável atraso no pagamento dos seus vencimentos, quando os da fiscalização da dita Alfândega que funcionam às Portas da cidade e no Registo de Cacilhas são pagos em dia, acrescentando a favor dos primeiros que o serviço por eles prestado não é menos laborioso nem de menor importância» (*Idem*, n.º 182, 6 de Agosto 1851, p. 835).

<sup>156</sup> Cfr. *Idem*, n.º 176, 29 de Julho 1851, p. 807.

<sup>157</sup> Cfr. *Idem*, n.º 181, 4 de Agosto 1851, p. 827.



## PARTE V

### FRANZINI: UM DISCURSO CIENTÍFICO

#### I — O DISCURSO

Abordar o discurso científico de um homem como Franzini, que teve um conjunto de funções tão diversificado, não foi tarefa fácil. Conhecíamos os compartimentos do saber científico, nos quais as preocupações de Marino Miguel Franzini haviam pairado; conhecíamos igualmente as cambiantes culturais que contribuíram para a sua formação científica<sup>1</sup>. Havia, então, que optar por uma metodologia de abordagem que nos fornecesse hipóteses, ou pistas, para podermos completar o quadro de caracterização do seu pensamento.

Arredámos a possibilidade de efectuar a história da ciência, ou das ciências, em Portugal, segundo os moldes tradicionais<sup>2</sup>. Assim, sobrevalorizámos outras vias de análise. Em primeiro lugar, privilegiámos o binómio CIÊNCIA/HISTÓRIA, a partir do qual ensaiámos levantar algumas estruturas significativas, que pertenciam ao domínio restrito da ciência, mas que podiam adquirir novos significados, apu-

---

<sup>1</sup> Cfr. Parte I deste trabalho onde abordamos de um modo particular estes problemas.

<sup>2</sup> Apesar do mérito que reconhecemos às grandes obras que habitualmente etiquetamos por história da ciência, procurámos deliberadamente afastarmo-nos do processo de abordagem utilizado, por exemplo, na *Histoire Générale des Sciences* (direction de RENÉ TATON), 3 vols., Paris, ed. P.U.F., 1964-69, ou *A History of Technology*, 5 vols., Oxford, ed. Oxford U. Press, 1957 e seguintes, ou ainda *Histoire Générale des Techniques* (direction de MAURICE DAUMAS), 3 vols., Paris, ed. P.U.F., 1962-68. Contudo, temos de salientar que estas obras gerais nos foram extremamente úteis, uma vez que nos forneceram alguns conhecimentos intrínsecos, graças aos quais nos foi possível tentar a desmontagem do discurso científico.

rando-se também algumas tonalidades epistemológicas, quando confrontadas com referentes oriundos do tempo histórico.

Uma época, ou período da ciência, comporta sempre uma importante carga historicista — *Ciência-Tempo-Lugar*, uma cadeia a não perder de vista, para podermos aproveitar um discurso científico<sup>3</sup>.

«Para apreender a *mutação do discurso*, quando esta se produziu é, sem dúvida, necessário interrogar outra coisa que não os conteúdos temáticos, ou modalidades lógicas, e dirigir-se à região em que as «coisas» e as «palavras» ainda não se separaram, onde ao nível da linguagem, modo de ver e modo de dizer ainda se pertencem»<sup>4</sup>.

Significa isto que a leitura e desmontagem dos textos terá que passar por uma micro-análise, em que o pequeno pormenor, o signo usado e a linguagem empregue assumem foros de primazia. Dêmos atenção a uma passagem de Franzini, onde julgamos poder detectar a tal região do saber, onde as «coisas» e as «palavras» se encontram ainda unidas<sup>5</sup>.

«A imaginação se *assombra* à vista de tão espantosos *prodígios*, e não pode deixar de se *maravilhar* que um ente tão *frágil* como o homem, se atrevesse a medir aqueles enormes espaços, e a descobrir muitas das leis que regem com *maravilhosa harmonia*, os movimentos de tão *monstruosos* corpos»<sup>6</sup>.

Não podemos ficar indiferentes aos adjectivos e substantivos usados para caracterizar as potencialidades do homem, através da ciência, para conhecer o Universo. Uma preocupação que evidencia quão pouco generalizado e usual estariam estas Reflexões, ideia que nos é confirmada quando, mais à frente, nos é dito que «são infundados os receios de que um cometa possa encontrar a Terra no seu caminho, despedaçá-la ou reduzi-la à desgraçada condição de satélite, arrastando-a a distâncias enormes em que ficaria privada da benéfica luz e calor do sol...»<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Cfr. GEORGES GUSDORF, *Les Sciences Humaines et la pensée occidentale I — de l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*, Paris, ed. Payot, 1977, pp. 197 e seguintes.

<sup>4</sup> MICHEL FOUCAULT, *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro, ed. Forense, 1977, p. IX (sublinhado nosso).

<sup>5</sup> Cfr. MICHEL FOUCAULT, *Les Mots et les Choses, une archéologie des sciences humaines*, Paris, ed. Gallimard, 1966; «les codes fondamentaux d'une culture — ceux qui régissent son langage, ses schémas perceptifs, ses échanges, ses techniques, ses valeurs, la hiérarchie de ses pratiques — fixent d'entrée de jeu pour chaque homme les ordres empiriques auxquels il aura affaire et dans lesquels il se retrouvera» (*Idem, ibidem*, p. 11).

<sup>6</sup> M. M. FRANZINI, *Reflexões sobre os cometas*, in «Revista Universal Lisbonense», n.º 27, 23 de Março 1843, p. 343 (sublinhado nosso).

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*.

Que concluir? Fundamentalmente o seguinte: o diálogo travado entre Franzini e o Outro, neste caso o público leitor da *Revista Universal Lisbonense*, baseia-se numa área de comunicação onde as «coisas», os cometas, o planeta terra, o sistema solar, ainda se encontram enraizadas na força magnética das palavras, caso de «assombrar», «maravilhar», «espantoso» ou «monstruoso».

Daí, talvez possamos inferir que a mensagem do discurso científico nos projecta luzes para a ribalta da caracterização do homem, da sua inteligibilidade e da sua vivência histórica.

É nesta dimensão metodológica, de abordagem aos textos científicos, que nos pretendemos fixar para que a partir da (re)dimensionação da ciência, da sua linguagem e discurso, possamos atingir outros objectivos, porque, como nos recorda GUSDORF «une histoire des sciences digne de ce nom ne peut donc, sans manquer à sa mission, se contenter de suivre les filières épistémologiques spécialisées. Elle doit mettre en cause de proche une théorie des ensembles de la connaissance; elle est inséparable d'une histoire de l'intelligibilité»<sup>8</sup>.

## II — O SABER DA CIÊNCIA

### 1. *Inovações no pensamento científico*

O século XVIII constitui uma fatia temporal de grandes alterações culturais; nela podemos inserir o desenvolvimento de um novo estilo de pensar, de viver, de filosofar, rasgando-se também, conseqüentemente, novos horizontes para a ciência e para o Homem, cidadão do mundo. Este, após a revolução de Galileu e da Filosofia Natural de Newton<sup>9</sup>, é projectado num novo espaço cosmológico e dimensional. A centúria de setecentos fez emergir e despoletar a curiosidade, mas também a revolução no pensamento humano; século de utopias e optimismo, de irupção de novos ideais, século de rupturas e rasgar de horizontes, cada vez mais vastos.

Sob o ponto de vista científico, impõe-se a Idade da Razão, aliada à Idade de Newton<sup>10</sup>, donde irrompe um novo modelo de

---

<sup>8</sup> GEORGES GUSDORF, *ob. cit.*, p. 182.

<sup>9</sup> A filosofia natural entra também em Portugal pela mão dos oratorianos, e tem viva expressão nalgumas instituições: reforma pombalina da Universidade de Coimbra; Real Academia das Sciencias; Real Academia da Marinha, bem assim como influenciou obras como a de TEODORO DE ALMEIDA, *Recreações Philosophicas*. Cfr. J. S. DA SILVA DIAS, *Portugal e a Cultura Europeia*, Coimbra, 1953 (pp. 223-259).

<sup>10</sup> A propósito deste assunto, registemos que «Newton might have reconciled the disparate elements of his theory of matter and trained a school of Newtonians to spread the canonical version of the new science» (ROBERT E. SCHOFFIELD, *Mechanism and Materialism. British Natural Philosophy in an Age of Reason*, Princeton, U.P., 1970, p. 18).

ciência. Quer dizer, o SABER da ciência altera-se, porque os seus métodos, conceitos e instrumentos sofrem importantes inovações. Deste entrelinhar de novidades, marcado pelas rupturas epistemológicas do pensamento humano, emerge a *Nova Ciência*<sup>11</sup>.

É aqui, neste âmbito do saber, que cabe enraizar uma outra verdade e um outro olhar sobre o universo, sobre a terra, sobre os fenómenos da Natureza, assentes em postulados metodológicos inovadores, onde a associação da física e da matemática permitiram que se decompusesse e desmontasse a imagem tradicional da Natureza, maternal e protectora. Em vez disso, surge uma imagem compartimentada, operacional, materialista, normativa e potencialmente utilitária.

Se nos deslocarmos para a área científica inerente a Franzini, vamos deparar com símbolos desta nova imagem da ciência, sobretudo no que se refere à metereologia, «ramo das ciências físicas que investiga com especialidade as aparências, duração, revoluções e efeitos dos meteoros atmosféricos (...)»<sup>12</sup>.

Julgamos ver reflectidos, nos seus estudos metereológicos, as características atrás enunciadas para a nova ciência: um novo compartimento do saber, com leis e uma dinâmica que pode servir para o melhoramento e avanço dos demais ramos da ciência, bem assim como para a perfectibilidade da condição humana. Como exemplo, trouxemos um escrito metereológico, em que Franzini expõe os seus princípios e objectivos, os quais vão entroncar no plano teórico por nós aqui delineado.

«As observações metereológicas que têm por objecto determinar as qualidades características dos diversos climas do globo terrestre, são da maior importância para os habitantes dos mesmos sítios, pela sua imediata aplicação à agricultura, navegação, medicina e higiene, pois que nos servem para regular os diversos trabalhos com probabilidade de bom êxito, porém, é igualmente inegável que para obter resultados que nos possam guiar com acerto, se carece alcançar previamente numerosas séries de observações continuadas

---

<sup>11</sup> Como nos lembra GUSDORF: «La vérité de l'homme passe par Dieu, par le monde mental pour revenir à l'homme. L'espace du monde et le temps du monde en leurs aspects successifs ou simultanés, proposent à la pensée autant de révélation de la réalité humaine» (*L'avenement des sciences humaines au siècle des lumières*, Paris, ed. Payot, 1973, p. 585).

<sup>12</sup> A passagem continua, e nela se reconhece explicitamente que «os imensos progressos feitos no último século e no presente, em todas as ciências despertaram um vivo interesse para este género de observações» (M. M. FRANZINI, *Metereologia* in «Revista Universal Lisbonense», n.º 1, Janeiro 1842, pp. 7-8).

por muitos anos, para que os resultados médios que elas fornecem possam efectivamente determinar as leis gerais do seu andamento»<sup>13</sup>.

Há, pois, uma determinada visão do mundo no seu imaginário de cientista, onde cabe um modelo perfeito de articulação de saberes, em que se crê na possibilidade de o homem atingir a perfectibilidade, que lhe trará progresso e felicidade, possível através da ciência, e pela ciência, porque como Condorcet postulava:

«Si l'homme peut prédire, avec une assurance presque entière les phénomènes dont il connaît les lois; si lors même qu'elles lui sont inconnues, il peut, d'après l'expérience du passé, prévoir, avec une grande probabilité, les événements de l'avenir; pourquoi regarderait-on comme une entreprise chimérique, celle de tracer, avec quelque vrai semblance, la tableau des destinées de son histoire? Le seul fondement de croyance dans les sciences naturelles, est cette idée que les lois générales, connus ou ignorées, qui règlent les phénomènes de l'univers, sont nécessaires et constants»<sup>14</sup>.

Há, pois, um novo relacionamento entre a espécie humana e o, anteriormente incomensurável, universo, donde surge consequentemente uma nova antropologia, dimensionada à escala do homem, e vocacionada para as questões que lhe dizem directamente respeito<sup>15</sup>. Paralelamente, a ideia de um Deus vingativo, voluntarista, que regula a Natureza, cede lugar a uma leitura desdramatizada dos fenómenos observados, bem assim como a um Deus Artífice e Providencial. Ideias que se encontram consubstanciadas, e exemplificadas, nas páginas de Franzini.

«Supuseram os homens que os magestosos fenómenos da Natureza eram os instrumentos da cólera da Divindade, prezando em mais dobrar a cerviz ao temor do que à gratidão, quando não é

---

<sup>13</sup> *Observações acerca das chuvas que caíram em Lisboa, segundo as séries abaixo transcritas*, por M. M. FRANZINI, 23 de Fevereiro 1859, 1 folha, s/d, impresso, s/ed. Comparativamente, anotemos o que FRANZINI escreveu em 1817: «(...) parece indispensável continuar a estudar com atenção e perseverança, a temperatura e constituição atmosférica do maior número possível de regiões, na certeza de que resultarão vantagens não indiferentes a favor da Agricultura e Medicina» (*Observações metereológicas, feitas na cidade de Lisboa, no anno de 1816 e 1817, acompanhadas de várias reflexões sobre o estudo e aplicação da metereologia, oferecida à Real Academia das Sciencias*, in «História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Tomo V, parte I, Lisboa, 1817, p. 97).

<sup>14</sup> CONDORCET, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrés (...)*, p. 203.

<sup>15</sup> Fundamentalmente, a ruptura situa-se no seguinte: «Au point de départ du nouveau mouvement de pensée scientifique, il y a donc une réaction contre le caractère inhumain de la science dans l'époque précédente, une sorte d'impatience générale, et un désir de sauter par dessus le détail inépuisable des faits indifférents pour s'attacher aux grandes questions qui intéressent directement l'homme» (JACQUES ROGER, *Les Sciences de la vie (...)*, p. 750).

menos religioso, mas por certo mais jucundo, o tomá-los não como factos independentes, que transtornam as leis da Natureza, mas como resultados dessas mesmas leis, que contribuem para manter a estu-penda harmonia, que o Supremo Artífice derramou sobre o Universo. Desta última consideração nasce mais um incentivo para admirarmos as obras da Providência, tirando ao mesmo tempo do conhecimento das causas naturais as possíveis induções proveitosas à vida»<sup>16</sup>.

## 2. A geografia

Dentro do âmbito da nova antropologia que caracterizou a ciência, cabe aqui dar especial realce à Geografia, essencialmente por dois motivos. Primeiro, porque ela veiculou o carácter pragmático, utilitário e de intervenção que o pensamento científico havia forjado<sup>17</sup>, cabendo-lhe um papel de primazia na denominada revolução cultural na França napoleónica<sup>18</sup>.

O segundo motivo prende-se com razões endógenas, quer dizer ligadas ao próprio conceito e demarcação de limites da Geografia.

Geografia e viagem, dois signos que nos surgem na época das Luzes, mas também do liberalismo europeu, como sintomáticos de uma nova relação entre o homem e o meio exterior em que vive. Dentro do âmbito das rupturas assinaladas no século XVIII, há uma dupla viagem a efectuar: ao interior do (in)consciente humano, a (re)dimensionação do homem com o Cosmos, e a viagem real ao, e no, universo possível: o planeta Terra.

O pensamento iluminista contribuiu para se terem estabelecido certas modificações na ciência geográfica. Os Ideólogos, e a sua escola, forjaram a charneira pedagógica necessária à sua nova projecção, de cariz utilitária. Surge um novo conteúdo na disciplina, onde a visão física passa a estar directamente relacionada com a dimensão humana.

Assim, podemos perceber que «la geografia sembra cosi acquisire un significato culturale preciso: essa diviene la scienza che si occupa della casa dell'uomo, dell'ambiente che ospita el influenza le opere e i giorni dell'uomo. *Per l'uomo, figlio della terra, lo*

---

<sup>16</sup> M. M. FRANZINI, *Metereologia. Utilidade e progresso da sciencia. Das trovoadas e do raio. Preocupação acerca deste fenómeno*, in «O Panorama», vol. I, n.º 2, 22 de Julho 1837, p. 91.

<sup>17</sup> Cabe aqui focar o papel do grupo dos Ideólogos, reunidos em torno do «Institut», que a partir do conhecimento e do saber da ciência tinham como objectivo modificar as vivências materiais da sociedade. «L'action de l'Institut national est complétée par la publication de mémoires et comptes rendus de ses travaux, par l'attribution de prix sur des sujets d'intérêt général proposés par les différents classes et sections, par l'envoi de savants en mission en France et à l'étranger» (G. GUSDORF, *Les Idéologues*, p. 309).

<sup>18</sup> Cfr. G. GUSDORF, *ob. cit.*, «Les Idéologues et la révolution culturelle», pp. 307 e seguintes.

*studio della geografia e la pratica del viaggio divengono così un esigenza primaria a inderogabile. E non basta. Al viaggio, l'uomo sembra essere destinato anche da un'altra caratteristica di fondo del suo essere, che la coscienza filosofico-scientifica del tempo gli attribuisce con enfasi crescente: la capacità di spostarsi e di vivere nelle condizioni ambientali più diverse»*<sup>19</sup>.

Deste novo conceito, e conteúdo, virado para a realidade e seu profundo conhecimento, por onde passa a inventariação e a catalogação (objectivos que as viagens permitem) emerge uma nova prática discursiva, em que o geógrafo ultrapassa os domínios restritos das observações físicas; o seu papel é o de contribuir para converter o espaço físico num grande e alargado espaço mental.

Tomemos como ponto de referência a proposta metodológica de Volney<sup>20</sup>. Conhecer um povo, e a sua história, deverá partir de um inquérito, um inventário que sintetize os conhecimentos teóricos com as observações práticas. Daqui surgem as *Questions de Statistique à l'usage des voyageurs* (1795), onde vamos encontrar, unidas sob um mesmo objectivo, diferentes áreas do saber.

— 44 perguntas dizem respeito à geografia física (metereologia e produtos naturais);

— quanto à geografia política e humana, consagra Volney no seu inquérito 11 perguntas sobre a população; 37 sobre a agricultura; 17 atribuídas à indústria e comércio; 26 recaem sobre o governo e administração.

Notemos que este formulário encerra, para além do rótulo geográfico, um saber enciclopédico, que faz com que a geografia se torne útil ao Estado, ao homem e à sociedade. Ela vai desaguar em águas profundas e variadas, relacionando o estudo das qualidades físicas com as morais, inerentes ao homem. «La géographie est l'étude de l'incarnation de l'homme dans le milieu avec lequel il se trouve constamment en reciprocité d'action»<sup>21</sup>.

Consequentemente, e como veremos exemplificado com o saber científico de Franzini, a Geografia torna-se uma ciência de sínteses, ou se preferirmos, uma síntese de várias ciências.

Quando tivémos oportunidade de abordar o itinerário bio-bibliográfico, fomos pausada e separadamente anotando as várias facetas científicas de Marino Miguel; cabe-nos, agora, analisar como no seu pensamento se efectuou tal síntese, quais as tonalidades que sobressaem do seu discurso, quais os objectivos e pressupostos atingidos.

---

<sup>19</sup> ALBERTO MORAVIA, *Il Pensiero degli Idéologues* (...), p. 535, (sublinhado nosso).

<sup>20</sup> VOLNEY, nome de um dos principais Ideólogos, que contribuiu para que se efectuasse o salto qualitativo da geografia, rompendo com os quadros limitativos da cartografia e criando uma antropologia geográfica.

<sup>21</sup> G. GUSDORF, *ob. cit.*, p. 478.

Nesse universo encontraremos, como resultado final, conceitos inseparáveis, tais como *perfectibilidade, esperança, felicidade*, do Homem, da Sociedade e do Estado, mas de um Estado moldado por uma determinada ideologia, o liberalismo e as suas componentes e antinomias <sup>22</sup>.

### III — FRANZINI E O SABER CIENTÍFICO

Compulsando a globalidade do que designámos como «escritos científicos» <sup>23</sup> e confrontando-os com o panorama cultural europeu da época, verificamos que, apesar das variadas ligações que se podem estabelecer, podíamos tripartir a nossa proposta de trabalho em três áreas do saber: cartografia, meteorologia e estatística.

#### 1. Cartografia

Os trabalhos cartográficos levados a cabo por Franzini inserem-se num âmbito curricular e profissional. Recordemos aqui, apenas como ponto de referência, quer os seus estudos no quadro da Academia dos Guarda Marinhas <sup>24</sup>, quer ainda o facto de ter sido membro da *Sociedade Real Marítima, Militar e Geographica para o desenho, gravura e impressão das cartas hydrographicas, geographicas e militares*, factores que conjugados devem ter constituído o «background» necessário para o cargo que desempenhou como Director do Arquivo Militar <sup>25</sup>.

Mas outros motivos devem ter, igualmente, pressionado Franzini. Coloquemos-lhe uma questão: qual a utilidade da Cartografia? A resposta vem-nos de imediato e peremptória:

---

<sup>22</sup> Cfr com a alargada abordagem à ideologia liberal proposta por ANDRÉ VACHET, *L'Idéologie Libérale* (...). Referente ao assunto que nos ocupamos neste momento, destacamos a seguinte passagem: «l'homme est un donné qui se contient et qui possède de lui-même de son épanouissement et de la conquête de son pouvoir sur le monde. L'homme en tant que tel trouve son bonheur en lui même par l'utilisation du monde: si la fin surnaturelle de l'homme n'est pas supprimé, elle est mise entre parenthèses, et elle n'intervient pas dans le développement idéologique. Ce naturalisme peut signifier la soumission à la nature, aux lois de la nature: connaître la nature pour s'y soumettre non pas passivement, mais pour l'utiliser et la maîtriser: la connaissance et la soumission deviennent une méthodologie du pouvoir et de la domination, c'est à dire de l'affirmation de l'homme» (*ob. cit.*, p. 83).

<sup>23</sup> Esta nossa designação surgiu a partir da classificação feita pelo próprio Franzini, assim como o modo como eram apelidados e divulgados, quer na imprensa oitocentista, quer pelos seus contemporâneos.

<sup>24</sup> Cfr. Parte I deste trabalho, na qual se abordou o quadro institucional da sua formação cultural e científica.

<sup>25</sup> Cfr. Parte I e II, em que se ventilou, respectivamente, a sociabilidade científica e os cargos públicos desempenhados por Franzini.

«As grandes vantagens que para a segurança da Navegação, resultam de boas Cartas hidrográficas em que estejam exactamente delineadas as costas do nosso Globo, são tão geralmente reconhecidas, que seria supérfluo e enfadonho acumular provas para o demonstrar. Todas as Nações cultas da Europa, convencidas desta verdade, têm empreendido grandes e dispendiosas expedições para procurarem à segurança da Navegação, este indispensável auxílio, não se limitando somente aos seus próprios domínios, mas até empreendendo dilatadas viagens aos pontos mais distantes do Mundo, a fim de aperfeiçoar cada vez mais os conhecimentos hidrográficos»<sup>26</sup>.

Era, pois de interesse das Nações cultas o saber cartográfico, para melhor conhecerem as costas dos seus países, bem assim como as dos outros Estados, tornando a navegação mais fácil e segura. Ora, este objecto tem de ser extremamente cuidado e fomentado, especialmente quando da ciência vêm importantes avanços técnicos, que permitem, neste caso a Portugal, revolucionar a arte e o engenho do fazer mapas<sup>27</sup>.

Como Franzini nos lembra, «A perfeição moderna dos Instrumentos Matemáticos, adiantando todas as ciências que têm relação com a Astronomia, e Hidrografia, tem dado tal exacção às Cartas Hidrográficas, que dificultosamente se poderá exceder. Assim o comprovam as excelentes Cartas da Costa de Inglaterra, e França, e o grande e magnífico Atlas das Costas de Espanha, tão habilmente construído pelo chefe de Esquadra Dom V. Tofiño, que pode servir de modelo a todas as empresas deste género»<sup>28</sup>.

O trabalho cartográfico de maior projecção foi indubitavelmente o Roteiro:

*Roteiro das costas de Portugal, ou instruções nauticas para intelligência e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principais portos, dedicado a sua Alteza Real*  
Lisboa, ed. Imprensa Régia, 1812.

Ligado a este Roteiro fez Franzini publicar uma *Carta marítima da costa de Portugal*<sup>29</sup> e, evidentemente, que eles se completam e que se inserem no mesmo espírito de fazer avançar em Por-

---

<sup>26</sup> M. M. FRANZINI, *Roteiro das costas de Portugal* (...), p. 5.

<sup>27</sup> Sobre o desenvolvimento da cartografia portuguesa veja-se o trabalho de MARIA FERNANDA ALEGRIA, *Cartografia Antiga de Portugal Continental*, Sep. de «Finisterra», vol. XII-24, Lisboa, 1977, onde estão esboçados os defeitos e virtudes da nossa cartografia até ao século XIX.

<sup>28</sup> M. M. FRANZINI, *Roteiro* (...), pp. 5-6.

<sup>29</sup> *Carta marítima da costa de Portugal, composta de 3 folhas em papel de grande formato, gravado em Londres por Arowsmith. Á qual se junta um roteiro circunstanciado que não só descreve a costa com exactidão, mas analisa o trabalho da mesma carta*, Lisboa, 1813. Cfr. SILVESTRE RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos Scientificos* (...), Tomo IV, p. 219.

tugal, os estudos cartográficos, pois «o desejo que sempre tive de ser de alguma utilidade, fez com que empregasse os momentos que me restavam das diferentes comissões de serviço<sup>30</sup>, em que tenho sido empregado, no objecto de recolher materiais e observações, com que pudesse algum dia redigir uma boa carta do reino de Portugal, a qual finalmente fizesse esquecer todas as que os estrangeiros têm publicado até ao presente, cheias de erros e deformidades»<sup>31</sup>. Razões de utilitarismo, da imagem de Portugal, que funcionam como instrumentos catalizadores da vontade de Franzini.

Os seus tempos livres, enquanto oficial da Marinha embarcado, eram também ocupados por levantamentos hidrográficos e cartográficos, «sempre me tenho ocupado nisto, [trabalhos geográficos] mesmo nos intervalos dos meus embarques, os quais aproveitei na conclusão de uma minha Carta Geral do Golfo Adriático, Carta que faltava inteiramente; depois do que me entretive em reunir debaixo de um mesmo ponto todas as observações e determinações que se tinham feito, reunindo ao mesmo dezasseis diferentes planos particulares de Plancheta dos terrenos compreendidos entre o Meridiano do Observatório do castelo e aquele do extremo oriental da base do Montijo (...)»<sup>32</sup>.

Notemos que deste discurso ressaltam dois objectivos: um, que a ciência constitui para Franzini um modo de ocupar utilmente o tempo. outro, a preocupação minuciosa que tem em relatar as etapas seguidas.

Porém, os seus trabalhos não ficam apenas por aqui. Ainda durante os seus embarques outros estudos foram feitos, nomeadamente a configuração e determinação das Costas da Terra Nova<sup>33</sup>; de igual modo, coordenou e juntou todos os pedaços espalhados das Cartas compreendidas entre o Cabo da Rocha, Espichel e Setúbal, e o interior do rio Tejo até Sacavém, bem assim como uma Carta Marítima do Golfo de Veneza<sup>34</sup>.

O rol é deveras interessante: um funcionário ao inteiro serviço do Estado - Arquivo Militar - cujo principal objectivo era contribuir

---

<sup>30</sup> Neste âmbito podemos inserir a *Carta reduzida da costa do reino de Portugal desde o cabo Silleira athe à barra de Huelba, ajustada às observações astronomicas, e trigonometricas, executadas em diferentes epochas no sobredito reino* — offerecida a S.A.R., o Príncipe Regente N.S. por intervenção do Illmo Exmo Conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra — sendo ordenado, e auxiliado este trabalho pelo Exmo. Jorge Crawford Barkeley, Almirante das Esquadras de S.M.B. e das Esquadras de S.A.R. o Príncipe Regente N.S. — e construída pelo Major do Real Corpo de Engenheiros — Marino Miguel Franzini, 1811 (referência obtida no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, n.º 4, Outubro 1811, p. 651).

<sup>31</sup> *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, n.º 4, Outubro 1811, p. 651.

<sup>32</sup> Arquivo Histórico Militar, Processo Individual, M. M. Franzini, Cx. 572, doc. s/d.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, doc. cit.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, Cx. 464, doc. s/d.

para aumentar o potencial científico (vs. cartográfico) de um Estado, que se pretendia reformular e melhorar.

Temos também de assinalar que o Roteiro foi antecedido por um gradual e laborioso trabalho, teórico e prático<sup>35</sup>, e talvez por isso mesmo o resultado final tinha tido tanta projecção.

«Pelo que fica exposto se pode concluir que o trabalho que tenho a honra de dar ao público, contém reunidos os melhores elementos, e as mais exactas observações que em diversas épocas se tem praticado nesta costa, as quais tenho discutido de maneira que todos poderão avaliar o grau de confiança que merecem»<sup>36</sup>.

As referências elogiosas e prestigiantes ao nome de Franzini, ecoaram nos periódicos portugueses, como o *Investigador Portuguez em Inglaterra*<sup>37</sup> e chegaram a ter impacto na Academia Real das Sciencias de Paris, onde M. Buach (um dos sócios) leu um elogioso *Rapport* sobre a obra, em que enalteceu e galvanizou o útil e hábil trabalho do industrioso engenheiro<sup>38</sup>.

Sistematizando um pouco as ideias, podemos tipificar, e exemplificar, três razões diferentes para justificar o aparecimento dos variados trabalhos de cartografia, que nos vão, por sua vez, conduzir directamente à ideia de contribuir para o aumento da felicidade dos indivíduos e fazer avançar, materialmente, o ideal da perfectibilidade do Estado. Vejamos então as três possíveis justificações discursivas detectadas.

1.<sup>a</sup> O Roteiro e o conhecimento pormenorizado das costas de Portugal «será de suma importância para a segurança de todos os navegantes que procurarem a Costa de Portugal»<sup>39</sup>.

2.<sup>a</sup> O conhecimento, tipo inventário, que é necessário fazer dos problemas que afectam a costa, as barras e os portos que impedem e dificultam o avanço e progresso da navegação (vs. do comércio). Um dos principais casos abordados é o da barra de Aveiro<sup>40</sup>, que se

---

<sup>35</sup> Um ofício de 4 de Maio 1812 diz o seguinte: «O major M. M. Franzini ainda que passou de capitão tenente da armada real para o posto que tem actualmente (oficial do Corpo de Engenheiros) é contudo um oficial de muitos conhecimentos, e o julgo em estado de satisfazer às comissões que lhe deram como oficial Engenheiro; actualmente está redigindo uma carta topográfica do Reino deduzida de algumas plantas parciais que existem no Arquivo» (*apud História Orgânica do Exército*, vol. VII, *Engenheiros Portugueses*, p. 417).

<sup>36</sup> M. M. FRANZINI, *Roteiro* (...), pp. 12-13.

<sup>37</sup> «O habilíssimo engenheiro português M. M. Franzini (...) nos pareceu ter seguido, depois de penosas observações, assíduo trabalho, e do mais louvável zêlo pelo serviço de S.A.R.» (*Investigador Portuguez*, n.º 30, Dezembro 1813, p. 249).

<sup>38</sup> Cit e reproduzido no *Jornal de Coimbra*, n.º LII, Parte I, 1817, pp. 269-272.

<sup>39</sup> M. M. FRANZINI, *Roteiro* (...), p. 13.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, pp. 92-94.

prende com a necessidade de reforçar o papel de intervenção do Estado, nas estruturas públicas da sociedade.

3.<sup>a</sup> Uma directriz global, de teorias e de práticas, que se traduzem em estudos científicos, postos ao serviço de um Estado que se pretende enaltecer e glorificar, porque é através da sua acção reguladora que se poderá modificar e (re)modelar a sociedade e as suas instituições.

Ousaríamos dizer, que há uma proposta política, enraizada nas Luzes e nos princípios da nova ciência, a que se conjugam alguns antecedentes familiares, que permitem, explicam e justificam o discurso da cartografia.

Na nota introdutória com que antecede o abrir do Roteiro, podemos ler o seguinte: «... como filho de um homem que teve a honra incomparável de dirigir a educação literária do mais Generoso e Magnânimo dos Príncipes, merecendo-lhe muito particular estima (...)

Senhor, ao que devo à memória do meu querido Pai, se me esquecesse do exemplo que me deixou, e por isso atendendo menos ao merecimento da obra, do que aos deveres tão sagrados e que me animou a levar aos pés do Trono de V.A.R. esta imperfeita produção do meu engenho, que pelo seu importante objecto julguei útil aos interesses da Nação»<sup>41</sup>.

Há uma proposta, conscientemente formulada, no pensamento de Marino Miguel Franzini, e, fundamentalmente, o seu discurso tem como receptor privilegiado D. João VI, que no imaginário de Franzini simboliza as possibilidades reais e efectivas de concretizar algumas modificações que visassem os «interesses da Nação». Será totalmente inocente que a mensagem seja directamente endereçada ao monarca distante, e não aos governadores do reino?<sup>42</sup>.

## 2. *Metereologia*

Metereologia surge-nos associada a climatologia e, consequentemente, à importância que, a nível da teorização política, a teoria dos climas teve no século XVIII<sup>43</sup>. Segundo esta perspectiva, a temperatura e a pluviosidade seriam factores que determinavam e in-

---

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, pp. 3-4.

<sup>42</sup> Cfr. com Parte I, B — As Virtualidades do Pensamento de Franzini, 1. «O discurso dos 'agravos' militares».

<sup>43</sup> Cfr. com MONTESQUIEU, *L'Esprit des Loix*, Livres XIV, XV, XVII; tema sobre o qual nos diz JOSEPH DEDIEU: «Le degré du chaud et du froid du sec et de l'humid, avec ses consequences infinies sur le physique et sur le moral de l'homme, par suite sur la servitude ou la liberté politique, civile e domestique» (*Montesquieu et la tradition politique anglaise en France. Les sources anglaises de l'esprit des lois*, Genève, ed. Slatkine Reprints, 1971, p. 9).

fluenciavam o modo de vida dos povos e dos seus governos, onde as causas morais estavam subordinadas às causas físicas<sup>44</sup>.

Porém, a perspectiva que pretendemos dar aqui ao estudo da meteorologia é outra, e obriga-nos a incutir uma dinâmica de leitura totalmente diferente. Uma leitura que tem de se inserir nos parâmetros da nova ciência e da nova antropologia.

Fixemo-nos na própria ideia de clima, definida por Gusdorf, que nos afirma que «L'idée de climat désigne une relation entre l'homme et son environnement, relation à double entrée car, si l'homme subit la loi du milieu, il modifie le milieu, dont il utilise les possibilités»<sup>45</sup>.

É sob este prisma que procuraremos interpretar, e analisar, os esforços científicos — meteorológicos — de Franzini. Aliás, faceta que o tornava conhecido e original perante a sociedade, e que contribuía, por vezes, para a criação de situações hilariantes e desconcertantes, como um curioso episódio, em 1847, no Palácio do Marquês de Fronteira<sup>46</sup>.

Voltando-nos para as dezenas de observações meteorológicas e para os textos explicativos produzidos, verificamos, primeiramente, que há um complexo de conhecimentos científicos onde julgamos poder ver alguns vestígios do saber enciclopédico. Porquê? Tenha-se em conta, que conhecer os fenómenos meteorológicos da Natureza, saber interpretar o seu esplendoroso, e por vezes assustador, espectáculo exige uma formação cultural enciclopédica, para poder discernir os múltiplos aspectos que se apresentam perante os nossos olhos<sup>47</sup>, bem assim como para lhes saber dar utilidade prática, no domínio da fruição individual.

---

<sup>44</sup> Cfr. JOSEPH DEDIEU, *ob. cit.*, p. 192 e seguintes.

<sup>45</sup> GEORGES GUSDORF, *Les Sciences Humaines et la pensée occidentale I — Dieu, La Nature, L'Homme au siècle des Lumières*, Paris, ed. Payot, 1972, p. 531.

<sup>46</sup> Estavam em preparação as 'próximas' eleições, e os membros do governo encontravam-se reunidos em casa do Marquês de Fronteira «Quando o contínuo entrou na sala, o Conselheiro Ferrão, com mais curiosidade do que Franzini, a quem era dirigida a carta, disse: Colega, venham as notícias importantes de Sintra, julgando que eram notícias eleitorais, porque Franzini era proprietário naquele concelho; mas grande foi a sua surpresa quando viu que a carta era um relatório do boticário Pinto, da vila de Sintra, para o astrónomo Franzini, dizendo-lhe que nas últimas 24h. tinham caído, nas primeiras dez horas, grossas cordas de água, e no resto, chuva miúda. O distinto astrólogo, voltando-se para nós disse: coisa notável! Em Lisboa, nas últimas 24h caíram só 10 mil pipas de água: em Sintra caíram 20 mil pipas e 12 almudes, pouco mais ou menos» (MARQUÊS DE FRONTEIRA, *Memórias da Minha Vida*, T. VII, p. 271).

<sup>47</sup> Sobre a leitura da Natureza sob uma perspectiva enciclopédica recordemos Jacques Proust: «Il n'y a donc dans la nature que celui que l'homme discerne ou introduit, et c'est seulement par rapport à l'homme, à la structure de son esprit, que l'on peut à bon droit concevoir un système encyclopédique des connaissances humaines» (JACQUES PROUST, *L'Encyclopedie*, Paris, ed. Armand Colin, 1965, p. 107).

Estas revolucionárias possibilidades só foram possíveis graças a uma determinada aceleração do tempo histórico, visto que «à proporção que os Instrumentos se aperfeiçoavam, os resultados vieram a ser mais interessantes; as aplicações feitas à Física, à Medicina, e à Agricultura ampliaram o domínio da Meteorologia e a tornaram uma ciência verdadeiramente útil»<sup>48</sup>.

É esta utilidade que é sistematicamente invocada e que justifica todo o seu trabalho e discurso científico. É, igualmente, por sua mediação que Franzini se dirige quer ao público leitor dos periódicos em que colabora, quer aos seus consócios da Real Academia das Sciencias. A meteorologia é acima de tudo útil e, implicitamente, indispensável ao Homem e à sua felicidade; uma só condição se põe: conhecê-la e estudá-la.

«Assim, contra a aparência que oferecem à primeira vista, nas nossas regiões, os fenómenos atmosféricos, os quais parecem entregues à confusão e desordem, existem realmente leis que nos seria muito útil conhecer, e que só unicamente a observação nos poderá fazer descobrir.

Para obtermos, pois, a solução de alguns destes importantes problemas, parece indispensável continuar a estudar com atenção e perseverança, a temperatura e constituição atmosférica do maior número de Regiões, na certeza de que resultarão vantagens não indiferentes a favor da Agricultura e Medicina; não se podendo duvidar que uma vez bem conhecida a marcha geral das estações, e os diversos fenómenos atmosféricos dominantes em um país, será mais fácil dirigir com acerto os trabalhos da agricultura, e diminuir os funestos efeitos de algumas enfermidades, cujo desenvolvimento é devido a essa mesma constituição»<sup>49</sup>.

Nesta lógica de pensamento, é visível que os dois grandes domínios directamente beneficiados são a medicina e a agricultura, que podem passar a ser planificadas e melhoradas.

Quanto à agricultura passará a ser possível racionalizar a vida agrícola numa localidade, num país, conforme o grau de extensão das observações meteorológicas.

---

<sup>48</sup> M. M. FRANZINI, *Observações meteorológicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1816 e 1817, acompanhadas de várias reflexões sobre o estudo e applicação da meteorologia*, offerecidas à Real Academia das Sciencias, in «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», T. V, parte I, Lisboa, tip. Academia, 1817, p. 93. No seguimento da apresentação dos benefícios da meteorologia, Franzini refere igualmente as instituições científicas, de que ele tinha conhecimento, que tratavam de assuntos similares: Academia das Sciencias de Paris, a que se seguiram a Sociedade de Medicina da mesma cidade, bem assim como a Sociedade de Meteorologia de Manheim; refere-se igualmente a obras como as *Transacções Filosoficas* da Sociedade Real de Londres, as *Memorias da Academia* de Petersburgo, de Berlim, nas *Ephemérides* de Viena, Milão, etc.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, p. 97.

«Cumpre aqui observar de passagem, que a prática seguida quase geralmente de avaliar as colheitas por quinquênios, não pode ter outra origem, que o ter-se provado por observação, que a soma das colheitas de 5 anos consecutivos é pouco mais ou menos igual entre si, sendo aliás tão desiguais as colheitas particulares de cada ano, pelo que os lavradores inteligentes não tomam as terras de arrendamento por menos de 5 anos, e os mais industriados já estão convencidos ser mais exacto o período de 9 anos»<sup>50</sup>.

Também no domínio dos avanços da medicina, a metereologia pode ter um papel fundamental, como nos demonstra Franzini:

«Se possuíssemos observações Médicas e Metereológicas de alguns séculos, feitas em um mesmo país, deveríamos esperar que se poderia prever a aparição das doenças epidémicas e dos meteoros no fim de certo tempo, e que os primeiros fossem atacados por semelhantes moléstias, não estariam, como acontece ordinariamente, em maior perigo do que os outros; pois que se conheceriam melhor as causas e os remédios»<sup>51</sup>.

São os objectivos explicitados nestes dois pequenos textos que vão nortear, de modo regular e constante, os seus trabalhos metereológicos ao longo da vida.

Da sua colaboração no *Panorama*, registemos o seguinte:

«Do conhecimento das leis atmosféricas indubitavelmente seguir-se-iam ponderosas vantagens; por quando é sabido o andamento geral das estações, e a repetição dos mesmos fenómenos, dominantes em cada país, em períodos determinados, mais facilmente o agricultor dirigiria os seus cálculos e trabalhos, e a Medicina poderia atalhar ou minorar os danosos efeitos daqueles fenómenos, que por sua influência desenvolvem muitas enfermidades»<sup>52</sup>.

Mais tarde, volvida uma década, em carta endereçada ao Presidente da Sociedade das Sciencias Médicas de Lisboa<sup>53</sup> Franzini reitera os seus princípios científicos:

«Sendo igualmente reconhecida a grande utilidade que à Medicina e à Agricultura resulta do exacto conhecimento do clima de qualquer país, se tem por isso multiplicado as observações metereológicas em que todas as Nações cultas, e actualmente até se acham estabelecidos muitos observatórios por conta dos Governos para o

---

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, p. 96.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, p. 100.

<sup>52</sup> M. M. FRANZINI, *Metereologia. Utilidade e progresso da sciencia das trovoadas e do raio — preocupações acerca deste phenomeno*, in «O Panorama», vol. I, n.º 12, 22 de Julho 1837, p. 92.

<sup>53</sup> Foi neste periódico que Franzini publicou as suas observações das décadas de 1820 e 1830 até que iniciou a colaboração na *Revista Universal Lisbonense*.

desempenho de semelhante objecto. Em Portugal muito pouca atenção tem merecido este assunto (...) Convencido da necessidade de obter alguns dados que nos pudessem guiar sobre tão importante objecto, por natural inclinação dediquei-me desde o ano de 1816 à confecção de um Diário metereológico do clima de Lisboa (...)»<sup>54</sup>.

Finalmente, na sua última publicação, após ter trilhado um longo caminho, continuamos a confrontarmo-nos com as mesmas tonalidades discursivas:

«As observações metereológicas que têm por objecto determinar as qualidades características dos diversos climas do globo terrestre, são da maior importância para os habitantes dos mesmos sítios, pela sua imediata aplicação à agricultura, navegação, medicina e higienistas, pois que nos servem para regular os diversos trabalhos com probabilidade de bom êxito»<sup>55</sup>.

Vemos, assim, que a metereologia é uma útil ciência para o avanço e progresso da agricultura e medicina, dois polos primordiais para melhorar a condição humana, o que justifica plenamente o grande trabalho efectuado por Franzini nomeadamente comparando os resultados por ele obtidos com os de outros países<sup>56</sup>.

Contudo, os seus escritos assumiram ainda outra finalidade. Num campo mais particular e pragmático, as observações metereológicas adquiriram quase um estatuto de intervenção cultural, no país e no tempo em que foram produzidas.

Vejamos de que modo e em que sectores.

Reparemos, primeiro, que as «notícias agronómicas» que acompanham geralmente as observações metereológicas constituem um pequeno campo de amostragem do que a nível geral, de todo o país,

---

<sup>54</sup> M. M. FRANZINI, *Carta ao presidente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Lisboa, 16 de Fevereiro 1840, (BN, cod. 449, fl. 85).

<sup>55</sup> M. M. FRANZINI, *Observação acerca das chuvas que caíram em Lisboa, segundo as séries abaixo transcritas*, 23 Fevereiro, 1859, 1 folha, s/d.

<sup>56</sup> Vários dos seus artigos encerram várias comparações e teorizações sobre o assunto. Franzini conseguia obter estes dados pelo facto de ser sócio correspondente de algumas das Academias europeias. Por exemplo, registe-se o tipo de comparações que são feitas acerca do binómio temperatura/mortalidade. Do estudo efectuado conclui: «O fenómeno, que resulta de nossas investigações, é assaz importante, por isso mesmo que é oposto ao que se observa nos países setentrionais da Europa, onde se têm feito semelhantes indagações: pois fica demonstrado que os dois meses mais fatais à vida dos habitantes desta capital, são os de Agosto e Julho em contraposição aos de Junho e Maio (...) Cumpre-nos mencionar que um semelhante fenómeno, relativo ao mês de Agosto, foi igualmente observado em Stockholme pelo matemático Wargentin, e em Montpellier por M. Morgue, concordando ambos aqueles escritores, em que esta anomalia procede de causas locais, que invertem a ordem natural observada em todos os países» (*Reflexões sobre a influência das estações na mortalidade dos habitantes de Lisboa*, in «Revista Universal Lisbonense», n.º 42, 21 Julho, 1842, pp. 494-495).

seria possível efectuar. Observa-se a agricultura, com um olhar de ciência, e obtém-se uma resposta para um pressuposto inquirido:

«As aparências dos campos no termo de Lisboa oferecem notáveis fases, segundo as variadas vicissitudes atmosféricas deste mês. Em muitos sítios foram fatais à vegetação os ventos furiosos do Norte e do Noroeste, da terceira quadra de Julho, os quais queimaram muitas árvores e as hortaliças (...) prejudicaram notavelmente os milhos semeados em terrenos elevados (...) As oliveiras não obstante terem perdido a maior parte dos frutos de que se achavam sobrecarregadas, prometem ainda abundante colheita, principalmente nos grandes olivais que aformoseavam as margens do Tejo até Abrantes. As vinhas oferecem geralmente um notável fenómeno na sua frutificação, aparecendo nos mesmos cachos bagos perfeitamente sazoados a par de outros ainda verdes e carbonizados»<sup>57</sup>.

O entusiasmo destas observações levou que as «notícias agronómicas» obtivéssemos um correspondente em Mafra, «a quem somos devedores das interessantes notícias agronómicas que referenciámos, tratando do estado das vinhas; esclarecia este objecto com reflexões sensatas, que nos parece fazer útil serviço aos proprietários de tão precioso produto»<sup>58</sup>.

E é, sem dúvida, com total satisfação, de ver a zona piloto de Mafra prosperar agricolamente, que Franzini afirma:

«Ainda que em geral a agricultura do termo de Mafra se conserve estacionária, e por toda a parte rotineira: ao contrário ela tem tido notável incremento, com novos arroteamentos, variações de sementeiras, e criação de gados, no novo estabelecimento rural, que vai prosperando na real tapada, sustentado por Sua Magestade com esmero»<sup>59</sup>.

Ainda dentro da Natureza, a metereologia pode extrapolar conhecimentos fundamentais para o seu equilíbrio, denunciando a pérfida, e por vezes mal intencionada, acção humana. O abate generalizado de árvores, bosques e florestas, não apenas em Portugal, mas também noutros países, havia provocado inúmeros desequilíbrios. «Já em outras ocasiões ponderámos os inconvenientes ruinosos que resultam de tão mal avisado sistema de devastações; porém como nunca serão sobejamente repetidas estas verdades, acrescentaremos ao que já publicámos, que as repetidas observações, feitas em nossos tempos, provam que a devastaçào das matas altera essencialmente

---

<sup>57</sup> M. M. FRANZINI, *Resumo das observações metereológicas feitas em Lisboa no mês de Setembro de 1843*, in «Revista Universal Lisbonense», n.º 9, 19 Outubro 1843, pp. 106-107.

<sup>58</sup> M. M. FRANZINI, *Resultado das observações metereológicas de 4 de Abril de 1844*, in «Revista Universal Lisbonense», n.º 45, 27 Junho 1844, p. 538.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem.*

a natureza dos climas, expondo-os às alternativas atmosféricas, diminuindo a quantidade da chuva anual (...) As suas fortes e entrelaçadas raízes seguram a terra vegetal formada pelo detrito das folhas dessas mesmas árvores durante muitos séculos, e impedem que as águas das chuvas, adquirindo grande velocidade, a precipitem sobre os vales e os rios, que entulhando os seus leitos a levam por fim ao mar, formando os deltas nas fozes dos mesmos rios, deixando descarnadas e estéreis para sempre essas montanhas»<sup>60</sup>.

De facto, em períodos anteriores, Franzini havia feito uma análise que se pode considerar quer pertinente, quer eficaz, quer ainda de uma actualidade impressionante. Sigamos a sua explanação, para depois nos determos no sentido e conteúdo das suas palavras, reparando como Franzini não hesitou em desmascarar um falso progresso e um abusivo e errado uso da natureza.

«Os arvoredos guarneendo e aformoseando com suas frondosas sombras os cumes e encostas das montanhas, além das preciosas produções que oferecem quase gratuitamente aos seus cultivadores, purificam a atmosfera absorvendo o gás ácido carbónico, que substituem por gás oxigenado ou ar vital por excelência (...) É pois incrível como apesar de tão importantes benefícios sejam as árvores tratadas em Portugal com o maior desprezo. Existe entre nós uma fatal preocupação contra esta bela produção da natureza, e quase todos os habitantes dos campos têm um decidido prazer de as destruir, sendo as mais novas aquelas que mais desafiam os seus estúpidos rancores, não só pela maior facilidade de as arrancar, mas também porque lhes servem para a arma favorita dos cajados (...) Não terminaremos esta curta digressão em favor das árvores sem mencionarmos os horríveis estragos que se vão fazendo no Alentejo contra os produtivos montados, abatendo-se os formosos sobros e carvalhos para deles se fazer carvão. Muitos proprietários, pelo mesquinho interesse do momento, sacrificam arvoredos que com a sua produção anual lhes forneciam uma renda equivalente a mais de um terço do que recebem uma só vez com o bárbaro corte, não curando de os substituir por novas plantações»<sup>61</sup>.

No âmbito das aplicações práticas da meteorologia cabe ainda um último aspecto — o aproveitamento da pluviosidade, na cidade de Lisboa. Se o estudo dos fenómenos meteorológicos levou Franzini a fazer a estatística do número de mortos<sup>62</sup>, por sua vez, dentro do

---

<sup>60</sup> M. M. FRANZINI, *Resumo das observações meteorológicas feitas em Lisboa no mês de Outubro de 1843*, in «Revista Universal Lisbonense», n.º 16, 7 de Dezembro 1843, p. 183.

<sup>61</sup> M. M. FRANZINI, *Meteorologia. Observações sobre a quantidade de chuva em Lisboa, comparada à de outros pontos do globo*, in «O Panorama», vol. II, n.º 48, 31 de Março 1838, p. 99.

<sup>62</sup> A este propósito escreveu o seguinte: «Entre as causas que aceleram ou retardam os efeitos da lei da sucessiva extinção dos indivíduos que rece-

espírito de pragmatismo, porque não aproveitar a água da chuva para melhorar a condição de vida dos habitantes de Lisboa, «tornando-se actualmente muito mais importante para esta capital a avaliação da quantidade de chuva, por isso que se acham em execução dois dos principais melhoramentos de que tanto carecia, isto é o abastecimento de água potável para uso dos seus numerosos habitantes (...) assim como também a canalização subterrânea, para conseguir a remoção das inundices, as quais demoradas nos bairros da cidade baixa tanto influem na deterioração da saúde dos seus moradores»<sup>63</sup>.

De facto, a saúde pública, ou seja as condições higiénicas e sanitárias da população articulavam-se, perfeitamente, com as preocupações metereológicas de Franzini. As epidemias eram um dos males maiores da mortalidade da população e «não se pode duvidar que o benigno e saudável clima desta cidade se tem deteriorado com o andar dos tempos (...) É portanto por analogia que deveremos presumir que também o nosso pequeno delta pútrido subterrâneo dos canos de esgoto de Lisboa, e o que especialmente abrange o litoral da capital, desde o Beato António até Alcântara e Belém, que aumenta anualmente, e tem feito inabordáveis todos os cais da cidade na baixa mar, o qual no recôncavo ou pequena baía, compreendida entre o cais das colunas e a ribeira de Alcântara, contém perto de dois milhões de metros cúbicos de lodo, e ocuparia uma superfície igual à da praça do Comércio, atulhada de inundices, na altura de 180 palmos, sejam capazes de provocar a aparição das febres pulodosas de ruim carácter»<sup>64</sup>.

A morte deixa de ser insuperável. Diríamos que, nas observações metereológicas, Franzini se posicionava face à possibilidade material de melhorar o meio físico em favor do homem, cidadão de um Estado mas também de um universo, e, paralelamente, encarava a morte como acontecimento abstracto, que poderia ser gerido através de uma economia própria e distinta.

---

beram o dom da vitalidade, devemos reputar uma das mais poderosas, a influência das estações (...) dirigindo as nossas indagações sobre a lei da mortalidade em Lisboa, nos diversos meses do ano. Para este fim aproveitámos os documentos existentes na câmara municipal de Lisboa, desde que se estabeleceram os três cemitérios, onde se sepultam todos os cadáveres dos que se finam na cidade» (*Reflexões sobre a influência das estações na mortalidade dos habitantes de Lisboa*, in «Revista Universal Lisbonense», n.º 42, 21 de Julho 1842, pp. 493-494).

<sup>63</sup> «Comunicado de M. M. Franzini», publicado no *Diário do Governo*, n.º 59, 11 de Março 1859.

<sup>64</sup> M. M. FRANZINI, *Mappa do movimento necrológico de Lisboa e Belem comprehendendo o numero de cadaveres sepultados nos três cemitérios S. João, Prazeres e Ajuda, no ano de 1857*, in «Diário do Governo», n.º 44, 22 de Fevereiro 1858.

### 3. Estatística

O alargamento das atribuições do Estado «iluminado» no século XVIII carreteou o desenvolvimento dos estudos e trabalhos estatísticos («*statisticos*», segundo a ortografia da época) <sup>65</sup>. A necessidade de conhecer as potencialidades, naturais e humanas, para poder dar uso aos recursos existentes, implicou um novo olhar sobre a matemática aplicada às realidades físicas e humanas. Numa palavra, podemos dizer que a estatística se tornou uma técnica ao serviço do Estado, contribuindo, assim, para se cavarem rupturas epistemológicas nesta área do saber, comandadas, orientadas e instrumentalizadas pelo Estado. Pensamos que podemos ver aqui alguns indícios das futuras grandes alterações que o liberalismo trará. Digamos que foi o tempo de criar as condições necessárias para a concretização da viragem, visto que «Questo crescente interesse per l'utilizzazione di strumenti matematici nel campo delle ricerche statistiche e sociali era tuttavia ancora lontano dall'inquadrarsi in una precisa prospettiva filosofica e metodologica» <sup>66</sup>.

É neste entrelaçar de ideias que pretendemos projectar os trabalhos estatísticos de Marino Miguel Franzini <sup>67</sup>, porque pensamos que os seus pressupostos teóricos e a sua concretização prática nos permitem visualizar a ponte de ligação entre o Estado pré-liberal e o Estado pós 1820.

Segundo a sua definição, «*statistica*» «é a parte da economia política que abrange exclusivamente o estudo e indagação das forças, riqueza, povoação e outros quaisquer recursos de um Estado» <sup>68</sup>. Ora, esta tarefa só se tornava possível, se, sob a componente racionalista decorrente do espírito matemático, este fosse aplicado à realidade <sup>69</sup>, uma vez que «a estatística é alheia de todo o espírito

---

<sup>65</sup> «*Statistica*», forma usada no século XVIII e XIX para designar «ciência dos factos sociais expressos em termos numéricos, a qual ensina a conhecer uma nação debaixo do ponto de vista da sua extensão, população, indústria, agricultura, administração, instrução, força militar, marinha, comércio etc. em um momento dado» (*Diccionario Moraes*, vol. IV). O termo «*estadística*» engloba-se neste mais genérico e surge com a estatística da população.

<sup>66</sup> SERGIO MORAVIA, *ob. cit.*, p. 685.

<sup>67</sup> Franzini desempenhou vários cargos públicos inerentes aos trabalhos estatísticos do reino, para além dos textos que fez publicar. Entre as principais funções registemos o facto de ter sido membro das Comissões Parlamentares de Estatística, em 1821/23 e 1837/38. Foi também director da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino e do Arquivo Militar, local donde vêm datadas todas as suas observações «*estadísticas*», ou seja referentes ao censo da população.

<sup>68</sup> M. M. FRANZINI, *Instrucções Statisticas (...)*, p. 3.

<sup>69</sup> Este problema da progressiva racionalização da realidade social está magnificamente desenvolvida por Sergio Moravia, *ob. cit.*, donde extraímos o seguinte: «E le scienze, soprattutto le scienze matematiche e statistiche, apparivano gli strumenti da lui adoperati con maggior successo in quest'opera ambiziosa» (p. 687).

de sistema, compõem-se somente de factos bem averiguados, e de cálculos positivos. Não admite suposições, teorias, ou ainda mesmo probabilidades. A exactidão, a mais escrupulosa, a verdade a mais severa a distinguem particularmente e formam a base de todas as suas operações»<sup>70</sup>.

Continuando a seguir o plano orientador de Franzini, deparamos com a explicitação do método a seguir, para obter os resultados desejados; descrever um Estado, entenda-se os seus recursos e potencialidades, é como um botânico descrever uma planta.

Todos estes princípios se inserem, afinal, num ideário mais alargado; remover todos os obstáculos à felicidade pública, missão que cabe inteiramente ao Estado, mas que, todavia, este só pode levar a bom termo mediante o auxílio da ciência, através de homens de reconhecido mérito e capacidade.

Mas, para obtenção quer da felicidade pública, quer da prosperidade nacional, qual o itinerário que Marino Miguel propõe a um dos Governadores do Reino? Em primeiro lugar, havia que empreender indagações bem minuciosas e profundas, visto que «é necessário ter um conhecimento exacto do estado da sua agricultura, comércio e manufacturas<sup>71</sup>, e dos meios de aperfeiçoar cada um destes ramos»<sup>72</sup>. Em segundo lugar, o olhar do indagador deve projectar-se nos inúmeros aspectos da vida humana, em que se desdobra e multiplica o tecido social e económico.

«Deve-se conhecer exactamente a povoação do país, e as causas do seu aumento ou diminuição; o método com que se cultivam as terras, e como se acham distribuídas; o total dos bens, ou propriedades dos habitantes, e como estas se poderiam aumentar; as doenças que mais afligem o povo; as suas causas, e os seus remédios; as ocupações dos indivíduos, e os casos em que é necessário animá-las, ou reprimi-las; a situação dos pobres, e o método mais adequado para excitar a sua indústria, fornecendo-lhes trabalho, em que se empregue; o estado das escolas, e outros estabelecimentos de instrução pública; os regulamentos de polícia, e bom governo das cidades, e vilas; enfim o conhecimento de tudo o que contribui para o aumento da prosperidade nacional»<sup>73</sup>.

Um inquérito tão minucioso e perscrutador salienta-nos, de sobremaneira, o papel pedagógico e de intervenção que a ciência pode e deve adquirir. Através do seu saber, utilmente empregue, procede-se à desmontagem de um país, de um Estado, de um povo;

---

<sup>70</sup> M. M. FRANZINI, *Instruções Statisticas (...)*, p. 3.

<sup>71</sup> Agricultura, comércio e manufacturas constituem, pois, os três factores vitais em que assenta não só a prosperidade nacional, mas também a viabilidade financeira e fiscal do Estado.

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

conhece-se o passado, para perceber os erros que enfermam a sociedade; toma-se conhecimento com os males prementes do presente e daí salta-se para o projectar do Futuro.

É exactamente nesta última aposta que julgamos importante centrar a nossa atenção. O uso da estatística veicula potenciais sementes de esperança e utopia, permite formular projectos de reforma e salienta a crença nas possibilidades humanas, pois o Homem pode, e deverá, modificar os resultados que os inquéritos estatísticos lhe revelarem.

Verificamos, assim, que no discurso estatístico de Franzini se evidencia um postulado, que encerra um determinado método, mas implica igualmente assumir uma atitude dinâmica face ao real: *conhecer*.

Porém, reparemos que se trata de um conhecimento normativo: do geral ao particular, até ao mais ínfimo pormenor. Folheando as páginas das *Instrucções Estatísticas*, impressionou-nos a meticulosidade expressa, que reflecte um apurado espírito de racionalização e sistematização da realidade, bem assim como a posse de referentes culturais e científicos afinados pelo pensamento científico europeu <sup>74</sup>.

Por exemplo, para conhecer uma Comarca, impõe-se anotar a «posição geográfica, clima, extensão, limites da Comarca, sua divisão civil, militar e eclesiástica. Cidades, vilas, lugares, aldeias e casais. Povoação em geral, povoação particular de cada uma das freguesias, e seus respectivos lugares» <sup>75</sup>.

Se quisermos apenas debruçarmo-nos sobre o território, então, há que atender aos seguintes pontos:

- natureza e qualidades do terreno;
- género de cultura; preços dos jornais dos trabalhadores, segundo a estação do ano e diversidade dos trabalhos; animais

---

<sup>74</sup> Compulsando, globalmente, o seu discurso estatístico, pudemos constatar o seguinte: verificamos um certo paralelismo existente entre o Inquérito de Volney e a longa lista de referentes que Franzini menciona, através dos quais ficamos a conhecer quais os seus pontos de apoio e possíveis influências. Estabelecemos o seguinte rol: Sir John Sinclair, que efectuou a descrição estatística da Escócia; Arthur Yong; Astroemen, da Suécia; Bernstorff, da Dinamarca; Hertzberg, da Prússia; Trabalhos Estatísticos da França Napoleónica; Trabalhos Estatísticos do Império Russo; movimento da população de Nápoles, Paris, Londres e América Setentrional; a obra de Coquhom sobre riqueza e recursos do Império Britânico; *Journal Statistique de France*; Tábuas Francesas de Duvillard; Censo espanhol de 1801, de Florida-Blanca; produção estatística agrícola, de Noizet, de França; obra do Barão Dupin, membro do Institut; sistemas de impostos usados na Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Baviera, Estados Pontifícios, Sardenha, Prússia, Nápoles, Áustria e Suécia. Perante tão volumosa lista julgamos não ser demasiado ousado afirmar que Franzini se pode enquadrar nos domínios estatísticos do mundo cultural de ponta, e que o seu espírito estava aberto a influências dos mais variados quadrantes políticos. Significará isto que a Ciência podia funcionar como um elo de ligação entre as Nações?

<sup>75</sup> M. M. FRANZINI, *Instrucções Estatísticas* (...), p. 7.

- empregues na lavoura; estrumes; instrumentos de que se faz uso para lavrar a terra;
- preços do terreno, segundo a qualidade;
  - grãos frumentários; suas diversas espécies.

Após o conhecimento do inventário do território, passemos ao segundo grande domínio da Estatística — a população<sup>76</sup>. O seu principal trabalho foram as *Notícias Estadísticas sobre a extensão e população do reino de Portugal, e Ilhas do Oceano Atlântico. Mappa da população do reino de Portugal em 1820, deduzida das relações remetidas ao coronel M. M. Franzini, encarregado da Comissão de Estadística*<sup>77</sup>.

Através destas *Notícias* o Estado vai ter a possibilidade de averiguar e saber qual o potencial de população que tem, a situação em que vive, o que faz, como e onde produz. A necessidade destas meticulosas informações prende-se com as relações que devem existir entre Estado/População. O primeiro necessita conhecer as gentes existentes, para fins militares, para o lançamento e recolha de impostos, para a divisão do país em círculos eleitorais.

Seguindo o método proposto por Franzini, verificamos que ele deverá ser semelhante ao já referido, ou seja inventariar do geral até ao particular<sup>78</sup>. Por outras palavras, diríamos que se trata de matematizar e racionalizar a realidade com fins determinados, visto que «a importância das indagações estadísticas é hoje geralmente reconhecida por todos os Governos, bem persuadidos que sem possuírem um exacto inventário dos objectos que formam a riqueza das Nações, difficilmente podem acertar com as providências que meditam a bem dos povos»<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> As *Instrucções Statísticas* (...) têm também uma parte dedicada à povoação em espécies de indivíduos (Cfr. p. 7 e seguintes). Pensamos que ela terá constituído o primeiro ensaio referente ao levantamento da população, que Franzini terminará em 1820. Não esqueçamos igualmente os estudos e planos sobre a população do reino já evidenciados nas *Reflexões sobre o Regulamento do Exército* (...).

<sup>77</sup> In *Almanach Portuguez*, 1826. Estas *Notícias* foram elaboradas de acordo com o que Franzini anunciara nas *Reflexões* (...) — «Não existindo ainda em Portugal a Estadística Geral do Reino, elemento tão essencial para o seu bom governo, e de que o Autor foi há poucos meses encarregado» (*Reflexões* (...), pp. 4-5). Numa nota de rodapé das *Notícias Estadísticas* (...) é-nos explicado o seguinte — «Foi em Julho do corrente ano de 1820 que o Autor começou no Real Arquivo Militar este importante trabalho, enviando uma Circular a cada um dos Excelentísimos e Reverendíssimos Bispos do Reino, acompanhada com os Mapas e Instrumentos dirigidos a todos os Párcos das 4.054 Freguesias de Portugal, dos quais se espera as notícias pedidas, reservando-se continuar as suas deprecações às diferentes Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas» (p. 5).

<sup>78</sup> Número de: Províncias; Comarcas; Cabeças de Comarca; Freguesias; Fogos; População. Este último quadro desdobra-se em: idade dos indivíduos (subdivididos por sexos) e o número de nascimentos por ano.

<sup>79</sup> M. M. FRANZINI, *Notícias Estadísticas* (...), p. 18.

Estas providências surgem-nos explicitamente manifestadas nas *Considerações acerca da renda total da Nação Portuguesa*<sup>80</sup>. Aí julgamos ver postos em prática os pressupostos que fomos apontando, referentes à Estatística. Em primeiro lugar, este texto constitui, a nosso ver, a síntese prática da «statistica» e da «estadística», uma vez que as considerações resultam do conhecimento da «riqueza ou produção total de um povo e sua distribuição pelas diversas classes da sociedade»<sup>81</sup>, o que implica o inventário dos recursos e o da população.

Em segundo lugar, não pode passar despercebida a grande utilidade que esta síntese de informações tem para a viabilidade financeira do Estado. Diz-nos Franzini que «A desigualdade com que é lançada a décima pelas autoridades populares, sempre injustas e parciais em tempos de revolução e sem responsabilidade pelas durezas que cometem, assim como a incerteza dos prazos em que os contribuintes devem efectuar os pagamentos respectivos, que variam a capricho dos colectores, dão lugar a um sem número de vexames com gravíssimo prejuízo dos contribuintes, e sem vantagem do tesouro»<sup>82</sup>.

O modo de evitar estes vexames e injustiças passava, inevitavelmente, pelos caminhos do conhecimento e desenvolvimento da Estatística. Condição necessária e suficiente para o equilíbrio financeiro, não apenas do Estado, mas também da sua população. A ciência ao serviço da felicidade e da utilidade pública, dois grandes objectivos que Franzini nunca se cansou de defender, e que estão subjacentes, e implícitos, num derradeiro apelo das referidas *Considerações*:

«Julgamos conveniente dar publicidade a estas nossas reflexões com o fim de atenuar os preconceitos que vogam geralmente a respeito dos impostos com que está gravada a nação; servindo também este nosso pequeno trabalho para mostrar as vantagens de que alcançariam em proveito da economia política se fosse possível obter o auxílio comum a favor dos trabalhos estatísticos de que tanto carecemos, restando-nos somente o pesar de não termos o cabedal suficiente para bem desempenhar tão grave assunto»<sup>83</sup>.

Em síntese, vemos aqui enunciados os princípios estruturais do publicismo liberal de Marino Miguel Franzini em defesa de um modelo de sociedade, de uma concepção de Estado e de um conjunto de ideários e projectos ligados à realidade e às suas vicissitudes prosaicas, materiais e históricas.

---

<sup>80</sup> Editado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, 1843.

<sup>81</sup> M. M. FRANZINI, *Considerações acerca de renda (...)*, p. 3.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, p. 7, (sublinhados nossos).

#### IV — INTERVENÇÃO CULTURAL E POLÍTICA

O discurso científico pode comportar cambiantes ideológicas, políticas e culturais. O cientista, enquanto sector de ponta, ao pertencer a um espaço e tempo históricos próprios, adquire consciência de que o seu trabalho pode veicular uma mensagem que extravasará os limites restritos da ciência, sem que, contudo, tenhamos discursos a-científicos. Trata-se antes de um universo fechado, onde se movimentam pêndulos racionais, emotivos, políticos e culturais em simultâneo.

Que se passa com o discurso de Franzini, visto sob este prisma? A medida que íamos levantando as ideias da área da ciência, e as íamos confrontando com o tempo conjuntural em que foram sendo produzidas, apercebemo-nos que, por detrás da função científica dos textos, se escondiam outras «nuances» que poderiam proporcionar um outro nível de leitura. Aqui Franzini queixa-se da injusta situação em que se encontra; ali põe o dedo nalguns dos erros do Portugal oitocentista, para mais à frente encetar uma polémica pública com outro homem da ciência.

##### 1. *Agravos e críticas*

Quanto aos agravos, verificamos que eles dizem respeito ao modo como o cientista é olhado especialmente remunerado por parte das instâncias superiores e ao olhar que o Outro deita aos seus trabalhos científicos.

Quanto às queixas, pessoais e particulares, elas giram em torno da falta de pagamento sobre os trabalhos efectuados, fundamentalmente os que se referem à cartografia.

Em primeiro lugar, destaquemos a queixa que é apontada em relação aos levantamentos efectuados durante os seus embarques, como oficial da Marinha, tarefas difíceis de executar, mas úteis ao Estado. «pelo que me atrevo a pedir a V. Exa. que quisesse interceder com o Exmo. Senhor D. João de Almeida para que me quisesse considerar como oficial empregado no trabalho da Carta do Reino, e para que em consequência expedisse ordem à Tesouraria para ser contemplado de uma forma que o são outros oficiais agregados nesta mesma expedição»<sup>84</sup>.

Verificamos que o pretexto encontrado para se pedir a execução de determinada ordem à Tesouraria (donde viriam proventos pecuniários) foi o «background» cartográfico efectuado. Porém, este

---

<sup>84</sup> Petição endereçada a um oficial hierarquicamente superior, pertencente ao Real Corpo de Engenheiros, Arquivo Histórico Militar, Processo Individual, M. M. Franzini, Cx. 572, doc. s/d (anterior a 1812).

desejo expresso por Franzini não foi de fácil nem rápido atendimento. Novamente, o assunto voltou à baila em 1812:

«S. Exa. não ignora os graves sacrifícios que tenho feito para ver publicada a minha Carta Marítima, não me poupando a trabalhos e avultadas despesas para o conseguir, e é justamente no momento de colher o fruto das minhas fadigas que me vejo ameaçado de ver frustradas todas as minhas esperanças...»<sup>85</sup>.

Ora estas esperanças frustradas têm ainda a ver com o pedido anteriormente formulado. Se aqui pretendemos frisar o uso dos pretextos científicos para a ascensão profissional, não podemos também ficar indiferentes à mágoa e desalento que Franzini manifesta por o seu trabalho ter sido menosprezado pela sociedade. Eis um dos excertos elucidativos:

«... um periódico acreditado da segunda cidade do reino, quiz lançar sobre a longa série das nossas observações metereológicas, que representam a estatística dos meteoros e do clima, e são a base fundamental da geografia física do globo, e de transcendentales aplicações à agricultura, navegação e medicina, nas quais o sábio redactor do periódico, só divisou a pueril curiosidade de contar as pingas de água que caíam dos telhados de Lisboa. Este desapego às indagações importantes e positivas, o nosso natural desleixo e apoucadas ideias sobre a importância de tais assuntos...»<sup>86</sup>.

Perante acusações como estas que lhe foram feitas, a pena de Franzini ganha novos fôlegos, e adquire uma dimensão de maior projecção. Ainda a propósito da metereologia, e como resposta directa à alusão do periódico do Porto, apressa-se a escrever:

«Sem observações metereológicas não se conhece o clima do país, e sem este conhecimento as suas fontes de riqueza podem ser estéreis. Acerca do quanto importante é saber regularmente a mortalidade de qualquer cidade ou povoação, não diremos coisa alguma, porque o senhor Marreca, em um dos seus substanciais artigos já provou o que vale uma tábua de mortalidade. Já se vê que não pode ser criticado o único homem que em Portugal se dedica a estes trabalhos»<sup>87</sup>.

Sendo Franzini o único homem que se dedicou a trabalhos de observações metereológicas logo, homem de ponta deste saber, não estranharemos que no seu formulário de cientista deparemos com a desmistificação de situações tidas como dogmas ou irresolúveis. Há, cremos, um duplo sentido crítico; de um lado a frontalidade

---

<sup>85</sup> Arquivo Histórico Militar, Processo Individual — M. M. Franzini, Cx. 464, doc. 15 de Novembro 1812.

<sup>86</sup> M. M. FRANZINI, *Considerações acerca da renda total (...)*, p. 3.

<sup>87</sup> *Revista Universal Lisbonense*, n.º 42, 21 de Julho 1842, p. 496.

em apontar situações erradas, por outro a pertinência de delinear possíveis saídas.

Olhemos com particular acuidade o que nos é dito acerca das pestilências de Lisboa:

«Já se não contesta que as três grandes enfermidades epidémicas que devastam a espécie humana, a cólera asiática, a peste negra ou bubónica, e a febre amarela têm a sua sede permanente nos grandes deltas do Ganges, do Nilo e do Mississipi. É portanto por analogia que deveremos presumir que também o nosso pequeno delta pútrido subterrâneo dos canos de esgoto de Lisboa, e o que especialmente abrange o litoral da capital, desde o Beato António até Alcântara e Belém, que aumenta anualmente e que tem feito inabordáveis todos os cais da cidade na baixa mar (...) Talvez que as epidemias de tifos que apareceram em Lisboa nos anos de 1847, 1848 e 1849, as quais levaram 3.500 vítimas, além das que a natureza exige anualmente à povoação de Lisboa, sendo facto incontestável que as evaporações deletéreas da ribeira de Alcântara tem já produzido repetidas vezes a aparição de tifos perniciosos nos moradores marginais»<sup>88</sup>.

Que solução? Promover o saneamento de esgotos da capital, evitar as acumulações de águas estagnadas, saber aproveitar a quantidade de pluviosidade caída em Lisboa<sup>89</sup>. Assim, se ensaia o progresso e melhoramento da população, assim se dizem algumas verdades...

É com este último aspecto que queremos finalizar o apontar de alguns exemplos do uso do discurso científico, sob o ângulo dos agravos e das críticas. Denunciando o falso progresso, Franzini, num cuidado e pertinente artigo da *Revista Universal Lisbonense*, denuncia publicamente, e em nome do saber da ciência as devastações florestais que a procura de carvão vegetal vinha a provocar.

«Já em outras ocasiões ponderámos os inconvenientes ruinosos que resultam de tão mal avisado sistema de devastação; porém como nunca serão sobejamente repetidas estas verdades, acrescentaremos ao que já publicámos, que as repetidas observações, feitas em nossos tempos provam que a devastação das matas altera essencialmente a natureza dos climas, expondo-os às alternativas atmosféricas, diminuindo a chuva anualmente, e por consequência as fontes e mananciais interiores da terra.

Os arvoredos guarnecendo e aformoseando com suas frondosas sombras os cumes e encostas das montanhas além das preciosas produções que oferecem quase gratuitamente purificam a atmosfera

---

<sup>88</sup> M. M. FRANZINI, *Diário do Governo*, n.º 44, 22 de Fevereiro 1858, p. 233.

<sup>89</sup> Cfr., nesta Parte I, com «O Saber da Ciência — 2. Metereologia».

absorvendo o gás ácido carbónico, que substituem por gás oxigenado, ou ar vital por excelência (...) <sup>90</sup>.

É, pois, incrível como apesar de tão palpáveis benefícios, continue em Portugal o fatal sistema da destruição dos arvoredos, existindo um rancor popular contra a mais bela produção da natureza do reino vegetal: basta lançar os olhos pelos escavados contornos da capital para nos convenceremos desta triste verdade...» <sup>91</sup>.

Este actual, e ainda pertinente excerto, confirma-nos, plenamente, a hipótese de que um discurso científico pode adquirir uma função de intervenção político-cultural.

No exemplo vertente, o problema do sistemático abate de árvores não era só um problema resolúvel pela imposição de medidas proibitivas. Tratava-se, fundamentalmente, de um problema cultural, fazer perceber ao comum dos cidadãos, e também ao poder instituído, a necessidade que havia de fruir dos bens naturais, de um modo racional para não comprometer, irremediavelmente, o saudável desejo de obter a máxima fruição dos bens e virtudes da benemérita Natureza!

## 2. A polémica com Filipe Folque

A polémica pública, que se estabeleceu entre Marino Miguel Franzini e Filipe Folque, teve como pretexto, e como ponto de partida, a publicação do trabalho do engenheiro Charles Bonnet: *Algarve. Description Géographique et Géologique de cette province. Ouvrage approuvé et imprimé par l'Académie Royale des Sciences de Lisbonne*, 1850 <sup>92</sup>.

Para percebermos as tomadas de posição de Folque/Franzini, devemos ter em conta que Bonnet levou a cabo os seus estudos e trabalhos com apoio directo de Marino Miguel. Diz Bonnet que: «J'adresse mes remerciements à toutes les personnes qui ont bien voulu m'aider de leurs conseils, et en particulier à Monsieur Franzini, connu dans le monde savant par ses travaux scientifiques (...)» <sup>93</sup>.

Foi deste acordo científico que nasceu a polémica, despoletada com a publicação de um artigo de Franzini, intitulado *Notícias acerca dos Trabalhos da Comissão Geológica dirigida por Mr. Charles Bonnet*,

---

<sup>90</sup> Esta questão, que hoje apelidaríamos de ecológica, teve um ciclo periódico de artigos. Cfr. *O Panorama*, vol. I, n.º 12, 22 de Julho 1837, pp. 91-95 e vol. II, n.º 48, 31 de Março 1838, pp. 98-100.

<sup>91</sup> *Revista Universal Lisbonense*, n.º 16, 7 de Dezembro 1843, pp. 183-184.

<sup>92</sup> Inicialmente foi apresentado à Academia das Sciencias de Lisboa um relatório da expedição científica empreendida ao Algarve. Posteriormente a referida Academia faria publicar este trabalho.

<sup>93</sup> CHARLES BONNET, *Algarve* (...), p. 2.

nas suas explorações à Província do Alentejo em 1849<sup>94</sup>. Nestas notícias, afadiga-se Franzini em dar os mais rasgados elogios ao trabalho empreendido pela Comissão dirigida por Bonnet, para além de chamar a atenção do público leitor para a importância destes trabalhos<sup>95</sup>, empolgando, simultaneamente, a necessidade que o governo tem de continuar a incentivar este tipo de expedições, indispensáveis ao conhecimento científico do país.

Exposta a situação, vamos ao texto de Filipe Folque<sup>96</sup>, que levanta desde logo um problema conjuntural, e não apenas razões científicas.

«A imensa publicidade que S. Exa. deu ao seu artigo; e a escolha da época, próxima da discussão do Orçamento etc., tudo nos leva a acreditar, que S. Exa. procura indispor a opinião das Câmaras, do Governo, e do público contra os Trabalhos Geodésicos e Topográficos do Reino, a fim de se anular a verba do Orçamento, que lhes é destinada. Será possível que S. Exa. o consiga? Se tal acontecer, não lhe invejamos a glória; a história das ciências lhe fará a justiça devida; e no silêncio do nosso gabinete lamentaremos esta vergonha nacional»<sup>97</sup>.

Esta a primeira causa que pensamos detectar; a outra tem a ver com os cargos que ocupa e que Folque explicita da seguinte maneira:

---

<sup>94</sup> Publicado na *Revista Universal Lisbonense*, n.º 26, 21 de Fevereiro 1850, pp. 230-233. O texto foi também publicado em separata. Anteriormente o *Diário do Governo*, n.º 7, 8 de Janeiro 1849, (p. 35) havia feito publicar o seguinte artigo — *Descrição physica e geologica do Reino do Algarve*, onde se afirma a determinado momento: «A obra é acompanhada de um mapa geográfico extraído e desenhado na escala de 1/2000.000 sobre a Carta Real do Reino de Portugal (ainda inédita) do coronel Franzini, que teve a franqueza de lha prestar, cujo mapa foi adicionado e rectificado, principalmente na parte relativa às posições e direcção das serras e de alguns ribeiros». Foi em torno desta Carta Real do Reino de Portugal, na escala de 1/200.000, que FILIPE FOLQUE vai fazer recair os seus azedos comentários.

<sup>95</sup> Da globalidade do texto destacaremos o seguinte passo que nos abaliza a perceber o entusiasmo que impulsionou Franzini — «Além de tão inumeráveis trabalhos a Comissão coligiu oficialmente e officiosamente um grande número de documentos estatísticos acerca da população, produções agrícolas e fabris, existência de toda a qualidade de gados, instrução pública e outros objectos da maior importância, de maneira que poderá oferecer um precioso quadro estatístico dos diversos concelhos, o qual até ao presente se não possuía» (*Revista Universal Lisbonense*, n.º 26, 21 de Fevereiro 1850, p. 232).

<sup>96</sup> FILIPE FOLQUE, coronel graduado do corpo de Engenheiros, lente da Escola Politécnica e Director Geral dos trabalhos geodésicos do reino. À altura da polémica havia já apresentado à Academia das Sciencias uma *Memória sobre os Trabalhos Geodésicos executados em Portugal*, 1844. Cfr. INOCÊNCIO F. SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. II, pp. 297-298.

<sup>97</sup> FILIPE FOLQUE, *Várias Reflexões a um artigo do illustrissimo e excellentissimo senhor Marino Miguel Franzini sobre os trabalhos geodésicos e topográficos do reino*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1850, p. 24.

«Nestas circunstâncias, S. Exa., publicando o seu artigo, necessariamente se devia lembrar, que nos lançava uma luta, que por diversas considerações não era possível deixarmos de levantar, como Professor de Astronomia e Geodesia numa das principais escolas do Reino, como oficial da Arma de Engenheiros, e muito principalmente como Director dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos»<sup>98</sup>.

Filipe Folque sentiu-se posto em causa com os alargados elogios que Franzini teceu aos trabalhos de Charles Bonnet, e quase ousaríamos dizer que profundos receios haveria com possíveis comparações. Se o ataque/debate se polarizou, aparentemente, em redor de questões científicas, especialmente os trabalhos cartográficos de Franzini e o seu projecto de levantar uma Carta Geral de Portugal à escala de 1/200.000, por outro lado, não se torna menos nítido que houve razões pessoais para a destemperada escrita de Folque<sup>99</sup>.

É com base nas conclusões premeditadas, ou não, que as *Várias Reflexões* funcionam como libelo de ataque, ou auto-defesa, em que a ironia se tornou uma presença constante.

Acerca da sugestão da Carta Topográfica de Portugal, ironiza Folque:

«Não fiquei homem não, mas mudo e quedo. E junto de um penedo outro penedo. O modo verdadeiramente poético por que este orçamento foi feito referente à Carta Geral do Reino, transportando pelo pensamento o nosso Portugal para Inglaterra, a fim do retrato lhe ser tirado por artistas ingleses, é realmente muito original»<sup>100</sup>.

Franzini, inevitavelmente, não poderia ficar indiferente perante tão astuciosa prosa. Num contundente artigo-resposta<sup>101</sup>, informa o público que Filipe Folque «invertendo completamente as minhas intenções para fazer acreditar que reputo inútil e perdida toda a despesa que para tão útil fim se empregar; mas como não tenho a felicidade de possuir e manejar a punjente e desabrida linguagem que S. Exa. empregou no seu folheto, a qual nunca poderei imitar, quero por isso renunciar a qualquer ulterior discussão a semelhante respeito, atendendo à desigualdade de nossas armas»<sup>102</sup>.

---

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>99</sup> Num arrojo de sapiência onipotente, FOLQUE recusa e refuta o saber de FRANZINI, lembrando que «Antes de começarmos no desenvolvimento do assunto, de que nos vamos ocupar, é indispensável, que fixemos claramente os pontos da discussão, porque na verdade a linguagem de S. Exa. sobre estas matérias é muito pouco técnica, e por isso custa a entender» (*Idem, ibidem*, p. 4).

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, pp. 5-6.

<sup>101</sup> M. M. FRANZINI, *Breves Reflexões sobre o folheto do sr. Filipe Folque que tem por título trabalhos geodésicos e topográficos do reino*, Lisboa, tip. Revista Universal Lisbonense, 1850.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

Franzini assumiu o discurso pseudo-científico de Filipe Folque como um ataque injusto, mal alicerçado e com conotações pejorativas. Tudo isto foi ainda agravado por se se tratar de discussões estéreis acerca de assuntos que deveriam obter consenso, para se poder concretizar o avanço científico que Portugal tanto carecia. Objectivo que Franzini sempre defendeu e procurou dar o seu melhor contributo.

A partir da legitimidação que o tempo concedeu aos primeiros trabalhos geográficos, Franzini apresenta-se perante o olhar do Outro, e sobrepõe-se face aos recém-chegados, que parecem ignorar todos os antecedentes culturais e científicos do País. Consciente, e porque não orgulhoso, do seu passado, Marino Miguel objectiva e pertinentemente lembra a Filipe Folque o seguinte:

«... há mais de quarenta anos tem servido a Carta Hidrográfica e guiado as rotas da maior parte das embarcações que demandam as costas deste reino e que mereceu a distinção de ser adoptada pelos almirantes de Inglaterra e França (...); *porém seja-me lícito lembrar-lhe que os pequenos trabalhos foram espontâneos e gratuitos, e que jamais recebi por eles remunerações pecuniárias ou honoríficas, excitado somente pelo desejo de ser útil tributando constantemente a mais sincera admiração ao merecimento alheio, pelo que julgava ter adquirido direito a merecer consideração e justiça*»<sup>103</sup>.

Subjacente a esta polémica pseudo-científica, e olhando atentamente as diferentes matizes do discurso de Franzini, parece-nos que podemos nele encontrar, por um lado, uma certa desilusão sobre a sociedade que o rodeia, e gradualmente o vai esquecendo..., por outro, um homem que, na etapa final da vida, em que a pujança dos verdes anos cedeu lugar às recordações do passado, afirma que *julgava* ter adquirido direito a merecer considerações, e não ataques virulentos, injustificados e mal intencionados.

Afinal, pela mediatização do discurso científico, muito se pode afirmar, transmitir ou insinuar: aparentemente inócuo e unilateral ele pode acarretar inúmeras leituras polissémicas. Pretendemos deixar aqui presentes algumas delas, que têm a ver com as várias «nuances» do tempo histórico, e que estão ligadas ao tempo da curta duração, logo conjuntural mas que podem abrir várias frestas para um outro tempo de maior fôlego e dimensão, tornando inteligível alguns significativos espaços obscuros da nossa história cultural e política oitocentista.

---

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, pp. 5-6 (sublinhado nosso).



## PARTE VI

### ASPECTOS DE UM PENSAMENTO LIBERAL

O pensamento liberal comporta uma potencial e variada carga historicista. Por detrás dos grandes princípios basilares de *Liberdade*, *Igualdade*, e *Fraternidade* firmados e divulgados pela Revolução Francesa, um sinuoso e complexo caminho foi trilhado pelo pensamento humano<sup>1</sup>. O século XVIII foi o ponto de chegada; o XIX o tempo de divulgação e implantação decisiva dos novos ideais, acelerado pela cambiante política que fez despoletar a revolução, signo de magia e utopia, em tempos e lugares diferentes<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr. ANDRÉ VACHET, *ob. cit.* As raízes profundas do liberalismo ultrapassam largamente o espaço temporal do século XVIII. Os «founding fathers» do liberalismo situam-se nas viragens efectuadas a partir do final do século XV, quando o mundo começou a movimentar-se, material e espiritualmente. «The story of liberalism, as liberals tell it, is rather like the legend of St. George and the dragon. After many centuries of hopelessness and superstition, St. George, in the guise of Rationality, appeared in the world somewhere about the sixteenth century. The first dragons upon whom he turned his lance were those of despotic kingship and religions intolerance. These battles won, he rested a time, until such question as slavery, or prison conditions, or the state of the poor, began to command his attention...» (KENNETH MINOGUE, *The Liberal Mind*, p. 1. Cfr. também HAROLD LASKI, *The Rise of European Liberalism*, e as obras clássicas de PAUL HAZARD, *Crise da Consciência Europeia*, e *O Pensamento Europeu no Século XVIII*). (As referências bibliográficas completas encontram-se na Bibliografia).

<sup>2</sup> Numa perspectiva alargada do liberalismo, podemos considerar a revolução inglesa como o marco simbólico do despoletar de um movimento revolucionário, retomado no final do século XVIII e acelerado no século XIX. «Schématiquement, on peut dire qu'il exista deux révolutions dans l'Angleterre du milieu du dix-septième siècle. La première, celle qui réssuit, établi les droits sacrés de la propriété (abolition des tenures féodales, disparation des impôts arbitraires), donna le pouvoir politique aux possédants (...) et

Mas, para chegar a esta etapa triunfante a História das Ideias, inerente e decorrente do Liberalismo, como ideologia, como doutrina económica e social, como princípios morais, éticos e culturais, é extremamente vasta e absorvente. Após termos deambulado durante tanto tempo sobre o tema, através de um catalizador denominado Marino Miguel Franzini, apercebemo-nos como, e de que modo, o produto final, que designaríamos por Liberalismo, comporta diferenciados princípios políticos e culturais.

Das diferentes leituras da figura de Franzini emergem duas linhas de orientação que definem a imagem pública que ele construiu, e que se reflectiu nos vários conscientes colectivos do século XIX. Franzini da ciência, Franzini ao serviço do Estado (liberal). Dentro de uma possível compartimentação conceptual da ideologia liberal, que viagens o seu labiríntico pensamento efectuou? <sup>3</sup>.

## 1. Ciência

A primeira imagem que temos de Franzini, recordamos uma vez mais, é a do homem da ciência, habituado a lidar com as novidades e as inovações que os ventos europeus foram soprando até nós, por diferentes meios de mediatização. Da Real Academia dos Guardas Marinhas, passando pelo meio vivencial e cultural da família Franzini, deparámos regularmente com Marino Miguel preocupado, e ocupado, com os assuntos referentes às ciências que cultivava (fundamentalmente, cartografia, estatística e meteorologia), bem assim

---

supprima tout ce qui pouvait faire obstacle au triomphe de leur idéologie, c'est-à-dire de l'éthique protestante. La seconde fut la révolution qui n'eut jamais lieu, bien qu'à plusieurs reprises elle menaçât d'éclater...» (CHRISTOPHER HILL, *Le Monde à l'Envers*, p. 15). As gerações vindouras viriam a instrumentalizar este passado, inconformista, adaptando-o às suas próprias experiências e condições de existência. Da revolução americana à revolução francesa medeia um curto espaço de tempo, mas elas, ainda que afastadas pela imensidão do Atlântico, tornaram-se o «grau zero» do modelo revolucionário protagonizado pelos ideários do liberalismo. «O que a revolução tornou evidente foi essa experiência de ser livre, que era uma experiência nova (...). E esta experiência relativamente nova, pelo menos para os que a fizeram, era ao mesmo tempo a experiência que revelava a capacidade humana de começar algo de novo. Estas duas coisas juntas — uma nova experiência que revelava a capacidade humana para a novidade — estão na base do tom enfático que se encontra na Revolução Americana e na Revolução Francesa...» (HANNAH ARENDT, *Sobre a Revolução*, p. 33. Cfr. também FELIX PONTEIL, *La Pensée Politique depuis Montesquieu*, especialmente o capítulo «les thèses du libéralisme révolutionnaire», pp. 60-89).

<sup>3</sup> O texto que se segue funciona como uma possível, e potencial, resposta, na qual pretendemos axiomatizar e sistematizar os conceitos que manifestamente se reflectiram no «todo» coerente que foi o «idealizar» e o «realizar» de Franzini, onde se cruzaram olhares filosóficos, científicos e políticos sobre as questões económicas e financeiras do Estado liberal, do Portugal oitocentista.

com os proventos utilitários que estas, quando associadas e aperfeiçoadas pela técnica <sup>4</sup>, podem proporcionar ao indivíduo e à sociedade.

Ciência e técnica, duas componentes de um mesmo pensamento, conjugaram-se numa prática diária, quer vivencial e humana, quer elevada aos mais altos desígnios do Estado e da Nação, erguendo-se de viva voz para acabar com a superstição e o obscurantismo.

Desta aliança podia-se forjar um presente e um futuro histórico, intervindo, pela via da ciência, na (re)edificação de um trajecto histórico vindouro.

Ciência e técnica, afinal, também duas vias que, decorrentes de um esforço de racionalização, próprio do espírito científico da época liberal, fizeram ressaltar um importante aspecto das ideias liberais: *a humanização da Ciência*. Não esqueçamos que «Ceux d'entre eux qui ont été formés par l'astronomie newtonienne abordent les sciences naturelles avec la volonté d'y trouver des lois, et nom seulement des faits, d'étudier l'activité de la nature e nom plus d'admirer les oeuvres de Dieu» <sup>5</sup>.

Franzini, alistando-se num dinâmico e algo irrequieto conceito de ciência, projectou o seu trabalho pessoal em prol da utilidade de estudar a actividade da natureza, onde o que fundamentalmente contava era atingir uma outra etapa do conhecimento humano. «Si l'utilité intervient en tant que soutien de l'imagination, il en résulte qu'elle n'est pas cause fondamentale de l'action, mais seulement, pour ainsi dire, motivation additive; c'est toutefois cette motivation qui exige que l'effort soit récompensé, nom seulement par son seul exercice, mais encore par la perspective de la réussite dans la tache accomplie. Tout se passe donc comme si la réussite constituait la véritable finalité de l'action entreprise» <sup>6</sup>.

É neste esforço de «réussite» que interpretamos e explicamos o paciente trabalho de observar, anotar, sistematizar e lançar hipóteses e descobertas, por parte de Franzini. A ciência que perspectiva um novo olhar sobre o real, e que impele Marino Miguel a saltar do seu espaço de saber individual para um saber social, atravessando um deserto, aqui, no Portugal oitocentista, no sentido de galvanizar

---

<sup>4</sup> Franzini sempre se mostrou aberto e receptivo às inovações técnicas. Se cada inovação tem um tempo próprio de vida, uma vez que é ultrapassada pela próxima inovação, não há dúvida que «En supposant même que les savants et les ingénieurs soient toujours assez inventifs pour apporter les idées nouvelles qui prendront le relais des anciennes, et pour trouver les moyens de parer aux pénuries qui peuvent se produire (...) (dans) un sens plus large, en s'adaptant efficacement à l'environnement matériel et humain, de façon à réduire au minimum autres coûts externes» (DAVID LANDES, *ob. cit.*, pp. 13-14). Cfr. também Parte V, no que toca à «metereologia» e «intervenção cultural e política».

<sup>5</sup> JACQUES ROGER, *ob. cit.*, p. 750.

<sup>6</sup> DIDIER DELEULE, *ob. cit.*, p. 29.

a atenção e a opinião do poder político e dos conscientes colectivos de então...<sup>7</sup>.

No espaço em que viveu, e se movimentou, Franzini tornou-se porta-voz de algo que se havia libertado: a ciência e o espírito científico; como David Landes nos lembra no seu «Prometeu Libertado», ciência «était la passerelle idéale entre la rationalité et la domination (...) elle permit de réagir avec plus d'efficacité devant l'environnement naturel et humain et de le manipuler»<sup>8</sup>.

É exactamente nesta «passerelle idéale» que nos vamos fixar para tentar discernir o invisível encadeamento de outros conceitos que, em simultâneo, se cruzaram e entrelaçaram no pensamento do nosso liberal.

## 2. Natureza

A ciência, iluminada e reforçada pela força da Razão, libertou o mundo da magia, destruiu mitos fantasmagóricos e fantásticos, trouxe à imaginação humana o precioso sustentáculo do saber<sup>9</sup>. Na reciprocidade que o espírito humano estabeleceu entre ciência/natureza, o cosmos, o mundo e o homem mudaram, e tudo surgiu renovado e jovialmente remoçado. A Natureza surge, então, como um espectáculo grande, magnífico e esplendoroso, para uso e encanto do Homem. Paralelamente, ao redimensionar-se o Homem com Deus, perspectiva-se um novo espírito religioso, liberto de grilhetas vingativas e tirânicas. Por fim, (the last, but not the least...) vislumbra-se

---

<sup>7</sup> Sob a perspectiva do olhar da ciência sobre o Real, sobre o humano e o material, arredando o imaginário ou o misterioso insondável, cfr. G. GUSDORF, *De l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*, pp. 15 e ss. Quanto ao trabalho de FRANZINI que se insere neste esforço de aplicação científica, colocamos os numerosos artigos meteorológicos, onde, ao lado das observações térmicas e pluviométricas, FRANZINI se afadiga em explicar aos leitores da *Revista Universal Lisbonense*, do *Panorama*, do *Diário do Governo* ou do *Jornal da Sociedade das Sciencias Médicas*, qual a utilidade, e razão de ser, daquelas minuciosas e rigorosas observações. No que toca ao poder político, como esquecer, por exemplo, os seus escritos estatísticos onde se procura demonstrar a grande utilidade de mandar efectuar observações estatísticas, extensivas a todo o reino?

<sup>8</sup> DAVID LANDES, *ob. cit.*, p. 41.

<sup>9</sup> Sobre o papel libertador da «Aufklärung» cfr. ADORNO E HORKHEIMER, *La Dialectique de la Raison*, pp. 20-77, onde nos damos igualmente conta como esta força libertadora se torna, numa fase posterior, numa nova grilheta opressora. A Razão liberta e oprime, reciprocidade que nos é explicitada do seguinte modo: «Aujourd'hui, au moment où l'Utopie de Bacon, la «domination de la nature dans la pratique», est réalisée à une échelle tellurique, l'essence de la contrainte qu'il attribuait à la nature nom dominée apparaît clairement. C'est la domination elle-même. Et le savoir, dans lequel Bacon voyait la «supériorité de l'homme», peut désormais entreprendre de la détruire. Mais en regard d'une telle possibilité, la Raison, au service du présent, devient une imposture totale pour les masses» (p. 57).

que as forças naturais podem, e devem, proporcionar uma fruição espiritual, mas acima de tudo material, donde vai emergir uma nova antropologia económica.

Foi também neste espaço incomensuravelmente aberto, de uso e domínio da natureza, que vimos movimentar-se Marino Miguel, enquanto cidadão individual, enquanto alto funcionário do Estado.

As três perspectivas acima assinaladas encontram-se repercutidas e enraizadas nos seus textos.

Por diferentes critérios de aferição, por onde passaram o tomar contacto com a cultura e as ideias da época, pudemos estabelecer finais teias de ligação, e um diálogo invisível, mas de modo algum surdo, entre as ideias materialistas setecentistas, e as liberais de oitocentos.

Pequenos pormenores que hoje talvez não sejam significativos, ou pelo menos olhamo-los com certa displicência e monotonia rotineiras, mas, quando confrontados com o tempo histórico que os produziram, revelam e desvendam as ideias que circulavam, as novas e as velhas, o tradicional e a novidade...

Do confronto dos textos de Franzini com o estudo global de uma época, onde se reflecte o cariz historicista das ideias, e porque não também da cultura..., pudemos isolar as três cambiantes diferenciadas do conceito de Natureza. Num relance retrospectivo, à roda da figura central deste trabalho, podemos pôr em evidência três possíveis desdobragens e instrumentalizações de uma mesma ideia, que nasceu, cresceu e frutificou abundantemente em prol da materialidade humana.

Por exemplo, da colaboração que Franzini deu à imprensa portuguesa emergem tiradas que se enraízam no postulado do mundo feito máquina, ou do espectáculo incessante, e agora compreensível, da natureza<sup>10</sup> e que se aproximam do espírito de Buffon:

«La Nature est le système des lois établies par le Créateur pour l'existence des choses et pour la succession des êtres. La Nature n'est point une chose, car cette chose serait tout, la Nature n'est point un être, car cet être serait Dieu: mais on peut la considérer comme une puissance vive, immense, qui embrasse tout, qui anime tout, et qui, subordonnée à celle du premier Être, n'a commencé d'agir que par son ordre et n'agit encore que par son concours ou son consentement. Cette puissance est de la Puissance

---

<sup>10</sup> «Os variados fenómenos, de que é teatro a atmosfera, graciosa e brilhante uns, sublimes e terríveis outros, deram por muitos séculos alimento à cega credulidade dos povos, e à imaginação escandecida de escritores mais apaixonados do maravilhoso e sobrenatural do que amantes da verdade: vogaram por muito tempo opiniões e crenças extravagantes acerca dos espectáculos, que nos oferece a criação; porque sempre foi mais fácil acreditar de pronto do que entrar em laboriosas pesquisas...» (*Metereologia* (...), in «O Panorama», n.º 12, 22 de Julho, 1837, vol. I, p. 91).

divine la partie qui se manifeste; c'est en même temps la cause et l'effet, le mode et la substance, le dessein et l'ouvrage: bien différente de l'art humain, dont les productions ne sont que des ouvrages morts, la Nature est elle-même un ouvrage perpétuellement vivant, un ouvrier sans cesse actif, qui sait tout employer, qui travaillant d'après soi-même toujours sur le même fonds, bien loin de l'épuiser, le rend inépuisable: le temps, l'espace et la matière sont ses moyens, l'Univers son object, le mouvement et la vie son but»<sup>11</sup>.

Este olhar dinâmico e activo sobre uma natureza viva propõe, assim, não apenas a emancipação da realidade humana, mas sobretudo uma nova dimensão de inteligibilidade, onde se destaca a autonomia das capacidades humanas.

Deste modo, é natural que o novo binómio, Homem/Natureza, inaugure uma nova idade religiosa, porque «dans l'univers newtonien, il n'y a plus de place pour le miracle; l'ordre des valeurs, au lieu de viser à la gloire transcendente et gratuite de Dieu, obéit à des fins utilitaires, pour le service des hommes»<sup>12</sup>.

Finalmente, na decorrência dos «fins utilitários», postos ao dispor do Homem, vem inevitavelmente a fruição material e económica das forças naturais. E, esta surge como um factor próprio, intrínseco e inerente ao liberalismo; ela foi o resultado de um importante e assinalável salto epistemológico, que o pensamento, as ideias e a cultura haviam previamente transposto.

E se podemos aqui entroncar os textos estatísticos de Franzini, que nos posicionam materialmente face às forças naturais, de um país real e concreto, situado num período preciso e determinado, não podemos, de facto, esquecer, ou subestimar, a ultrapassagem de certas pedras angulosas. Talvez, assim, se torne mais perceptível, e conseqüentemente mais valorizada, a sua leitura «statistica» da natureza. Ela propõe-nos o conhecimento e a inventariação dos tesouros recônditos de uma natureza variada e rica em potencialidades (desconhecidas).

E mais uma vez, há que interferir na engrenagem franziniana, para fazer ressaltar que existiram canais de mediatização, para que Franzini pudesse aperfeiçoar o seu princípio basilar — «conhecer as reais potencialidades do país». Como esquecer, ou passar por cima, da importância de possíveis magistérios pedagógicos, vindos além fronteiras, fundamentalmente, de Espanha, de França e de Inglaterra?<sup>13</sup>. Afinal, uma teia mais a juntar às muitas outras que o tempo teceu, entre Franzini e os ventos culturais de então...

---

<sup>11</sup> *Apud* GEORGES GUSDORF, *Dieu, la Nature et l'Homme*, p. 309.

<sup>12</sup> G. GUSDORF, *ob. cit.*, p. 56. Quanto aos textos de Franzini, onde julgamos poder ver inflectidas estas ideias, continuamos a reportarmo-nos aos textos meteorológicos e às suas variadas abordagens.

<sup>13</sup> Sobre a importância de conhecer a realidade dos países e as suas potencialidades cfr. JOANA KITCHEN, *ob. cit.*; S. MORAVIA, *ob. cit.*; RICHARD HERR, *España y la Revolución del siglo XVIII*, (4.<sup>a</sup> ed.), ed. Aguilar, Madrid, 1974.

### 3. Felicidade

Quantas vezes deparámos com expressões como «a felicidade do maior número», «felicidade dos povos», «felicidade do Estado», etc., quando deambulámos em redor dos textos de Franzini?<sup>14</sup> Contabilizá-las, talvez nos fornecesse a frequência do léxico usado, ou a proemiência de um vocabulário sociabilizado e indistintamente empregue.

Mas, quando enquadramos essas expressões numa visão global, que estamos gradualmente a desmontar, peça a peça, o resultado é francamente mais animador, e, talvez, revelador de segredos olvidados pelo tempo.

Contrapondo o tema da Felicidade aos outros já aqui trazidos, verificamos que, de um lado, ele nos vem de uma decorrência conceptual e abstracta, de outro, constitui um ponto de passagem, e paragem, obrigatório, quando queremos olhar e entender as possíveis componentes da ideologia liberal.

Se os princípios do liberalismo consagraram o tema da felicidade, este foi revelado e divulgado por diferentes vias. Quais?

Conhecer a natureza e usufruir dos seus bens conduz a uma felicidade hedonista, próxima de valores éticos e morais<sup>15</sup>; mas o prazer advindo da felicidade pode ser levado até às suas últimas consequências e, quando distribuída por todos, adquirir um estatuto social, ao contribuir para o equilíbrio de toda a sociedade e de todos os homens em simultâneo. Trata-se também de gerar uma felicidade material, palpável e concreta. Assim, a Felicidade desce do plano idealista e hedonista para o plano humano, das realidades sociais. A harmonia de interesses e o progresso humano só serão possíveis quando o princípio do «the greatest happiness of the greatest number»<sup>16</sup> for aplicado.

Também em Franzini tivémos oportunidade de visualizar a perspectiva da harmonia de interesses, aparentemente incompatíveis,

---

<sup>14</sup> Fundamentalmente cfr. Parte II — «Comentário Bibliográfico» e Parte III — «O Paradigma das Revoluções», onde o tema aparece esplanado por diversas vezes.

<sup>15</sup> Cfr. A. VACHET, *ob. cit.*, pp. 88 e seguintes, e G. GUSDORF, *Les Idéologues*, pp. 253 e seguintes. Sobre as origens do tema registamos que: «La pensée sensualiste du XVIIIème siècle fait de la recherche du bonheur l'une des fins legitimes de l'être humain, depuis Shaftsbury et Fontenelle jusqu'à Helvetius et Bentham. Le thème d'un calcul des plaisirs et des peines introduit une mathématisation de la vie morale, dont l'intention est de parvenir, en fin de compte, à un salde positif des plaisirs. Le vivant humain s'efforce, de par sa nature, de parvenir à la satisfaction des exigences constitutives de son être» (GUSDORF, *ob. cit.*, pp. 255-256).

<sup>16</sup> Cfr. ELIE HALÉVEY, *The Growth of Philosophic Radicalism*, London, Faber and Faber, 1972, que nos evidencia as diferentes «nuances» e aplicações do radicalismo filosófico, utilitarismo, assente no princípio «da felicidade do maior número».

porque individuais, mas quando aglutinados e congregados, estabelecem a felicidade de um todo coerente. Temos, assim, que o grande tema da Felicidade pode, e deve, segundo pensamos, ser desdobrada em duas perspectivas: uma individual, outra social.

A primeira tem a ver, directa e exclusivamente, com o Homem, cidadão individual e em liberdade, que pretende atingir a maximização da possibilidade de fruição, numa plena e total felicidade. Recordemos o Franzini militar, que, inevitavelmente, clama por aumento de vencimentos, ou reclama uma maior compensação material para os seus esforços científicos. O indivíduo que procura atingir a plenitude de algo a que tem direito, por inerência à sua condição humana, como funcionário de um Estado, e, acima de tudo, ao seu estatuto de Cidadão.

Mas, Felicidade tem também a ver com a sociedade e o tecido social, fina teia de interesses e anseios individuais, que podem e devem ser materializados. Porém, neste caso, esta categoria do pensamento liberal, engendra outros mecanismos, ao estabelecer, por exemplo, uma hierarquia de penas e recompensas, onde se salva-guarda e privilegia a felicidade do TODO, em detrimento da felicidade individualizada, e puramente egoísta, e, conseqüentemente, perversa e anti-social. E quando Franzini passa do estatuto de simples cidadão individual para o de mediatizador de um discurso de poder, o seu olhar visa essa mesma globalidade social, punindo o(s) prevaricador(es), e, em contrapartida, manifestando a máxima atenção e cuidados para com *os outros*, a maioria social, ou seja, para com a felicidade do maior número...

Trata-se, acima de tudo, de estabelecer uma proposta de leitura antropológica e sociológica do tema, em que Franzini nos surgiu em vários quadrantes da sua actividade e em diferentes momentos do seu tempo vivencial.

Iniciado no tema, no âmbito da formação cultural académica, pela mediatização das Luzes e da afirmação do direito à Felicidade, em breve, em 1814, quando ensaia as *Instrucções Statisticas*, Marino Miguel vai revelar-se defensor do princípio da felicidade do maior número, do somatório de felicidades individuais, a fim de se atingir e alcançar o colectivo social, em que ele próprio se insere, e que, conseqüentemente, comporta também os seus próprios interesses de cidadão individualizado...

Afinal, foram estas directrizes que, mais tarde, lhe pautaram a sua actuação discursiva como Inspector da Real Cordoaria, ou como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Num e noutro caso, enquanto detentor, e representando o poder institucionalizado, vimo-lo pronto a sacrificar a «santa liberdade» sempre que a felicidade do maior número, quer do Estado (símbolo abstracto da existência jurídica da Nação), quer do Estabelecimento manufactureiro e do seu suporte humano, estivesse ameaçada ou em perigo eminente...

Felicidade torna-se assim sinónimo de materialidade, e não de pura especulação espiritual ou abstracta. Felicidade do Estado significava inexistência de problemas de finanças, significava o equilíbrio orçamental, a ausência de corrupção ou de desmandos burocráticos.

Felicidade comporta, pois, um misterioso itinerário que vai do individual ao social, da fruição espiritual à concretização material, que passa pelo indivíduo «per si» e termina nas estruturas materiais e funcionais de uma sociedade concreta, dimensionada na perspectiva de uma realidade histórica, objectivamente consciencializada, num tempo e num espaço, precisos e determinados.

#### 4. *Propriedade*

Propriedade para a ideologia liberal não significa simplesmente terra ou bens fundiários. No aureolar do tempo forte das revoluções liberais, o binómio propriedade vs. terra surgiu como um símbolo emblemático de alterações económicas, sociais e institucionais; no entanto, Propriedade acarretou um dinamismo próprio que extravasou largamente os restritos limites do signo «terra». Por outro lado, no multiforme significado de Liberalismo, Propriedade aparece como uma área conceptual de charneira entre Felicidade e Liberdade. Uma legitima e implica a sua apropriação e fruição; outra justifica o seu novo estatuto (vs. leitura) de feição liberal.

Torna-se, pois, indispensável efectuar uma paragem neste encaamento de categorias que temos vindo a efectuar, porque também este apeadeiro esteve, ainda que implicitamente, nas preocupações do liberalismo franziniano... Que linhas se cruzaram, então, neste diálogo conceptualizado e abstracto do pensamento liberal?

Em primeiro lugar, tenhamos na devida conta que toda a ideologia liberal repousa num princípio material fundamental: propriedade, plataforma em que assenta uma nova sociedade, antes sonhada, depois projectada, edificada e concretizada. A propriedade constitui, pois, o único meio de realizar, e obter a total fruição dos imensos bens de que o cidadão, vs. indivíduo liberal, pode potencialmente dispôr, após o Homem se ter libertado de imaginárias, e também reais, grilhetas e obstáculos prisioneiros.

«Il faut ajouter qu'en tant que la conception liberale du bonheur ne se réduit pas à une hédonisme simple, mais implique l'idée de pouvoir, de volonté de puissance, la propriété, surtout sous la forme de capital, permet l'expression de ce pouvoir et de cette volonté, sur les choses d'abord, mais aussi sur les activités économiques des hommes, et indirectement mais tout naturellement, sur les sociétés et les hommes comme le dévoile la théorie politique aux propriétaires»<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> A. VACHET, *ob. cit.*, p. 228.

Quer isto dizer que a felicidade pode conduzir directamente ao conceito de propriedade, mas numa asserção dinâmica; conceito enquanto bem capital e móvel, e não apenas conceito jurídico e imutável. Quando Franzini, por exemplo, propõe a aplicação da décima sobre a propriedade<sup>18</sup> está a instrumentalizar, de um modo operativo e concreto, a relação que um cidadão de uma sociedade tem com os bens materiais de que dispõe, e que lhe traz, consequentemente, determinados direitos e deveres.

É aqui que cabe introduzir uma nova peça explicativa: a emergência, na linguagem da economia política liberal, do homem, enquanto sujeito e objecto dos fenómenos económicos, o *homem economicus*<sup>19</sup>. É com base nesta nova antropologia que vemos Franzini a planificar e a fazer executar os seus levantamentos e estudos estatísticos, referentes à população e às potencialidades materiais do reino.

Levantamentos que assentam no conceito dinâmico e individualista de propriedade, sem dúvida alguma, mas extravasando para algo mais alargado, onde cabe uma relação directa, e recíproca, entre *propriedade e indivíduo*, corpo e alma da sociedade liberal. Um «corpus» aglutinador, e em permanente comunhão, porque não se trata de uma relação jurídica entre o homem e as coisas, ou seja a posse de diversas categorias económicas de bens materiais. Propriedade torna-se, assim, algo intrínseco ao homem, enquanto indivíduo, e o que lhe razão jurídica para se afirmar e participar, a diferentes níveis, na ordem social e na arrumação política em que se encontra historicamente inserido<sup>20</sup>.

## 5. *Liberdade*

Um dos conceitos mais matizados e difíceis de abordar e definir. Através de Franzini confrontámo-nos com liberdade individual, liberdade económica, política e religiosa, liberdade de pensamento e de intervenção...<sup>21</sup>. Signo que galvanizou multidões e polarizou a atenção dos nossos deputados; grito invocado em diferentes circunstâncias e conjunturas, e que se tornou num marco assinalável no percurso, algo imaginado, que temos vindo a tentar delinear.

---

<sup>18</sup> Cfr. M. M. FRANZINI, *Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa (...)*.

<sup>19</sup> Cfr. FAURE-SOLET, *Economie Politique et Progrés au siècle des Lumières (1750-1789)*, Paris, ed. Gauthier Villars, 1964 (cap. «l'équilibre des échanges: l'individu rationnel et la valeur - utilité», pp. 10-40).

<sup>20</sup> Cfr. LOUIS DUMONT, *Homo Aequalis*, Paris, ed. Gallimard, 1977, pp. 13-18.

<sup>21</sup> «Il existe une extraordinaire discordance entre les invocations quasi rituelles à la liberté, parties intégrantes du discours révolutionnaire, et la violation permanente des droits de l'homme et des libertés fondamentales dans la pratique quotidienne» (GEORGES GUSDORF, *ob. cit.*, p. 231).

De facto, não podemos objectivamente assinalar em que recôndito do seu pensamento se encontra, isoladamente, espelhada a liberdade. Este conceito corresponde, acima de tudo, a uma forma verbal e escrita, símbolo de tudo quanto a viragem do pensamento humano realizou na charneira do século XVIII para o século XIX. Foi o meio, e também o pretexto, para chegar a um objectivo: a edificação de uma nova sociedade, a sociedade liberal, assente no indivíduo e nas suas capacidades, alicerçada na propriedade e na dinâmica por ela gerada. Tudo isto foi possibilitado pela existência de, não de uma, mas, de várias liberdades<sup>22</sup>.

Liberdade económica, individual, cultural, política, possibilitando uma nova arrumação do espaço social, uma nova articulação face aos indivíduos entre si, entre indivíduos e poder, enfim, entre Estado e Nação. Uma categoria que comporta, permite e exige, vários níveis de leitura, onde as abordagens se cruzam e rasgam novos horizontes problemáticos, e talvez também (aparentemente) paradoxais...

Liberdade deixa de ser olhada unicamente como estandarte de uma utopia, ou bandeira de mártires, para se transformar em algo de pragmático e concreto. Num juízo encadeado, temos que a liberdade justifica a revolução; por sua vez, esta abre um espaço incensuravelmente grande onde se pode (re)edificar a sociedade, com uma nova organização social, económica e política. Tudo em nome da «santa liberdade», a chave mestra que possibilita abrir todas as portas.

E foi através desta versátil e multifacetada chave que Franzini se serviu, ou pretextou, para erguer a sua voz nos Parlamentos, para compor os seus escritos científicos para organizar a Cordoaria ou as finanças do Estado. Liberdade pôde, enfim, significar e possibilitar a afirmação de um indivíduo e a sua intervenção num universo histórico concreto, que se iria projectar no consciente colectivo de uma determinada realidade social existente. É nesta perspectiva que pensamos poder posicionar Franzini/Liberdade, como «le droit de tout homme à la liberté comme expression première et essentielle de son droit à l'existence, de son instinct de conservation, comme conséquence de son autonomie et de sa suffisance traditionnelle, et surtout comme condition de sa recherche du bonheur»<sup>23</sup>.

## 6. *Individualismo*

Da razão setecentista triunfou o individualismo racionalista; da luta com as forças da Natureza emergiu vitorioso o indivíduo. No palco consagrado da Revolução glorificou-se o primado do inte-

---

<sup>22</sup> Cfr. HANNAH ARENDT, *ob. cit.*, pp. 139-175.

<sup>23</sup> A. VACHET, *ob. cit.*, p. 193.

resse do somatório de átomos individualizados, em detrimento de um organicismo de ordens ou estados... Falámos já em felicidade e liberdade individuais; como passar ao lado de um dos principais alicerces do Liberalismo? Falemos, pois, do Individualismo e da sua importância, enquanto mais um componente da ideologia liberal.

Quando Franzini demonstra acreditar nas possibilidades e potencialidades do homem, para dominar e fruir do meio físico e natural que o rodeia, está a defender os princípios do individualismo, sob uma perspectiva metafísica e psicológica <sup>24</sup>.

Quando, por exemplo, como Inspector da Cordoaria, o vemos despedir operários, que provocaram o «pavoroso incêndio» de 1826, ou a emitir pareceres sobre o comportamento político dos mestres ou contra-mestres, estamos perante uma outra vertente do individualismo, uma vertente social e política onde «the happiness of a people is made up of the happiness of single persons (...) From the fact that collective happiness consists in the sum of individual happiness» <sup>25</sup>.

Individualismo pode comportar, pois, duas leituras diferenciadas, ainda que complementares. De um lado, temos a afirmação do indivíduo, enquanto homem e cidadão; de outro, o modo como esse mesmo indivíduo se torna cidadão de uma sociedade concreta, propulsionada pelo são princípio da harmonia de interesses <sup>26</sup>.

É nesta harmonia de interesses individuais que se projecta o individualismo, como um átomo do corpo social, económico e político. A concorrência e a rivalidade inerente e natural aos interesses dos indivíduos permite construir uma plataforma social, em que cada homem se torna num possível representante da humanidade.

É neste ponto que temos de, mais uma vez, aludir a Jeremy Bentham e aos seus princípios <sup>27</sup>, para nos confrontarmos com o utilitarismo, ou seja o modo de conciliar o individualismo com os interesses da sociedade, em última instância, do Estado e da Nação.

---

<sup>24</sup> Cfr. Parte V — FRANZINI: *UM DISCURSO CIENTÍFICO*.

<sup>25</sup> ÉLIE HALÉVEY, *ob. cit.*, p. 500.

<sup>26</sup> Cfr. FAURE-SOLET, *ob. cit.*, pp. 25-40 e 50-58.

<sup>27</sup> Acerca do assunto diz-nos: «Le bonheur public doit être l'objet du législateur: l'utilité générale doit être le principe du raisonnement en législation. Connaitre le bien de la communauté dont les intérêts sont en question. Voilà ce qui constitue la science; trouver les moyens de le réaliser, voilà ce qui constitue l'art (...). La nature a placé l'homme sous l'empire du plaisir et de la douleur. Nous leur devons toutes nos idées; nous leur rapportons tous nos jugements toutes les déterminations de notre vie. Celui qui prétend se soustraire à cet assujettissement ne sait ce qu'il dit; il a pour unique object de chercher le plaisir, d'éviter la douleur, dans le moment même où il se refuse aux plus grands plaisirs, et où il embrasse les plus vives douleurs. Les sentiments éternels et irresistibles doivent être la grande étude du moraliste et du moraliste et du législateur. Le principe de l'utilité subordonne tout à ceux deux mobiles» (BENTHAM, *Oeuvres*, vol. I, p. 11).

Objectivos tão aparentemente díspares conciliavam-se na prática e na teoria, de um modo invisível, mas com total êxito, porque «Bentham vénère la raison calculatrice, instrument objectif d'organisation. Il se passionne pour les inventions, si bizarres qu'elles puissent paraître, pourvu qu'elles remplissent un rôle utile, pratique, qu'elles économisent l'effort, la peine, ou augmentent l'effet recherché, la productivité, la satisfaction du général. Cela l'entraîne parfois à faire passer à l'arrière plan l'utilité comme maximisation des satisfactions pour les individus et à lui substituer seulement l'utilité sous l'angle du maximum de rendement et du coût minimum pour la société»<sup>28</sup>.

É neste desembocar de «máximo rendimento e de custos mínimos para a sociedade» que entroncamos a concepção de Estado no ideário liberal de Franzini, constituindo a síntese objectiva e concreta de todas as diferentes facetas em que o seu pensamento se desdobrou.

## 7. Estado

O Estado constituiu o grande paradigma do pensamento liberal de Franzini. Em todos os meandros discursivos em que nos detivemos, o problema do Estado estava, directa ou indirectamente, acima de todos os demais assuntos. Um Estado diferente, «regenerado», oposto ao existente antes da irrupção do liberalismo<sup>29</sup>, em que era a sua existência prévia que dava origem ao Direito e não o contrário, como acontecia no pensamento jurídico tradicional.

No pensamento franziniano percebemos que existia um projecto de algo em construção<sup>30</sup>, donde deveriam emanar os princípios que regulassem a vida dos indivíduos em sociedade, tendo como principal objectivo a sua felicidade.

Se nos colocarmos sob o prisma do discurso científico, fácil é percebermos que Franzini, se de um lado põe todo o seu saber ao serviço e utilidade de um Estado, por outro não deixa de, sob

---

<sup>28</sup> GRIFFIN-COLLART, *Bentham: de l'utilité au totalitarisme?*, p. 308.

<sup>29</sup> «El nuevo Estado es eso: un mecanismo nuevo, no vinculado a ningún precedente histórico, sino mero artificio ideado por la razón a su hechura y semejanza», JOAQUIN VARELA SUANZES CARPEGNA, *La Teoría del Estado en los orígenes del constitucionalismo hispánico*, p. 134.

<sup>30</sup> «El Estado es el único monopolizador de la creación jurídica, y no hay más creación jurídica que le emane del Estado. Todo Derecho debe ser ley positiva, y si es consuetudinaria debe ser, o suponerse, ratificada por una voluntad puesta y actual, y toda ley positiva debe considerarse Derecho. La típica contraposición tradicional entre Derecho y ley (entre justicia y legalidad) desaparece, y con ella todas sus consecuencias, como por ejemplo, la distinción entre formas «justas» y «injustas» de gobierno, o las teorías del Derecho de resistencia y del tiranicidio que en ellas se enmarcan» (*Idem, ibidem*, p. 135).

uma perspectiva crítica, achar que essa entidade abstracta e racional deve tudo fazer para proteger e desenvolver essa área cultural. Seguindo o pensamento de Bentham obtemos alguns conselhos, com os quais Franzini, decerto, deve ter tomado algum contacto:

«Ce que l'État doit faire pour les arts et les sciences utiles peut se rapporter à trois choses: favoriser leur avancement; contribuer à leur diffusion; lever des découragements qui les gênent»<sup>31</sup>.

Mas o novo Estado, modelado e feito emergir pela ideologia liberal, deverá ter como meta a defesa e viabilidade da Nação, a ordem pública e o arbítrio entre os diferentes interesses particulares. O Estado comporta dois aspectos: o lado político e o lado económico; num e noutro tivémos ocasião de ter deparado com Franzini, que neles se bateu por diversas formas, sempre justificadas por razões de militância liberal, que têm a ver com a antropologia das ideias liberais, em que o indivíduo ocupa o centro de todas as preocupações e atenções<sup>32</sup>.

Quando nos detemos no alto funcionário de Estado apercebemo-nos como Franzini, partindo de certas permissas políticas e culturais, salta para o domínio do económico e dos recursos do Estado. «In order to support the officials whose business it is to make laws, to apply them, to see that they are carried out, and to defend the nation against foreign enemies, the State must impose pecuniary charges on the citizens and injure their economic interests, at least in a relative and temporary manner. Further the State can set itself to protect the economic interests of the citizens againsts competition from the outside, and, within, to protect interest of any particular class. In a word, the State assigns itself an economic function»<sup>33</sup>.

Porém, Franzini, enquanto deputado e ministro, não se filiou apenas nestes princípios inerentes ao Estado liberal. Pudemos perceber que dentro das atribuições do Estado cabia a protecção e a segurança dos indivíduos e dos seus bens; assegurar recursos aos indigentes, doentes, velhos, regenerar os delinquentes, mesmo que em

---

<sup>31</sup> BENTHAM, *ob. cit.*, T. II, p. 194.

<sup>32</sup> É neste sentido que devemos enquadrar a expressão de Gusdorf, de «razão militante». Dentro da nova concepção do Estado liberal, forjado e sedimentado por uma doutrina e um formulário de pensamento económico, as esferas governamentais preocupam-se fundamentalmente com a gestão económica, em sentido alargado, dos recursos existentes. «La naissance de l'économie politique ne traduit pas le seul progrès du savoir, le perfectionnement des méthodes et des doctrines. La réflexion répond à une nouvelle conscience de la condition humaine. L'intérêt porté à la production et à la consommation des biens atteste que ceux-ci ont acquis un certain relief dans la destinée des hommes», GUSDORF, *Les Sciences Humaines et la Conscience Occidentale: L'Avènement des sciences humaines au siècle des lumières*, p. 551.

<sup>33</sup> ÉLIE HALÉVY, *ob. cit.*, p. 88. Cfr. com *Considerações acerca da renda total da Nação (...)*.

certas ocasiões a liberdade tivesse de ser sacrificada. Ora, todos estes princípios nos levam a concluir que o conceito de Estado está eivado de várias directrizes. Ele deve dar segurança aos indivíduos e aos seus bens, e, conseqüentemente, à sociedade; mas ele é também um agente da ordem e da paz, vigiando e punindo, quando necessário. Afinal, trata-se de determinadas antinomias e contradições (aparentes) que o próprio liberalismo comportou e engendrou, e que Vachet nos define do seguinte modo:

«... la pensée politique libérale se bute donc à un paradoxe: la sûreté, la paix et l'ordre ne peuvent être instaurés et garantis que par l'institution d'un pouvoir qui multiplie des risques et l'insécurité. En définissant l'autorité et la liberté comme des pôles opposés, de libéralisme découvre leur enchaînement dialectique. Tout l'effort consiste à tenter trouver une formule pour surmonter la contradiction, tout en assurant la liberté et en maintenant l'ordre»<sup>34</sup>.

Franzini homem de ciência, homem do Estado; duas vertentes de uma mesma montanha, que comportam um possível trajecto de conceitos e categorias, mas também manifestam, claramente, um exemplo vivificante das aparentes contradições e antinomias da ideologia liberal. A sua concepção de Estado, e o esforço de militância exercido, confirmam-nos esta asserção. Mas, por outro lado, possibilitam-nos, igualmente, perceber, e antever, uma dinâmica e um ritmo próprios, que permitem entabular diálogos, diríamos históricos, entre diferentes categorias e conceitos do pensamento humano. Um movimento que se vai continuamente renovando e perpetuando, que (re)descobre novas matizes na «oficina da história»<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> A. VACHET, *ob. cit.*, p. 214.

<sup>35</sup> Partilhamos da concepção de dinamismo que FRANÇOIS FURET empresta à expressão 'oficina da história' (l'atelier de l'Histoire). «No espaço relativamente vasto em que oscila hoje a disciplina, as minhas preferências (...) orientam-se para uma história intelectualista, que constrói explicitamente os seus dados a partir de questões conceptualmente elaboradas. Os progressos da disciplina parecem-me passar por uma atenção muito maior dada à formulação e à reformulação dos problemas, e uma separação mais clara, na redacção, entre a parte documentária e a parte da interpretação» (F. FURET, *A Oficina da História*, Lisboa, ed. Gradiva, s/d, p. 32).



## FONTES E OBRAS DE CONSULTA

### I

#### FONTES MANUSCRITAS

##### 1. BIBLIOTECA NACIONAL

*Carta de Marino Miguel Franzini a Nicolau Tolentino de Carvalho Villa.*  
Agradece convite para sessão da Sociedade das Sciencias Médicas.  
Lisboa, 13 de Junho 1844, Cod. 449, fl. 86.

*Carta de Marino Miguel Franzini ao Presidente da Sociedade das Sciencias Médicas de Lisboa.*

Agradece a sua nomeação de benemérito; refere-se a observações metereológicas de Lisboa. Cod. 449, fl. 85.

*Marino Miguel Franzini, Observações metereológicas feitas em Lisboa, em 1833.*

Cod. 600, fl. 94.

*Marino Miguel Franzini é nomeado para auxiliar na divisão dos districtos de Ordenanças (1819), Cod. 449, fl. 59.*

##### 2. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

*Marino Miguel Franzini. Processo Individual, Caixas 464 e 572.*

##### 3. ARQUIVO GERAL DA MARINHA

*Academia Real da Marinha, 1782-1857, Caixa 1.*

*Documentação avulsa acerca do oficial da Marinha, Marino Miguel Franzini, 1804-1862, Caixa 628.*

*Livros da Brigada Real da Marinha.*

N.º 462 (fls. 6, 7); 465 (fls. 3, 4); 486 (fl. 3); 487 (fls. 66, 67); 495 (fl. 5); 497 (fls. (1,2)).

*Livros dos Mestres Officiais, n.º 379 (fl. 72 vs.).*

*Ministério da Fazenda, 1847, Caixa 383; 1851, Caixa 384.*

*Real Academia dos Guardas Marinhas, documentos avulso, Caixas 140, 141, 142.*

*Real Academia dos Guardas Marinhas, Códice 372, 373, 1024, 2012.*

*Real Cordoaria Nacional,*

1775-1822, Caixa 182; 1823-1830, Caixa 183; 1831-1834, Caixa 184;  
1835-1844, Caixa 185; 1845-1854, Caixa 186; 1855-1861, Caixa 187.

*Supremo Conselho de Justiça Militar,*  
1855-1861, Caixas 925, 926.

##### 4. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

*Comissão de Estatística e Cadastro do Reino, 1820-1848.*  
CECR 1 — CECR 12.

## II

### FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE CONSULTA

#### 1. OBRAS DE MARINO MIGUEL FRANZINI

- *Breves reflexões sobre o folheto do sr. Filipe Folque, que tem por titulo «Trabalhos geodésicos e topográficos do Reino», Lisboa, Typ. Revista Unipersal Lisbonense, 1850.*
- *Considerações acerca da renda total da nação portugueza e a sua distribuição por classes com algumas reflexões sobre o imposto da Décima, por M. M. Franzini, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1843.*
- *Conta da receita e despeza da Cordoaria Nacional e Real de Lisboa e dos annexos estabelecimentos de beneficência e reclusão pertencentes ao anno de 1820; e orçamento da despeza para o anno de 1821, Apresentado ao Illustríssimo e Excellentíssimo Secretário dos Negócios da Marinha na conformidade das ordens gerais da Regência do Reino, pelo actual Inspector do mesmo Estabelecimento, Lisboa, Typ. Academia Real das Sciencias, 1821.*
- *Diário metereológico do mês de Março de 1844, s/l, s/ed.*
- *Ensaio sobre o orçamento da dívida pública, receita e despeza do thesouro do Reino de Portugal, no anno de 1826, e reflexões sobre o deficit e a dívida existente comparada à de outras nações, com o resumo do estado pessoal do Exército e Marinha, e algumas considerações sobre objectos de economia, por M. M. Franzini, coronel graduado da Brigada Real da Marinha, e Inspector da Real Cordoaria, Lisboa, ed. Impressão Régia, 1827.*
- *Fábrica Nacional de Cordoaria. Subsídios para a história da fábrica nacional de cordoaria. Officio dirigido à Real Junta da Fazenda da Marinha, em 26 de Novembro de 1818, pelo director da Real Fábrica de Cordoaria, coronel graduado M. M. Franzini, s/l, s/ed.*
- *Fábrica Nacional de Cordoaria. Subsídios para a história da fábrica nacional de cordoaria. Estabelecimentos de beneficência e reclusão da real fábrica de cordoaria. Informação prestada pelo director coronel graduado M. M. Franzini, s/d, s/l, s/ed.*
- *Instrucções statisticas que por ordem do Exmo. Revmo. Sr. Principal Souza, compilou M. M. Franzini, agregado à Brigada Real da Marinha em 1814, Lisboa, ed. Impressão Régia, 1815.*
- *Notícias estadisticas sobre a extensão e população de Portugal, e ilhas do oceano Atlântico, in «Almanach de Portugal», 1826, pp. 1-23.*
- *Observações acerca das chuvas que caíram em Lisboa, em vários anos, segundo as séries abaixo transcriptas, 23 de Fevereiro 1859, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1859.*
- *Observações metereológicas feitas na cidade de Lisboa, no anno de 1817, acompanhadas da relação dos mais notáveis sucessos acontecimentos em diversas regiões, offerecidas à Real Academia das Sciencias, s/d, s/l, s/ed.*
- *Proposta do quadro do pessoal da fábrica nacional da cordoaria oferecida pelo Inspector do dito estabelecimento à consideração de Sua Exa o Ministro da Marinha e Ultramar em 24 de Outubro de 1853, Lisboa, typ. Castro e Irmão, 1854.*
- *Reflexões acerca dos prejuizos que resultariam ao thesouro, e a seus credores, alterando-se as disposições do decreto de 9 de Dezembro 1847, que fixou o valor das notas do Banco de Lisboa pelo seu preço no mercado, pelo conselheiro M. M. Franzini, Ministro de Estado honorário, Lisboa, tip. Castro e Irmão, 1848.*

- *Reflexões sobre o actual regulamento do Exército de Portugal publicado em 1816 ou Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação. Com o projecto de um plano de organização para o mesmo Exército, illustradas com mappas do Estado da povoação do reino, e sua classificação segundo as ideias, sexo, estado, e profissão, enviado para a Corte do Rio de Janeiro em Novembro de 1816, presentemente publicado pelo seu Autor*, Lisboa, Impressão Régia, 1820.
- *Roteiro das costas de Portugal, ou instrucções náuticas para intelligência e uso da carta reduzida da mesma costa e dos planos particulares dos seus principais pontos, dedicado a Sua Alteza Real o príncipe regente Nosso Senhor por M. M. Franzini, major do Real Corpo de Engenheiros*, Lisboa, ed. Impressão Régia, 1812.

## 2. IMPRENSA

- Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras, por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris*,  
Paris, impresso na Sociedade Real da Academia das Sciencias de Paris, 1818-1822.
- O Astro da Lusitânia*,  
1820, 1823, Lisboa, officina J. F. M. de Campos.
- A Borboleta dos Campos Constitucionais/A Borboleta Constitucional*,  
1821-1823, Porto, Imprensa Gandra.
- Campeão Lisbonense*,  
1821-1823, Lisboa, tip. Desidério Magalhães Leão.
- Correio Braziliense ou Armazém Literário*,  
1816, Londres, impresso por W. Lewis, officina Correio Braziliense.
- Diário do Governo*, 1820-1861 (folha oficial), Lisboa.
- Gazeta de Lisboa*, 1780-1820 (folha oficial), Lisboa.
- Historia e Memórias da Academia das Sciencias de Lisboa*,  
1816-1860, Lisboa, typ. Academia.
- Jornal de Coimbra*, 1812-1817, Lisboa, Impressão Régia.
- Jornal das Sciencias Médicas de Lisboa*, (1835) / *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*,  
1836-1838, Lisboa, Imprensa João M.<sup>a</sup> Rodrigues e Castro.
- Jornal da Sociedade Literária Patriótica*,  
1822, Lisboa, typ. Rollandiana.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Litterario Político etc.*  
1811-1813, Londres, Bryer impressor.
- O Nacional*, 1837-1838, Lisboa.
- O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*,  
1838-1839, Lisboa, typ. da Sociedade.
- Revista Universal Lisbonense. Jornal dos Interesses Physicos, Moraes, e Litterarios por uma sociedade estudiosa*,  
1841-1853, Lisboa, Imprensa Nacional/tip. Revista Universal Lisbonense.

## 3. OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA

- ACTAS das sessões das cortes geraes, extraordinárias e constituintes da nação portugueza, congregadas no anno de 1821*,  
Tomo I - VI, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1821 e seguintes.
- ACTAS das sessões das cortes geraes extraordinarias e constituintes da nação portugueza, de 1837-1838*,  
4 Tomos, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1837-1838.

- AGULHON, Maurice,  
*Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*, Paris, ed. Armand Colin, 1977.
- ALBUQUERQUE, António Luiz Porto e,  
*Da companhia de Guardas Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval. 1782-1982. Pesquisa, notas e comentários*, Rio de Janeiro, ed. Escola Naval/reprodução XEROX, 1982.
- ALBUQUERQUE, António Tavares,  
*Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes gerais da nação portuguesa*, IV Tomos, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1901-1907.
- ALEGRIA, Fernanda,  
*Cartografia antiga de Portugal continental*. Sep. «Finisterra», vol. XII-24, Lisboa, 1977.
- ALMEIDA, P. Theodoro de,  
*Recreação filosófica ou diálogo sobre filosofia natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*, pelo P.T.A., da congregação do Oratório de S. Filipe Nery, sócio da Real Sociedade de Londres e da Biscaia. Nova impressão muito mais correcta que as precedentes, 10 vols., Lisboa, typ. José Batista Morando, 1835.
- AIRES, Cristovão,  
*Para a história da Academia das Sciencias de Lisboa*, in «Boletim da 2.<sup>a</sup> classe da Academia», vol. XII, 1917-18, Coimbra, 1920.
- ARAÚJO, Jozé Maria Xavier d',  
*Revelações e memórias para a história da revolução de 2 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo ano*, Lisboa, tip. Rollandiana, 1846.
- ARENDETT, Hannah,  
*Sobre a revolução*, Lisboa, ed. Moraes, 1971.
- ARRIAGA, José de,  
*História da Revolução de Setembro*, 3 vols., Lisboa, typ. Companhia Nacional de Editores, s/d.
- ARTOLA, Miguel,  
*La burguesia revolucionaria. 1808-1874*, (8.<sup>a</sup> ed.), Madrid, ed. Alianza Editorial/Alfaguara, 1981.
- ARTOLA, Miguel,  
*Las origines de la España contemporânea*, 2 vols., (2.<sup>a</sup> ed.), Madrid, ed. Instituto de Estudios Politicos, 1975.
- ÁVILA, António José de,  
*Relatório sobre o cadastro*, in «Três relatórios sobre o Cadastro», Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1848, pp. 5-11.
- BALBI, Adrien,  
*Essais statistique sur le royaume de Portugal et de l'Algarve*, 2 Tomos, Paris, ed. Rey et Gravier, 1822.
- BALBI, Adrien,  
*Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, dédiées a mr. le baron A. de Humboldt, Paris, ed. Rey et Gravier, 1822.
- BENTHAM, Jeremy,  
*Extracto da tática das assembleias legislativas. Sobre a divisão de um corpo legislativo em duas assembleias e inconvenientes que nelas se devem evitar*, Rio de Janeiro, typ. Nacional, MDCCXXIII.
- BENTHAM, Jeremy,  
*Oeuvres* (3<sup>ème</sup> ed.), Bruxelles, Imp. Hauman, 1840.
- BESSA, José Marcelino de Almeida,  
*Annexo ao manual parlamentar para uso dos senhores deputados da nação portuguesa*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1905.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima,  
*Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)*, in

- «Análise Social», vol. XVII (65), 1981, 1.º, pp. 29-65.
- BONNET, Charles,  
*Algarve. Description géographique et géologique de cette province.*  
Ouvrage approuvé et imprimé par l'Académie Royale des Sciences  
de Lisbonne, Lisbonne, 1950.
- CANGUILHEM, Georges,  
*Études d'histoire et de philosophie des sciences*, (4<sup>ème</sup> ed.), Paris,  
ed. J. Vrin, 1979.
- CANGUILHEM, Georges,  
*Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie. Nou-  
velles études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, ed.  
J. Vrin, 1977.
- CARVALHO, Francisco A. Martins de,  
*Dicionário bibliográfico militar português*, vol. II, Lisboa, ed. Aca-  
demia das Ciências de Lisboa, 1979.
- CARVALHO, Francisco A. Martins de,  
*Guerra Peninsular. Notas, episódios e extractos curiosos*, Coimbra,  
tip. Auxiliar, 1910.
- CASTILHO, Júlio,  
*Memórias*, (2.<sup>a</sup> ed.), Tomo V, Coimbra, ed. Imp. Universidade, 1932.
- CERTEAU, Michel de,  
*L'écriture de l'histoire*, Paris, ed. Gallimard, 1975.
- CHOIX de rapports, opinions et discours prononcés à la tribune nationale,  
depuis 1789 jusqu'à ce jour, recueillis dans un ordre chronologique  
et historique, 23 vols., Paris, ed. Minerve, 1818-1825.
- CONDORCET,  
*Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain.*  
Texte revu et présenté par O. H. Prior, nouvelle édition présentée  
par Y. Belaval, Paris, ed. J. Vrin, 1970.
- CONSTANT, Benjamin,  
*Cours de politique constitutionnelle*, 3<sup>ème</sup> édition, mise en ordre  
et précédée d'une introduction par M.J.P. Pagès, Bruxelles, ed.  
Société Belge, 1837.
- CRUZ SEOANE, Maria,  
*Oratoria y periodismo en la España del siglo XIX*, Valencia, ed.  
Fundación J. March, 1977.
- CULTURA. *História e Filosofia*,  
vol. II, 1983, ed. I.N.I.C., Lisboa.
- DEDIEU, Joseph,  
*Montesquieu et la tradition politique anglaise en France. Les sour-  
ces anglaises de l'esprit des lois*, Genève, ed. Slatkine Reprints, 1971.
- DELEULE, Didier,  
*Hume et la naissance du libéralisme économique*, Paris, ed. Au-  
bier, 1974.
- DIÁRIO das Cortes geraes e extraordinárias da nação portuguesa,  
1821-1822, Lisboa, ed. Imprensa Nacional.
- DIÁRIO das Cortes. 2.<sup>a</sup> Legislatura,  
1822-1823, Lisboa, ed. Imprensa Nacional.
- DIÁRIO das Cortes constituintes e extraordinárias de 1837-1838,  
Lisboa, ed. Imprensa Nacional.
- DICIONÁRIO popular histórico, geographico, mythologico, biographico,  
artístico, bibliographico e litterario, Vol. 5, dirigido por Manoel Pi-  
nheiro Chagas, Lisboa, typ. Diário Ilustrado, 1879.
- DIAS, José Sebastião da Silva,  
*Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI-XVIII)*, Sep. «Biblos»,  
vol. 28, Coimbra, MCMLIII.
- DIAS, José Sebastião da Silva/Graça Silva Dias,  
*Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols., 4 Tomos, Lisboa,  
ed. I.N.I.C., 1980.

- DICCIONÁRIO bibliographico portuguez,  
Estudos de Innocencio Francisco da Silva, aplicáveis a Portugal e ao Brasil, 23 vols., Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1858-1972.
- DISCURSO dirigido a El-Rei no principio do anno de 1817 sobre os dannos que sofre a agricultura pelo recrutamento, e os males que delle resultarão a Portugal, Lisboa, ed. Impressão Alcobia, 1821.
- DUMONT, Louis,  
*Homo Aequalis. Genèse et épanouissement de l'idéologie économique*, Paris, ed. Gallimard, 1977.
- DUROSELLE, J. B.,  
*A Europa de 1815 aos nossos dias. Vida política e relações internacionais*, S. Paulo, ed. Pioneira, 1976.
- EÇA, Vicente M. M. C. Almeida d',  
*Nota sobre os estabelecimentos de instrucção naval em Portugal, principalmente sobre a escola naval*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1892.
- ESTATÍSTICA methodica do pariato civil e eclesiástico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1875.
- ESTATUTOS da Universidade de Coimbra compilados abaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José Nosso Senhor pela Junta de providência literaria, creada pelo mesmo senhor para a restauração das sciencias, e artes liberais, nestes reinos, e todos seus domínios ultimamente roborados por Sua Magestade na sua lei de 28 de Agosto deste presente anno, Coimbra, Regia Officina, MDCCLXXII.
- FAURE-SOLET, J. F.,  
*Economie politique et progrès au «siècle des Lumières» (1750-1789)*, Paris, ed. Gauthier-Villars, 1964.
- FOUCAULT, Michel,  
*La arqueologia del saber*, Madrid, ed. Siglo XXI, 1974.
- FOUCAULT, Michel,  
*Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, ed. Gallimard, 1972.
- FOUCAULT, Michel,  
*Les mots et les choses, une archéologie des sciences humaines*, Paris, ed. Gallimard, 1974.
- FOUCAULT, Michel,  
*O nascimento da clínica*, Rio de Janeiro, ed. Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel,  
*Vigiar e punir. História da violência nas prisões*, Petrópolis, ed. Vozes, 1977.
- FOLQUE, Filipe,  
*Várias reflexões a um artigo do ilustrissimo e excelentissimo sr. Marino Miguel Franzini sobre os trabalhos geodésicos e topográficos do reino*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1850.
- FONSECA, António Sarmiento,  
*A engenharia militar portuguesa no século XIX*, in «Revista de Engenharia Militar», Dezembro 1900, n.º 12, pp. 529-542.
- FONTANA, Josep,  
*Hacienda y Estado en la crisis final del Antiguo Regimen Español: 1823-1833*, Madrid, ed. Instituto de Estudios Fiscales, 1973.
- FORMAÇÃO (A) de Portugal Contemporâneo: 1900-1980,  
vol. I, Comunicações ao colóquio organizado pelo G.I.S., in «Análise Social», n.º 72-73-74, Abril-Dezembro, 1982.
- FRANCO, António Luciano de Sousa,  
*Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-1980*, in «Análise Social», n.º 72-73-74 (1982), pp. 1105-1138.

- FRONTEIRA, Marquês de,  
*Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861, (revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada), 5 vols., Coimbra, ed. Imprensa da Universidade, 1928-1932.*
- FURET, François,  
*A Oficina da História, Lisboa, ed. Gradiva, s/d.*
- GALERIA das senhoras na Câmara dos senhores deputados, ou as minhas observações, por D. Antónia Gertrudes Pusich, Lisboa, typ. Borges, 1848.
- GALERIA dos Deputados das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, instauradas em 26 de Janeiro de 1821. Epocha I, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1822.
- GODECHOT, Jacques,  
*Les institutions de la France sous la révolution et l'Empire, Paris, ed. P.U.F., 1968.*
- GOLDMANN, Lucien,  
*Dialéctica e ciências humanas, vol. I e II, Lisboa, ed. Presença, 1972-1973.*
- GOLDMANN, Lucien,  
*Le Dieu Caché. Étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine, Paris, ed. Gallimard, 1959.*
- GOLDMANN, Lucien,  
*Recherches dialectiques, Paris, ed. Gallimard, 1980.*
- GRIFFIN-COLLART, E.,  
*Bentham: de l'utilité au totalitarisme?, in «Revue Internationale de Philosophie», n.º 141, 1982, pp. 301-317.*
- GODINHO, Vitorino Magalhães,  
*Ensaio - II. Sobre história de Portugal, (2.ª ed.), Lisboa, ed. Sá da Costa, 1968.*
- GOMES, Marques,  
*Lutas caseiras. Portugal de 1834 a 1851, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1894.*
- GUSDORF, Georges,  
*Les sciences humaines et la conscience occidentale. L'avènement des sciences humaines au siècle des lumières, Paris, ed. Payot, 1972.*
- GUSDORF, Georges,  
*Les sciences humaines et la pensée occidentale I — de l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée, Paris, ed. Payot, 1977.*
- GUSDORF, Georges,  
*Les sciences humaines et la pensée occidentale V — Dieu, la Nature, l'Homme au siècle des lumières, Paris, ed. Payot, 1972.*
- GUSDORF, Georges,  
*Les sciences humaines et la pensée occidentale VIII — la conscience révolutionnaire. Les Idéologues, Paris, ed. Payot, 1978.*
- HALÉVY, Élie,  
*The growth of philosophic radicalism, translated by Mart Morris, with a preface by John Planenatz, London, ed. Faber and Faber, 1972.*
- HAZARD, Paul,  
*Crise da Consciência europeia, Lisboa, ed. Cosmos, 1971.*
- HAZARD, Paul,  
*O pensamento europeu no século XVIII, 2 vols., Lisboa, ed. Presença, 1974.*
- HERR, Richard,  
*España y la revolucion del siglo XVIII, (4.ª ed.), Madrid, ed. Aguilar, 1979.*

- HERCULANO, Alexandre,  
*Mouzinho da Silveira ou la révolution portugaise*, in «Opúsculos II — Questões públicas», Lisboa, ed. Bertrand, 1907, pp. 169-216.
- HILL, Christopher,  
*Le monde à l'envers. Les idées radicales au cours de la révolution anglaise*, Paris, ed. Payot, 1977.
- HISTOIRE générale des sciences,  
 (dir. René Taton), 3 vols., Paris, ed. P.U.F., 1964-1969.
- HISTOIRE générale des techniques,  
 (dir. Maurice Daumas), 3 vols., Paris, ed. P.U.F., 1962-1968.
- HISTORY (A) of technology,  
 5 vols., Oxford, ed. U. Press, 1957.
- HORKEIMER, Max/ADORNO, Theodor, W.,  
*La dialectique de la Raison. Fragments philosophiques*, Paris, ed. Gallimard, 1974.
- INQUÉRITO acerca das repartições de Marinha ou os trabalhos da comissão nomeada pela Câmara dos Senhores Deputados para examinar o estado das diversas repartições de Marinha, 2 Tomos, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1856.
- KITCHIN, Joana,  
*Un journal «philosophic»: La Décade (1794-1807)*, Paris, ed. Lettres Modernes, 1965.
- JULLIARD, Jacques,  
*A política*, in «Fazer História», vol. 2, Lisboa, ed. Bertrand, 1981, pp. 263-285.
- LANDES, David S.,  
*L'Europe technicienne ou le Prométhée libéré. Révolution technique et libre essor industriel en Europe occidentale de 1750 à nos jours*, Paris, ed. Gallimard, 1975.
- LAVRADIO, Conde de,  
*Memórias do Conde do Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal*, 5 vols., comentadas pelo Marquês do Lavradio, D. José de Almeida Correia de Sá, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Coimbra, ed. Imprensa Universidade, 1932.
- LIBERALISMO (O) na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, 2 vols., Lisboa, ed. Sá da Costa, 1982.
- LOPES, João Luiz,  
*Memória sobre o corpo de engenharia em Portugal e sobre a nova organização de que carece, para os melhoramentos sociais do paiz*, oferecida aos senhores oficiais desta distinta corporação pelo tenente J. L. L., Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1846.
- MACEDO, Jorge Borges,  
*Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, ed. Associação Industrial Portuguesa, 1963.
- MARINO Miguel Franzini (1779-1861),  
 in «Revista Militar», n.º 11/12, Novembro/Dezembro, 1980, p. 1049.
- MARQUES, Fernando Pereira,  
*Exército e Sociedade em Portugal. No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, Lisboa, ed. Regra do Jogo, 1981.
- MARTINS, J. P. de Oliveira,  
*Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Porto, ed. Lello e Irmão, 1981.
- MARTINS, J. P. de Oliveira,  
*A circulação fiduciária. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, (3.ª ed.), Lisboa, ed. Parceria A. M. Pereira, 1923.
- MATOS, Pedro Frágoso,  
*Oficiais da Armada na Academia das Ciências de Lisboa*, in «Anais do Clube Militar Naval», vol. CXI, Abril-Julho, 1981, pp. 251-279.

- MENDES, H. Gabriel,  
*Francisco de Ciera. Renovador da cartografia portuguesa*, in «Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa», Julho 1965, n.º 3, pp. 11-25.
- MINISTÉRIO dos negócios da Marinha e Ultramar. *Catálogo oficial dos objectos enviados à Exposição Industrial Portuguesa em 1888, precedido de uma memória acerca das construções e armamentos navaes e dos estabelecimentos de ensino que lhes dizem respeito*, elaborada por José Candido Corrêa, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1888.
- MINOGUE, Kenneth R.,  
*The liberal mind*, New York, ed. Vintage Books, 1968.
- MIRANDA, Sacuntala de,  
*A revolução de Setembro de 1836 — geografia eleitoral*, Lisboa, ed. Horizonte, 1982.
- MONTEIRO, Arlindo Camilo,  
*Aspectos históricos da vida portuguesa. Os professores doutores Franzini e Domingos Vandelli da Universidade de Coimbra, através de alguns inéditos do Arquivo Nacional do Brasil*, in «Revista do Arquivo Municipal (S. Paulo)», 1949 — vol. CXXIV, pp. 73-137.
- MORAL RUIZ, Joaquin del,  
*A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época (1810-1834)*, in «Análise Social», n.º 64 (1980), pp. 779-795.
- MORAL RUIZ, Joaquin del,  
*La hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen, 1798-1833*, in «O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX», vol. I, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1982, pp. 175-186.
- MORATO, Francisco Aragão,  
*Memórias de Francisco Manoel Trigo de Aragão Morato, começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1834 e terminadas em 15 de Julho de 1835* (revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrada), Coimbra, ed. Imprensa Universidade, 1933.
- MORAVIA, Sergio,  
*Il pensiero degli ideologues. Scienza e filosofia in Francia. 1780-1815*, Firenze, ed. Nuova Italia, 1974.
- MORNET, Daniel,  
*La pensée française au XVIII ème siècle*, Paris, ed. Armand Colin, 1969.
- NEVES, J. Acúrcio das,  
*Memória sobre os meios de melhorar a indústria portugueza, considerada nos seus diferentes ramos*, (introdução e notas de Jorge Custódio), Lisboa, ed. Querco, 1983.
- NEVES, J. Acúrcio das,  
*Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufacturas das sedas em Portugal, particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio do Rato e suas anexas*, Lisboa, ed. Imprensa Régia, 1827.
- NOTÍCIA dos ministros e secretários de estado do regimen constitucional nos quarenta e um annos decorridos desde a regência installada na ilha Terceira em 15 de Março de 1830 até 15 de Março de 1871  
Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1871.
- NOUVELLE (La) Histoire.  
Sous la direction de Jacques le Goff et Roger Chartier, Jacques Revel, Paris, ed. Rets, 1978.
- OLIVEIRA, António Resende de,  
*Poder e sociedade. A legislação pombalina e a antiga sociedade Portuguesa*, in «Revista de História das Ideias» — IV, T. I, Coimbra, 1982, pp. 51-89.

- PEREIRA, José Maria Dantas,  
*Ensaio de huma comparação da marinha portugueza com a sueca*,  
Lisboa, ed. Impressão Régia, 1826.
- PEREIRA, José Maria Dantas,  
*Escritos marítimos e académicos a bem do progresso dos conhecimentos úteis e mormente da nossa marinha, indústria e agricultura*,  
compostos e publicados por J. M. D. P., Lisboa, ed. Impressão Régia, 1828.
- PEREIRA, José Maria Dantas,  
*Memória para a história do grande Marquês de Pombal, no concernente à Marinha, sendo a de guerra e principal objecto considerado*,  
por J. M. D. P., Lisboa, typ. Academia, 1832.
- PEREIRA, José Maria Dantas,  
*Memórias a bem da restauração da Marinha em Portugal offerecidas aos verdadeiros portuguezes por J. M. D. P.*, Lisboa, ed. Impressão Régia, 1826.
- PEREIRA, José Maria Dantas,  
*Noções da legislação naval portugueza até ao anno 1820, dispostas chronologico-systematicamente: e adicionadas com algumas da história respectiva, e dos nossos escritos marítimos*, por J. M. D. P., Lisboa, ed. Impressão Régia, 1824.
- PEREIRA, Miriam Halpern,  
*Revolução, finanças, dependência externa (de 1820 à convenção do Gramido)*, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1979.
- PEREIRA, Vital Prudêncio,  
*Collecção systematica das ordens do Exército desde 1809 até 1858, seguida de um additamento com as ordens publicadas ao Exército desde o 1.º de Janeiro de 1859 até ao fim da publicação*, Lisboa, typ. Francisco Xavier de Souza, 1859-1861.
- PONTEIL, Félix,  
*Les institutions de la France de 1814 à 1870*, Paris, ed. P.U.F., 1966.
- PONTEIL, Félix,  
*La pensée politique depuis Montesquieu*, Paris, ed. Sirey, 1960.
- PORTUGAL, *dicionário histórico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismático e artistico*, vol. III, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa, ed. João Romano Torres, 1907.
- PROUST, Jacques,  
*L'Encyclopédie*, Paris, ed. Armand Colin, 1965.
- PROUST, Jacques,  
*Lectures de Diderot*, Paris, ed. Armand Colin, 1974.
- REGULAMENTO *provisional do Real Corpo de Engenheiros*, Lisboa, ed. Impressão Régia, 1812.
- RÉMOND, Gabriel,  
*Royer-Collard. Son essai d'un système politique*, Paris, ed. Sirey, 1933.
- RIBEIRO, José Silvestre,  
*História dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Lisboa, tip. Academia das Sciencias de Lisboa, 1871-1889.
- ROGER, Jacques,  
*Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIII ème siècle. La génération des animaux de Descarte à l'Encyclopédie*, (2nd. ed.), Paris, ed. Armand Colin, 1971.
- ROSANVALLON, Pierre,  
*Le Moment Guizot*, Paris, ed. Gallimard, 1985.

- SANTOS, António Rodrigo Salema,  
*A companhia dos Guardas Marinhas e a sua Real Academia*, Lisboa, ed. Policopiada, 1982.
- SANTOS, Clemente José dos,  
*Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa. Coordenação auctorizada pela Câmara dos senhores deputados 1820-1825*, Lisboa, ed. Imp. Nacional, 1883-84.
- SANTOS, Clemente José dos,  
*Estatísticas e biographias parlamentares portuguezas*, 3 vols., Porto, tip. Commercio do Porto, 1887.
- SANTOS, José Mártires dos,  
*O centenário da morte de Marino Miguel Franzini*, Lisboa, tip. Eccos de Belém, 1961.
- SANTOS, José Mártires dos,  
*A cordoaria nacional e a sua história*, sep. de «Eccos de Belém», 1962.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos,  
*Sobre os Intelectuais Portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)*, in «Para uma Sociologia da Cultura Burguesa no século XIX», Lisboa, ed. Instituto de Ciências Sociais, 1983, pp. 93-135.
- SCHOFIELD, Robert E.,  
*Mechanism and materialism. British natural philosophy in an age of Reason*, Princeton, ed. U. Press, 1970.
- SEPULVEDA, Christovam Ayres de Magalhães,  
*História orgânica e política do exército português. Provas — vol. VIII. História da engenharia militar portuguesa. Subsídios III. Engenheiros portugueses*, Coimbra, ed. Imprensa Universidade, 1913.
- SILBERT, Albert,  
*Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, (2.<sup>a</sup> ed.), Lisboa, ed. Horizonte, 1977.
- SILBERT, Albert,  
*Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime, du XVIII<sup>ème</sup> — début du XX<sup>ème</sup> siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 3 vols., (2.<sup>a</sup> ed.), Lisboa, ed. I.N.I.C., 1978.
- SILBERT, Albert,  
*Le problème agraire portugais au temps des premières cortes libérales*, Paris, ed. P.U.F., 1968.
- SILVA, A. Moraes,  
*Grande dicionário da língua portuguesa*, 10.<sup>a</sup> ed. revista, corrigida e actualizada, vol. IV, Lisboa, ed. Confluência, 1952.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de,  
*Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decénios do século XIX*, Lisboa, ed. Arcádia, 1979.
- SUANZES-CARPEGNA, Joaquin,  
*La teoria del Estado en los origenes del constitucionalismo hispanico (las Cortes de Cadiz)*, Madrid, ed. Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- TOMAS, Manuel Fernandes,  
*A Revolução de 1820*, (recolha, prefácio e notas de José Tengarrinha), Lisboa, ed. Seara Nova, 1974.
- TORGAL, Luís Reis/Isabel Nobre Vargues  
*A Revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984.
- TRACY, Destutt,  
*Elements d'idéologie I — idéologie proprement dite* (introduction et appendices par H. Gouhier), Paris, ed. J. Vrin, 1970.

- VACHET, André,  
*L'idéologie libérale. Individu et sa propriété*, Paris, ed. Anthropos,  
1970.
- VILLARROYA, Tomas,  
*El sistema político del Estatuto Real (1834-1836)*, Madrid, ed. Ins-  
tituto de Estudios Politicos, 1968.
- VITERBO, Francisco de Sousa,  
*Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e  
constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa,  
ed. Imprensa Nacional, 1899-1922.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO E IDEOGRÁFICO

- ABRANTES: 221  
 ABSOLUTISMO: 132, 136, 176  
 AÇORES: 143  
 ADORNO, Theodor W.: 14, 240  
 ADRIÁTICO, Golfo: 214  
 AGULHON, Marcel: 34, 39  
 AIRES, Cristovão: 15, 37  
 ALBUQUERQUE, António Tavares: 55  
 ALCÁCER DO SAL: 201  
 ALEGRIA, Maria Fernanda: 213  
 ALDEIA GALEGA: 201  
 ALFÂNDEGAS: 193, 194, 197, 198, 203  
 ALHOS VEDROS: 152, 153  
 ALJUBE, Cadeia do: 124  
 ALMANACH PORTUGUEZ: 52, 227  
 ALMARGEM, Barão de: 56  
 ALMEIDA: 197  
 ALMEIDA, D. João de: 229  
 ALMEIDA, João António de: 188  
 ALMEIDA, P. Teodoro de: 30, 37, 207  
 AMÉRICA: 113  
 ANCIÃO: 112  
 ANDRADE, José Maria Lantas Pereira de. Ver PEREIRA, José Maria Dantas  
 ANNAES DAS SCIENCIAS DAS ARTES E DAS LETRAS: 47, 225  
 ANTIGO REGIME: 11, 78, 79, 81, 84, 88, 93, 100, 101, 119, 121, 125, 126, 135, 141, 225  
 ARENDT, Hannah: 238, 247  
 ARCOS, Conde: 174  
 ARQUIVO MILITAR: 42, 43, 49, 50, 51, 52, 61, 212, 214, 224, 227  
 ARRIAGA, José de: 56, 138, 148, 149  
 ARSENAL DO EXÉRCITO: 92  
 ARSENAL DA MARINHA: 35, 53, 161, 166, 167, 169, 171, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189  
 ARTOLA, Miguel: 78, 126  
 ASTRO DA LUSITANIA: 75, 80, 133, 255  
 ASTROEMEN: 226  
 AUSTRIA: 226  
 AVEIRO: 111, 215  
 ÁVILA, José de: 52  
 AZAMBUJA, Companhia dos Canalis: 196  
 BACON: 240  
 BALBI, Adrien: 16, 52  
 BANCO DE LISBOA: 193  
 BANCO DE PORTUGAL: 197, 202  
 BARBOSA, Francisco Villela: 36, 55, 102  
 BARREIRO: 153  
 BARROS, João de: 30  
 BASTOS, Pinto (Jr.): 56  
 BAVIERA: 226  
 BECCARIA: 121  
 BELENZADA: 149  
 BÉLGICA: 157, 226  
 BENTHAM, Jeremy: 116, 120, 121, 122, 129, 155, 168, 248, 249, 250  
 BERESFORD, General: 42, 43, 44, 46, 63  
 BERNSTORFF: 226  
 BOBADELA, Visconde de: 56  
 BONIFÁCIO, Fátima: 188, 189  
 BONNET, Charles: 69, 232, 233, 234  
 BORBOLETA DOS CAMPOS CONSTITUCIONAIS: 120, 255  
 BORGES, José Ferreira: 55, 102  
 BORGES, Veríssimo José: 162  
 BOUÇAS, Deputado: 138  
 BRAAMCAMP, Deputado: 56  
 BRASIL: 24, 29, 36, 41, 46, 63, 66, 83, 84, 97, 98, 100, 114, 130, 136, 187  
 BRIGADA REAL DOS GUARDAS MARINHAS: 23  
 BRIGADA REAL DA MARINHA: 21, 23, 98, 115  
 BROTERO, Avelar: 30  
 BRUGUIÈRE, Michel: 87  
 BRUNELLI: 21  
 BUACH, M.: 215  
 BUARCOS: 203  
 CABRALISMO: 59, 60  
 CACILHAS: 203  
 CADIZ: 138  
 CAFFE, Cordoeiro: 164  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ver CORTES LIBERAIS  
 CAMPOS, Duarte: 56  
 CANGUILHEM, Georges: 13, 26, 27  
 CARNEIRO, Borges: 55, 83, 85, 86, 96, 104, 105, 119, 129, 130, 132  
 CARNOT: 32  
 CARTA CONSTITUCIONAL: 57, 65, 136, 138, 139, 155, 156, 157  
 CARTISMO: 138, 148, 149, 157, 158  
 CARTOGRAFIA: 16, 17, 18, 23, 33, 35, 43, 50, 61, 62, 69, 116, 171, 212, 213, 214, 215, 216, 229, 230, 233, 234, 235  
 CARVALHO, João Pinheiro de: 165

- CARVALHO, José António de Faria de: 57
- CASA DE BARING: 199
- CASA DA MOEDA DE LISBOA: 184
- CASA PIA: 119, 168
- CASTELO BRANCO: 197
- CASTELO DE VIDE: 197
- CASTILHO, Júlio: 15
- CASTRO, Macário de: 56
- CASTRO, Martinho de Mello e: 25, 28, 35, 100, 101, 147
- CHAGAS, Pinheiro: 11
- CHOIX DES RAPPORTS: 80, 81
- CIERA, Francisco António: 17, 21, 36
- CIERA, Paulo: 36
- CÍRCULOS DE SOCIABILIDADE: 22, 23, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 217
- CLAIRAUT: 32
- COLÉGIO DOS NOBRES: 18
- COLQUHOM: 123, 226
- COINA: 153
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA E CADASTRO: 51, 52, 57, 58, 148, 224
- COMISSÕES PARLAMENTARES: 47, 55, 56, 65, 76, 77, 85, 88, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 126, 127, 128, 131, 133, 143, 144, 148, 149, 152, 153, 160, 224
- COMPANHIA DAS VINHAS DO ALTO DOURO: 78
- COMPANHIA DOS GUARDAS MARINHAS. Ver REAL ACADEMIA DOS GUARDAS MARINHAS
- CONDILLAC: 32
- CONDORCET: 14, 31, 32, 33, 209
- CONGRESSO. Ver CORTES LIBERAIS
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano: 47
- CONSTANT, Benjamin: 126, 129, 131, 155
- CONSTITUIÇÃO: 111, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 138, 139, 144, 149
- CONTRA-REVOLUÇÃO: 74, 91, 95, 128, 131, 132, 133, 134, 135
- CONVENÇÃO DO GRAMIDO: 58, 191
- CORDOARIA. Ver REAL FÁBRICA DA CORDOARIA
- CORDOARIA DE BREST: 182
- CORREIO BRAZILIENSE: 46
- CORTES LIBERAIS: 42, 51, 54, 55, 58, 65, 66, 68, 70, 75, 79, 80, 83, 84, 87, 88, 89, 93, 96, 97, 103, 105, 110, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 147, 148, 149, 155, 156, 200, 201, 247
- COSTA, Bartholomeu da: 37
- COSTA, José Ignacio da: 89
- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa: 17, 35, 36, 44, 62.
- COUTO, Diogo: 30
- D'ALEMBERT: 32
- D'ARAÚJO, José Maria Xavier: 80
- D'EÇA, Vicente Almeida: 25, 26
- DALLA BELLA, João António: 21, 37
- DAUMAS, Maurice: 205
- DEDIEU, Joseph: 216, 217
- DELEULE, Didier: 198, 239
- DERRAMADO, Deputado: 56
- DIÁRIO DAS CORTES: 41, 55, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 109, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 156
- DIÁRIO DO GOVERNO: 55, 56, 122, 123, 124, 137, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 223, 231, 233, 240
- DIÁRIO DOS SENHORES DEPUTADOS. Ver DIÁRIO DAS CORTES
- DIAS, José Sebastião da Silva: 39, 77, 79, 131, 135, 160, 207
- DIDEROT: 120
- DINAMARCA: 141, 126
- DISCURSO CIENTÍFICO: 12, 13, 15, 16, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 50, 52, 61, 62, 69, 114, 126, 133, 135, 141, 157, 190, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 235, 238, 239, 249
- DÍVIDA INTERNA E EXTERNA. Ver ORÇAMENTO DO ESTADO
- DIVISÃO ADMINISTRATIVA: 127, 128, 131, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154
- DOURO, Rio: 113
- DUMONT, Louis: 246
- DUPUIS, Coronel: 33
- DUPIN, Barão: 67, 226
- DUVILLARD: 226
- DUROSSELLE, J. B.: 133
- ECONOMIA POLÍTICA: 40, 44, 45, 86, 91, 94, 228, 230, 244, 246
- ELEIÇÕES: 57, 58, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 138, 139, 191, 217
- ELVAS: 201

- EMPRÉSTIMOS. Ver ORÇAMENTO DO ESTADO
- ENSINO MILITAR: 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 212, 213
- ENSINO UNIVERSITÁRIO: 25, 37
- ESCOLA NAVAL: 26
- ESCOLA POLYTECHINA: 26
- ESTADO LIBERAL: 56, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 116, 119, 121, 132, 136, 137, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 159, 171, 175, 182, 186, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 215, 216, 224, 225, 227, 228, 238, 241, 244, 245, 247, 249, 250, 251
- ESPAÑA: 101, 114, 132, 133, 135, 138, 155, 157, 213, 242
- ESPICHEL, Cabo: 214
- ESPINOSA, D. José: 44
- ESTARREJA: 111
- ESTATÍSTICA: 44, 45, 51, 52, 57, 62, 63, 66, 68, 116, 127, 128, 148, 149, 150, 152, 222, 224, 225, 227, 228, 242, 244
- ESTATUTO REAL: 138, 155
- ESTREMOZ: 111
- EUROPA: 67, 117, 128, 131, 132, 148, 213
- ÉVORA: 201, 202
- ÉVORA, Bispo de: 75
- ÉVORA-MONTE, Convenção de: 137
- EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE LISBOA, 1888: 160
- FACCIOLATI: 21
- FARO, Barão de: 56
- FARINHA, Joaquim da Silva: 178
- FAURE-SOLET, J. S.: 246, 248
- FEYO, Deputado: 55
- FLEURIEUX, Cavaleiro: 44
- FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO: 197
- FILOSOFIA NATURAL: 14, 32, 207, 208, 209, 210, 217, 240, 241, 242
- FINANÇAS DO ESTADO. Ver ESTADO LIBERAL
- FLORIDA-BLANCA, Ministro: 226
- FIGUEIREDO, José Carlos: 116
- FILADÉLFIA, Prisão de: 174
- FOLQUE, Filipe: 69, 232, 233, 234, 235
- FOLQUE, Pedro: 36
- FONSECA, António Sarmiento da: 50
- FONTANA, Josep: 87
- FONTENELLE: 243
- FORJAZ, D. Miguel Pereira: 42, 43
- FORTES, Azevedo: 30
- FOUCAULT, Michel: 13, 21, 28, 116, 206, 207
- FRANÇA: 10, 62, 64, 82, 84, 101, 129, 133, 137, 138, 155, 156, 157, 161, 182, 213, 226, 235, 242
- FRANCO, A. L. Sousa: 79
- FRANCO, Francisco Soares: 55, 121
- FRANZINI, Marino Miguel: 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 21, 39, 41, 45, 46, 51, 52, 56, 57, 62, 66, 67, 69, 70, 73, 86, 87, 95, 136, 148, 159, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251
- FRANZINI, Marino Miguel — ACADEMICO: 35, 36, 38, 39
- FRANZINI, Marino Miguel — DEPUTADO: 54, 55, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 152, 153, 156, 157, 158
- FRANZINI, Marino Miguel — ENGENHEIRO MILITAR: 17, 18, 22, 33, 42, 43, 44, 49, 50, 61, 127, 213
- FRANZINI, Marino Miguel — INSPECTOR DA REAL FABRICA DE CORDOARIA: 52, 53, 54, 64, 65, 70, 71, 85, 102, 104, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 244
- FRANZINI, Marino Miguel — MINISTRO DA JUSTIÇA E FAZENDA: 22, 58, 59, 68, 159, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 244
- FRANZINI, Marino Miguel — OFICIAL DA MARINHA: 23, 24, 33, 59, 60, 61, 63, 65, 213, 214, 215
- FRANZINI, Miguel: 18, 21, 22, 24, 37, 75
- FREIRE, José Vitorino: 55, 56
- FRONTEIRA, Marquês da: 59, 137, 217
- FUNCHALENSE (O): 40
- FURET, François: 251
- GALERIA DOS DEPUTADOS: 78
- GALILEU: 207

- GAMA, Faustino da: 56  
GAZETA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO: 18  
GAZETA DE LISBOA: 57  
GEOGRAFIA: 17, 25, 30, 34, 35, 37, 43, 44, 50, 51, 61, 62, 69, 70, 154, 171, 210, 211, 234, 235  
GODINHO, Vitorino Magalhães: 78  
GÓIS, Damião de: 30  
GOLDMANN, Lucien: 42, 93, 109  
GOMES, Marques: 136  
GORJÃO, Deputado: 150  
GOVERNADORES DO REINO: 42, 44, 62, 67  
GRANATE, Manoel Maria Holbeche: 77  
GRAVES, Robert: 183  
GRAVITO, Desembargador: 39  
GRIFFIN-COLLART: 249  
GUSDORF, Georges: 13, 14, 21, 27, 31, 74, 125, 154, 206, 207, 208, 211, 217, 241, 242, 243, 246, 250  
HAAS, Jacob Bernardo: 38, 172  
HAAS, João Frederico: 172  
HALÉVEY, Elie: 243, 248, 250  
HAZARD, Paul: 237  
HELVETIUS: 243  
HERCULANO, Alexandre: 139  
HERR, Richard: 242  
HERTZBERG: 226  
HILL, Christopher: 41, 238  
HOLANDA: 226  
HORKHEIMER, Max: 14, 240  
HOWARD: 121, 168, 174  
HUELBA: 214  
IDEOLOGIA CIENTÍFICA: 12, 13, 26, 32, 35, 210, 211, 229, 238, 239  
IDEOLOGIA LIBERAL: 10, 11, 27, 39, 41, 45, 47, 86, 89, 94, 99, 101, 103, 116, 121, 125, 126, 142, 143, 154, 155, 156, 157, 166, 167, 168, 203, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 228, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251  
IDEÓLOGOS: 10, 27, 31, 32, 210, 211, 226  
ILUMINISMO: 102, 117, 122, 125, 127, 147, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 224, 237, 241, 244, 247  
IMPRESA NACIONAL: 67, 69, 91, 228  
IMPRESA RÉGIA: 61, 62, 63, 213  
ÍNDIA: 88, 100  
INGLATERRA: 62, 64, 82, 84, 86, 90, 91, 92, 129, 141, 156, 157, 161, 182, 192, 213, 226, 234, 235, 242  
INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA: 122, 123, 166, 168  
INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA: 16, 214, 215  
ITALIA: 155, 226  
JACOBINOS: 129  
JOÃO VI, D.: 23, 46, 63, 64, 83, 117, 118, 216  
JOÃO VI, Nau: 97, 98, 100  
JORDÃO, Teles: 96  
JORNAL DA SOCIEDADE LITERÁRIA PATRIÓTICA: 39, 40, 121, 168  
JORNAL DE COIMBRA: 16, 17, 215  
JORNAL DA SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MÉDICAS: 16, 240  
JORNAL DAS SCIENCIAS MÉDICAS DE LISBOA: 16  
JOURNAL STATISTIQUE: 226  
JULLIARD, Jacques: 160  
JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO: 143, 144, 146, 197, 198, 199, 202  
KITCHIN, Joanna: 32, 242  
LACROIX: 32  
LAFÕES, Duque de: 37  
LANDES, David: 14, 239, 240  
LAPLACE: 32  
LASKI, Harold: 227  
LAYBACH, Congresso de: 133  
LAVRADIO, Conde do: 59  
LE GOFF, Jacques: 73  
LEITE LOBO, Deputado: 129  
LIBERALISMO PORTUGUÊS: 9, 52, 58, 61, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 87, 93, 100, 108, 109, 110, 112, 114, 117, 118, 123, 125, 128, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 148, 149, 169, 179, 181, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 200, 217, 238, 239  
LIMA, João Jacinto Sá: 196  
LIMOEIRO, Cadeia do: 121, 124  
LIMPO, Engenheiro: 30, 183  
LINHARES, Conde de: 214  
LIPPE, Conde de: 30  
LISBOA: 57, 91, 92, 121, 122, 123, 124, 130, 138, 164, 183, 185, 187, 188, 189, 193, 195, 198, 200, 214, 220, 222, 231  
LOULÉ, Marquês de: 56, 137  
LOURES: 57  
LUÍS XVIII: 132  
LUNA, José Vitorino Soares: 119  
MACEDO, Jorge Borges de: 164  
MACEIRA-DÃO, Mosteiro de: 118  
MADEIRA: 66  
MAFRA: 221  
MAIA, Manuel Joaquim Coelho da Costa Vasconcelos: 36  
MANTEIGAS: 112  
MARDEL, José Carlos: 36

MARGIOCHI, Francisco Simões: 36, 55, 102  
 MARIA I, D.: 82  
 MARIA II, D.: 141  
 MARIALVA, Marquês de: 36  
 MARIZ, Pedro de: 173  
 MARRECA, Oliveira: 230  
 MARTINS, J.P. de Oliveira: 136, 138, 139, 190  
 MATEMÁTICA: 25, 34, 208, 213  
 MATOS, Pedro Frágoso de: 38  
 MAUPERTUIS: 32  
 MAYER, Arno: 160  
 MELO, Manuel de Vasconcelos Pereira de: 55, 102  
 MEDICINA: 218, 219, 231  
 METEOROLOGIA: 38, 59, 206, 207, 208, 209, 210, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 230, 231, 234  
 MIGUEL, D.: 143  
 MINDELO, Desembarque do: 137, 143  
 MINOGUE, Kenneth: 237  
 MIRANDA, Deputado: 55, 129  
 MIRANDA, Sacuntala de: 55, 138  
 MOITA: 152, 153  
 MOÇAMBIQUE: 61  
 MONGE: 32  
 MONTALVÃO: 197  
 MONTEIRO, Arlindo Camilo: 22, 23  
 MONTEIRO, Xavier: 55  
 MONTEMOR-O-NOVO: 202  
 MONTESQUIEU: 216  
 MONTEVIDEU: 113  
 MORAES, Maurício José Teixeira: 84  
 MORAL RUIZ, J. del: 79, 81, 82  
 MORATO, Francisco Manoel Trígoso de Aragão: 57, 58  
 MORAVIA, Sergio: 26, 32, 211, 224, 242  
 MORAZÉ, Charles: 13  
 MORNET, Daniel: 32  
 NACIONAL (O): 56, 142  
 NAPOLEÃO: 122, 129  
 NEVES, José Acúrsio das: 37, 53  
 NEWTON: 32, 207  
 NIZA, Marquês de: 36  
 NOGUEIRA, Sá: 56  
 NOIZET: 226  
 NOLLET: 32  
 OLIVEIRA, António R. de: 81  
 OLIVEIRA DO CONDE: 111  
 ORÇAMENTO DO ESTADO: 65, 66, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 169, 191, 233, 234  
 OUDINOT, Reinaldo: 36  
 OVAR: 111  
 PALMELA, Duque de: 136  
 PANORAMA (O): 210, 219, 222, 232, 240, 241  
 PARLAMENTO. Ver CORTES LIBERAIS  
 PASSOS, José: 56, 138  
 PASSOS, Manuel: 138, 149  
 PAUTA ADUANEIRA: 196  
 PATULEIA: 58, 69, 136, 190, 191, 192  
 PEDRO IV, D.: 136, 137  
 PENÍNSULA IBÉRICA: 155  
 PEREIRA, Esteves: 11  
 PEREIRA, José Dantas: 35, 36, 37, 99, 101  
 PEREIRA, Miriam Halpern: 79, 110  
 PEREIRA, Silva: 56  
 PEREIRA, Visconde de: 56  
 PERRÃES: 111  
 PESO DA RÉGUA: 111  
 PETIÇÕES: 110, 111, 112, 113, 116, 118, 120, 121, 148, 150, 151  
 PIRINÉUS: 132  
 POMBAL, Marquês de: 18, 25, 37, 82  
 PONIS, Joaquim Dias: 162  
 PONTEIL, Felix: 155, 238  
 PORTALEGRE: 197  
 PORTO: 75, 123, 128, 137, 138, 197, 230  
 PORTUGAL: 10, 67, 79, 82, 83, 84, 94, 114, 121, 132, 133, 134, 136, 138, 142, 144, 145, 149, 157, 182, 205, 213, 214, 220, 222, 230, 232, 234, 235, 239  
 POZZOLANA, Areia: 196  
 PÓVOAS, Deputado: 55, 105  
 PRATA, Rio da: 113  
 PROUST, Jacques: 217  
 PRÚSSIA: 226  
 PUBLICISMO LIBERAL: 239, 240, 241, 246, 248, 250  
 PUISEGUR, Conde de: 44  
 PUSICH, Antónia Gertrudes: 15  
 QUADRUPLA ALIANÇA: 131, 132, 133  
 REAL ACADEMIA DAS CIÊNCIAS: 15, 34, 35, 37, 38, 64, 69, 207, 209, 218, 232  
 REAL ACADEMIA DA MARINHA: 18, 24, 26, 27, 28, 36, 98, 99, 207  
 REAL ACADEMIA DOS GUARDAS MARINHAS: 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 61, 238  
 REAL CORPO DE ENGENHEIROS: 17, 33, 49, 50, 51, 92, 214  
 REAL FÁBRICA DA CORDOARIA: 10, 35, 52, 53, 64, 70, 71, 97, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 244, 247, 248

- REBELO, António Teixeira: 36  
 REFORMAS POMBALINAS: 21, 25, 28  
 REGENERAÇÃO, 1851: 58, 59, 70, 189, 190, 200, 201  
 REGO GUESTA: 111  
 REGULAMENTO DO EXÉRCITO, 1816: 46, 47, 63, 64, 106  
 RÉMOND, Gabriel: 155  
 RENNEL, Major: 44  
 REVISTA UNIVERSAL LISBOENSE: 61, 69, 206, 207, 208, 219, 220, 221, 222, 223, 230, 231, 232, 233, 234, 240  
 REVOLUÇÃO: 56, 68, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 91, 93, 94, 97, 101, 110, 117, 118, 120, 123, 128, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 148, 169, 206, 210, 245, 247  
 REVOLUÇÃO AMERICANA: 238  
 REVOLUÇÃO FRANCESA: 107, 122, 237, 238  
 REVOLUÇÃO LIBERAL 1820. Ver VINTISMO  
 REVOLUÇÃO DE SETEMBRO 1836. Ver SETEMBRISMO  
 RIBEIRO, José Silvestre: 12, 35, 36, 39, 213  
 RIBEIRO, Manoel Silva: 165  
 RIO, Alves do: 55, 56  
 ROCA, Cabo da: 214  
 ROCHA, José Monteiro da: 36  
 ROGER, Jacques: 32, 209, 239  
 ROHAULT, Jacques: 32  
 ROSANVALLON, Pierre: 160  
 ROSENDO: 160  
 ROY, General: 44  
 ROYER-COLLAR: 155  
 RÚSSIA: 226  
 SABROSA, Barão Ribeira de: 56  
 SADO, Rio: 203  
 SANTA ALIANÇA: 131, 134  
 SANTA CLARA, Convento de: 120  
 SANTA COMBA DÃO: 111  
 SANTA RITA, Fernando José de: 161  
 SANTARÉM: 77  
 SANTOS, António Joaquim dos: 169, 170  
 SANTOS, Fernando António dos: 194  
 SANTOS, Joaquim Rafael dos: 164, 188  
 SANTOS, José Mártires dos: 12, 52, 172  
 SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos: 34  
 SANTOS, Salema: 24  
 SÃO DOMINGOS, Convento de: 119  
 SÃO PEDRO DA COVA: 203  
 SARMENTO, Deputado: 129  
 SARMENTO, Pedro Mariz de Sousa: 54  
 SCHOFFIELD, Robert E.: 207  
 SERPA MACHADO, Deputado: 129  
 SERRA Abade Correia da: 37, 129  
 SETEMBRISMO: 55, 56, 74, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 154  
 SETÚBAL: 214  
 SHAFTSBURY: 243  
 SILBERT, Albert: 52, 110, 137, 145  
 SILVA, Inocêncio da: 11, 37, 54, 233  
 SILVA, José Bonifácio de Andrade e: 36  
 SILVA, Oliveira da Cunha e: 77  
 SILVEIRA, Deputado: 111  
 SILVEIRA, Bernardo da: 92  
 SILVEIRA, Mouzinho da: 137  
 SINCLAIR, John: 226  
 SOCIABILIDADE CIENTÍFICA: 22, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 171, 218, 219, 220  
 SOCIABILIDADE POLÍTICA: 35, 39, 40, 41, 89, 121, 137, 168  
 SOCIEDADE FUNCHALENSE DOS AMIGOS DAS ARTES E CIÊNCIAS: 40  
 SOCIEDADE LITERÁRIA PATRIÓTICA DA COVILHÃ: 40  
 SOCIEDADE LITERÁRIA PATRIÓTICA DE LISBOA: 39, 40, 41, 89, 121, 168  
 SOCIEDADE PATRIÓTICA DE ALFÂNDEGA DA FÉ: 40  
 SOCIEDADE PATRIÓTICA: 40  
 SOCIEDADE PROMOTORA DA INDÚSTRIA: 50  
 SOCIEDADE REAL MARÍTIMA: 34, 35, 36, 171  
 SOCIEDADE DAS SCIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA: 219, 220  
 SOUSA, Maria Leonor Machado de: 47  
 STAEL, Madame de: 129  
 STOCKLER, Francisco: 36, 116  
 SUANZES CARPEGNA, Joaquim: 249  
 SUBSERRA, Conde de: 170  
 SUÉCIA: 226  
 SUPREMO CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR: 59, 60  
 SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: 129  
 TAIPA, Conde de: 56  
 TATON, René: 13, 205  
 TEJO, Rio: 214, 221  
 TENGARRINHA, José: 80  
 TERRA NOVA: 214

TIPOGRAFIA CASTRO e IRMÃO:  
 61, 68, 70  
 TOFINO, D. Vicente: 44, 213  
 TOMÁS, Manuel Fernandes: 80, 119  
 TORGAL, Luís Reis: 37  
 TRACY, Destutt de: 32  
 TRAVASSOS, Deputado: 53  
 TREILHARD, 166  
 TRIGOSO. Ver MORATO, Francisco  
 Manoel de Aragão  
 TRIGUEIROS, José Maria Tavares:  
 201  
 TROPPEAU, Congresso de: 133  
 UNIVERSIDADE DE COIMBRA: 18,  
 21, 25, 28, 30, 33, 35, 36, 201, 207  
 VACHET, André: 212, 237, 243, 245,  
 247, 251  
 VANDELLI, Domingos: 21, 22, 37  
 VARGUES, Isabel Nobre: 37  
 VENEZA, Golfo de: 214  
 VERONA: 133  
 VIANA, Marquês de: 171  
 VILAR TROPIM: 197  
 VILARIÇA: 112  
 VILLARINHO DE S. ROMÃO, Vis-  
 conde de: 142  
 VILLARROYA, J. Tomas: 155  
 VILLELA. Ver BARBOSA, Francisco  
 Villela  
 VINTISMO: 39, 40, 41, 46, 47, 63, 66,  
 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82,  
 83, 84, 89, 90, 91, 93, 97, 99, 104,  
 105, 107, 109, 110, 111, 116, 117,  
 118, 121, 125, 128, 129, 130, 131,  
 132, 133, 135, 139, 140, 169, 227  
 VOLNEY: 211, 226  
 VOUGA, Rio: 111  
 YOUNG, Arthur: 226



## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO ... ..	9
I — MARINO MIGUEL FRANZINI ... ..	10
II — A IMAGEM CRIADA POR FRANZINI ... ..	12
1. O estatuto da ciência ... ..	13
2. Franzini, símbolo de competência ... ..	15
3. Franzini «versus» Franzini ... ..	17

### PARTE I

A — <i>ESPAÇOS DE FORMAÇÃO CULTURAL E IDEOLÓGICA</i> ... ..	21
I — COMPONENTES DA SUA FORMAÇÃO ... ..	22
1. O espaço familiar ... ..	22
2. O espaço académico e curricular ... ..	23
II — OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE CIENTÍFICA ... ..	33
1. A Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica ... ..	35
2. A Real Academia das Ciências de Lisboa ... ..	37
III — UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE POLÍTICA: A SOCIEDADE LITERÁRIA PATRIÓTICA DE LISBOA ... ..	39
B — <i>VIRTUALIDADES DO PENSAMENTO DE FRANZINI NO PORTUGAL PRÉ-LIBERAL</i> ... ..	41
1. O discurso dos «agravos» militares ... ..	42
2. As «Instrucções Statisticas» por ordem do Principal Souza ... ..	44
3. As Reflexões sobre o Regulamento do Exército de 1816 ... ..	46

### PARTE II

#### ITINERÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO

I — CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS ... ..	49
1. Engenheiro militar. Director do Arquivo Militar ... ..	49
2. Presidente da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino ... ..	51
3. Inspector da Real Fábrica da Cordoaria ... ..	52
4. O perfil do Deputado ... ..	54
5. O Decreto de 13 de Julho 1826 ... ..	57
6. Ministro dos Negócios da Fazenda ... ..	58
7. Vogal da Marinha do Supremo Conselho de Justiça Militar ... ..	59
II — COMENTÁRIO BIBLIOGRÁFICO ... ..	61
1. Roteiro das Costas de Portugal (1812) ... ..	61
2. Instrucções Statisticas (1815) ... ..	62
3. Reflexões sobre o actual Regulamento do Exército (1820) ... ..	63
4. Conta da Receita e Despeza da Cordoaria (1821) ... ..	64

5. Ensaio sobre o Orçamento da Dívida Pública (1827) ... ..	65
6. Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa (1843)	67
7. Reflexões acerca dos prejuízos que resultariam ao Thesouro (1848) ... ..	68
8. Breves reflexões sobre o folheto do sr. Filipe Folque (1850)	69
9. Proposta do quadro do pessoal da Fábrica Nacional da Cordoaria (1854) ... ..	70

### PARTE III

## O PARADIGMA DAS REVOLUÇÕES

A — O UNIVERSO DO VINTISMO ... ..	74
I — FRANZINI E O PARLAMENTO ... ..	75
II — A VISÃO TRÁGICA: O ESTADO E AS FINANÇAS PÚBLICAS	78
1. Da velha à nova dívida pública ... ..	81
2. A discussão orçamental ... ..	87
3. Virtuais soluções ... ..	93
4. O funcionalismo público ... ..	95
5. Campos de amostragem: Marinha e Exército	98
Marinha. Projectos de reforma ... ..	99
Orçamento ... ..	103
Exército ... ..	105
III — A DIMENSÃO HUMANA E QUOTIDIANA DO VINTISMO ... ..	109
1. O quotidiano nas petições ... ..	110
2. Aconteceres do Vintismo ... ..	116
IV — TRABALHOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ... ..	125
V — A AGONIA DA REVOLUÇÃO ... ..	131
B — O UNIVERSO DO SETEMBRISMO ... ..	136
I — FRANZINI E O CENÁRIO CONJUNTURAL SETEMBRISTA; TRAÇOS DE PERMANÊNCIA E INOVAÇÃO ... ..	136
II — FRANZINI NAS CORTES CONSTITUINTES DE 1837/1838 ... ..	138
1. O liberalismo português e as finanças públicas ... ..	139
2. A nova divisão administrativa ... ..	148
3. Posicionamento e leitura política do setembrismo ... ..	154

### PARTE IV

## FRANZINI E A PRÁTICA DISCURSIVA DO PODER

A — INSPECTOR DA REAL FÁBRICA DE CORDOARIA ... ..	160
I — A CORDOARIA ... ..	160
1. Um estabelecimento do Estado ... ..	160
2. O espaço produtivo ... ..	163
3. O espaço de recuperação e beneficência ... ..	166
4. O espaço da Ciência ... ..	171

II — A FIGURA DO INSPECTOR ... ..	173
III — A ADMINISTRAÇÃO FRANZINI ... ..	179
1. Linhas programáticas ... ..	179
2. Factores de desestabilização ... ..	186
B — MINISTRO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA ... ..	190
I — 1847 ... ..	190
1. A situação de 1847 ... ..	192
2. Combate à corrupção ... ..	193
3. Os recursos financeiros ... ..	195
4. Os pagamentos ... ..	198
II — 1851 ... ..	200

## PARTE V

### FRANZINI: UM DISCURSO CIENTÍFICO

I — O DISCURSO ... ..	205
II — SABER DA CIÊNCIA ... ..	207
1. Inovações no pensamento científico ... ..	207
2. A geografia ... ..	210
III — FRANZINI E O SABER CIENTÍFICO ... ..	212
1. Cartografia ... ..	212
2. Meteorologia ... ..	216
3. Estatística ... ..	224
IV — A INTERVENÇÃO CULTURAL E POLÍTICA ... ..	229
1. Agravos e críticas ... ..	229
2. Polémica com Filipe Folque ... ..	232

## PARTE VI

### ASPECTOS DE UM PENSAMENTO LIBERAL

1. Ciência ... ..	238
2. Natureza ... ..	240
3. Felicidade ... ..	243
4. Propriedade ... ..	245
5. Liberdade ... ..	246
6. Individualismo ... ..	247
7. Estado ... ..	249
FONTES E OBRAS DE CONSULTA ... ..	253
ÍNDICE ONOMÁSTICO E IDEOGRÁFICO ... ..	265
ÍNDICE GERAL ... ..	273



## ERRATA

### Onde se lê

p. 21, linha 10 ... .. Dolla Bella  
p. 35, nota 55 ... .. José Pereira Dantas  
p. 76, linha 30 ... .. Franzina  
p. 111, nota 124 ... .. párias  
p. 161, nota 6 ... .. Gerel  
p. 211, nota 19 ... .. Alberto Moravia  
p. 266, nota 79 ... .. Yong  
Coquhom

### Leia-se

Dalla Bella  
José Dantas Pereira  
Franzini  
várias  
Geral  
Sergio Moravia  
Young  
Colquhom









